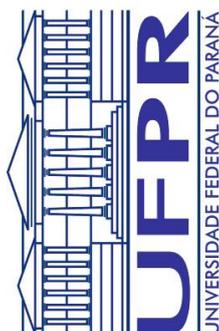
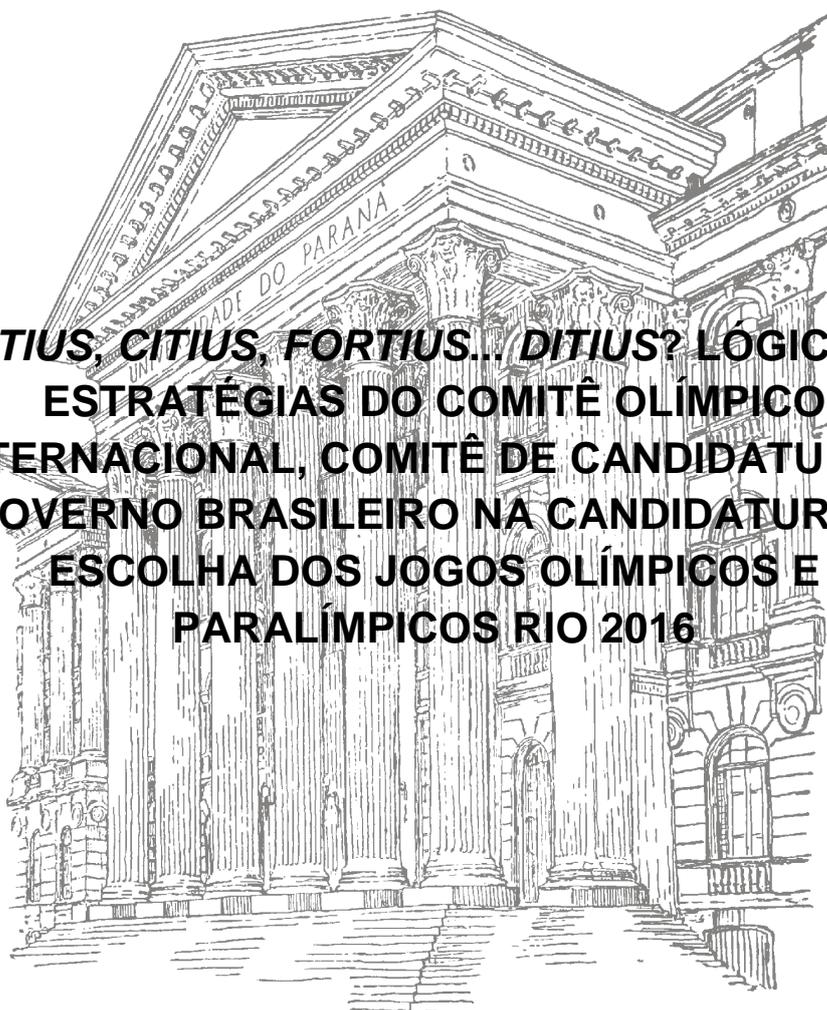


BÁRBARA SCHAUSTECK DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**ALTIUS, CITIUS, FORTIUS... DITIUS? LÓGICAS E
ESTRATÉGIAS DO COMITÊ OLÍMPICO
INTERNACIONAL, COMITÊ DE CANDIDATURA E
GOVERNO BRASILEIRO NA CANDIDATURA E
ESCOLHA DOS JOGOS OLÍMPICOS E
PARALÍMPICOS RIO 2016**



CURITIBA

2015

BÁRBARA SCHAUSTECK DE ALMEIDA

***ALTIUS, CITIUS, FORTIUS... DITIUS?* LÓGICAS E
ESTRATÉGIAS DO COMITÊ OLÍMPICO
INTERNACIONAL, COMITÊ DE CANDIDATURA E
GOVERNO BRASILEIRO NA CANDIDATURA E
ESCOLHA DOS JOGOS OLÍMPICOS E
PARALÍMPICOS RIO 2016**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. WANDERLEY MARCHI JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Almeida, Bárbara Schausteck de..

Altius, citius, fortius...ditius?: lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, comitê de candidatura e governo brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 / Bárbara Schausteck de Almeida - Curitiba, 2015.

324f ; il. (color.); 29cm

Inclui bibliografia

Orientador: Wanderley Marchi Junior.

Tese (Doutorado em Educação Física) - Setor de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná.

1. Esporte. 2. Jogos olímpicos – Brasil. 3.

Megaeventos.

I. Título

796

A447

ADALIR DE FATIMA PEREIRA
BIBLIOTECÁRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

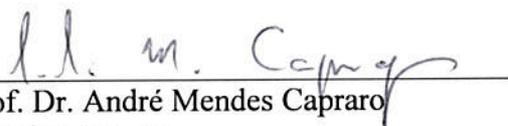
BÁRBARA SCHAUSTECK DE ALMEIDA

“*Altius, citius, fortius... ditius?* Lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, comitê de candidatura e governo brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”

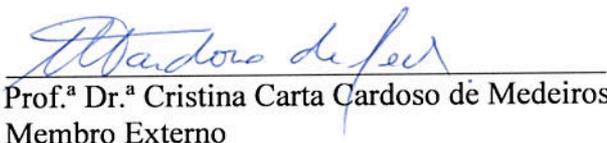
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação Física – Área de Concentração: Exercício e Esporte; Linha de Pesquisa: Esporte, Lazer e Sociedade; do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:



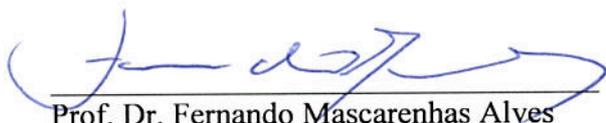
Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior
Presidente / Orientador - UFPR



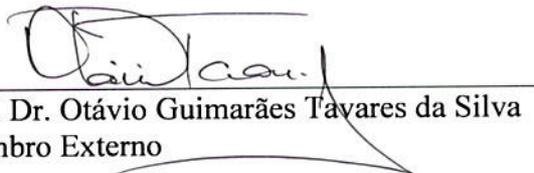
Prof. Dr. André Mendes Capraro
Membro Interno



Prof.^a Dr.^a Cristina Carta Cardoso de Medeiros
Membro Externo



Prof. Dr. Fernando Mascarenhas Alves
Membro Externo



Prof. Dr. Otávio Guimarães Tavares da Silva
Membro Externo

Curitiba, 06 de Março de 2015.

AGRADECIMENTOS

Iniciei a escrita desse agradecimento quatro meses depois de iniciar o doutorado, porque não queria correr o risco de “esconder” na memória mais inicial do processo qualquer contribuição relevante. Esses agradecimentos vão além de pessoas que colaboraram nos quatro anos de preparação desta tese, pois, sem desmerecer esse trabalho (pelo contrário!), entendo que o doutoramento é muito mais amplo que o texto que está apresentado nas próximas páginas.

Agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos no Brasil e no doutorado sanduíche na Inglaterra. Aos professores que compõem a banca de defesa, meu muito obrigada pela atenção ao trabalho e contribuições. Também às professoras Doralice Lange de Souza e Katia Rubio, pela participação na banca de qualificação e constante apoio em minha carreira acadêmica. A todos, meu muito obrigada pela inspiração através de seus trabalhos e práticas profissionais, assim como por todo apoio dado nos encontros acadêmicos. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, pela aceitação de minha candidatura e pelo suporte durante o processo de doutorado e do doutorado sanduíche. Agradeço aos secretários Daniel Dias e Rodrigo Waki, como também aos professores coordenadores do programa neste período Joice Stefanello, Neiva Leite e Fernando Cavichioli, bem como as secretárias Jussara e Alessandra da PROPPG UFPR, os funcionários Iris Santiago, Renato Cavalheira e Mayara das Neves Santos (CAPES), como também o staff da Universidade de Chichester: Miranda Labuschagne, Charlotte Mennely e Andy Smith. Sem a oportunidade e suporte que vocês me ofereceram, desconfio que uma versão mais rasa deste trabalho estaria sendo apresentada aqui. Da experiência da Inglaterra, gostaria muito de agradecer a prof. Elizabeth Pike, que gentilmente me recebeu e incluiu nas atividades acadêmicas em Chichester, e ao *Department of Sport Development and Management*. Também ao prof. Jay Coakley, pelo tempo em *Cheeee* e além. E à Anita White, com quem muito aprendi. Preciso ainda mencionar os colegas e amigos pelos apoios acadêmicos e extra-acadêmicos: Jordan Matthews, Danny Potter e Mark Doidge, *thank you mates!*

Aos colegas da Associação Latino-americana de Estudos Sócio-culturais do Esporte (ALESDE), que sempre deram grande apoio aos meus estudos e desenvolvimento acadêmico, para quem tenho grande respeito, admiração e carinho.

Aos alunos e alunas que cursaram o 3º ano de bacharelado em Educação Física na Universidade Estadual de Londrina no ano de 2014, por todos os ensinamentos e momentos inesquecíveis em sala de aula e fora dela. Vocês sem dúvida fazem parte da minha formação profissional e por isso uso essa oportunidade para registrar esse agradecimento. Também aos

colegas docentes do Centro de Educação Física e Esporte da UEL pela troca de experiências, especialmente: ao professor Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires, pelas inspiradoras conversas, inclusive para a reflexão do subcapítulo 4.3; ao professor Anísio Calciolari Junior, grande companheiro de laboratório e uma das pessoas mais prestativas que já conheci; e ao professor Tony Honorato, pela recepção “familiar” na universidade e grupos de pesquisa, com quem também muito aprendi.

E esse agradecimento não teria fim se eu pudesse nomear todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com debates e reflexões nos eventos acadêmicos em que participei durante o doutorado, assim como nas notícias lidas nesse período. Uma parte está representada na lista de referências, mas um número muito maior contribuiu com esse trabalho. Por isso, fica aqui registrado o agradecimento amplo, porém não menos sincero, aos colegas acadêmicos, jornalistas, políticos e gestores, que também dedicam seu tempo a melhor compreender esse fenômeno. Espero que essa tese seja uma contribuição às suas próprias reflexões e práticas.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Das oportunidades que o doutorado me proporcionou, pude perceber que nenhum sucesso é completo sem a presença da família no nosso dia-a-dia. As experiências de morar longe me mostraram que nossas raízes podem ser muito mais profundas do que imaginamos e que nenhuma alegria se compara àquelas relacionadas a nossa família.

Mãe, obrigada por ser quem você é, por toda a luta que foi sua vida para nos oferecer educação de qualidade e nos ver chegar até aqui. Espero fazer jus a esse seu esforço e que os frutos que estamos colhendo compensem todos os meses de “seca” que já passamos. E claro, obrigada pela revisão desse texto! Bruna, Ronan e Marianinha, obrigada pela constante preocupação e pelas oportunidades de dividirmos nossas alegrias e dificuldades juntos. Vocês estiveram presentes mesmo na distância e esse amor consegui sentir muito dentro de mim. Obrigada também pelos auxílios na busca dos materiais em francês, nas traduções e na ajuda com a coleta dos materiais do subcapítulo 4.2. Israel, obrigada pelo amor, pela paciência, pela companhia nos momentos de solidão e pela compreensão pelos cabelos brancos! Mais que isso, obrigada por me fazer enxergar para além daquilo que está imediatamente na minha frente e me incentivar a querer superar sempre. Amo muito vocês!

Depois da convivência por oito anos, de inúmeras experiências e emoções, considero o grupo de orientação do prof. Wanderley Marchi Júnior como minha segunda família, daquela com quem você gosta de conviver, lamenta as fases de distância e também presencia momentos

difíceis. Nessa família aprendi que nenhum trabalho é fruto do esforço individual e desde então consigo perceber em cada frase que eu escrevo a contribuição de um colega ou das discussões que tivemos nas reuniões. Assim, gostaria de utilizar a oportunidade de realizar um agradecimento especial para valorizar essas pessoas que estiveram comigo durante esses anos, pois de cada uma delas há uma contribuição neste texto, talvez para além do que eu mesma possa identificar.

Prof. Wanderley, meu mais sincero e eterno agradecimento pelo investimento acadêmico e apoio em inúmeras circunstâncias nesses oito anos. Levo para sempre as lições e o exemplo de profissional e pessoa brilhante que você é, mas principalmente espero que a convivência não termine no ponto final desta tese. Que as sementes que você planta continuem gerando muitos benefícios para nossa área de estudos, de Curitiba ao mundo!

À Juliana Vlastuin, minha tutora acadêmica que se tornou grande amiga, obrigada por me ensinar a ser pesquisadora, da escrita ao Lattes. Obrigada pela amizade, mesmo quando minhas distrações ou falta de atenção não mereciam, e por todos os momentos de catarse. À Tatiana Sviesk, pela parceria para todas as horas, pela presença mesmo na distância e pela superação de qualquer barreira. Ao Gilmar Afonso, pelas gentilezas de cada leitura, percebendo os pontos fortes e sugerindo reais contribuições nos pontos que poderiam melhorar. À Ana Letícia Ferreira, pelas às leituras atentas, que me obrigaram ao exercício constante de vigilância às normas da língua portuguesa e técnicas do trabalho científico. Ao Ricardo Sonoda-Nunes, pelas leituras atentas que me obrigaram ao exercício constante de incluir as referências no final do trabalho logo após incluí-las no corpo do texto; mas principalmente pela parceria, que beira à irmandade, e vai muito além do mundo acadêmico. Ao Fernando Starepravo, exemplo de perseverança e dedicação, agradeço por qualificar meus escritos e minhas leituras na área das políticas públicas. Ao Juliano Souza, pela inspiração para o capítulo metodológico (parte Bourdieu), pela dedicação nas leituras e pelas provocações que me mostraram as possibilidades de aperfeiçoamento na escrita e nas análises. À Leila Salvini, por colocar a luz em elementos que estavam obscuros ou esquecidos por mim; mas principalmente pela determinação e pela superação típicos da “mulher aguerrida” que é! Ao Fernando Dandoro, pela atenção dada a cada palavra, que me forçaram ao exercício constante de ponderar o uso de termos que poderiam ter efeito ambíguo; também por ser uma inspiração pela “decolagem” acadêmica, com um progresso qualitativo notável sempre guiado pela “paz oriental” invejável. À Taiza Seron, Cristian Maneiro e Mateus França, meus agradecimentos pelas leituras e pelas oportunidades de convivência, mesmo que não tenham sido muitas. Vocês também estão aqui!

RESUMO

A eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foi o resultado de um processo bem sucedido que envolveu diversas instituições e vem promovendo significativo impacto no esporte e na sociedade brasileira. Com um investimento de R\$ 90 milhões na candidatura e uma expectativa de R\$ 40 bilhões em todas as infraestruturas relacionadas à realização do evento, surge o questionamento sobre as razões e as estratégias pelas quais se dá o envolvimento de instituições, cidades e países para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Com o foco no caso brasileiro, essa pesquisa propõe responder a seguinte pergunta-problema: quais as lógicas de funcionamento dos campos esportivo e político que estão relacionadas aos posicionamentos do Comitê Olímpico Internacional (COI), do comitê de candidatura e do governo brasileiro para a estratégia de candidatura e eleição do Rio de Janeiro como a cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016? Temos como hipótese que essa aproximação para a candidatura e posterior eleição se deu como uma estratégia pertinente às lógicas de funcionamento de cada instituição em seu respectivo campo de atuação para manutenção ou busca de uma posição dominante. Na aparência, os discursos oficiais traziam justificativas de bases desenvolvimentistas do esporte, mas que compunham, disfarçavam ou amenizavam as estratégias políticas, institucionais e pessoais de visibilidade e conquista de mercados. Assim, o objetivo geral é descrever as lógicas de funcionamento do campo esportivo e político, especialmente no que se refere à identificação das estratégias e dos posicionamentos do COI, do comitê de candidatura e do governo brasileiro para a candidatura e eleição do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. São objetivos específicos: (1) compreender o campo esportivo através das principais continuidades e rupturas do fenômeno esportivo moderno, as especificidades de sua manifestação como megaevento e as diferentes fases do movimento olímpico; (2) apresentar o campo político brasileiro, com ênfase nos elementos sociais, econômicos e político-partidário da primeira década dos anos 2000; e (3) relacionar as estratégias das instituições em seus respectivos campos com o processo de candidatura até a eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Ao utilizar a teoria de Pierre Bourdieu como referencial teórico-metodológico, a pesquisa bibliográfica embasou a compreensão dos campos, tanto esportivo quanto político, apoiada na pesquisa documental a partir de dezoito fontes oficiais divulgadas pelo governo brasileiro (discursos do presidente), pelo comitê de candidatura (documentos de apresentação da candidatura) e pelo COI (avaliação das candidaturas) para interpretação das ações relacionadas ao processo em foco. Como resultados, discutimos cinco grandes argumentos mobilizados na documentação oficial e nos discursos que permeavam as principais justificativas e objetivos com o evento: sediar os primeiros jogos na América do Sul, proporcionar uma experiência festiva, alcançar o público jovem, fazer parte da transformação em progresso na cidade e promover o Brasil no exterior. A partir dessa discussão, alguns dados são confirmados e encontram paralelo na literatura, outros ganham novas conformações dentro do contexto brasileiro específico daquele período histórico. Como conclusão, confirmamos parte de nossas hipóteses e acrescentamos outras variáveis que antes não haviam sido contempladas, proporcionando com isso uma interpretação que incentiva a continuidade de estudos que observem possíveis mudanças e continuidades na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, para além do processo de candidatura e eleição.

Palavras-chave: Esporte. Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro 2016. Brasil. Megaeventos.

ABSTRACT

The selection of Rio de Janeiro as host city of the 2016 Olympic and Paralympic Games was the result of a successful process involving several organizations that promotes a significant impact in sport and in the Brazilian society. The investment of R\$ 90 million (approximately US\$ 45 million) during the bidding phase and the expectation of R\$ 40 billion (approximately US\$ 20 billion) to be spent in infrastructure raise questions about the rationale and strategies to host an event as the Olympic and Paralympic Games. Focusing on the Brazilian case, this research proposes to answer the following question: what logics of the political and sportive fields are related to the positioning of the International Olympic Committee (IOC), the bid committee and the Brazilian government to bid and select Rio de Janeiro as the host city of the 2016 Olympic and Paralympic Games? As hypothesis, we point that this approach is appropriate to the strategies of each organization in their field to maintain or conquer a dominant position. Superficially, the discourses justified the intentions based on developmental bases of sport, whereas they compose, disguise or soften the political, institutional and personal strategies of visibility and market winning. Then, the general objective is to describe the logics of the political and sportive field, particularly referring to the strategy and positioning identification of the IOC, the bid committee and the Brazilian government to bid and select Rio de Janeiro as 2016 Olympic and Paralympic Games host city. The specific objectives are three. First, to comprehend the sportive field through the main continuities and ruptures of the modern sportive phenomenon, the particularities of the mega-events and the different phases of the Olympic movement. Second, to present the Brazilian political field, emphasizing the social, economic and political-party elements of the first decade of the years 2000. Third, to relate the strategies of each organization on their fields with the bid and selection process of Rio de Janeiro as 2016 Olympic and Paralympic Games host city. The theory of Pierre Bourdieu is the theoretical and methodological reference; therefore, a bibliographical review supports the comprehension of the political and sportive field. Moreover, a documental research on eighteen official sources from the Brazilian government (president's discourses), from the bid committee (bid books) and from the IOC (evaluation reports) were analysed to comprehend the actions related to the process. As results, we discuss five main arguments mobilized in the official documents and discourses that traverse the justifications and objectives with the bid: to host the first Games in South America, to provide a festive experience, to reach the young population, to be part of the transformation in progress in the city and to promote Brazil internationally. From these arguments, part of the data is confirmed and have parallels in the literature while others gain new meanings accordingly to the Brazilian context in that period. As a conclusion, we partially confirm the hypothesis adding other previously unconsidered variables. Then, we provide an interpretation and incentive to new studies to observe the changes or continuities during the preparation and hosting of the 2016 Rio Olympic and Paralympic Games beyond the bidding and selection process.

Key words: Sport. Olympic Games. Rio de Janeiro 2016. Brazil. Mega-events.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – QUANTIDADE DE ATLETAS PARTICIPANTES NOS JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO, CONFORME GÊNERO, E PERCENTUAL DE MULHERES – 1896-2012	94
FIGURA 2 – NÚMERO DE TERRITÓRIOS QUE RECEBERAM TRANSMISSÃO TELEVISIVA E DELEGAÇÕES PARTICIPANTES DOS JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO – 1896-2012	96
FIGURA 3 – RECEITAS DO COI POR CICLO OLÍMPICO, EM MILHÕES DE DÓLARES – 1993-2012	98
FIGURA 4 – ESQUEMA DE RELAÇÕES ENTRE PRINCIPAIS INVESTIDORES E DESPESAS NOS PAÍSES SEDE DE JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS	101
FIGURA 5 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS ESPECÍFICOS E DE SUPORTE PARA OS JOGOS OLÍMPICOS – 1964-2008	102
FIGURA 6 – ARGUMENTOS E JUSTIFICATIVAS PARA SEDIAR OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	104
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO PIB DAS PRINCIPAIS POTÊNCIAS ECONÔMICAS MUNDIAIS – 2003-2010	171
FIGURA 8 – ORGANOGRAMA DO COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016	220
FIGURA 9 – RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO “OLYMPLOGIC” SOBRE AS CIDADES ASPIRANTES AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016	244
FIGURA 10 – INTERVALO DE NOTAS MÍNIMAS E MÁXIMAS DOS ONZE CRITÉRIOS DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO PARA AS CIDADES ASPIRANTES À SEDE DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016	246
FIGURA 11 – COMPARATIVO DA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA CONDUZIDA PELO COI SOBRE ACEITAÇÃO DA CANDIDATURA OLÍMPICA DE CHICAGO, TÓQUIO, RIO DE JANEIRO E MADRI NESSAS CIDADES E RESPECTIVOS PAÍSES – 2009	251

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TEMAS E PERÍODOS NA HISTÓRIA DO ESPORTE	67
QUADRO 2 – TIPOS E DIMENSÕES DE EVENTOS PÚBLICOS	86
QUADRO 3 – ELEMENTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	90
QUADRO 4 – FATOS OCORRIDOS DURANTE OS CICLOS OLÍMPICOS DE ELEIÇÃO E REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS NO RIO DE JANEIRO 2016	115
QUADRO 5 – COMPOSIÇÃO DO COMITÊ INTERNACIONAL PARA OS JOGOS OLÍMPICOS, COM RESPECTIVOS PAÍSES DE ORIGEM E OCUPAÇÃO DOS MEMBROS – 1894	119
QUADRO 6 – LISTA DE DECRETOS E DECRETOS-LEI RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL – 1941-1944	201
QUADRO 7 – DATAS DOS PROCESSOS DE CANDIDATURA PARA SEDIAR OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016	215
QUADRO 8 – FUNÇÕES, RESPONSÁVEIS E CARGOS OCUPADOS PELOS MEMBROS DO COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016	221
QUADRO 9 – TEMAS, TÓPICOS E RESPOSTAS DO SUMÁRIO EXECUTIVO DA CANDIDATURA RIO 2016	224
QUADRO 10 – TEMAS DO DOSSIÊ DE CANDIDATURA E DIVISÃO POR VOLUMES DO RIO 2016	226
QUADRO 11 – AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DO COI SOBRE A PROPOSTA DO RIO DE JANEIRO COMO CIDADE ASPIRANTE AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016	248

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO PARA CLASSES DE EVENTOS DE ACORDO COM SEUS TAMANHOS	91
TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO POR TAMANHO DE EVENTOS SELECIONADOS	92
TABELA 3 – RECEITAS DA CANDIDATURA RIO 2016, POR FASE	217

LISTA DE SIGLAS

CBD	Confederação Brasileira de Desportos
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
Mercosul	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
TOP	<i>The Olympic Partners</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 METODOLOGIA.....	22
2 A TEORIA SOCIOLÓGICA DE PIERRE BOURDIEU	32
2.1 O CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO E A ECONOMIA DAS TROCAS LINGUÍSTICAS	32
2.2 OS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS <i>BOURDIEUSIANOS</i>	39
2.3 AS ANÁLISES DO CAMPO ESPORTIVO.....	51
3 ESPORTE, MEGAEVENTOS E JOGOS OLÍMPICOS: APROXIMAÇÕES	65
3.1 ESPORTE: CONCEPÇÃO MODERNA E POLISSÊMICA.....	65
3.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: SUBSÍDIOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	79
3.2.1 O debate conceitual	81
3.2.2 A proporção e o crescimento: dados quantitativos	93
3.2.3 Os argumentos simbólicos: dados qualitativos	104
3.3 JOGOS OLÍMPICOS: O ENCONTRO ARISTOCRÁTICO SE TORNOU “MEGA”... 114	
3.3.1 Fase de estabelecimento (1896-1912)	118
3.3.2 Fase de afirmação (1920-1936)	121
3.3.3 Fase de conflito (1948-1980)	122
3.3.3.1 Melbourne 1956: a primeira vez no hemisfério sul.....	124
3.3.3.2 Tóquio 1964: a expansão ao continente asiático	126
3.3.3.3 Cidade do México 1968: os Jogos para além do “primeiro mundo”	128
3.3.4 Fase profissional (1984-2012)	131
3.3.4.1 Los Angeles 1984: o modelo comercial em evidência	132
3.3.4.2 Seul 1988: o retorno à Ásia	135
3.3.4.3 Barcelona 1992: o trunfo para o “desenvolvimento” urbano	137
3.3.4.4 Atlanta 1996: novos valores em evidência	140
3.3.4.5 Sidney 2000: uma Austrália “multicultural”	142
3.3.4.6 Atenas 2004: volta às origens com novos dilemas	145
3.3.4.7 Pequim 2008: novos territórios com velhos dilemas.....	147
3.3.4.8 Londres 2012: no velho mundo, novos discursos	149

4 “NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS”: O BRASIL COM LULA.....	153
4.1 “PAIXÃO, CRIATIVIDADE, ALEGRIA”: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA BRASILIDADE E DA MODERNIDADE BRASILEIRA	154
4.1.1 O Brasil se descobrindo: de Cabral aos dias atuais.....	155
4.1.2 Modernidade à brasileira: o drama periférico	161
4.2 GIGANTE, SÓ PELA PRÓPRIA NATUREZA? O BRASIL EMERGENTE.....	165
4.2.1 O sistema internacional e a posição do Brasil no século XXI.....	167
4.2.2 A política externa brasileira nos anos Lula (2003-2010).....	173
4.2.3 O esporte na política externa: a oportunidade de ouro	183
4.3 PARA ENTERRAR O COMPLEXO DE VIRA-LATAS: A POLÍTICA BRASILEIRA PARA O ESPORTE INTERNACIONAL.....	187
4.3.1 O esporte e as dinâmicas internacional-nacional	189
4.3.2 A institucionalização do movimento olímpico brasileiro no século XX.....	196
4.3.3 O cenário de preparação: as candidaturas olímpicas anteriores e o Rio 2007	204
5 “CHEGOU NOSSA HORA”: A CANDIDATURA E ELEIÇÃO RIO 2016.....	213
5.1 AS ETAPAS DO PROCESSO DE CANDIDATURA E ELEIÇÃO 2016.....	213
5.2 CANDIDATURA RIO 2016: COMPOSIÇÃO E ARGUMENTOS	219
5.2.1 Composição do comitê de candidatura Rio 2016 e propostas gerais	219
5.2.2 Os primeiros jogos na América do Sul	227
5.2.3 Uma experiência festiva	230
5.2.4 Alcance no número de jovens	232
5.2.5 Uma transformação em progresso	235
5.2.6 A promoção do Brasil no exterior	238
5.3 AS AVALIAÇÕES DO COI E AS DEMAIS CANDIDATURAS	242
6 CONCLUSÃO: ALTIUS, CITIUS, FORTIUS... DITIUS?	253
6.1 ALTIUS: O COI E A SUPERAÇÃO DE UMA “BARREIRA”.....	254
6.2 CITIUS: O COMITÊ DE CANDIDATURA “CORRENDO CONTRA O TEMPO”	258
6.3 FORTIUS: O BRASIL EM BUSCA DA “HIPERTROFIA” INTERNACIONAL	263
6.4 DITIUS? SOBRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA PESQUISA	266
REFERÊNCIAS	270
APÊNDICE	306

1 INTRODUÇÃO

Dia 02 de outubro de 2009. Por volta das 14 horas no horário oficial brasileiro, o presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Jacques Rogge, abriu um envelope e mostrou ao mundo o nome da cidade eleita para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos¹ de 2016: Rio de Janeiro.

Na praia de Copacabana, cerca de 50 mil pessoas que assistiam a transmissão da eleição ao vivo em um telão começam a celebrar. Em Copenhague (Dinamarca), local do anúncio, os representantes da delegação brasileira saltam de suas cadeiras para comemorar. Entre eles, o então presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB)² e do comitê de candidatura Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman, e o então ministro do esporte, Orlando Silva Júnior. Tais imagens, praticamente simultâneas, foram veiculadas nas mídias de diversos países e estarão eternizadas na história do esporte brasileiro, pois ilustram o ápice de uma trajetória relativamente longa de candidaturas olímpicas nacionais.

Isso porque antes da candidatura bem sucedida para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o Brasil tentou sediar esse evento em outras oportunidades. Rubio (2010a) afirma que a primeira³ tentativa aconteceu em 1927, quando a cidade do Rio de Janeiro visava sediar os Jogos Olímpicos de 1936. Mas no ápice da crise econômica mundial em 1929, o país desistiu da candidatura e Berlim (Alemanha) tornou-se a cidade-sede para aquela edição. A tentativa seguinte ocorreu no final da década de 1980, quando houve uma postulação da cidade de Brasília para sediar os Jogos do ano 2000. Mas, novamente, houve a desistência antes mesmo da reunião do COI em que decidiria qual seria a cidade-sede (RUBIO, 2010a). Naquela oportunidade, a cidade de Sidney (Austrália) foi eleita.

Na década de 1990, os dirigentes voltaram a se organizar, dessa vez visando tornar o Rio de Janeiro sede do evento em 2004. Com o insucesso nesta eleição, vencida por Atenas (Grécia), o COB focou na organização dos Jogos Pan e Parapan Americanos de 2007 (Rio

¹ A grafia “paralímpico” é utilizada em substituição à “paraolímpico”, conforme mudança adotada pelo respectivo Comitê no Brasil. Assim, “paralímpico” é utilizado para se referir ao evento e instituições, embora os documentos oficiais brasileiros ainda utilizem a versão anterior, com a justificativa que sua forma modificada ainda não foi adicionada no vocabulário ortográfico nacional (BRASIL, 2012a). Por isso, seguimos a ortografia utilizada pelo documento ou instituição à qual nos referimos.

² Em agosto de 2014, o COB mudou sua insígnia para “Comitê Olímpico do Brasil” (BRASIL, C., 2014). Nesta tese, optamos por utilizar o nome corrente no período histórico descrito.

³ O jornal O Estado de São Paulo, no início de 1919, noticiava que o Brasil buscava sediar os Jogos Olímpicos, adiando a edição de 1920 para 1922, pois coincidiria com o centenário da independência, porém o insucesso no convencimento ao COI sequer colocou o país entre os candidatos (BATISTA, 2012).

2007), com o discurso de que seria importante adquirir experiência em um evento multiesportivo de proporção continental antes de aspirar aos Jogos Olímpicos. Entretanto, apesar das futuras infraestruturas e experiências que seriam adquiridas, em 2006 um novo malogro aconteceu na concorrência à sede da edição de 2012, vencida por Londres (Inglaterra).

Seguida à realização do Rio 2007, novamente a cidade se candidatou aos Jogos Olímpicos, dessa vez para o ano de 2016. O processo de avaliação para escolha da cidade-sede aconteceu em duas fases principais e pela primeira vez a representante brasileira passou da primeira fase da eleição.

Nesta, sete Comitês Olímpicos Nacionais encaminharam ao COI o nome de uma cidade candidata, representante de seu país, e posteriormente submeteram as respostas de um questionário de postulação da candidatura. As candidatas dessa primeira fase foram: Rio de Janeiro (Brasil), Tóquio (Japão), Chicago (Estados Unidos), Madri (Espanha), Praga (República Tcheca), Baku (Azerbaijão) e Doha (Catar). A segunda fase iniciou com a escolha das cidades semifinalistas Rio de Janeiro, Tóquio, Chicago e Madri (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009a). Conforme as diretrizes para aquele processo de eleição, nessa segunda fase houve a elaboração de um dossiê de candidatura e a visita do comitê avaliador às cidades candidatas, cujo relatório forneceu subsídios aos membros votantes do COI naquela eleição para apreciação das qualidades e limitações das quatro concorrentes (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007).

Todo o processo de preparação, postulação de candidaturas, competição e seleção entre as cidades exige relevante investimento em recursos humanos e financeiros⁴ pelas candidatas com um considerável risco de insucesso. Essa dinâmica nos leva ao questionamento sobre as razões e as estratégias pelas quais se dá o envolvimento de instituições, cidades e países para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Importante ressaltar que os Jogos atualmente agregam os movimentos olímpico e paralímpico, com os Jogos Paralímpicos acontecendo poucas semanas após os Olímpicos e utilizando a mesma vila para os atletas e instalações acessíveis aos dois públicos. Nas exigências, incluem-se as apropriações necessárias aos Jogos Paralímpicos, bem como a participação dos respectivos comitês e federações no processo de candidatura e eleição. Mesmo com o crescimento recente desse movimento, aparentemente as decisões têm um peso

⁴ Segundo o comitê organizador, para a candidatura do Rio de Janeiro foram investidos pouco mais que R\$ 80 milhões de reais (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a), embora a Controladoria-Geral da União indique o total de R\$ 89.658.241,03 entre investimentos do Ministério do Esporte, repasses ao COB e convênios (BRASIL, 2012b).

significativo pelo lado olímpico, não existindo a mesma autoridade ou grau de poder dessas instituições nesses processos. De fato, esse é um elemento que carece mais informações e debate, porém na necessidade de estabelecer cortes para a pesquisa, levamos em conta somente as instituições olímpicas.

Com base na literatura científica internacional de candidaturas e sedes de eventos passados, enfocamos três grupos de instituições sociais envolvidos nessas mobilizações: os governos, os comitês de candidatura e o COI. Sendo assim, como primeiro grupo, enfocamos as esferas de governo, que precisam aprovar e apoiar a realização dos Jogos Olímpicos, entre outros megaeventos esportivos⁵, em razão das exigências necessárias em infraestrutura e no suporte econômico. Burbank, Andronovich e Heying (2002, p. 180) reconhecem que a opção pela candidatura é uma “estratégia de política pública nova e potencialmente de alto risco para estimular o crescimento econômico local”, já que a busca por destaque e reconhecimento de turistas e da mídia por essa via exige altos investimentos e os benefícios potenciais são altamente intangíveis, no caso da cidade ser selecionada.

Com base em eventos anteriores, alguns autores (ANDRANOVICH; BURBANK; HEYING, 2001; BLACK, 2007; BURBANK; ANDRANOVICH; HEYING, 2002; GONÇALVES; GLYNN, 2008; MASCARENHAS, 2004; PAYNE, 2006; PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008; VIANA, 2010) indicam diversas intenções dos governos, que agrupamos nos seguintes pontos: (1) exposição midiática regional, nacional e internacional; (2) a realização de obras em prazos pré-definidos, atuando como um estímulo ou justificativa para o desenvolvimento de projetos locais e projeção da imagem de alguns políticos; (3) aumento no turismo, atraindo outros eventos, negócios ou mesmo novos residentes; (4) criação, desenvolvimento ou gerenciamento de uma imagem nacional perante o mundo; e (5) a construção, pelos habitantes de um território, de uma visão coletiva sobre eles mesmos e de futuro.

Quando se trata de candidaturas de países de economias não desenvolvidas, outras características são acrescentadas. A classificação desses países segue, grosso modo, as deliberações da Organização das Nações Unidas (ONU) que, para fins de análises, divide os países em economias desenvolvidas, economias em transição e países em desenvolvimento, com base nas condições econômicas básicas – economia baseada em exportação de bases

⁵ Essa terminologia é aprofundada no capítulo 3. Para o momento, apresentamos nossa compreensão de megaeventos esportivos como aqueles eventos que têm uma abrangência, interesse e cobertura televisiva mundial, conforme caracterizou Roche (2000). Sob a égide deste conceito, estão os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado (*Fédération Internationale de Football Association* - FIFA) para homens.

energéticas, renda per capita, índice de endividamento do país, percentual da população subnutrida, mortalidade infantil, proporção de alunos matriculados na escola secundária e taxa de alfabetização (UNITED NATIONS, 2014).

Assim, nos casos de países com economias em transição, como a observação dos autores para a candidatura da África do Sul para a Copa do Mundo FIFA, há um maior envolvimento da iniciativa pública, preocupada com possíveis falhas e o impacto que elas podem ter (BLACK, 2007), uma tentativa de erradicação de preconceitos sobre uma cidade ou país (CORNELISSEN, 2004) e o desenvolvimento humano como foco de candidatura (HILLER, 2000; PILLAY; BASS, 2008). Sobre esta última estratégia, Hiller (2000) reforça que o desenvolvimento social – crescimento econômico e melhorias urbanas – tem sido utilizado como mote ideológico para mobilização e apoio da opinião pública na candidatura desses países, embora devesse ser visto como consequência e não como foco principal. Horne (2007) resume que os megaeventos não podem ser vistos como uma panaceia, ou seja, como a solução para os problemas sociais e econômicos de uma localidade.

Nesse panorama, percebemos que as intenções das esferas governamentais são variáveis de acordo com cada caso. As cidades de países economicamente desenvolvidos, como é o caso principalmente das norte-americanas, japonesas e de alguns países europeus, apresentam objetivos diferentes daqueles dos países considerados como economicamente em transição. Porém, mesmo entre países economicamente pares, ou mesmo de uma mesma cidade em períodos históricos distintos, o contexto em que se busca sediar os megaeventos podem ser variáveis, o que exige o estudo de cada realidade em cada momento histórico.

O segundo grupo de instituições sociais interessadas são aquelas responsáveis pela organização e apresentação oficial da candidatura ao COI. Num primeiro momento, uma organização nomeada como comitê de candidatura é estabelecida e, se a cidade é eleita, ela se torna o comitê organizador dos Jogos. Usualmente, os membros dessas instituições estão relacionados aos Comitês Olímpicos Nacionais. Poucos estudos abordam essas instituições sociais, talvez porque seus interesses estejam diluídos nos interesses do país ou da cidade candidata, ou ainda pela dificuldade em investigar tais instituições privadas. Cornelissen (2004) traz subsídios para essa reflexão quando aborda a legitimação de narrativas com o público doméstico (interno) e internacional (externo) como contingências no processo de candidatura das cidades.

Segundo a autora, domesticamente, as elites precisam estar engajadas para conquistar o apoio necessário nas fases internacionais de disputa. Podemos interpretar que essas elites são pessoas interessadas na promoção do evento – como profissionais da área esportiva (Comitê

Olímpico Nacional, federações e confederações, atletas) e empresários do setor imobiliário, de infraestrutura, de comunicações e de transporte, entre outros – que não necessariamente estão relacionadas ao governo, visto que este, em alguns casos, também precisa ser “convencido” a apoiar a candidatura.

Ainda conforme Cornelissen (2004), a contingência externa se caracteriza como extensa barganha e negociação entre os Estados a partir de laços ou lealdades políticas e econômicas. Concordamos com tal argumento, ampliando a atenção para a negociação internacional que também se dá entre os membros representantes dos Comitês Olímpicos Nacionais que votam nas eleições das cidades-sede. Sem necessariamente considerar as acusações de compra de votos e de corrupção durante as eleições de cidades-sede para megaeventos, conforme tem sido discutido por alguns autores (BOOTH, 2011; JENNINGS, 2011; LENSKYJ, 2000; SENN, 1999; SIMSON; JENNINGS, 1992), pode ser interessante para os dirigentes votantes no processo eletivo que os eventos aconteçam em seu continente ou a partir de outros critérios de proximidade de relações internacionais com seu país, de alguma forma que suas próprias posições e funções possam ser beneficiadas ou privilegiadas (CORNELISSEN, 2004; DESAI; VAHED, 2010).

Além dos pontos mencionados pela literatura como interesses dessas instituições sociais, poderia se pensar – mesmo que de reconhecida dificuldade para comprovação empírica – nos benefícios, políticos e sociais, particulares dos seus dirigentes, assim como a captação de investimentos para promoção do esporte em seu país.

A terceira instituição social que destacamos como grande interessada na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos é o próprio COI. Apesar da promoção de outras atividades que fazem parte da filosofia do Olimpismo com variados graus de sucesso (CROWTHER, 2004), o COI continua focado nos Jogos Olímpicos, que tem gerado consideráveis e exponenciais recursos financeiros desde a década de 1980 (CHAPELLET; KUBLER-MABBOOTT, 2008; PAYNE, 2006). O foco nos eventos pode ser justificado por alguns de seus resultados, apresentados na sequência.

Os Jogos de verão em Pequim 2008 foram transmitidos para 220 territórios. Para efeito de comparação, a ONU possui 192 Estados membros⁶ (UNITED NATIONS, 2011). Buscando a propagação de suas marcas para esse extenso público, os doze patrocinadores mundiais

⁶ Essa diferença na quantidade de países pode ser explicada porque a ONU possui diversos pré-requisitos para aceitar um Estado como membro, como disputas regionais por territórios ou a implantação de governos tiranos e/ou ditatoriais (UNITED NATIONS, 2011), controle que não acontece na contabilização dos territórios que recebem as transmissões televisivas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

investiram US\$ 866 milhões no período de 2005 a 2008. Patrocinadores locais, com direitos exclusivos no país onde os Jogos aconteceram, investiram US\$ 1,2 bilhão em Pequim 2008 (51 parceiros). Cerca de 6,5 milhões de ingressos para as competições foram vendidos em Pequim 2008 e 100 empresas pagaram pelo licenciamento de marcas para esses Jogos e os de inverno em Turim 2006. No mesmo período temporal, pela venda de direitos de transmissão, patrocínio, venda de ingressos e licenciamento de marcas, o COI arrecadou US\$ 5,45 bilhões (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c). Para efeitos de comparação, o valor médio que o COI administrou por ano, cerca de US\$ 1,362 bilhão, é maior que o valor investido pelo governo federal brasileiro em esporte durante quatro anos (2005-2008), que foi R\$ 2,341 bilhões (ALMEIDA, B., 2010)⁷.

Diversos estudiosos criticam a forma de administração do esporte pelo COI, por considerarem excessiva a comercialização de seus eventos e danosas as suas consequências (HILL, 1996; LENSKYJ, 2000; MAGDALINSKI; NAURIGHT, 2005; SENN, 1999; SIMSON; JENNINGS, 1992). Crowther (2004) considera que existe um paradoxo entre fatos decorrentes dos Jogos em si – como corrupção, elitismo, ultra-nacionalismo, discriminação étnica, gênero e idade, uso de drogas (doping), monopólios, interesses financeiros entre outros problemas associados – e a filosofia do movimento olímpico, que prega justamente o oposto dessas questões.

Apesar da crítica e de resistências à gestão do esporte olímpico moderno, principalmente por parte de pesquisadores de países que sediaram os Jogos, o interesse por parte de países candidatos se mantém. O COI tem investido na estratégia de realização dos eventos em mercados economicamente emergentes, fora do eixo daqueles países considerados economicamente desenvolvidos, como foi em Pequim 2008, nos Jogos de inverno em Sochi (Rússia) 2014 e no de verão no Rio de Janeiro em 2016. Essa pode ser uma forma de enfrentar parte das resistências aos eventos e manter sua arrecadação ao explorar novos mercados consumidores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Um reforço nesse argumento pode ser considerado quando observamos o interesse de países tido como “periféricos” para sediar outros grandes eventos esportivos. Evidenciamos a Copa do Mundo da FIFA, que através de uma proposta de rodízio entre os continentes que sediariam o evento, elegeu a África do Sul como sede para o ano de 2010 e o Brasil para 2014.

⁷ De acordo com a Receita Federal, a média da cotação do dólar de 2005 a 2008 foi de R\$ 2,1007 (BRASIL, 2008a). Dessa forma, consideramos que o valor administrado anualmente pelo COI no período foi de R\$ 2,86 bilhões, ou seja, R\$ 520 milhões a mais que o valor investido pelo governo federal brasileiro em quatro anos.

Mesmo após a reconsideração do sistema de rodízio, houve a eleição da Rússia para o evento de 2018 – superando a candidatura da Inglaterra e as candidaturas em conjunto de Holanda e Bélgica e de Espanha e Portugal – e do Catar para o evento de 2022 – que superou as candidaturas dos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Austrália (FIFA, 2010).

Após essa exposição introdutória, refletimos sobre a compatibilidade e a conjunção necessária entre estes três grupos de instituições sociais, conforme seus respectivos graus de atuação, para que a eleição de uma cidade-sede aconteça ou, mais especificamente para o caso de nosso interesse, do Rio de Janeiro para o evento de 2016. Assim, a questão que norteia este estudo é apresentada da seguinte maneira: **quais as lógicas de funcionamento dos campos esportivo e político que estão relacionadas aos posicionamentos do COI, do comitê de candidatura e do governo brasileiro para a estratégia de candidatura e eleição do Rio de Janeiro como a cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016?**

Temos como hipótese que essa aproximação para a candidatura e posterior eleição se deu como uma estratégia pertinente às lógicas de funcionamento de cada instituição em seu respectivo campo de atuação para manutenção ou busca de uma posição dominante. Apesar de, na aparência, os discursos oficiais trazerem justificativas do esporte como promotor do desenvolvimento individual de seus praticantes, revestido de tons “salvacionistas” e “evangelizadores”, eles compunham, disfarçavam ou amenizavam as estratégias políticas, institucionais e pessoais de visibilidade e conquista de mercados. Para o COI, a visibilidade e o posicionamento internacional emergente do Brasil como potência mundial e sua pretensa posição como liderança regional na América Latina e em especial na América do Sul, que dá abertura para a presença e influência do movimento olímpico nesse mercado (de práticas corporais e de consumo com possível interesse financeiro para seus patrocinadores), oportunizou sua inserção numa região do globo em que os Jogos Olímpicos nunca tinham sido realizados. Já para o governo brasileiro, as possibilidades de visibilidade e posicionamento internacional, proporcionadas pela execução dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, eram compatíveis com a visão e implantação da política externa exercida pelo grupo político no poder naquele momento. E no comitê de candidatura, consideramos que muitos de seus membros, que não representavam as instituições públicas, estavam diretamente relacionados ao COB, portando consigo o *habitus* do campo esportivo, em que a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos é uma ocasião privilegiada para colocar o esporte em evidência, assim como suas próprias posições de dirigentes esportivos, na mídia e nas instituições nacionais e internacionais, conquistando com isso capitais e reconhecimento.

A partir da pergunta problema, estabelecemos como objetivo geral compreender algumas das lógicas de funcionamento do campo esportivo e político, especialmente no que se refere a identificação das estratégias e dos posicionamentos do COI, do comitê de candidatura e do governo brasileiro para a candidatura e eleição do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. São objetivos específicos: (1) descrever o campo esportivo através de uma leitura das principais continuidades e rupturas do fenômeno esportivo moderno, as especificidades de sua manifestação como megaevento e as diferentes fases do movimento olímpico; (2) apresentar o campo político brasileiro, com ênfase em alguns aspectos sociais, econômicos e político-partidário, especialmente sobre sua política internacional, da primeira década dos anos 2000; e (3) relacionar as estratégias das instituições em seus respectivos campos com o processo de candidatura até a eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A construção do presente estudo se deu de forma progressiva e paralela entre os acontecimentos históricos do país durante a preparação e sede de grandes eventos esportivos e minha trajetória acadêmica.

As primeiras experiências de “curiosidade sociológica” foram proporcionadas pela disciplina de Sociologia do Esporte em 2006, durante a graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, que resultou no interesse em estudar os Jogos Pan-Americanos Rio 2007 e seus patrocinadores como objeto da monografia (ALMEIDA, 2007).

Esse primeiro estudo inspirou uma relativa continuidade no mestrado, iniciado logo após a conclusão da graduação, através da abordagem do financiamento do COB e sua relação com o governo federal, identificada durante a monografia. Pelo acompanhamento das atividades do COB e os resultados da dissertação de mestrado (ALMEIDA, B., 2010), as fases de candidatura até as eleições do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 chamavam a atenção por reforçar alguns dos dados obtidos na pesquisa e abrir para novas possibilidades e perspectivas de leitura do campo esportivo e político brasileiros.

Nessa observação permanente, era visível algumas inconsistências de discursos, ações e compreensões dos dirigentes esportivos e autoridades políticas sobre o esporte. Entre essas inconsistências estava o destaque excessivo sobre a questão dos legados, que vinham sendo colocados como expectativa de razões ou consequências positivas, mas desconstruído quando se comparava àqueles provenientes do Rio 2007. Nessa esteira, embora os legados de megaeventos tenham sua importância e sua efetividade só seja possível com um planejamento prévio (ALMEIDA; MEZZADRI; MARCHI JÚNIOR, 2009), a compreensão não exclusiva do “pós-Jogos” é necessária. Compreender as posições e as lógicas de ação das instituições que

interagem e atuam ainda na fase de candidatura e eleição auxilia a visualizar o início do processo, que posteriormente poderá colaborar para o exame dos beneficiários e benefícios, ou prejudicados e prejuízos, antes, durante e após a realização dos Jogos.

Entendemos que essa potencialidade do presente estudo traduz-se em colaborações para as áreas de estudos da Sociologia do Esporte e Políticas Públicas, assim como em suas temáticas de estudo sobre os megaeventos esportivos, o esporte olímpico e ainda do esporte como um dos elementos da política externa dos Estados nacionais. Existe uma tendência de apropriação de conhecimentos de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais visando à compreensão do fenômeno esportivo que adquire progressiva significância acadêmica e social. No caso do Brasil, os esforços de profissionais de Educação Física, que buscam compreender um de seus objetos de estudo com o suporte dessas áreas, podem colaborar no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e gerenciais de suas ações. Temos como intenção colaborar para a área no país e – tomadas as devidas proporções – em outros países que venham a buscar sediar megaeventos esportivos.

Como uma colaboração social, as reflexões as quais propomos poderão fornecer subsídios para uma “compreensão rigorosa do mundo” que, na visão de Bourdieu (2010, p. 08) “é um dos instrumentos mais poderosos com que contamos”. Desvelar os interesses refletidos nas dinâmicas de candidatura, eleição e realização desse evento é uma contribuição da universidade pública com o conhecimento científico e em seu papel social de trazer subsídios à sociedade sobre as questões que as rodeia e afeta diretamente.

No caso do Rio 2016, é preciso entender a realização do evento para além de uma festividade e a promessa de benefícios. Isso porque existe um investimento previsto de 25% do orçamento do comitê organizador proveniente da iniciativa pública, além de todos os recursos para infraestrutura da cidade (aeroportos, energia, segurança, saúde, transporte, meio ambiente, etc.), para a prestação de serviços públicos em benefício da iniciativa privada (organização do evento), para a cobertura de eventuais déficits operacionais do comitê organizador, para a criação de exceções na política fiscal e ainda para amenizar os critérios de entrada de turistas estrangeiros no país (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a). Esse “estado de exceção”, ou seja, a modificação e aprovação de legislação apenas para atender às necessidades para realização do evento, carece de discussões e consultas populares prévias. Entretanto, entendemos que a reflexão sobre essas questões, entre outros temas, tem emergido na agenda científica da Educação Física brasileira desde a eleição – como algumas dessas novas referências que estão presentes neste texto – e tendem a estarem presentes nos próximos anos, atuando como um dos marcos históricos da área no país. Vale ressaltar ainda que o

questionamento público, mesmo que no Brasil tenha vindo “tarde demais”, pode ter colaborado para uma agenda internacional de revisão das candidaturas aos megaeventos esportivos, especialmente pela impopularidade dessas empreitadas em alguns países a partir de referendos recentemente realizados (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2014).

Acreditamos que a leitura acadêmica crítica também tenha contribuído com a reverberação na mídia e nas manifestações sociais, compondo as pressões que repercutiram de forma a indicar as novas propostas de reformulação do movimento olímpico por parte do COI para serem adotadas em 2020. Entre as recomendações dessa reformulação, três delas contemplam o processo de candidaturas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos: formatar o processo de candidatura como um convite; avaliar as cidades candidatas pela apreciação de oportunidades e riscos chave e redução dos custos da candidatura (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014a). Alguns desses desafios, ou porque eles foram instaurados nessa agenda, estão contemplados nos próximos capítulos.

1.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa, por buscar uma compreensão profunda e ampla de um caso específico – a candidatura e eleição do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 –, de forma inédita, em que se reconhece a impossibilidade de generalizações dos resultados para outros casos (GIL, 1987; MARTINS, 2004). Com relação aos procedimentos técnicos, partimos de duas vertentes: a documental e a bibliográfica.

A abordagem documental visa acessar informações não tratadas analiticamente em materiais de natureza diferente dos bibliográficos, mas que tem relação direta para compreensão do objeto (GIL, 1987). Esses documentos são compostos por manifestações públicas feitas pelas três instituições sociais estudadas: governo brasileiro, COI e comitê de candidatura.

Foram selecionadas as oito declarações realizadas pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em que constavam menções sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no período compreendido entre 23 de junho de 2008 (anúncio de apoio à candidatura) até 02 de outubro de 2009 (dia da eleição em Copenhague). As declarações são dois discursos, cinco entrevistas e uma mensagem, nas seguintes circunstâncias apresentadas em ordem cronológica: (1) Discurso durante a solenidade de anúncio de medidas de apoio à candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 em 23 de junho de 2008 (LULA DA SILVA, 2008a); (2) Entrevista exclusiva concedida por escrito à agência Xinhua, da China

em 23 de junho de 2008 (LULA DA SILVA, 2008b); (3) Entrevista exclusiva concedida por escrito à agência Xinhua, da China em 04 de agosto de 2008 (LULA DA SILVA, 2008c); (4) Entrevista exclusiva concedida por escrito ao Diário do Povo, da China em 08 de agosto de 2008 (LULA DA SILVA, 2008d); (5) Entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, após reunião com representantes do COI em 30 de abril de 2009 (LULA DA SILVA, 2009a); (6) Mensagem do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, durante apresentação da candidatura Rio 2016 em 17 de junho de 2009 (LULA DA SILVA, 2009b); (7) Discurso na sessão de apresentação da candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em 02 de outubro de 2009 (LULA DA SILVA, 2009c); (8) Entrevista coletiva pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, após o anúncio da escolha da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016 em 02 de outubro de 2009 (LULA DA SILVA, 2009d).

Por parte do COI, durante todo o processo de candidatura para os Jogos de 2016, foram tornados públicos seis documentos: (1) os procedimentos e questionários para inscrição de candidatura 2016 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007); (2) o relatório do grupo de trabalho para aceitação das candidaturas 2016, divulgado em março de 2008 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008a); (3) os procedimentos e questionários para as candidatas 2016, divulgado em junho de 2008 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008b); (4) a biografia dos membros da Comissão de Avaliação do COI para 2016 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008c) (5) o relatório da Comissão de Avaliação do COI para 2016, divulgado em 2009 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009a); e (6) os membros que não tiveram direito ou não estavam aptos a votar na eleição da cidade-sede para 2016 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009b). Todos os documentos auxiliam na descrição do processo de candidatura à sede das cidades, sendo que os relatórios de avaliação foram especialmente úteis para compreender como a candidatura do Rio de Janeiro foi vista pela comissão do COI. Além desses documentos, existem outros 28 manuais técnicos e 10 documentos complementares, com especificações mais detalhadas que deveriam ser seguidas pelas candidatas que são mencionados nos documentos consultados, mas não estavam acessíveis para o público.

Já por parte do comitê de candidatura Rio 2016, tivemos acesso a cinco documentos: (1) o sumário executivo para a primeira fase da candidatura (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a); (2) a carta de apoio das três instâncias governamentais e do COB à candidatura Rio 2016 (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008b); (3) o dossiê de candidatura do Rio de Janeiro para 2016, composto por três volumes (COMITÊ DE

CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, 2009b, 2009c); (4) o contrato de cidade-sede, assinado pelo COI, COB e prefeito do Rio de Janeiro (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009d); e (5) a lista de colaboradores da equipe Rio 2016, consultores e conselheiros que colaboraram na construção dos cadernos de candidatura⁸.

É importante ressaltar que os discursos – tanto no sentido literal, daqueles realizados pelo presidente Lula em situações solenes, quanto no sentido de difusão de ideias através de documentos escritos – são objetos de nossa análise enquanto documentos, mas não propomos aqui uma “análise do discurso” como ferramenta metodológica. Embora compreendamos que essa linha de abordagem fosse possível e até existam pontos de aproximação com nossa escolha teórica-metodológica com os preceitos analíticos e interpretativos da análise do discurso, nesse estudo optamos pela utilização desses materiais enquanto fontes que fazem parte da composição do cenário investigado, sendo por isso relevantes, mas sem tomar o papel de objeto central de análise.

Além da pesquisa documental, com a pesquisa bibliográfica visamos alcançar informações que se encontram dispersas temporalmente na produção científica e que podem fornecer subsídios para os objetivos desta investigação. Para isso, realizamos o levantamento de fontes bibliográficas (GIL, 1987), em que foram sondados principalmente artigos científicos nacionais e internacionais, livros e trabalhos de pós-graduação.

Os artigos científicos foram consultados conforme disponibilidade de acesso a partir de busca nos seguintes bancos de dados: OneFile, Web of Science (Social Sciences, Science Expanded, Arts & Humanities Citation Indexes), SciVerse ScienceDirect (Elsevier), Emerald Management eJournals, SAGE Journals, Wiley Online Library, Arts & Sciences (JSTOR), Sage Publications (CrossRef), SpringerLink, MEDLINE (NLM), Oxford Journals, Scielo, SpringerLink (MetaPress), Wiley Online Library, Cairn, Directory of Open Access Journals e SpringerLink Open Access. Os livros consultados estavam nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, conforme a disponibilidade no acervo das bibliotecas da UFPR e da

⁸ O sumário executivo, da primeira fase da candidatura, não está mais disponível em websites oficiais, mas seu download em junho de 2009 possibilitou sua utilização nessa pesquisa. O documento que contém a carta de apoio também não está no website oficial dos Jogos de 2016, mas até 2013 estava disponível no website da Câmara do Rio de Janeiro, como parte dos documentos pertencentes ao plano diretor da cidade. Já o dossiê de candidatura e o contrato da cidade sede estavam disponíveis no website oficial dos Jogos de 2016 em agosto de 2013. Também estava disponibilizado no site do balanço de planejamento do governo federal 2003-2010 a lista de colaboradores na construção dos cadernos de candidaturas, documento que não se encontrava em nenhuma outra plataforma no ano de 2014.

University of Chichester, sendo estes acessados durante o período de realização do estágio de doutoramento (doutorado sanduíche)⁹.

Após esse mapeamento inicial, o material essencial foi selecionado em uma segunda etapa. Essa seleção se deu conforme as temáticas e objetivos específicos para o conteúdo dos capítulos, conforme apresentação na sequência.

O capítulo 2 é composto pelo referencial teórico-metodológico desta pesquisa, baseada na perspectiva teórica do autor francês Pierre Bourdieu. Sua utilização não está limitada a interpretação a partir da aplicação de uma determinada metodologia, já que não pretendemos utilizar conceitos ou a teoria como instrumentos descontextualizados, não aplicados ao objeto de estudo. Bourdieu (2007c, p. 27) indica: “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa”. Isso quer dizer que nossa leitura sobre a inserção das organizações aqui em voga em campos e o uso de estratégias pertinentes às suas intenções de conquista ou manutenção em posições dominantes compõem a “estenografia conceitual” desta pesquisa. Assim, a construção do problema, bem como os objetivos e as opções metodológicas fazem parte da coordenação entre teoria e metodologia a partir deste autor.

Não queremos dizer, aqui, que Bourdieu propõem um modelo metodológico de pesquisa, da mesma forma que outros autores o fazem para caracterizá-la e limitá-la dentro de parâmetros, técnicas e ferramentas que são “cientificamente aceitas”, em grande medida pela influência dos métodos positivistas e das Ciências Naturais (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004). O método, proposto pelo autor que apresentamos aqui, tem um caráter epistemológico de apropriação e alinhamento teórico-metodológico para abordagem do presente objeto de estudo. Há que se reforçar a condição relacional do objeto para delinear suas propriedades, que introduz o primeiro preceito de um “método” da Sociologia Reflexiva: “pensar **relacionalmente**” (BOURDIEU, 2007c, p. 28, grifo do autor).

Na esteira desse preceito está o primeiro passo da análise de um campo: a análise da “posição do campo frente o campo do poder” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 159). A utilização da expressão campo do poder se dá em detrimento a “classe dominante”, já colocando em prática a perspectiva do pensamento relacional em que se entende não haver detentores de uma realidade tangível chamada poder, mas sim que existe um:

⁹ O estágio de doutoramento foi realizado entre setembro de 2012 e abril de 2013, tendo o financiamento através de bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob o processo número 9443-12-6.

[...] espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão [...] (BOURDIEU, 2010, p. 52)

Em outras palavras, a tarefa inicial é entender a posição do campo estudado frente a outros, qual sua colocação e dos capitais dali específicos nas disputas pelas posições mais privilegiadas do campo do poder. A intenção não se dá no sentido de saber “quem detém” o poder ou “onde” ele está, mas mostrar os relacionamentos que estruturam (ou que modificam a estrutura de) sua distribuição ou ainda da definição de qual é a forma legítima de poder (BOURDIEU, 2007c).

É justamente ao transformar a substancialidade do poder para sua análise relacional que surge uma dificuldade metodológica de apreender os espaços sociais – superação apenas possível através da leitura das propriedades individuais. E assim se apresenta o segundo passo de análise do campo: o mapeamento da “estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma legítima de autoridade específica do campo” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 160).

Nesse ponto, o autor sugere a criação de um instrumento para tabulação das propriedades que caracterizam os diferentes agentes (pessoas e instituições) através do método indutivo, questionando se tais propriedades estão presentes ou ausentes nas demais. Após essa tabulação, analisamos as repetições e agregações necessárias de características equivalentes, sejam estruturais ou funcionais, como uma forma de seleção que seja pertinente ao objeto em questão (BOURDIEU, 2007c). Essa técnica permite “pensar relacionalmente” de maneira dupla, tanto pelos agentes como pelas propriedades.

O terceiro e último passo para análise do campo é “analisar os *habitus* dos agentes”, as posições objetivas e disposições, ou tomadas de posições, decorrentes deles (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 160). Isso significa que, após compreender quem são os agentes que constituem o campo, é preciso analisar de que forma seus *habitus*, conceito a ser discutido posteriormente, influenciam na posição (dominante ou dominado, por exemplo) dos agentes no campo e nas suas tomadas de posição, que se dão através das estratégias de ação, visando à manutenção ou à conversão de tais posições.

Apesar desses passos sugeridos por Bourdieu e Wacquant (2005) dizerem respeito ao estudo de um campo específico, apontamos de maneira introdutória para posterior aprofundamento que, no pensamento relacional, algumas características gerais compõem a chamada teoria dos campos. Mais do que um elemento componente de sua teoria, o interesse

do autor pelas homologias estruturais (entre campos ou entre estados diferentes de um mesmo campo tomando como recurso o método comparativo), que se encontram submersas quando observamos os fenômenos diferentes, são apresentadas como preceito para o reconhecimento de um modelo teórico (BOURDIEU, 2007c; BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004).

Outro argumento que gostaríamos de apresentar no que concerne à opção teórico-metodológica do estudo diz respeito à preocupação por se compreender de que forma um problema social, que se mostra como evidente, legítimo, foi sendo constituído, isto é, socialmente produzido, até tornar-se emergente, passível e eleito para ser estudado. Como exemplificado pelo autor:

[...] e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, [...] para aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema **privado**, particular, singular, se tornasse um **problema social**, num problema público, de que se pode falar **publicamente** – pense-se no aborto, ou na homossexualidade – ou mesmo num problema oficial, objecto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis ou decretos (BOURDIEU, 2007c, p. 37, grifos do autor).

Essa citação nos chama a atenção pela sua semelhança ao caso aqui estudado. Os Jogos Olímpicos, inicialmente apresentados como excentricidades de um grupo de aristocratas franceses ignorados por relevante número de praticantes esportivos (GUTTMANN, 1992), numa realidade que poderíamos considerar como um problema “privado”, hoje se apresentam em proporções que mobilizam uma enorme audiência mundial e leva os países sede a um “estado de exceção” para cumprir com as exigências de sua realização.

Compreender de que forma os Jogos Olímpicos se tornaram “problemas legítimos”, particularmente para a sociedade brasileira, exige-nos recuperar a história social de sua emergência. É na junção desse fator – a emergência dos problemas sociais – com o que abordamos anteriormente em relação ao interesse pelas homologias estruturais, que justificamos a retomada bibliográfica das sedes anteriores dos Jogos Olímpicos, dos megaeventos esportivos e do próprio fenômeno esportivo, internacionalmente e no Brasil, para compreensão das suas transformações e emergências atuais.

No capítulo 3, para abordagem do esporte e no contexto dos megaeventos esportivos, assim como os Jogos Olímpicos propriamente ditos, as referências foram os trabalhos científicos nacionais e internacionais da Sociologia do Esporte. Nessa etapa, o embasamento é dado pelas discussões do conceito de esporte moderno e seus usos, ou seja, as concepções sobre seu “papel social”, sentidos e significados. Mais especificamente, buscamos compreender “de que esporte” se fala quando tomamos como objeto de análise os megaeventos esportivos. Na

seleção do material, foram excluídos os artigos de abordagem exclusiva das áreas biológicas do esporte e os livros dirigidos ao público infantil, que descreviam somente os resultados das competições ou com abordagem exclusiva das áreas biológicas do esporte, identificadas pelo título e pela descrição.

No subcapítulo 3.1 (Esporte: concepção moderna e polissêmica) seguimos o “programa” proposto por Bourdieu para os estudos em Sociologia do Esporte, revisando a literatura que aborda sua gênese moderna a partir dos autores que a compreendem como um processo iniciado na Inglaterra entre meados ao final do século XIX. Para essa leitura histórica e social, são utilizados como referência historiadores e sociólogos que investigaram esse processo especialmente sua relação com a “retomada” dos Jogos Olímpicos modernos por Pierre de Coubertin. São apontadas as principais modificações e características atuais do fenômeno, em especial para pensar seu crescimento e internacionalização que resulta no que é descrito como megaeventos esportivos.

Sobre este, no subcapítulo 3.2 (Megaeventos esportivos: subsídios teórico-conceituais) propomos uma análise sobre a terminologia, suas características quantitativas – de proporção e crescimento – e qualitativas – sobre os argumentos simbólicos que os permeiam. Para isso, utilizamos a produção bibliográfica específica tanto de outros megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA, bem como de outros eventos de perfis internacionais com menor nível de participação (por exemplo, os Jogos da Comunidade Britânica – *Commonwealth Games* – e eventos internacionais de somente uma modalidade) ou aqueles de nível regional ou continental (como os Jogos Asiáticos, a Copa Africana de Nações e os Jogos Pan-Americanos), considerados como eventos de “segunda e terceira ordem” (BLACK, 2008; ROCHE, 2000). A busca foi realizada em 2012 pelo termo “*mega-events*” (assunto) em artigos publicados em revistas, excluindo os idiomas finlandês e alemão. Foram excluídos ainda os artigos que possuíam os termos de forma desvinculada ou que “mega” era acrônimo para outros fins. O resultado da busca retornou 207 artigos, porém acessamos apenas 112 textos completos. Tivemos como limitação a indisponibilidade de acesso a revistas e edições com menos de 18 meses, conforme embargo estabelecido por algumas editoras.

No subcapítulo 3.3 (Jogos Olímpicos: o encontro aristocrático se tornou “mega”) revisamos historicamente os Jogos Olímpicos e o movimento olímpico de maneira mais ampla, buscando compreender as modificações e transformações ao longo de sua manifestação

moderna¹⁰, tomando por base a proposta de periodização feita por Rubio (2010b). Sem ignorar a importância de uma visão do todo histórico, assim como das particularidades de cada caso, a autora identifica a existência de quatro fases: fase de estabelecimento (1896 a 1912), fase de afirmação (1920 a 1936); fase de conflito (1948 a 1984); e fase profissional (1988 ao presente).

Ao mesmo tempo, utilizamos alguns casos para investigar de forma mais profunda a participação das instituições sociais em sua promoção, que fossem equivalentes às da nossa pesquisa (governos nacionais, comitês de candidatura e/ou comitês organizadores e COI). Esses casos foram escolhidos por dois critérios. Primeiro, os eventos realizados além do eixo Europa-América do Norte até a década de 1980: Melbourne 1956 (Austrália), Tóquio 1964 (Japão) e Cidade do México 1968 (México). A escolha pela década de 1980 se justifica porque o segundo critério são os eventos a partir de Los Angeles 1984, em que uma nova lógica, profissional e de negócios, foi estabelecida de forma marcante nas edições seguintes, a partir de um modelo que se mantém até hoje. Por isso, examinamos todas as edições a partir daquele evento, com ele incluso: Los Angeles 1984 (EUA), Seul 1988 (Coreia do Sul), Barcelona 1992 (Espanha), Atlanta 1996 (EUA), Sidney 2000 (Austrália), Atenas 2004 (Grécia), Pequim 2008 (China) e Londres 2012 (Inglaterra).

A busca de artigos e livros sobre essas edições teve os termos “cidade”, “ano”, “olympic” (olímpico) e “bid” (candidatura). A inclusão deste último termo se deu porque tentativas anteriores retornaram artigos que abordavam alguma especificidade da edição, ou ainda pesquisas que não tinham nenhuma relação com tais edições, mas apenas traziam o nome da cidade desconectado da data. Essas palavras-chave combinadas se mostraram mais efetivas e resultaram em um material de conteúdo pertinente às expectativas.

Entretanto, pela inexistência de material relativo à Melbourne 1956, houve a necessidade de expansão na busca de fontes. Realizamos uma busca nos artigos dos 127 jornais digitalizados pela biblioteca nacional da Austrália com as palavras “Melbourne” “olympic” “bid” e “Melbourne” “invitation” (convite) “committee” (comitê) entre os anos de 1946 e 1950. Com exceção de notícias não relacionadas aos Jogos Olímpicos em outros jornais, a principal fonte de informação foi o jornal local da cidade de Melbourne intitulado *The Argus*, criado em 1848 e que teve sua última edição no ano de 1956. Durante os anos de 1948 e 1949, foram veiculadas 39 notícias relacionadas à candidatura olímpica nesta fonte. As que traziam

¹⁰ Considerados apenas os Jogos Olímpicos de verão, ocorreram as seguintes edições: Atenas 1896, Paris 1900, Saint Louis 1904, Londres 1908, Estocolmo 1912, Antuérpia 1920, Paris 1924, Amsterdã 1928, Los Angeles 1932, Berlim 1936, Londres 1948, Helsinque 1952, Melbourne 1956, Roma 1960, Tóquio 1964, Cidade do México 1968, Munique 1972, Montreal 1976, Moscou 1980, Los Angeles 1984, Seul 1988, Barcelona 1992, Atlanta 1996, Sidney 2000, Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012.

informações relativas ao processo e motivações para candidatura foram utilizadas aqui como referência. Elas nos permitiram compreender como se deu a movimentação, ou ao menos como ela foi tornada pública, nas esferas locais e quais as motivações que tiveram visibilidade naquele momento.

Após a abordagem das questões esportivas mais amplas em torno do objeto, o entendimento do caso brasileiro ocorre no capítulo 4 (“Nunca antes na história desse país”: o Brasil com Lula). Para Soares de Lima (2005, p. 3), “conhecer a inserção geopolítica do Brasil é crucial para se entender a definição de seus interesses nacionais”. Por isso, pensar a posição e posicionamentos econômicos e de política externa do Brasil neste período fornece indicativos sobre as compatibilidades das visões estratégicas macro, de inserção internacional do país, e micro, no que pode ser considerada a decisão sobre aceitar se candidatar a sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A compreensão desse posicionamento indica, ainda, as potenciais vantagens e benefícios pelo COI ao optar como sede do megaevento um país com a posição mundial do Brasil.

Assim, o subcapítulo 4.1 (“Paixão, criatividade, alegria”: A construção social da brasilidade e da modernidade brasileira) aborda as construções de perspectivas simbólicas que caracterizam o Brasil e os brasileiros, para si mesmos e internacionalmente, naquilo que chamamos de “brasilidade” (SOUZA, 2011), bem como a nossa própria compreensão sobre posição no mundo e o estado de nossa “modernidade” (TAVOLARO, 2005). A construção do subcapítulo foi realizada com base em autores de referência nas Ciências Sociais, com a busca de artigos na Revista Brasileira de Ciências Sociais que se propusessem uma análise do pensamento social sobre o país.

No subcapítulo 4.2 (Gigante, só pela própria natureza? O Brasil emergente), são descritas as posições e posicionamentos do Brasil no sistema internacional no século XXI, caracterizado pelo crescimento ou despontamento do Brasil no cenário mundial econômico e político. A literatura em Política Externa nos auxilia com a descrição do contexto geopolítico do Brasil dos anos 2000, década que contempla as principais estratégias para a candidatura Rio 2016 até a eleição em 2009. Para esse fim, a revisão desta literatura foi realizada em 2012 e selecionamos apenas os artigos publicados entre os anos de 2002 e 2012. Como palavras-chave, utilizamos as combinações “relações internacionais” e “Brasil”; “relações internacionais” e “Lula”; “política exterior” e “Brasil”; “política externa” e “Brasil”; “política externa” e “Lula”, assim como as terminologias compatíveis no idioma espanhol (“*relaciones internacionales*”, “*Brasil*”, “*Lula*”), francês (“*relations internationales*” e “*Brésil*”; “*politique étrangère*” e “*Brésil*”; “*relations internationales*” e “*Lula*”; “*politique extérieure*” e “*Brésil*”; “*politique*

étrangère” e “Lula”) e inglês (“*international relations*” e “*Brazil*”; “*foreign policy*” e “*Brazil*”; “*international relations*” e “*Lula*”; “*foreign policy*” e “*Lula*”). Em outro item, buscamos relacionar a Política Externa com o esporte, utilizando estudos realizados no Brasil e no exterior, visando compreender a potencialidade e os usos passados e correntes dessa oportunidade política por países, também através dos Jogos Olímpicos.

No subcapítulo 4.3 (Para enterrar o complexo de vira-latas: a política brasileira para o esporte internacional) recuperamos historicamente a chegada do fenômeno esportivo moderno no Brasil, com especial interesse nos momentos de relacionamento do doméstico com o internacional, seja no movimento migratório de intercâmbio de práticas, seja na leitura que através do esporte o país poderia ser representado no exterior. Utilizamos autores da História do esporte, bem como revisamos as legislações do século XX para identificar os momentos de intervenção do Estado. Também numa perspectiva histórica, revisamos as tentativas de candidaturas olímpicas brasileiras, utilizando especialmente autores nacionais e os documentos oficiais, quando disponibilizados e acessíveis.

No capítulo 5 (“Chegou nossa hora”: a candidatura e eleição Rio 2016), num primeiro momento descrevemos as etapas dos processos específicos da candidatura e eleição para 2016, com ênfase sobre as exigências do COI. Depois, apresentamos a composição do comitê de candidatura e seus principais argumentos para defesa do Rio 2016, complementando as informações apresentadas com os documentos e discursos oficiais. Finalmente, utilizamos os documentos de avaliação do COI para análise da candidatura brasileira e das demais candidaturas.

E para finalizar, o capítulo 6 (Conclusão: *altius, citius, fortius... ditius?*) retoma o problema de pesquisa e revisa a hipótese levantada na introdução, a partir dos dados coletados, desde a revisão de literatura dos capítulos até a apresentação dos resultados provenientes da análise. Indica ainda limitações desta pesquisa e as potencialidades para estudos futuros.

2 A TEORIA SOCIOLÓGICA DE PIERRE BOURDIEU

Neste capítulo, apresentamos a base conceitual do referencial de análise de Pierre Bourdieu, priorizando seus aspectos teóricos. Assim sendo, temos como objetivos: introduzir o conhecimento praxiológico, mostrando de que forma ele se diferencia de outras abordagens sociológicas; iniciar o entendimento da economia das trocas linguísticas e seus principais conceitos; apresentar a estrutura, lógicas e leis da chamada Teoria dos Campos, articulando as noções principais de *habitus*, campo e capital com os demais conceitos desenvolvidos pelo autor e que nos auxiliam na leitura do fenômeno esportivo; e abordar algumas das características singulares do campo esportivo, com base nos textos dirigidos a essa temática elaborados por Bourdieu.

2.1 O CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO E A ECONOMIA DAS TROCAS LINGUÍSTICAS

A composição da teoria sociológica de Pierre Bourdieu sob a forma de um conhecimento praxiológico ou teoria da prática se deu como uma alternativa a duas correntes teóricas em evidência particularmente na década de 1970: o objetivismo (que traz consigo particularmente o estruturalismo hermenêutico) e o subjetivismo (com perspectivas semelhantes nas correntes teóricas conhecidas como interacionismo, fenomenologia, etnometodologia ou construtivismo) (BOURDIEU, 1973, 2009). Em razão do nosso objetivo não ser uma epistemologia sociológica, mas situar o leitor nos principais objetivos e diferenciais da teoria *bourdieusiana*, trazemos em linhas gerais o que se coloca como características e limites do objetivismo e subjetivismo por Bourdieu e seu posicionamento para a proposta praxiológica. É necessário acrescentar ainda que as nomenclaturas utilizadas seguem as menções do autor dos livros utilizados como referência em cada um dos parágrafos, ainda que o próprio Bourdieu deixe claro que dentro de cada uma dessas correntes existam discordâncias teóricas. Por esses motivos que as “rotulações” são veementemente criticadas em suas obras.

Essas constantes atualizações nas nomações demonstram a importância dos dois modos de conhecimento para o avanço científico, cuja oposição é vista como artificial e danosa para a ciência social (BOURDIEU, 2009), já que raramente elas se contrastam de maneira tão marcada na prática científica (BOURDIEU, 2004). Entretanto, o autor reconhece que, em comum, objetivismo/estruturalismo e subjetivismo/construtivismo só tenham a oposição ao senso comum, ao conhecimento puramente prático (BOURDIEU, 1973).

A negação dessa oposição e a valorização de ambas correntes teóricas se unificaram e evidenciaram a posição de Bourdieu quando ele identifica em suas próprias construções a influência do estruturalismo e do construtivismo (BOURDIEU, 2004). Na sequência, o autor justifica:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 2004, p. 149).

Por essa citação, é possível perceber que em sua teoria Bourdieu utiliza tanto elementos do estruturalismo, mencionando o conceito de “estruturas” que operam sem uma intencionalidade ou consciência dos agentes, como elementos do construtivismo, retomando a noção de *habitus* e campo, numa disposição para ação, percepção e apreciação mais ou menos consciente e incorporada a partir da estrutura.

Essa nova conjunção de prerrogativas para a interpretação do mundo social se nomina como conhecimento praxiológico, cuja compreensão abrange o “sistema de relações objetivas construídas pelo conhecimento objetivista, mas também com as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas que elas produzem e tendem a reproduzir.” (BOURDIEU, 1973, p. 53, tradução nossa).

Esse preceito básico do conhecimento praxiológico é semelhante à nossa posição em relação ao objeto desta tese. Especificamente, entendemos que a interação entre as instituições sociais que lideraram o processo que culminou na candidatura e eleição do Rio 2016 se deu a partir das lógicas inerentes aos campos aos quais elas pertencem, que por vezes fogem ao alcance e alçada de mudanças de seus principais líderes (a porção estruturalista). Mas ao mesmo tempo, essas decisões possuem sim a influência dos *habitus* e, conseqüentemente, suas disposições e as estratégias colocadas em prática por essas lideranças, pessoas e grupos a frente dessas instituições, que percebem e tomam decisões conforme uma apropriação histórica mais ou menos consciente (a porção construtivista). Com isso, queremos dizer que o marco icônico de eleição do Rio de Janeiro como sede só pode ser entendido a partir do reconhecimento do processo numa construção histórica caracterizada por rupturas e continuidades nas ações, intenções e agentes que o constituíram.

A forma como Bourdieu critica, particularmente, o estruturalismo e como o conhecimento praxiológico propõe sua superação pode ser vista na sua compreensão sobre a Linguística. Esse exemplo também é fundamental como contextualização ao que vem a ser sua teoria da economia (ou mercado) das trocas linguísticas, o que suporta parte do entendimento de nosso objeto de estudo e nos serve ainda como introdução aos outros conceitos teóricos do autor.

A incursão de Bourdieu nas análises da linguagem se deu de forma crítica à Linguística estrutural, desenvolvida principalmente pelo linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure. Tais análises, realizadas em congressos e artigos a partir de 1975, foram compiladas no livro *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques* em 1982¹¹, traduzido para o português sob o título “Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer”, com a primeira edição em 1996.

De acordo com a resenha da versão francesa feita por Chudziska (1983), Bourdieu inicia a obra questionando se seria admissível que um sociólogo se ocupasse da Linguística. Sua resposta se dá pelo entendimento que esta é uma disciplina que exerce controle soberano sobre todas as Ciências Sociais e a Sociologia não é exceção a esta forma de dominação. Essa relação autorizaria a submissão da linguística *saussuriana* à crítica sociológica.

Essa crítica se deu, aplicada de forma mais incisiva em Saussure, mas também estendida ao linguista e filósofo norte-americano Avram Noam Chomsky, pela compreensão que esses autores teriam entendido a língua como autônoma em relação as suas condições sociais de produção, reprodução e utilização, ou seja, excluindo os elementos sociais na análise do “falar”. Nas palavras de Bourdieu (2008b, p. 17): “[...] língua una e indivisível fundada, em Saussure, na exclusão de qualquer variação social inerente, ou então, como em Chomsky, no privilégio conferido às propriedades formais da gramática em detrimento dos condicionantes funcionais”.

Visando um “deslocamento” dos conceitos linguísticos para uma abordagem consonante à sua crítica, Bourdieu (2003a) sugere a substituição da noção de gramaticalidade por aceitabilidade; de língua por língua legítima; de relações de comunicação por relações de força simbólica; do sentido do discurso pelo valor e poder do discurso; e da competência linguística pelo capital simbólico, sendo este vinculado a posição do locutor na estrutura social. Tal

¹¹ O livro não pode ser considerado de grandes novidades já que sua primeira parte, *L'économie des échanges linguistiques*, havia sido publicada na revista *Langue française* n. 34 (1977), numa edição dedicada a estudos entre a Linguística e a Sociologia (CHUDZISKA, 1983). O fato de o livro ter surgido a partir de uma publicação prévia em uma revista da Linguística pode evidenciar uma repercussão dos estudos de Bourdieu nessa área de conhecimento.

deslocamento não se trata de um simples jogo de palavras, mas uma apropriação de um entendimento teórico-sociológico para o fenômeno linguístico.

Seguindo em sua interpretação, Bourdieu (2000b) argumenta que é preciso ir além da chamada competência linguística pura do locutor, como coloca Chomsky, e considerar uma segunda competência, necessária para utilizar a primeira, que é o aprendizado do senso do oportuno, ou seja, a percepção e utilização da linguagem em momento adequado e apropriado. Por senso do oportuno devemos considerar que o domínio prático não é somente da linguagem, mas também da situação, “o que permite produzir o discurso adequado numa situação determinada” (BOURDIEU, 2003a, p. 146). É pela inclusão da competência da situação que a linguagem não depende somente da intenção da expressão e da forma de exteriorizá-la, como os linguistas estruturalistas enfatizam, mas devem ser somadas às condições para que ela se efetive, tornando esses três aspectos indissociáveis (BOURDIEU, 2003a).

É na relação entre as chamadas competências linguísticas e da situação, que agrupam a intenção, a forma e a condição para expressão, que se funda o *habitus* linguístico, ou seja, “o sistema de disposições que permitem falar oportunamente” (BOURDIEU, 2000a, p. 53). Essas disposições são incorporadas através do aprendizado, não apenas aquele escolar, em seus aspectos estruturais, mas também nas suas condições de aceitabilidade, ou seja, o que é conveniente ou inconveniente de ser dito nas diferentes situações sociais, cuja percepção é incorporada no estado prático para trazer um resultado lucrativo para o locutor (BOURDIEU, 1983, 2000b).

O que chamamos até aqui de situações tem uma designação específica por Bourdieu: mercado. Nas palavras do autor: “Toda situação linguística funciona, portanto, como um mercado onde o locutor coloca seus produtos, e o produto que ele produz para este mercado depende da antecipação que ele tem dos preços que seus produtos receberão.” (BOURDIEU, 1983, p. 77).

É importante ressaltar que nesse ponto algumas das terminologias específicas começam a ser aplicadas às trocas linguísticas, “não pelo prazer de utilizar uma analogia econômica” (BOURDIEU, 2000b, p. 53), mas pelas propriedades que essas trocas apresentam. Nessas propriedades, considera-se que a produção de um discurso, o produto, possui mais ou menos preocupação quanto aos seus efeitos naqueles que o receberão. Essa preocupação é chamada na terminologia *bourdieusiana* de antecipação do preço, que influencia a forma e o conteúdo do discurso (BOURDIEU, 2000b) visando um maior lucro, ou seja, sua aceitabilidade entre os receptores, a quem se deseja alcançar (BOURDIEU, 1983).

Entretanto, a legitimidade para tal produção é monopolizada, como nos mercados econômicos. Esse monopólio está ilustrado na política, quando os porta-vozes, detentores do acesso à expressão política legítima, falam em favor e no lugar de seus mandatários (BOURDIEU, 2000a). O porta-voz é um personagem interessante para análise, por personificar, a partir de critérios diversos de proximidade, indivíduos separados, sendo por isso “dotado do poder de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem é o substituto do grupo que existe somente por esta procuração.” (BOURDIEU, 2008b, p. 83).

Ainda que, nesses termos, Bourdieu se referisse aos porta-vozes na política, podemos, num exercício analítico e de apropriação teórica, estender esses argumentos aos porta-vozes de outras entidades minimamente organizadas, como as esportivas. Nelas, geralmente alguns representantes (presidentes, secretários, diretores ou coordenadores) em situações específicas são autorizados a “dar voz” à entidade, cujo alcance pode superar seus níveis organizacionais para servir de representação da modalidade esportiva ou até mesmo de uma nação. No caso do nosso objeto de estudo, os porta-vozes são representantes das instituições esportivas, mas que na maioria dos casos estão representados por grupos de trabalho específicos ou em documentos que sintetizam a posição institucional – uma situação que repete a predisposição praxiológica. Num primeiro momento, poderíamos pensar que os porta-vozes de interesse são: o presidente do COI, Jacques Rogge; o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do COB, do comitê de candidatura e do posterior comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Carlos Arthur Nuzman.

Porém, é interessante ressaltar que o presidente do COI, na situação específica do processo de avaliação para eleição das cidades-sede dos Jogos Olímpicos tem menos manifestações públicas do que a comissão de avaliação, que no caso de 2016 esteve sob liderança de Nawal el Moutawakel. De modo semelhante, mais que a posição particular de Carlos Arthur Nuzman, sua posição na organização acabou por ser representada a partir dos documentos oficiais emitidos durante o processo. Nesse sentido, ainda devemos demarcar que os documentos do comitê de candidatura vinham antecedidos por cartas de apresentação assinadas pelo presidente Lula, pelo governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, pelo prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, pelo representante honorário do Brasil no COI, João Havelange, e por Carlos Arthur Nuzman.

Sobre este último porta-voz, refletimos sobre sua posição como detentor da expressão legítima do discurso esportivo olímpico, resultante do seu monopólio em cargos de chefia e, como tal, de representação oficial das entidades relacionadas ao esporte olímpico e a

organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil. Ainda que outras pessoas, em momentos específicos ou para assuntos mais técnicos, também serviram ou sirvam de porta-vozes dessas entidades, há uma concentração de poder simbólico em sua posição que se coloca de forma ainda mais relevante pela perpetuação nesse cargo dos quatro comitês (presidência do COB, presidência do comitê de candidatura e posteriormente do Comitê Organizador e representante brasileiro no COI), acumulando essas funções durante o período analisado.

Ao apresentar os porta-vozes, mostrando suas posições nas respectivas instituições sociais, de forma preliminar evidenciamos que o poder de autoridade nas manifestações comunicativas não é compreendido pela lógica e eficácia puramente linguísticas. Valendo-se da metáfora de Homero em que o cetro (*skeptron*) é oferecido ao orador, àquele que fará o uso da palavra, Bourdieu (2008b, p. 87, grifo do autor) afirma: “Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, **representa** tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a”.

É nessa linha que a autoridade adquirida, proveniente de um capital simbólico – notoriedade pela posição dominante em um determinado campo, reconhecido por um determinado grupo – permite a imposição da visão legítima e sua manifestação oficial, perante todos e em nome de todos, através do discurso (BOURDIEU, 2008b). E como consequência dessa legitimidade adquirida pelos diferentes tipos de capitais acumulados pelo locutor, o que compõem sua competência linguística não é restrito à capacidade de articulação do discurso em acordo com normas mais ou menos cultas, mas também em razão de sua “personalidade social” (BOURDIEU, 2003a, p. 157).

Esse é um ponto primordial quando se trata de compreender a posição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua participação em todo o processo de candidatura do Rio de Janeiro, mas mais especificamente com sua presença na sessão do COI em que as cidades apresentaram suas candidaturas. Dada situação formal na qual a oportunidade se constituía, é preciso considerar algumas variáveis.

Ainda que o vídeo da sessão não nos mostre uma leitura contínua do texto, é evidente a preparação anterior do ex-presidente, que articula expõe os argumentos de forma organizada. Para o momento, é importante salientar que não teria um efeito positivo, naquele mercado, se o discurso fosse proferido por outra pessoa senão o próprio presidente de forma presencial. Esse foi um ponto chave, que indica o comprometimento de uma instituição (nesse caso, o governo brasileiro) a partir da presença do seu principal porta-voz, indicando que tal causa era nacional e merecia a atenção do chefe de Estado. E apesar de um pequeno erro de concordância gramatical, perceptível no áudio do discurso mas ausente no texto escrito posteriormente disponibilizado pela Presidência da República, sua legitimidade naquela situação não o foi, não

só pela tradução para outros idiomas de sua fala, mas porque o acúmulo de outros capitais era mais relevante naquele mercado. Independentemente de ter sido alvo de questionamentos sobre seu conhecimento sobre a norma culta da língua portuguesa pela mídia durante seu governo (DALTOÉ, 2011), seu capital simbólico sobrepunha suas competências linguísticas.

Por esse sistema de produção, reprodução e utilização da linguagem, autorizada para um porta-voz a partir da legitimidade garantida pelo seu poder simbólico, partimos para uma compreensão mais focalizada da análise utilizando os discursos como fonte para suporte na leitura das dinâmicas dos campos.

Ao considerarmos todo o contexto abordado até aqui, a análise dos materiais propostos, conforme a perspectiva de Bourdieu, deve-se olhar os seguintes aspectos, nesta ordem: o *habitus* linguístico do locutor, o mercado linguístico e o interesse expressivo. Ao entender o dito como um “compromisso”, seu resultado é dependente de quatro variáveis: “do que o locutor tem a dizer, de sua capacidade de produção, de sua apreciação da situação e de eufemização, e ainda da posição que ele ocupa na estrutura do campo em que se exprime” (BOURDIEU, 2003a, p. 169).

Ao ponderar que essa análise e sequência de elementos a serem observados podem ser insuficientes para captar todas as intenções ou interesses de discursos, no sentido lato, respaldamo-nos no referencial teórico para algumas reflexões de cunho teórico-metodológicas.

Na realidade, as palavras exercem um poder tipicamente mágico: fazem ver, fazem crer, fazem agir. Mas, como no caso da magia, é preciso perguntar-se onde reside o princípio dessa ação ou, mais exatamente, **quais são as condições sociais que tornam possível a eficácia mágica das palavras**. O poder das palavras só se exerce sobre aqueles que estão dispostos a ouvi-las e a escutá-las, em suma, a crer nelas (BOURDIEU, 2000a, p. 61, grifos nossos).

Essa citação reforça o esclarecimento que a análise deve considerar o contexto de produção e recepção dos discursos, ou seja, as condições que os viabilizaram. A codificação – formatação e formalização de ideias, intenções, argumentos e interesses em documentos ou discursos preparados com antecedência – tem como princípio esquemas práticos e não necessariamente princípios objetivados ou explícitos. A busca por esses princípios geradores da prática, para além do que é evidente, das regras expressas ou da ação calculada racionalmente, está colocada como elemento substancial da teoria de Bourdieu, pois compõem a noção de *habitus* (BOURDIEU, 2004).

Nesse ponto, damos prosseguimento à apresentação da base teórica através da abordagem dos demais conceitos teóricos de Bourdieu que viabilizam a compreensão do

habitus linguístico e do mercado linguístico, entre outras relações que serão contempladas no decorrer deste trabalho.

2.2 OS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS *BOURDIEUSIANOS*

Inicialmente, precisamos nos ater com mais profundidade sobre o conceito de *habitus*, cuja compreensão pode ser considerada um pré-requisito para entendimento dos fundamentos do conhecimento praxiológico. Como grande parte dos conceitos do autor, a noção de *habitus* foi sendo aperfeiçoada no decorrer do tempo e nas diferentes obras, sendo difícil limitá-la em uma definição. Entretanto, um ponto de partida pode ser dado pelo seguinte extrato:

O *habitus* preenche uma função que, em uma outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (BOURDIEU, 2010, p. 144).

Essa primeira abordagem nos auxilia na compreensão que o *habitus* é incorporado a partir das relações e estruturas sociais vivenciadas de uma forma mais ampla, mundos, ou em uma esfera mais limitada, universos específicos, os chamados campos. Como consequência, as ações nesse mundo social e de que forma ele é percebido, apreendido, serão influenciados pelo *habitus*, provocando mudanças, aperfeiçoamentos ou construindo disposições para ação e percepção. A ideia que o *habitus* “estrutura” a percepção e ação pode ser traduzida, em outras palavras, como sendo um “princípio gerador de respostas” (BOURDIEU, 2004, p. 131).

Outro elemento a ser incorporado é que o *habitus*, além de um “princípio gerador de respostas” ou de “práticas objetivamente classificáveis”, é ao mesmo tempo “sistema de classificação” (BOURDIEU, 2008a, p. 162). Pelo desenvolvimento dessa vertente do conceito, para abordagem da representação do mundo social, ou do “espaço dos estilos de vida” (BOURDIEU, 2008a, p. 162), acrescenta-se aos elementos de percepção e ação, presentes no *habitus*, também a disposição para a apreciação.

Tais disposições não se dão de uma forma puramente explícita e/ou resultado de um cálculo racional, ainda que, numa situação perigosa ou crítica, haja uma maior codificação, uma conduta melhor avaliada com adoção de formalidades que toma o lugar de ações improvisadas ou menos racionalizadas (BOURDIEU, 2004). Esse é um ponto relevante para consideração nas análises dos *habitus* dos agentes (pessoas e instituições) nessa pesquisa. Por utilizarmos as fontes de situações oficiais, como documentos e discursos previamente e meticulosamente

preparados, é fundamental ponderar a racionalidade empregada na sua codificação. Nesse ponto é que continuamos a perceber a preparação para o discurso proferido do ex-presidente da república, como também o investimento que foi feito para confecção dos relatórios e documentos que apresentavam e avaliavam a candidatura do Rio de Janeiro. É válido adiantar que um razoável montante de dinheiro público foi repassado ao comitê de candidatura para contratar consultorias internacionais com experiência em candidaturas anteriores, que trariam seu conhecimento específico, sobre o processo e não sobre o país, para guiar a construção dos documentos, discursos e táticas para angariar os votos na eleição.

Mas apesar de ser inegável o papel da racionalidade, não se pode ignorar a “espontaneidade sem consciência nem vontade” (BOURDIEU, 2009, p. 93), a porção do *habitus* dos agentes que tende a se manifestar de maneira menos codificada sob a forma de “senso prático” ou “lógica prática”: “a lógica da prática é ser lógico até o ponto em que ser lógico deixaria de ser prático” (BOURDIEU, 2004, p. 100). Segundo o autor, uma metáfora que pode ser utilizada para compreender essa lógica é o sentido do jogo:

Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo. Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou muito atrasado, o bom jogador é aquele que antecipa, que está adiante do jogo. Como pode ele antecipar o decorrer do jogo? Ele tem as tendências imanentes do jogo no corpo, incorporadas: ele se incorpora ao jogo (BOURDIEU, 2010, p. 144).

Assim como em uma partida esportiva, em que o “tempo certo” ou a “antecipação” das jogadas não é uma escolha exclusivamente racional e que não é aprendida, mas apreendida, assim é uma porção do *habitus*, na apreensão e realização de uma ação, percepção ou apreciação. E da mesma forma que um jogador não problematiza seu sentido do jogo ou o coloca como um objeto passível de análise, assim as pessoas, em determinadas circunstâncias, apresentam suas disposições para ação, percepção e apreciação, sem objetivá-lo ou realizá-lo a partir de uma estratégia pré-definida. Essa dinâmica é explicada nesse extrato:

Eles [os agentes sociais que tem o sentido do jogo] não são como sujeitos diante de um objeto (ou, menos ainda, diante de um problema) que será constituído como tal por um ato intelectual de conhecimento; eles estão, como se diz, envolvidos em seus afazeres (que bem poderíamos escrever como seus a fazeres): eles estão presentes no por vir, no a fazer, no afazer (*pragma*, em grego), correlato imediato da prática (*praxis*) que não é posto como objeto do pensar, como possível visado em um projeto, mas inscrito no presente do jogo (BOURDIEU, 2010, p. 143).

Essa porção menos racionalizada torna-se importante na incorporação de um *habitus* de grupo ou classe, ao mesmo tempo em que influencia os *habitus* individuais das pessoas que

fazem parte desse grupo. O conjunto de agentes que compartilham um *habitus* de grupo ou classe tem suas ações sistemáticas justamente porque as disposições são as mesmas, dada que a incorporação do *habitus* se deu de forma semelhante como produto de condições semelhantes entre si (BOURDIEU, 2008a). Vale ressaltar que a ideia que Bourdieu sustenta sobre classe tem aproximações com o conceito marxista, ao não negar sua existência, mas avança na percepção que tais classes só existem “no papel”, sendo a expressão “espaço social” mais pertinente ao objetivo da teoria *bourdieusiana* (BOURDIEU, 2004, pp. 65-67).

Apresentada essa dinâmica, podemos compreender melhor outra questão relacionada aos *habitus* de diferentes agentes em interação:

O encontro de dois grupos muito afastados é o encontro de duas séries causais independentes. Entre pessoas de um mesmo grupo, dotadas de um mesmo *habitus*, logo, espontaneamente orquestradas, tudo é evidente, mesmo os conflitos: eles se compreendem com meias palavras, etc. Mas com *habitus* diferentes, surge a possibilidade do acidente, da colisão, do conflito... (BOURDIEU, 2004, p. 101).

Considerando o coletivo, temos tanto a tendência de mútua compreensão, quando o *habitus* é semelhante entre os agentes componentes de um grupo, como a de conflito, pela distância significativa existente entre eles, cujo senso prático deixa de ser efetivo, dando lugar à codificação das relações sociais. Aqui, um esclarecimento se faz necessário: Bourdieu exclui a ideia de que todos os membros de um mesmo grupo, ou ainda dois que sejam, tenham as mesmas experiências na mesma sequência temporal, mas a possibilidade deles terem vivenciado, ou virem a vivenciar, experiências semelhantes é maior dentro de um mesmo grupo do que em grupos diferentes (BOURDIEU, 2009).

Essa dinâmica de aproximação/conflito pode auxiliar na compreensão das relações que se estabelecem pelas instituições esportivas entre si (COI e comitês nacionais) e na relação destas instituições com os governos nacionais, por exemplo. No primeiro caso, por possuírem *habitus* semelhantes, as ações parecem ser mais “orquestradas”, em que determinadas ações não são sequer questionadas, apesar da presença dos interesses individuais que também geram conflitos. Entretanto, os conflitos se dão de forma mais efetiva na segunda relação, em que *habitus* de instituições esportivas e governos são marcadamente diferentes, assim como seus interesses singulares. Num primeiro momento, é interessante notar que as alianças acontecem mais entre as instituições de um mesmo campo, ainda que em esferas nacionais e internacionais distintas, do que entre instituição esportiva nacional e governo com a instituição esportiva internacional. Ou seja, os *habitus* nacionais parecem ter menos força nessas relações que os *habitus* “de classe”. Mas, apesar das diferenças, existe um momento em que há um

entendimento mútuo que visa atingir os interesses distintos, mas que podem ser alcançados, a partir de ações coordenadas, entre as diferentes instituições. Retomamos essa análise em momento apropriado nos capítulos seguintes.

Recuperar a questão do *habitus* de um conjunto de agentes é relevante quando tratamos das instituições, pois são essas individualidades que “habitam” essas estruturas. Nesse ponto, Bourdieu desconstrói algumas visões sobre as instituições como estruturas, no sentido restrito da palavra, como se elas não fossem constituídas por pessoas. Por essa mesma razão, o autor aponta que a mobilização coletiva não se dá sem a concordância dos *habitus*, ainda que mínima, entre os agentes mobilizadores (citando como exemplos de profetas e dirigentes) e o reconhecimento dos “mobilizados” a partir de suas disposições, de forma total ou parcial (BOURDIEU, 2009).

Quando refletimos sobre as instituições abordadas nessa pesquisa, podemos considerar que o “agente mobilizador” para realizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos é o COI, sendo essa “ação coletiva” reconhecida por diversas instituições que tem disposições compatíveis, conforme seus sentidos de jogo particulares ou pela codificação de suas escolhas, a ponto de se mobilizarem para o processo de candidatura e, assim, legitimarem todo o processo de produção do megaevento. Mas esse processo só é possível porque a relação entre as instituições se estabelece com o reconhecimento de alguns agentes que, pelas suas posições na estrutura e dotados de relevante capital, acabam por se tornar chaves nas decisões a ponto de mobilizar as instituições, por vezes respondendo por um grupo maior que sequer foi consultado sobre tais decisões.

Após essa apresentação sumária de algumas das características do *habitus*, algumas questões podem surgir: qual é o espaço para manifestação do *habitus*? Onde os agentes se relacionam? É nesse sentido que o conceito de campo se apresenta.

Como postula Wacquant (2005, p. 47, tradução nossa, grifos do autor): “[...] ambos os conceitos, o de *habitus* e o de campo, são relacionais no sentido adicional de que funcionam inteiramente **somente um em relação ao outro**”. Pela própria descrição que fizemos anteriormente sobre os diversos aspectos de incorporação e exteriorização do *habitus*, além de previsível, é fundamental a existência de uma estrutura, um espaço social onde os agentes se relacionam.

O campo pode ser concebido a partir do princípio de que diferentes formas de poder, ou de capitais, estão distribuídas conforme a especificidade daquele espaço social, variando temporalmente. Tal estruturação não é inalterável e são justamente as dinâmicas de conservação e de transformação na distribuição de poder que são passíveis de análise. Tal conservação e

transformação serão frutos do enfrentamento dos agentes componentes de determinado campo, que atuam de acordo com seus objetivos – geralmente compatíveis com sua posição na estrutura, seja pela manutenção de uma posição dominante ou pela conquista desta posição, no caso dos dominados (BOURDIEU, 2010).

A cada vez que se analisa um campo, podemos encontrar algumas características universais, que se aplicam aos diferentes campos e podem ser entendidas como as prerrogativas para sua existência: as chamadas leis invariantes (BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, 2007c). A exposição dessas leis nas obras de Bourdieu ocorre, ao que parece, com base em diferentes campos, mas com exemplos específicos do campo de produção dos bens culturais. Nesse primeiro momento de abordagem do conceito de campo focamos em suas leis gerais para, num segundo momento, discutir algumas das particularidades do campo esportivo.

A primeira dessas leis é a perspectiva que no campo existirão lutas, as disputas por posições dominantes. Em muitos dos casos, elas serão entre os novos agentes, que estão entrando no campo e buscarão a subversão de algumas das regras pré-estabelecidas, e os já dominantes, que buscarão a conservação dessa posição ao defender seu monopólio e ao tentar excluir a concorrência. Essa divisão, em diferentes posições, se dá através do acúmulo de capitais, cujos tipos dependem da especificidade do campo, que são adquiridos conforme um histórico de lutas anteriores (BOURDIEU, 1983). Voltamos ao conceito de capital após apresentar as demais propriedades dos campos.

A segunda lei se dá pela observação de quais são os objetos de disputa e os interesses específicos em jogo no campo. Para que a disputa exista, os agentes que compõem o campo são dotados de *habitus* que permitam não só o conhecimento, mas também o reconhecimento das leis específicas daquele campo (BOURDIEU, 1983). Qual é o objeto de disputa de um campo pode não ser tácito ou imediatamente visível, mas passa a ser reconhecido por aqueles que pertencem ao campo, mesmo que de forma menos consciente, já que essa percepção foi ou está sendo incorporada em seus *habitus*.

E a terceira lei, menos visível, aparece de uma forma relacionada à anterior quando mencionamos a questão do reconhecimento das leis imanentes. Esse reconhecimento se dá quando o agente se insere no campo, conseqüentemente nas suas lutas, sendo indiferente se sua ação é heterodoxa, ou seja, tendo por objetivo a modificação das leis ou da forma como o poder está dividido naquele espaço social. Assim, a participação no campo é uma confirmação da existência do jogo e validação, ou legitimação, do objeto em disputa, o que reforça a *doxa* imanente naquele campo (BOURDIEU, 1983, 2009, 2010; BOURDIEU; WACQUANT, 2005).

“A *doxa* é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 120). Resultado das lutas históricas entre dominantes e dominados em um campo, a *doxa* é mais um conceito importante para o entendimento da dinâmica de funcionamento dos campos, os quais se destacam em universos como a família, a Igreja, os bens simbólicos e as questões simbólicas do Estado, que apropriamos também à porção simbólica do esporte e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Para a compreensão desses meios simbólicos, é preciso considerar a função e a estrutura da gênese desses campos, observando o “espaço de **tomadas de posição** simbólicas”, que não está restrita aos discursos, e também ao “espaço de **posições**” que os agentes que produzem o sistema ocupam na concorrência (BOURDIEU, 2010, pp. 120-121, grifos do autor). Com essa finalidade, Bourdieu utilizou como exemplo o Estado, que apresentamos aqui visando tanto sua utilização para aproximação com o campo esportivo como para melhor compreensão de uma das instituições abordadas nesse estudo: o governo brasileiro, que institucionaliza o Estado num determinado período de tempo.

Em relação à sua gênese, o Estado possui um elemento diferenciado que é a constituição de um campo burocrático, lócus de atuação de diversos agentes que possuíam uma forma específica de capital cultural (competência jurídica). Em conjunto com seus interesses particulares, eles produziram um “discurso performativo sobre o Estado que, sob aparência de dizer o que ele é, fez o Estado ao dizer o que ele deveria ser, logo, qual deveria ser a posição dos produtores desses discursos na divisão do trabalho de dominação” (BOURDIEU, 2010, p. 121). Dessa gênese, resultou um campo em que há o “monopólio do universal”, em que alguns personagens tornam-se a referência sobre o oficial, legítimo e reconhecido (BOURDIEU, 2010, p. 121). Esse contexto também está conectado à ideia dos porta-vozes, citado anteriormente na apresentação dos elementos do mercado das trocas linguísticas.

Essa análise se faz necessária para embasar a reflexão no decorrer dessa pesquisa sobre a possível existência de uma *doxa* do campo esportivo, constituída e reforçada pelos Comitês Olímpicos e Federações Internacionais esportivas, que influencia o interesse dos países e cidades em sediar megaeventos esportivos e mais especificamente os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. No capítulo em que tratamos da gênese do campo esportivo e a posição das instituições componentes do movimento olímpico, principalmente o COI, na concorrência sobre “monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva” (BOURDIEU, 1983, p. 142), outros elementos cooperam para refutar ou confirmar a hipótese em relação à *doxa*.

Conforme anteriormente mencionado, capital é outra noção básica para entendimento da dinâmica de funcionamento dos campos. Ao tomar como prerrogativa que as posições atuais dos agentes são compostas conforme a história de disputas, o capital emerge como um conceito que representa a estrutura do espaço social e pode ser entendido como o “trabalho acumulado” sob dois estados, objetivado ou incorporado, de acordo com seus diferentes tipos e subtipos (BOURDIEU, 1986, p. 46). Por existir sob diferentes tipos, o termo capital inclui, mas não se restringe, àquele econômico – assim como uma série de outros conceitos utilizados por Bourdieu (como trocas, lucros, interesses, entre outros) –, pois abrange outras formas imateriais como o capital cultural e social (BOURDIEU, 1986).

O capital econômico talvez seja aquele de compreensão mais simples, já que é ou pode ser convertido em dinheiro e é inerente ao sistema capitalista. A conversão em dinheiro pode acontecer a partir de outras propriedades conforme mecanismos de troca socialmente aceitos e juridicamente autorizados (BOURDIEU, 1986).

Ao mesmo tempo, ao buscar compreender o campo econômico através de uma análise do mercado de habitação, o autor considera a existência de outros tipos de capital, como o financeiro, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial, social e simbólico. Por isso, identificar o capital econômico e de que forma sua acumulação, volume ou relevância acontece, depende dos campos ou subcampos que estão sendo levados em consideração (BOURDIEU, 2005).

Já a conversão do capital econômico em outros tipos, como o cultural ou social, é colocada como possibilidade. Para Bourdieu, a transformação do capital econômico em outros tipos de capitais só é possível, ou seja, os lucros de um capital só podem ser pagos pelo preço de outro desde que haja um empenho, maior ou menor, para sua transformação. A medida e os valores serão dados de acordo com o campo, assim como a inclusão de outras formas de dedicação e trabalho aparentemente gratuitas, como, por exemplo, atenção, cuidado e preocupação para conversão de capital econômico em capital social. Essa ação, que pode ser vista como perda de tempo na lógica economicista, é um investimento que pode gerar diferentes tipos de lucros em médio e longo prazo na lógica das relações sociais (BOURDIEU, 1986).

Esse tipo de compreensão se torna fundamental no debate e nas expectativas que são colocadas sobre os impactos que os megaeventos esportivos podem promover para uma cidade ou país. Na lógica economicista, espera-se que os investimentos externos, principalmente através do turismo, compensem os investimentos realizados por governos e resultem num balanço positivo. Além das dificuldades de mapeamento do que foi investido e gasto exclusivamente por causa do evento, esse tipo de raciocínio ignora as outras possibilidades de

impacto, menos financeiras e mais simbólicas e sociais, que esses mesmos investimentos podem provocar. Esse contexto, tratado no capítulo 3, aponta para a possibilidade de exame a partir do referencial teórico, incentivando-nos a refletir sobre os capitais, no plural e na diversidade levantada por Bourdieu, que podem ser acumulados por uma cidade e país ao sediar um megaevento esportivo.

O capital social é caracterizado tanto pelas ligações atuais quanto potenciais de um agente com outros, de forma mais ou menos institucionalizada, mas que possua reconhecimento mútuo – dele, dos demais e dos observadores – a ponto de credenciá-lo para se tornar membro de uma rede de relações. Essas ligações podem ser socialmente aceitas a partir de nomeações ou títulos (sobrenomes, grupos institucionalizados e reconhecidos, escola e universidade, etc.) e/ou a partir de uma proximidade espacial (geográfica) ou econômica, para sua efetivação e manutenção. O acúmulo desse capital se dá tanto pelo tamanho dessa rede de relacionamento como pela sua capacidade efetiva de agregar e movimentar os capitais desses outros agentes (BOURDIEU, 1980a, 1986).

Outra característica relevante é a possibilidade de delegação do capital social acumulado coletivamente. Esse acúmulo pode acontecer tanto entre todos os membros de um determinado grupo, permitindo os benefícios simbólicos a todos por pertencerem a ele, como sua individualização, ou seja, a delegação dessas propriedades a um único membro que representa (tanto no sentido do teatro quanto do direito) o grupo. Essa representação se dá em situações necessárias para que, por exemplo, os agentes numerosos, difusos e diversificados passem a “ter voz” e agir de uma forma mais objetiva. Assim, esse representante, que atua como porta-voz, mandatário ou plenipotenciário em variados níveis – como militante ou presidente –, é eleito por formas mais ou menos formais e passa a ter o poder do grupo e até sobre o grupo, conforme a permissão oferecida por eles (BOURDIEU, 1980a).

Nesse ponto, reforçamos a análise sobre a posição dos presidentes dos Comitês Olímpicos Nacionais, de candidatura, Organizadores de Jogos Olímpicos e Paralímpicos e o próprio COI, bem como os representantes de países nesta instituição, que personalizam os diversos grupos que compõem o campo esportivo. Há que se considerar ainda que, em variados graus, tais representantes precisam possuir capital social que não esteja restrito ao esporte, mas também uma aproximação ou aceitação em outros campos, como o econômico, político, jurídico e midiático, principalmente em se tratando de uma manifestação esportiva espetacularizada sob a forma de um megaevento, como o que é objetivado nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Sendo assim, esses porta-vozes carregam tanto o capital social do grupo (do

“universo” esportivo) quanto de si mesmos, acumulados por outros meios como o econômico, o familiar e o educacional.

Seguindo na descrição dos tipos de capitais, ao refletirmos sobre o capital cultural devemos considerá-lo sob três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado (BOURDIEU, 1986, 2007b). O estado incorporado é acumulado através da assimilação pessoal, essencialmente de forma inconsciente, dissimulada ou invisível. Por essas características, não pode ser comprado ou transferido, sendo adquirido a partir de uma dedicação de tempo durante a vida, fazendo parte do *habitus* de um agente e se tornando um elemento de distinção social por geralmente proporcionar prestígio.

Diferentemente do estado incorporado, o capital cultural no estado objetivado pode ser transmitido, por estar materializado em quadros e esculturas, por exemplo. Entretanto, sua existência é dependente tanto de uma apropriação material – exigindo o capital econômico para isso – como simbólica – nesse caso, demandando o capital cultural no estado incorporado para sua compreensão ou para desfrutar seus fundamentos artísticos.

Já o estado institucionalizado tem uma representação materializada pelos diplomas, que reconhecem uma qualificação, desde que a instituição que o certifica seja socialmente aceita, a partir de critérios que vão além das questões jurídicas ou oficiais e ponderam elementos mais amplos sobre o reconhecimento – representatividade, tradição, histórico de certificados, entre outros. Ao levar em conta a possibilidade de conversão do capital cultural em capital econômico, em muitas ocasiões é o estado institucionalizado que pode garantir um retorno financeiro em comparação ao estado incorporado ou objetivado, ou até mesmo entre portadores de diplomas em diferentes instituições (BOURDIEU, 2007b).

Existe ainda um quarto tipo de capital, o capital simbólico, que se diferencia dos demais porque depende do *habitus* dos agentes de um campo específico para ser levado em consideração (BOURDIEU, 1986). Nas palavras do autor:

Chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura da distribuição do capital no campo considerado (BOURDIEU, 2010, p. 149).

Assim, o capital simbólico não se constitui de forma materializada, mas com base cognitiva por aqueles agentes que percebem e reconhecem sua existência em outros, conforme

o campo em questão e de que forma o jogo nele se dá. Por isso sua relação é imbricada com o *habitus*, visto que este será o responsável por tal percepção e apreciação.

O capital simbólico integra um grupo de conceitos também relacionados ao “simbólico”, como interesse, lucro, bens, trocas, poder e violência (BOURDIEU, 2010), que comporão, numa perspectiva mais ampla, a chamada “economia dos bens simbólicos”. Essa expressão pode parecer paradoxal, já que quando pensamos em “simbólico” temos em mente questões opostas ao “material”, àquilo que é quantificado, o que em nossa sociedade está intimamente ligada ao econômico. Bourdieu (2009) vai considerar que os campos que aparentam um desinteresse e que privilegiam o simbólico, como nas esferas culturais, na verdade tem um funcionamento muito semelhante ao econômico (no sentido restrito do termo), quando consideramos que as estratégias e ações são orientadas para a maximização dos lucros, sejam eles simbólicos ou materiais.

Algumas das propriedades desses campos são particularmente importantes nesse estudo, quando consideramos que o autor se baseia no princípio das “homologias estruturais” em sua teoria, conforme apresentado anteriormente na metodologia. Por isso, torna-se viável a observação do processo de configuração do campo artístico e literário, por exemplo, para posterior análise das possíveis homologias com o campo esportivo, principalmente levando em consideração as semelhanças sobre esses “produtos” simbólicos, de aparente negação do lucro econômico.

Essa “lógica”, que ronda as práticas simbólicas e culturais, vai ser caracterizada como uma “denegação da economia”. Por denegação, o autor entende uma dupla condição do interesse financeiro: não se trata nem de negá-lo totalmente, nem de considerá-lo como objetivo principal, mas um pouco desses dois elementos ao mesmo tempo (BOURDIEU, 2006).

Sob esse raciocínio, duas lógicas econômicas, que coexistem de formas antagônicas, notadamente no campo literário e artístico, devem ser consideradas: de um lado, a economia antieconômica de produção, com valores pautados no desinteresse pelo lucro e pela comercialização essencialmente econômicos; e por outro lado a lógica propriamente econômica, regulada pelas grandes indústrias interessadas no comércio de livros, por exemplo, e que podem funcionar conforme a demanda de consumo (compra) de seus produtos (BOURDIEU, 1996, 2006).

Avançamos no primeiro lado, o da economia antieconômica, para abordar alguns conceitos “simbólicos” relevantes para as futuras discussões. A ideia de desinteresse é particularmente importante para entender a posição antieconômica dos agentes em um campo: “Se o desinteresse [no sentido de recusa ao interesse econômico] é sociologicamente possível,

isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado” (BOURDIEU, 2010, p. 153). Além dos campos literário e artístico, são exemplos desses universos que privilegiam o desinteresse a família e o campo científico, nos quais há uma suspensão do interesse essencialmente econômico, porém outros tipos de interesse se sobressaem em referência a outros tipos de capitais. Tais recompensas advêm principalmente pelo capital simbólico, seja no prestígio ou na autoridade, que trazem legitimidade e permitem a acumulação futura de outros capitais, inclusive o próprio capital econômico (BOURDIEU, 2006). Isso fica evidente, por exemplo, no campo da moda abordado por Bourdieu (2006), quando um estilista de prestígio, reconhecido e legítimo em seu campo de produção, é capaz de acumular um *status* social e vender suas peças por preços mais altos que produtos “sem marca”, independente de outros critérios qualitativos.

Nessa esteira, tão relevante quanto compreender o conceito de desinteresse é o conceito de interesse. A diferenciação entre os jogos que são ou não importantes e interessantes para um agente ocorre em razão da sua incorporação no *habitus* e na formação do seu sentido de jogo. Por isso, a relação entre campo e interesse se dá de forma conjugada: “Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de um outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura, etc.)” (BOURDIEU, 2010, p. 149). Dessa forma, somente os agentes dotados do *habitus* e do sentido de jogo de um campo terão o interesse, ou o desinteresse, naquilo que está em disputa: “nos jogos nos quais, por exemplo, é preciso mostrar “desinteresse” para ter êxito, eles podem realizar, de maneira espontaneamente desinteressada, ações que estejam de acordo com seus interesses” (BOURDIEU, 2010, p. 147).

Nessa lógica, a noção de interesse não se opõe à de desinteresse, mas sim à de indiferença ou à de ataraxia. Ou seja, aquele que está indiferente ao jogo não é dotado do *habitus* daquele campo para perceber o que está em jogo (BOURDIEU, 2010). Esse desprendimento característico da ataraxia se opõe também à *illusio*, que é o envolvimento a partir da presença das disposições necessárias para compreensão e “prisão” àquilo que está em jogo. Por isso, a *illusio* está presente em qualquer campo social, pois a partir do momento que um agente se envolve em um campo, ele reconhece o jogo, deixando de ser indiferente a ele (BOURDIEU, 2010).

Pela *illusio*, as relações de força e comunicação entre os agentes são estabelecidas em diferentes níveis, sendo constantemente variável o acúmulo de poder e quem são os ocupantes das posições dominantes e dominadas. No enfrentamento daqueles que exercem o poder e daqueles que estão sujeitos a ele, a diferença entre forças pode acontecer materialmente, sob a forma física ou econômica, assim como simbolicamente, numa exibição menos evidente. É

dessa forma que o poder simbólico se apresenta em um campo e produz efeitos reais equivalentes à força física ou econômica, porém com um dispêndio de energia aparentemente nulo. Isso é possível porque é um poder reconhecido, ou seja, “ignorado como arbitrário”, que produz e reproduz a *doxa* do campo em sua própria estrutura (BOURDIEU, 2007c).

Ao agir sobre as classes dominadas, o poder simbólico se aplica, então, como violência simbólica, contendo as seguintes características:

[...] violência branda, invisível, desconhecida como tal, escolhida tanto quanto sofrida, a da confiança, da obrigação, da fidelidade pessoal, da hospitalidade, do dom, da dívida, do reconhecimento, da piedade, de todas as virtudes, em uma palavra, que honra a moral da honra [...] (BOURDIEU, 2009, p. 213).

Velada sob essas situações ou argumentos, a violência simbólica se apresenta de uma forma mais dissimulada e refinada, pois segue o mesmo princípio do poder simbólico de “ignorado como arbitrário”. Sua eficiência só se dá quando os submissos têm, incorporado em seus *habitus*, as disposições para obediência sem percebê-las objetivamente, como elementos presentes enquanto *doxa*, socialmente estabelecida e incorporada, a ponto de, em alguns casos, modificar a relação de dominação para uma relação afetiva (BOURDIEU, 2010).

O elemento mais consistente do poder e da violência simbólica é sua arbitrariedade. Por isso, uma mudança nessa relação só é possível com o desvelamento dos fundamentos ocultos dessa dominação e a percepção consciente do arbitrário, que resultaria num rompimento com a crença daquele campo ou daquela relação. Nas palavras do autor:

[...] é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas (BOURDIEU, 2007c, p. 15).

Dessa maneira, os sistemas simbólicos se estabelecem essencialmente a partir da produção e reprodução de uma crença, sustentada pelos dominantes e legitimada pelos dominados que, ainda que se posicionem de forma heterodoxa, “jogam o jogo” e reforçam as relações de dominação.

De forma preliminar, identificamos no campo esportivo uma dinâmica semelhante que é passível de análise a partir da apropriação dos conceitos abordados, como uma forma de revelar algumas das formas de dominação e violência simbólica que se estabelecem pelas instituições esportivas internacionais para com os demais agentes integrantes do campo esportivo. Essas apropriações se fazem pertinentes quando examinamos os potenciais para compreensão do campo a partir de diversos conceitos de Bourdieu, ainda que estes não tenham

sido articulados pelo autor em suas análises específicas sobre o esporte. De toda maneira, faz-se necessária a revisão e retomada das discussões mobilizadas por ele quando investigou o esporte, percebendo em seu percurso intelectual e nas modificações que o esporte teve no decorrer das últimas décadas os avanços e as lacunas de suas contribuições.

2.3 AS ANÁLISES DO CAMPO ESPORTIVO

O sociólogo francês Jean-Paul Callède (2007), em sua obra que retoma parte da literatura francesa em Sociologia do Esporte, valoriza a contribuição de Bourdieu para além dos pressupostos acadêmicos conceituais, quando sinaliza que o autor foi um importante personagem para iniciar a institucionalização da Sociologia como área a ser incorporada nos estudos dos fenômenos esportivos e vice-versa.

Para Callède (2007), os textos sociológicos de Bourdieu dedicados ao esporte podem ser divididos em três períodos principais. Para abordá-los nesse primeiro momento, indicamos o contexto de produção das obras e respectivas traduções, quando existirem, para posteriormente trazer uma abordagem específica de cada texto. Essa contextualização é especialmente útil para entender a aproximação do autor com o tema esporte, como também nos serve para justificar as futuras opções de uso da teoria do autor nesta pesquisa. Um quadro resumo dessas publicações pode ser encontrado no apêndice A e nos próximos parágrafos utilizamos suas traduções livres dos títulos em inglês e francês.

O primeiro período inicia com o texto “*Pratiques sportives et pratiques sociales*” (Práticas esportivas e práticas sociais) de 1978, no mesmo ano traduzido para o inglês como “*Sport and Social class*” (Esporte e classe social) (BOURDIEU, 1978). Essa primeira produção é resultado da conferência inaugural do VII Congresso Internacional da Associação Internacional de História da Educação Física e Esporte, sediado no Instituto Nacional do Esporte e da Educação Física¹² em Paris, França. A primeira abordagem do esporte não pode ser vista como superficial, já que incluía achados da pesquisa que comporia a primeira edição do livro “A Distinção”, publicado no ano seguinte.

¹² Callède (2007) contextualiza que o instituto, naquele momento, era um estabelecimento subordinado ao Ministério da Juventude e dos Esportes, que repetidamente possuía diretores que se preservam, ou buscam se preservar, em suas posições. Por isso, a Sociologia do Esporte não era muito bem vista em sua criticidade, principalmente pelos questionamentos críticos levantados pelo sociólogo Jean-Marie Brohm. Assim, o convite à Bourdieu poderia ser traduzido como uma estratégia de reconhecimento universitário e legitimação do poder daqueles que o convidavam, ainda que tal fato passasse despercebido pela maioria dos conferencistas internacionais.

O segundo período se destaca pelas produções do autor na década de 1980, já como professor no *Collège de France*¹³, cuja eleição se deu em 1981 e seus cursos iniciaram a partir de 1982. Nesse período, destaca-se a utilização de dois textos de comunicações orais anteriores para publicação como capítulos de livros que trazem a proposta de uma leitura do esporte dentro da matriz teórico-metodológica que o autor vinha constituindo. O primeiro, já citado “*Pratiques sportives et pratiques sociales*” que foi intitulado “*Comment peut-on être sportif ?*” (Como se pode ser esportivo?) no livro “*Questions de Sociologie*” (Questões de Sociologia), teve sua primeira edição francesa de 1981. Em português, o texto foi traduzido com o título de “Como se pode ser esportivo?” e foi publicado como capítulo do livro “Questões de Sociologia” no ano de 1983 (BOURDIEU, 1983). E o segundo, o texto “*Programme pour une Sociologie du Sport*” (Programa para uma Sociologia do Esporte) publicado no livro “*Choses Dites*” (Coisas Ditas), que teve a primeira edição francesa em 1987. Em português, o artigo consta com o mesmo título no livro “Coisas Ditas” (BOURDIEU, 2004). Esse texto se originou de duas conferências: uma através da intervenção com o grupo de estudos “Vida física e jogos” dos Centros de Treinamento para os Métodos de Educação Ativa; e a segunda, a conferência no VIII Simpósio do Comitê Internacional para a Sociologia do Esporte¹⁴, inicialmente intitulada como “*Sports et sociétés contemporaines*” (Esportes e sociedades contemporâneas) em 1983 (BOURDIEU, 1984). Além desses textos, nessa década Bourdieu cedeu uma entrevista para a *Revue EPS*, publicada em 1982 (BOURDIEU, 1982). Essa publicação estava vinculada ao Instituto Nacional do Esporte e da Educação Física da França e era dirigida aos professores e estudantes de Educação Física e Esporte do país.

E o terceiro período se deu na última década de vida do autor (anos 1990), em que a análise do esporte passa a ter um novo ângulo com a reflexão sobre os Jogos Olímpicos de 1992 e da Copa do Mundo FIFA na França em 1998. Nessa fase, Bourdieu passa a dar atenção para a influência da televisão no esporte, transformando-o em espetáculo e afetando aspectos econômicos e estatais de sua produção e administração. Nesse contexto, duas contribuições foram produzidas. A primeira tinha como título “*Les Jeux Olympiques*” (Os Jogos Olímpicos), inicialmente concebida para o Encontro Anual da Sociedade Filosófica para o Estudo do

¹³ Instituição fundada em 1530 que oportuniza cursos das mais diversas áreas de conhecimento e concentra os principais centros franceses de pesquisa científica. Não possui característica equivalente em outros países, porque não se caracteriza como universidade ou escola, já que não possui programas definidos ou certifica os alunos através de diplomas (COLLÈGE DE FRANCE, 2012).

¹⁴ Esse Comitê foi fundado em 1965 e desde 1993 teve seu nome modificado para Associação Internacional de Sociologia do Esporte (INTERNATIONAL SOCIOLOGY OF SPORT ASSOCIATION, 2012).

Esporte em 1992 e que ganhou uma versão estendida sob a forma de artigo para o volume 103, no ano de 1994, da revista *Actes de la recherche en sciences sociales* (BOURDIEU, 1994). Em português, este texto foi publicado como um capítulo do livro “Sobre a Televisão” de 1997 sob o título “Os Jogos Olímpicos” (BOURDIEU, 1997). A segunda contribuição desse período aconteceu no Colóquio Futebol e Cultura em 1998 com o título “*L'état, l'économie et le sport*” (O estado, a economia e o esporte) e foi publicada em francês em três locais diferentes: num livro editado pelo Centro Nacional da Pesquisa Científica, no número 54 da revista *Atlantica* (julho de 1998) e no número 7 do periódico *Sociétés & Représentations* (março de 1998) (BOURDIEU, 1998). Em inglês, o texto foi traduzido por Hugh Dauncey e Geoff Hare e publicado no periódico *Sport in Society* no mesmo ano, sob o título “*The State, Economy and Sport*” (Estado, economia e esporte) (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998).

Apoiados na periodização temporal e temática proposta por Callède (2007), entendemos que as reflexões de Bourdieu em relação ao esporte podem ser elencadas em duas macro análises: a gênese e a dinâmica da oferta, da demanda e da circulação dos “produtos” esportivos, com suas características distintivas (BOURDIEU, 1983, 2004, 2008a); e a articulação do esporte com a televisão (BOURDIEU, 1997), Estado e economia (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998), principalmente através dos grandes eventos esportivos (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA).

Esse espectro de temáticas, por um lado, demonstra as inúmeras possibilidades de abordagem do esporte em sua relação com a sociedade; por outro lado, exige um olhar mais focado entre as ferramentas analíticas da teoria de Bourdieu, sua interpretação do universo esportivo e o tema da presente pesquisa. Dessa forma, nos próximos parágrafos destacamos algumas das características do esporte conforme o olhar de Bourdieu, com a intenção de identificar em suas interpretações elementos auxiliares para a análise posterior dos dados dessa investigação.

Em diversas oportunidades, Bourdieu propôs um programa de pesquisa para a Sociologia do Esporte, inclusive no próprio título ou subtítulo de conferências ou textos (BOURDIEU, 1997, 2004). Ou seja, o autor buscou introduzir de forma preliminar um sistema coerente de questões que são suscetíveis a um tratamento científico a partir do cuidado ao construir o objeto a ser estudado (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998).

Ao atentarmos para tal intenção e recuperarmos algumas preocupações esboçadas no capítulo metodológico desta pesquisa, percebemos que Bourdieu vê no esporte um campo de profícuas reflexões sobre a prática científica da própria Sociologia, através do rompimento com determinados senso-comuns, tanto científicos – que não concebiam o esporte como objeto

relevante para análise – como não científicos – de pessoas que consideram ter um entendimento imediato sobre a “sociedade” – em que ambos deixam de perceber, com mais profundidade, as relações que se estabelecem e são refletidas para além da competição em si. A discussão sobre esse ponto foi tecida como argumento central (BOURDIEU, 2004) ou introdutório em seus principais textos consagrados à análise do esporte (BOURDIEU, 1983, 1997; BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998).

A produção dos primeiros textos de Bourdieu relacionado ao esporte data do final da década de 1970 e começo da década de 1980, sendo contemporâneos ao lançamento da primeira (1979) e segunda edição (1982) do livro “A distinção” em sua versão francesa. Nesta obra, o autor se dedica essencialmente a compreender o gosto e o consumo cultural através de “escolhas”, aparentemente incomensuráveis, tais como as preferências em matéria de música e de cardápio, de pintura e de **esporte**, de literatura e de penteado.” (BOURDIEU, 2008b, pp. 13-14, grifo nosso).

Ao incorporar o esporte nesse grupo de práticas, um dos pressupostos para entender as diferentes modalidades e seus praticantes se dá de forma homóloga a esses outros campos. Em resumo, isso quer dizer que a “escolha” de um determinado esporte por um agente social implica em elementos de distinção social conforme seu *habitus*. Para o autor, o *habitus* possui duas características que serão fundamentais para a distinção: “a capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto)” (BOURDIEU, 2008b, p. 162). Assim, quando os agentes agem deixando-se influenciar por seu *habitus*, eles reconhecem as propriedades de suas escolhas e reconhecem os demais que fizeram a mesma opção. Nesse sentido, as práticas e os produtos são produzidos, classificados, diferenciados e apreciados conforme os diferentes *habitus* dos diversos agentes do mundo social, o que instaura tanto a produção das práticas e produtos, a chamada oferta, como a existência da demanda, por aqueles que os consomem (BOURDIEU, 2008b). Essa proposta, descrita como uma “teoria científica da economia das práticas” (BOURDIEU, 2008b, p. 211), visa avançar no entendimento técnico das práticas e dos produtos, cujo campo de produção não é restrito às funcionalidades, assim como na visão economicista sobre seus públicos, que limita as escolhas do consumidor ao seu capital econômico.

Esse panorama sumário contextualiza as pesquisas que vinham sendo realizadas e, em certo ponto, inspiraram as primeiras análises *bourdieusianas* a respeito do esporte. Assim, a observação das características distintivas do esporte esteve de forma mais ou menos evidente nos argumentos centrais dos capítulos “Como é possível ser esportivo?” (BOURDIEU, 1983) e “Programa para uma sociologia do esporte” (BOURDIEU, 2004).

O primeiro debate que consagra o esporte dentro da categoria de distinção é sobre a possível genealogia de um campo das práticas esportivas. Para isso, o autor defende a concepção que o esporte funciona como um campo em que especialistas estão em concorrência, envolvidos em disputas conforme seus interesses específicos. Compreender como esse campo se constitui seria encontrar a gênese do que hoje se entende por “esporte moderno”.

Para indicar algumas das possibilidades dessa genealogia, os argumentos são baseados na história do rúgbi, ainda que refutando a generalidade do caso, mas concebendo-o como um ponto de partida para identificar a ruptura das atividades que eram entendidas como jogo e passaram a ser nominadas como esporte. Esse processo teria ocorrido nas grandes escolas burguesas na Inglaterra, quando alguns dos jogos populares passaram por um processo de ressignificação e foram tomados sob uma nova função. As práticas corporais perderam sua associação às comemorações relacionadas à vida ordinária, como festas agrárias e religiosas, e passaram a ter fim em si mesmas, como lazer, através da conversão dos jogos em exercícios corporais (BOURDIEU, 1983).

Essas diferentes funcionalidades, incorporadas pela classe burguesa como estratégias distintas, são entendidas como a raiz do seu uso atual. Outros elementos distintivos são reforçados, pois o “desinteresse” ao material e “a inclinação à atividade para nada” (BOURDIEU, 1983, p. 139) formam o *ethos* da elite burguesa naquele momento, evidenciado também na arte. A distinção também é relevante para a proposta do *fair play*, idealizado como uma “maneira de jogar o jogo dos que não se deixam levar pelo jogo a ponto de esquecer que é um jogo” (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Assim, a constituição desse campo se dá no contexto da filosofia aristocrática, através da teoria do amadorismo, que tem como diferencial o reforço à virilidade e o ímpeto de vencer, desde que respeitando as regras (*fair play*). Nesse momento, a criação do COI é evocada como exemplo, quando a moral aristocrática e burguesa – como a perpetuação dos membros da aristocracia nas organizações (“*self perpetuating oligarchy*”) e a perspectiva da “iniciativa privada” – revestiam os pressupostos de Pierre de Coubertin e dos demais membros fundadores que portavam um “*ethos* das frações dominantes da classe dominante” (BOURDIEU, 1983, pp. 140-141). O esporte, então, passa também a representar um ideal “anti-intelectualista” dos dominantes entre os dominantes, contra os dominados entre os dominantes, que eram compostos pelas classes dos artistas, literários e intelectuais, mais evidente no debate entre a educação burguesa e menos burguesa, ilustrada através de exemplos do caso francês.

Entretanto, a utilização das diferentes propriedades do esporte não se dá somente pelos dominantes em capital econômico. Rememorando as grandes escolas inglesas, antes de o

esporte ter a função de “formar o caráter”, ele foi utilizado como um meio barato de vigiar os alunos em uma atividade vista como saudável e que direcionava a violência. A utilização dessas “propriedades” se estende a outras instituições, como igrejas, sindicatos, partidos, padrões paternalistas e pelo próprio Estado. Este último passa a agir através do reconhecimento e da ajuda às organizações esportivas, de forma pretensamente neutra, utilizando de espaços e equipamentos esportivos para aparecer sob a forma de serviços políticos. Dessa forma, é possível acumular, ou manter, a notoriedade e honorabilidade em uma determinada região, sendo que esse capital simbólico se torna suscetível à conversão em capital político (BOURDIEU, 1983).

Esses primeiros argumentos demonstram as estratégias distintivas de uma elite, que se apropriou de uma prática anteriormente popular para nela inculcar novos valores, notadamente o desinteresse, para aplicarmos a linguagem do referencial teórico. Tais valores e objetivos não eram exclusivos para as novas práticas esportivas, pois compunham o chamado *ethos* desse grupo dominante. O processo de incorporação e reconhecimento dessas novas práticas caracteriza, então, a gênese do que hoje compreendemos como esporte moderno. Nesse processo, destacamos ainda algumas das características apontadas pelo autor ao utilizar como exemplo a criação do COI, em que alguns dos pressupostos burgueses ainda se fazem presente nesta estrutura esportiva e, em certo ponto, parecem estar reproduzidos nas instituições esportivas criadas posteriormente, como os Comitês Olímpicos Nacionais e as Federações esportivas.

Um segundo debate se inicia através de uma esperada sequência, em que a gênese do esporte moderno provocaria o surgimento do campo esportivo. Para que este exista, é preciso identificar qual seria seu objeto de disputa. Naquele momento, o autor compreendia que o objeto de disputa que constitui o campo esportivo é o privilégio sobre a determinação de quais são as definições e as funções autênticas da prática esportiva. Mais que isso, ao considerar que ele está inserido num campo maior que é “das lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo” (BOURDIEU, 1983, p. 142), as disputas não estão limitadas aos grupos de praticantes de modalidades esportivas, técnicos e professores, mas incorpora ainda médicos, religiosos, costureiros, etc.

Exemplificando essas disputas pelo viés da Educação Física, em polos opostos nesse campo estão aqueles que defendem a “expressão corporal” ou aqueles que concebem as atividades físicas e esportivas de cunho mais técnico. As formas de manifestação desses agentes são diferentes, mais ou menos enfáticas e mais ou menos atuantes. Isso ocorre pela relativa influência de fatores externos, como, por exemplo, através da ascensão de perspectivas menos

rigorosas e mais pedagógicas quanto aos preceitos educacionais (BOURDIEU, 2004). Essa consideração se coloca de maneira relevante quando pensamos as perspectivas hegemônicas do esporte na Educação Física, e especificamente o esporte voltado ao rendimento na escola. Esse debate, que não é recente, pode se tornar mais acentuado em um país que tem a pretensão de se intitular olímpico, não só por sediar tal megaevento como também pelo seu rendimento esportivo (ver Betti (2009) e Mattos (2009)).

Em outra luta existente nesse campo, também tendo a distinção como um princípio, teria surgido o espetáculo esportivo. Nesse ponto, houve uma ruptura, que carece de análise de seus determinantes, entre o esporte concebido pelas elites, fundamentado numa prática amadora, e o esporte espetáculo concebido por profissionais, produzido para consumidores essencialmente passivos e leigos. O consumo passa a se dar progressivamente para além dos praticantes, através dos espetáculos esportivos televisionados, por um público que não possui o *habitus* da prática, ou seja, que não possui os esquemas de percepção e apropriação necessários para contemplar a prática em seus detalhes e sutilezas. Assim, o público passa a buscar o “sensacional” nas exposições esportivas, cujo difícil alcance pode ter tido como efeito o doping e algumas formas de manifestação de violência. Nessa análise, os lucros distintivos seriam conquistados tanto por aqueles que praticam os esportes considerados “chiques”, em detrimento dos “vulgares”, como aqueles que têm a possibilidade da prática em oposição àqueles que apenas consomem os espetáculos esportivos pela televisão (BOURDIEU, 1983, 2004).

As diferentes formas de apropriação do esporte, seja como espetáculo ou como prática, também compõem o objeto de disputa desse campo, qual seja, o mencionado privilégio sobre a determinação de quais são as definições e as funções autênticas da prática esportiva. As definições e funções são modificadas e/ou reinterpretadas com frequência, principalmente ao serem acolhidas por grupos diferentes.

Uma dessas diferentes interpretações se dá ao considerar a prática esportiva na vida adulta. Se, por um lado, a carreira esportiva pode ser promissora às crianças das classes dominadas, como um meio de ascensão social, ela não é reconhecida para as crianças das classes dominantes, salvo exceções de modalidades como o golfe e o tênis. Por outro lado, na relação entre classe social e idade, em geral, os esportes “populares” são praticados pela juventude das classes mais baixas e tendem a ser abandonados mais cedo que os esportes “burgueses”, que se mantêm na vida adulta visando à manutenção física e outros lucros sociais. Esses dois lados, que podem ser considerados ao pensarmos a prática esportiva na vida adulta, compõem um dos exemplos para a relação entre *habitus* – especificamente na relação com o corpo – e a busca de

distinção, o que marca as classes sociais e suas frações no que se refere aos estilos de vida manifestados através do esporte (BOURDIEU, 1983).

O *habitus* é um relevante conceito para compreender que o consumo de determinados esportes por classes específicas não é fruto somente dos custos econômicos ou culturais, mas também das expectativas em relação aos “lucros intrínsecos”, imediatos ou futuros, que são desejados para o seu corpo e para o acúmulo de capital social. Entretanto, as apropriações dadas a um determinado esporte se modificam por diversas razões que não são restritas aos elementos distintivos, mas pode ser resultado do aparecimento de novas práticas ou novas apropriações por outros praticantes, o que evidencia a fragilidade da associação direta entre a prática consumida e determinados agentes do espaço social. O fato que essas associações não sejam nem diretas, nem infinitas, mostra a dificuldade de se compreender e apreender a relação entre as posições e as disposições. Porém, o autor salienta que tal relação sempre irá se manifestar de alguma forma, ainda que pareça ínfima ou irreconhecível (BOURDIEU, 2004). Assim, a lógica da adoção de uma prática esportiva a partir do *habitus*, pelas disposições em relação ao esporte, não pode ser vista através de uma análise mecânica e restritiva.

Por isso, é preciso considerar os efeitos da oferta (o formato em que se dá a prática e o consumo do esporte) e da demanda (que existe por parte dos praticantes potenciais, conforme seus interesses e expectativas), cujos confrontos e ajustes constantes influenciam na evolução e consumo real das práticas. Por um lado, as transformações da oferta são resultantes do campo, ou seja, das lutas concorrenciais presentes para impor quais são as práticas legítimas e, assim, conquistar praticantes. Essas disputas ocorrem entre diferentes esportes e no interior de cada esporte, através das lutas entre distintas escolas ou tradições, ou ainda entre os diferentes níveis de praticantes. Pode ocorrer, ainda, através da inserção de novos elementos no campo, seja através da invenção ou importação de novas práticas e equipamentos, ou pela reinterpretação de práticas existentes. Por outro lado, as transformações da demanda obedecem às leis gerais de transformação dos estilos de vida; aqueles que buscam produzir uma demanda se posicionam como os especialistas (ortodoxos ou heterodoxos) e buscam alcançar determinadas expectativas do público leigo, potencial, de suas práticas (BOURDIEU, 1983). Isso significa considerar que o espaço das práticas esportivas não está isolado, ou seja, é relativamente autônomo, pois compõe um sistema maior de práticas de consumo, junto com o consumo alimentar e de lazer, por exemplo (BOURDIEU, 2004).

É provável que a observação dessa similaridade com as outras práticas de consumo sobre as características distintivas que podem travestir a escolha por uma determinada prática esportiva em detrimento de outras, somada à perspectiva das transformações históricas da oferta

e da demanda, foram elementos que influenciaram Bourdieu a propor uma série de argumentos e métodos para a análise científica do esporte.

Assim, o terceiro debate inspirado e aplicado para a categoria distinção seria um programa de pesquisa para a Sociologia do Esporte (BOURDIEU, 2004). Inicialmente, ele concebe que um esporte não pode ser analisado isoladamente, mas sim dentro do conjunto de práticas esportivas que, constituindo um sistema, cada um passa a ter características distintivas. Sua posição pode ser identificada a partir de duas diferentes séries de indicadores: de um lado, as características sociais de seus praticantes e dirigentes, e de outro, as características específicas do esporte e sua relação com o corpo. Após essa primeira etapa, a seguinte deve conter uma análise das “propriedades socialmente pertinentes que fazem com que um esporte tenha afinidades com os interesses, gostos e preferências de uma determinada categoria social” (BOURDIEU, 2004, p. 208). Nesse ponto, a relação e o envolvimento do corpo na prática são elementos determinantes no sistema de preferências.

Entretanto, como mencionado, essas homologias não devem ser vistas de forma mecânica, entre um esporte e uma classe social de praticantes. O que devem ser considerados são os espaços das práticas esportivas e os espaços das posições sociais, cuja perspectiva de manutenção das distâncias pode influenciar as mudanças históricas estruturais das diferentes modalidades. Assim, seria possível construir esse espaço das práticas esportivas a partir de suas estruturas, no qual os diversos estudos comporiam seus efeitos ao compreender as transformações sofridas pelas diferentes modalidades (BOURDIEU, 2004).

O segundo ponto que compõe esse programa sugere como etapa de pesquisa a construção de um quadro, ainda que grosseiro, sobre as características estruturais da oferta (como os produtos oferecidos) e da demanda (embasada nas disposições dos “consumidores”) das práticas esportivas. Tal construção, por si, demanda trabalhos empíricos. Assim, a escolha dos objetos, concentrada em uma ou um pequeno grupo de modalidades em sua observação microsociológica, a partir de um quadro mais amplo de compreensão macrosociológica, permite uma dialética mais próxima e efetiva do que se espera do trabalho científico (BOURDIEU, 2004).

Através desses estudos, confirmar-se-ia a perspectiva de que as propriedades de cada modalidade são o resultado das mudanças sociais observadas em seu processo histórico; e essas modificações são contínuas conforme os diferentes sentidos sociais dados pelos praticantes dominantes. Essas diferentes apropriações se dão pela “polissemia objetiva”, ou seja, pela “indeterminação parcial” das práticas esportivas, que permitem diferentes usos e que propiciam as oposições sobre seus usos legítimos (BOURDIEU, 2004).

Entretanto, esse programa proposto, com ênfase na categoria distinção, parece não ter sido suficiente para analisar o esporte em toda sua complexidade. Como indício, temos a proposta de novos programas de pesquisa, posteriores, quando o autor analisou a influência da televisão no esporte (BOURDIEU, 1997) e alguns desses reflexos na relação dele com o Estado e a economia (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998). Para a análise e exemplos nas relações observadas, os megaeventos esportivos, ainda que não concebidos sob essa nomenclatura, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo FIFA, foram utilizados como objetos de estudo. Podemos dizer que esses dois textos partem de um mesmo princípio: que a televisão potencializou a comercialização do esporte e, com isso, provocou relevantes consequências.

Para exemplificar esse processo, o autor entende que o futebol é uma modalidade chave, cuja transformação de prática para espetáculo, comercializado sob a forma de produto televisionado, só foi possível a partir de algumas das suas características principais. A primeira é que ele pode ser considerado como uma modalidade de relativa facilidade para interpretação. Por vezes, as pessoas se sentem aptas a discutir uma partida mesmo sem uma experiência profunda na prática, o que não ocorre em muitos outros esportes. O segundo ponto, relacionado ao primeiro, é a existência de um grande público praticante e interessado, que o consome e o torna um produto lucrativo para alguns clubes, de forma lícita e ilícita (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998).

Esses elementos e a midiaticização do espetáculo geraram como consequências no futebol: o aumento na quantidade de jogos, inclusive aqueles televisionados; o surgimento de canais de televisão pagos com exclusividade nos direitos de transmissão; mudança na estrutura das competições; escândalos de corrupção; e o surgimento de jogadores cosmopolitas que mudam de clubes com frequência, modificando assim a relação afetiva entre torcedores e jogadores (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998).

O segundo exemplo são os Jogos Olímpicos. Ao se tornarem espetáculos televisionados, o público tem uma falsa impressão de que vê os Jogos Olímpicos em sua totalidade. Entretanto, o enfoque dado por cada televisão, de acordo com sua nacionalidade ou público, restringe aquilo que é transmitido a apenas uma parte desse espetáculo (BOURDIEU, 1997). Assim, a televisão teria sido fundamental para modificar o sentido do evento, já que o “ritual de celebração dos valores universais tem se tornado um meio para o nacionalismo” (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998, p. 17, tradução nossa).

Para melhor compreensão desse processo, o autor propõe um “programa para análise” dos Jogos Olímpicos, ou especificamente da forma que eles têm se transformado simbolicamente em um ambiente de exibições nacionalistas. A primeira etapa seria a análise da

“construção social do espetáculo olímpico” (BOURDIEU, 1997, p. 124), não só das competições esportivas propriamente ditas, mas também as cerimônias que as rodeiam.

Em segundo lugar, a análise deveria se direcionar a “produção da imagem televisiva desse espetáculo” (BOURDIEU, 1997, p. 124). Já naquele momento, o autor enfatizava a comercialização da transmissão conforme as lógicas de mercado, desde o espaço para publicidade como alcance de uma grande população mundial, com prioridade aos mercados economicamente dominantes e ao oferecer as modalidades pertinentes a representação nacionalista e as expectativas de rendimento ótimo dos diferentes países. Esses elementos se tornam condicionantes do sucesso, econômico e “televisual”, das diferentes modalidades esportivas, tanto para sua presença ou ausência do programa olímpico, como do formato (local e horário) de suas exibições (BOURDIEU, 1997).

O terceiro ponto para análise passa a ser sobre o campo de produção do evento como espetáculo televisivo, acarretando na observação das relações entre os diferentes agentes: o COI (dirigentes esportivos), as grandes companhias de televisão (as de maior poderio, americanas, e as demais que estão em concorrência nacionalmente ou em mercados com o mesmo idioma), as empresas multinacionais (em concorrência pelos contratos de patrocínio e associação de marcas) e as pessoas (jornalistas que efetivamente realizam o trabalho de produção, edição e transmissão do evento) (BOURDIEU, 1997).

E o quarto elemento a ser investigado seriam os efeitos da transmissão televisiva na orientação de políticas de Estado para o esporte, que muitas vezes passam a priorizar as conquistas em eventos internacionais, exploradas simbolicamente e economicamente. Além dessa exploração das conquistas, uma segunda consequência seria a emergência da indústria da produção esportiva, conforme havia sido introduzido em textos anteriores. Nessa indústria, os atletas são apenas a parte visível, quando por trás há uma equipe que viabiliza a competição e o treinamento para o resultado, enquanto outra equipe é responsável pela produção e veiculação das imagens e discursos (BOURDIEU, 1997).

Assim, essa análise conforme o proposto proporcionaria o desvelamento dos processos de dupla produção desse espetáculo, pelas duas equipes mencionadas. Ao trazer à consciência esses fundamentos, os próprios envolvidos estariam aptos a compreender os efeitos sofridos e exercidos dessas ações e, dessa forma, potencializar o universalismo dos Jogos Olímpicos que, segundo o autor, estão propensos a extinção (BOURDIEU, 1997).

Essa abordagem auxiliaria não só o entendimento da transformação do espetáculo olímpico, como também alguns aspectos mais amplos da comercialização do esporte viabilizada pela televisão. Ainda que a relação entre esses elementos não seja inédita, ela afeta todo o

espaço das atividades esportivas com variados graus de intensidade. Essas variações resultam da lógica interna de cada esporte e da relação dos praticantes com a televisão. Apesar de esses elementos estarem relativamente conhecidos, suas consequências são menos abordadas, como a aplicação crescente de regras de economias neoliberais, como a lógica do livre mercado sem a regulação do Estado no esporte. Ao mesmo tempo, essa mesma questão indica que o processo de comercialização do esporte deve ser observado com cautela quanto às diferentes facetas que ele pode ter nas tradições estadistas dos países (BOURDIEU, 1997).

Comparando Inglaterra e França, o autor menciona que o primeiro teve um processo mais primitivo, o que acarretou uma quebra na sequência esperada dos jogadores que vinham dos clubes locais até representar a seleção nacional, assim como uma diferenciação na função do esporte. Já na França, o desenvolvimento é considerado “tardio” ou “incompleto” aos olhares neoliberais, embora uma lógica de negócio tenha entrado no país pela televisão. Entretanto, o país ainda se caracteriza pela ideologia do serviço público em diversas áreas, sendo elementos resistentes à sua comercialização a prática do esporte nos clubes amadores, sua função na escola e como promotor da saúde. Ao mesmo tempo, algumas raízes neoliberais estão incorporadas, considerando que elementos privados apropriam-se da proteção oferecida pelos serviços públicos para obter lucros (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998).

Na combatividade aos preceitos neoliberais em outras esferas, incluindo o esporte, o autor propõe uma alternativa reconhecidamente utópica, porém com base científica, ao modelo esportivo atual. Ela defenderia alguns princípios da prática esportiva, como por exemplo:

[...] a ênfase no valor educacional do esporte; o estreitamento do suporte moral e legal do Estado às ideias e interesses dos chefes de federações esportivas nacionais não remunerados; fortes ações contra a corrupção; incentivo aos centros de ensino para jovens jogadores; mais ênfase no desenvolvimento dos jovens jogadores em oposição à confiança no mercado de transferências; reestruturação contínua dos clubes de base e atletas de elite; promoção da identificação dos jovens com os jogadores famosos facilitados por modelos reais de progresso; e para os filhos de imigrantes a promoção da integração social através do esporte (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998, p. 21, tradução nossa).

Essa proposta teria como argumento principal a ideia que o esporte possui elementos positivos, que deveriam ser priorizados tanto pelas instituições de administração do esporte como pelos demais envolvidos. É nesse sentido que o autor propõe ainda uma “Carta do Esporte”, a ser levada em conta por atletas e todos os demais envolvidos (como os jornalistas esportivos) visando efetivamente transformar o esporte em valores que são tidos para si, como

não comercial, desinteressado e com fim em si mesmo, para mascarar o real interesse nos resultados econômicos e simbólicos (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998).

Na retomada que fizemos dos principais trabalhos de Bourdieu que propunham uma análise do esporte, torna-se iminente refletir sobre seus diferentes momentos, que transparecem sob a forma de enfoque dos objetos esportivos e de exposição das propostas de análise e pesquisa.

O primeiro elemento que devemos reforçar é o intervalo de 20 anos na escrita do primeiro ao último texto aqui analisado. Nesse período, os diferentes objetos de pesquisa inevitavelmente influenciaram sua abordagem do esporte, assim como amadureceram seus conceitos e métodos. Mais que isso, parecem ter influenciado a forma e o objetivo de fazer Sociologia, notadamente militante e combativa no final da década de 1990.

O segundo elemento que deve ser considerado é a transformação do próprio esporte. É determinista e pretensioso dizer que o esporte se transformou como o enfoque de Bourdieu, de uma prática distintiva e distinta nas décadas de 1970/1980, para um espetáculo televisivo na década de 1990. Mas talvez esses elementos fossem aqueles mais evidentes nos períodos históricos analisados na sociedade francesa, principalmente ao destacarmos que o texto dedicado às relações do esporte com Estado e economia foi produzido meses antes da Copa do Mundo da França em 1998. Entendemos isso no sentido de considerar os motivos de um estudioso, que não se dedicava essencialmente ao objeto de estudo esporte, fazê-lo, ver nele potencialidades para compreensão da sociedade em alguns de seus temas macro, sumariamente, distinção e neoliberalismo no decorrer de sua carreira acadêmica.

Como descreveu Callède (2007), os textos de Bourdieu sobre o esporte iniciaram com uma perspectiva descrita como “um **hiperdeterminismo estrutural**” (CALLÈDE, 2007, p. 426, grifos do autor, tradução nossa) para a percepção de um campo de análise mais complexo, composto por agentes diversos, inclusive alguns, presentes em suas conferências, que seriam capazes de incorporar uma “lógica de ação coletiva” (CALLÈDE, 2007, p. 426, tradução nossa).

Sem desconsiderar toda a produção aqui analisada, arriscamo-nos a dizer que a teoria de Bourdieu pode fornecer muitos outros subsídios do que aqueles explorados pelo próprio autor. Isso pode ter se tornado evidente quando apresentamos diversos conceitos teóricos que não foram incorporados à análise do campo esportivo, nem mesmo incluídos em seus programas de análise do esporte. O olhar de Bourdieu especificamente sobre os Jogos Olímpicos, por exemplo, era dirigido a relação destes com a televisão, trazendo relevantes subsídios para pensar as metamorfoses desse megaevento. Entretanto, esse enfoque deixou brechas para outras abordagens, como a que propomos aqui, através da aplicação de outros conceitos utilizados

para campos diferentes, mas passíveis de aproximações com o campo esportivo. Deixamos marcado ainda que, embora concordemos com o impacto da televisão e sua presença seja constantemente marcada no decorrer do trabalho, não restringimos as transformações no esporte e no espetáculo esportivo – notadamente nos megaeventos – à ela, mas apontamos para uma série de fatores que colaboraram com tais transformações. Por isso, na continuidade das análises relativas ao objeto de estudo eleito para essa pesquisa, observamos alguns pontos levantados pela “Sociologia do Esporte” de Bourdieu, mas também pretendemos aplicar os demais elementos da “Sociologia de Bourdieu” ao Esporte.

Dessa forma, no próximo capítulo utilizamos a perspectiva de Bourdieu em sua proposta teórica e metodológica de análise dos campos, com um aprofundamento da discussão sobre as características apresentadas sobre o esporte e demais conceitos, somada à introdução de outras especificidades do esporte, com base em outras literaturas de autores da Sociologia do Esporte, que culminam na forma atual dos Jogos Olímpicos como megaeventos esportivos.

3 ESPORTE, MEGAEVENTOS E JOGOS OLÍMPICOS: APROXIMAÇÕES

Apresentadas as linhas teóricas e metodológicas do estudo, nesse capítulo temos como objetivo desenvolver uma análise mais específica sobre a gênese do campo esportivo, considerando os elementos sociais e simbólicos que compõem a prática esportiva em si, congregada aos Jogos Olímpicos modernos, numa metodologia consonante ao “programa” de estudos do esporte proposto por Bourdieu. Assim, nessa revisão conceitual e histórica, buscamos os processos e rupturas que instauraram as características atuais do esporte e sua transformação que culmina na exibição como espetáculo, adjetivado como “mega” pelas suas proporções. Para esses dois primeiros subcapítulos, utilizamos como fontes as pesquisas da Sociologia do Esporte, principalmente em livros e artigos internacionais.

Posteriormente, mostramos a constituição e o desenvolvimento do movimento olímpico, abordando as diferentes fases nesse processo histórico e enfatizando o envolvimento das instituições (COI, governos nacionais e comitês organizadores locais) nos processos de candidatura de onze edições anteriores dos Jogos Olímpicos, conforme os critérios apresentados na metodologia. Assim, aprofundamo-nos acerca do processo de candidatura e eleição dos seguintes eventos: Melbourne 1956, Tóquio 1964, Cidade do México 1968, Los Angeles 1984, Seul 1988, Barcelona 1992, Atlanta 1996, Sidney 2000, Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012.

3.1 ESPORTE: CONCEPÇÃO MODERNA E POLISSÊMICA

Esse subcapítulo tem como principal objetivo traçar uma possível compreensão do fenômeno esportivo moderno, tomando por base a revisão histórica, em que se possibilite pensar como os elementos esportivos dos Jogos Olímpicos legitimam ou potencializam sua condição e proporção como um megaevento e, como consequência, o interesse de países para sediá-los e sustentá-los financeiramente. Dessa forma, apresentamos inicialmente o que é esse entendimento a partir de uma perspectiva histórica e social, seguido de algumas das condições e condicionantes para pensar o esporte moderno em suas características ou propriedades estruturais que tem como sua raiz mais amplamente aceita as grandes escolas inglesas no final do século XIX. Nessa abordagem, relacionamos esse surgimento à inauguração do movimento olímpico, através da criação do COI e dos chamados primeiros Jogos Olímpicos da era moderna. Para considerar seu crescimento e seu processo de internacionalização, abordamos

algumas das teorias do esporte que subsidiam esse debate para pensar o fenômeno esportivo e especificamente os Jogos Olímpicos em sua proporção atual.

Para iniciar com a abordagem do que é o esporte, podemos partir do conceito tradicional que geralmente considera que “esportes são atividades competitivas institucionalizadas que envolvem esforço físico rigoroso ou utilizam habilidades físicas relativamente complexas por participantes motivados por recompensas internas e externas” (COAKLEY; PIKE, 2009, p. 5, tradução nossa). Porém, a utilização de conceitos tradicionais tende a limitar a interpretação e as possibilidades de uso, visto que somente as práticas de grupos muito específicos estariam contempladas, invariavelmente privilegiando aqueles que têm recursos, vontades e mesmo habilidades e capacidades físicas para se engajar em práticas competitivas e institucionalizadas (COAKLEY; PIKE, 2009). Se isso é válido para o tempo presente, a complexidade de se estabelecer um conceito único para diferentes grupos, sociedades e momentos históricos é ainda maior, levando em consideração que o “esporte” não pode possuir um significado único, fixo, no entendimento sociológico e histórico. Sendo assim, tal significado só pode ser entendido a partir da análise sob uma perspectiva sociocultural, enquanto uma construção social (HORNE; TOMLINSON; WHANNEL, 1999).

Os exemplos fornecidos por McIntosh (1979) auxiliam nessa compreensão histórica e social. Segundo esse autor, o uso do termo esporte na linguagem comum variou entre todas as atividades humanas que “não eram sérias” no século XII, passando pela apropriação do termo, que por vezes antecedia a expressão “de campo”, pela aristocracia inglesa da era Vitoriana por volta dos anos 1837 até 1901 para descrever as atividades de caça, tiro e pesca (HUGGINS, 2004), até a instauração do entendimento tácito recente que o confina entre as atividades físicas competitivas, inaugurado por Johan Huizinga no livro *Homo ludens*. Na obra, Huizinga ([1938] 2000) entende que o jogo é elemento integrante da, e não na, cultura. A Inglaterra, por possuir características geográficas e sociais específicas, teria possibilitado no final do século XIX que os jogos tivessem se modificado e se tornado esportes, com a perda de parte das suas características lúdicas em razão da inclusão de regras e sistematização das atividades. Se, de acordo com McIntosh (1979), foi a partir de Huizinga que esse entendimento de esporte foi articulado e mais evidente na literatura contemporânea, Huggins (2004) aponta que o esporte significando uma atividade física ou jogo competitivo que exigia uma demanda física mais intensa já existia no dicionário *Oxford* da língua inglesa no ano de 1863 e nos anos 1890 tinha esse sentido moderno mais amplamente adotado.

Defendendo que a interpretação do esporte tal qual se apresenta na sua forma moderna deve ser entendida a partir de um contexto social, cultural e histórico mais amplo, uma maneira

de compreendê-lo se dá a partir da visualização das diferenças entre suas formas antigas ou iniciais. Bell (2009) propõe um quadro em que é possível visualizar alguns dos principais temas e períodos históricos do esporte, tomando como base a Inglaterra.

QUADRO 1 – TEMAS E PERÍODOS NA HISTÓRIA DO ESPORTE

Tema	Período	Papel e objetivo do esporte?
Jogos tradicionais e passatempos	Pré séc. XIX	Manifestações e habilidades tradicionais, celebrações sazonais, perseguições rurais em vilarejos, cidades ou distritos, feiras rurais e exposições. Os esportes são frequentemente embates violentos, com limitadas semelhanças às atividades dos dias atuais.
Recreação racional	Final do séc. XVIII e séc. XIX	A promoção de corpos saudáveis para higiene e para preparação para o militarismo, o esporte ou a recreação são providos por filantropia por reformistas sociais, praticado para uma proposta mais aceitável, a partir daqui mais racional.
Atleticismo	Séc. XIX, período Vitoriano	Desenvolvimento físico e moral, especialmente nas escolas públicas (Eton, Rugby, etc.) e particularmente através dos esportes coletivos; masculino, com objetivos de combate, enfatizam a lealdade, fazem deferência a autoridade, o sacrifício individual e o anti-intelectualismo.
Amadorismo	Séc. XIX a meados do séc. XX (em alguns esportes, ainda existente)	Esporte com causa em si mesmo, praticado por amadores e “cavalheiros”, por exemplo, sem recompensa financeira. Distinções surgem quando o profissionalismo inicia no séc. XIX. “Jogadores” são profissionais e têm uma regulação restrita; foram ainda proibidos de competir em algumas modalidades.
Cristianidade muscular	Meados ao final do séc. XIX	Esporte foi visto para empregar uma influência saudável, distante dos bares ou outros usos não desejáveis do tempo. A influência religiosa foi vista em diversas modalidades e clubes: o cultivo de “corpos sãos e mentes sãs” era a função de todo cristão. Muitos clubes e espaços esportivos eram providos por igrejas.
Coisificação	Fins do séc. XX	O consumo passivo do esporte se torna significativo e crescente com o papel comercial do esporte e de seus produtos e serviços, com o esporte profissional e internacional, com as influências globais e de organizações, e a migrações de jogadores é resultado da difusão global das práticas esportivas.
Celebridade	Fins do séc. XX e início do séc. XXI.	A emergência da celebridade esportiva, personalizado por David Beckham; estrelas do esporte são lançadas através de plataformas ou recursos multimídia, frequentemente não associados à performance esportiva ou onde a personalidade esportiva é veículo para promoção da “marca”.

FONTE: Bell (2009), tradução nossa.

Como é de se esperar, ao sintetizar e expor as informações de maneira mais objetiva em um quadro, alguns pontos são passíveis de crítica. Em especial, salientamos que as definições temporais, embora não específicas em anos mas em décadas, podem ser estendidas, já que

fenômenos sociais como o esporte e as práticas corporais não necessariamente desaparecem, mas são apropriadas ou deixadas de serem praticadas por grupos conforme consonância ou divergência entre os significados dados e percebidos em diferentes momentos. Nesse ponto, também há uma generalização sobre o “papel” e o “objetivo” do esporte nos diferentes períodos, já que a prática não pode ser vista como uma só. Por exemplo, apesar da “coisificação” e da “celebridade” serem acurados enquanto fenômeno evidente midiaticamente, até os dias atuais existem praticantes esportivos recreativos, amadores ou usos semelhantes à “cristianidade muscular”. Com isso, começamos a defender que o esporte não pode ser visto como um fenômeno unilateral, mas que inúmeras possibilidades de significados e objetivos podem ser dados e percebidos segundo as posições e disposições de seus praticantes nas diferentes circunstâncias temporais e espaciais.

Apesar dessas limitações, o quadro é acessível para localização temporal ordinal e para identificação de rupturas mais gerais para cada fase, conforme o contexto britânico, sendo suscetível a análises e comparações, dentro do possível, para o caso brasileiro. Por razões de limites e objetivos da presente pesquisa, aqui focamos a partir da notável e mais amplamente aceita ruptura do esporte moderno de meados ao final do século XIX, a partir do chamado atletismo aos tempos atuais. Isso não significa que nas décadas precedentes não existisse práticas similares às atuais, tampouco elas sejam menos importantes. Pesquisadores indicam que características modernas como a presença de espectadores em eventos, as formas mais básicas de comercialização e alguns princípios de institucionalização existiam desde o século XVI (DUNNING, 1999; MALCOLMSON, 2007) e um exemplo dessa antecedência se reforça pela existência do livro de Joseph Strutt “*The Sports and Pastimes of the People of England*” (Os esportes e os passatempos das pessoas da Inglaterra, na tradução livre), datado de 1801 (BIRLEY, 1993; BRAILSFORD, 1969, 1997; HOLT, 1990; WIGGLESWORTH, 1996).

No período de recorte temporal eleito, porém, é que são observadas variações mais evidentes nas formas de relacionamento (da tradicional à contratual), tempo (mais quantificado), espaço (racionalizado, funcional e preciso) e grupos sociais (conforme posição e divisão do trabalho) que influenciam de forma primordial as características do esporte que são foco dessa pesquisa. A vida urbana passou a ser o espaço dominante de relações sociais, o que gerou a transição demográfica e o declínio das relações comunais anteriores para as relações sociais mais especializadas, racionalizadas, burocratizadas e “civilizadas”. Nesse contexto, se o esporte não foi influenciado de forma imediatamente direta, é afetado por esses processos mais amplos e, por causa ou consequência, passa a ter mais importância como forma de

expressão cultural, porém com significados distintos entre os diferentes grupos sociais (DUNNING, 1999; HORNE; TOMLINSON; WHANNEL, 1999).

Os praticantes e os eventos eram esporádicos e dispersos, até que o esporte passou a ter espaço nas escolas públicas inglesas. Suas fundações datam de muitos séculos, como Winchester, por exemplo, que foi fundada em 1382. Nos períodos iniciais, sua fundação tinha como objetivo educar os mais pobres e filhos de trabalhadores rurais. Foi a partir dos anos 1860 que elas passaram a ser frequentadas pelas classes dominantes, alcançando o número de nove escolas nesse período: Winchester, Eton, Rugby, Harrow, Westminster, Charterhouse, Shrewsbury, St Paul's e Merchant Taylors', sendo que as três primeiras servem como estudos de caso mais comuns em relação ao esporte. Entretanto, parte dessa elite ainda educava seus filhos através de tutores particulares, porque não viam nas escolas públicas um espaço privilegiado para a educação moral de seus descendentes. Membros da aristocracia – a classe mais alta do período – ocupavam entre 5 e 20% das vagas em Rugby e Eton na primeira metade do século XIX (MANGAN; MCKENZIE, 2000). Nesse ponto, o esporte viria a cobrir uma lacuna deixada pela educação formal daquela época, ainda que tenha sido incorporado ocasionalmente pelos alunos que adaptavam jogos locais ao espaço que ali existia. Os jogos anteriormente possuíam regras ou entendimentos implícitos sobre seus funcionamentos ou requisitos para os participantes, que estiveram sujeitos a modificações apesar dos seus traços tradicionais (MCINTOSH, 1979). Como afirma Huggins (2004), essa incorporação só foi possível porque já existia uma prática relativamente difundida e com adesão de praticantes em outros meios sociais, mas entendemos pela literatura que as escolas públicas serviram como um meio de difusão mais formal e, pela sua legitimidade institucional, para que essas práticas passassem a ser aceitas e mutuamente incorporassem e propagassem os valores sociais legítimos que permitiram uma maior posterior aceitação social especialmente entre os estratos dominantes.

Conforme Hargreaves (1986), as práticas existentes durante o período do “atleticismo” tinham uma função instrumental, que manifestavam a crescente demanda sobre saúde e forma física da nação e a existência de atividades de lazer complementando o trabalho pelos grupos dominantes; mas, acima de tudo, como um meio para educar os jovens homens para ocuparem seus espaços na sociedade moderna emergente. O esporte funcionava como uma metáfora ao cotidiano social, em que as disputas eram regradas e ordenadas, resultando na existência de vencedores e perdedores.

Algumas dessas demandas e entendimentos – em que uma boa forma física era um pré-requisito para a moral e os bons costumes, por isso deveriam ser preconizados na educação dos

jovens – foram levantadas e sofreram ações estatais desde as primeiras décadas do século XIX. Essas ideias na Inglaterra sofriam a influência de pensadores franceses e os pioneiros do movimento da ginástica em outros países europeus, mas no contexto inglês passou a sofrer novos delineamentos pelas tradições de jogos em equipe e das atividades de caça que eram considerados como esporte (MCINTOSH, 1979). Sobre os esportes coletivos, por exemplo, Mangan (1998) cita que nas primeiras décadas do século XX o diretor de uma das escolas públicas afirmava que o críquete promovia uma nova forma de cavalheirismo e bravura, e o rúgbi o altruísmo, destemor e autocontrole, características necessárias para serem promovidas entre os jovens que tinham como papel dar continuidade à lógica imperialista, paradigmática e hegemônica naqueles ambientes. Sendo assim, principalmente a manutenção dos esportes nas escolas públicas não se deu de forma ocasional, já que eles eram um meio para transmissão de valores propícios à manifestação da cultura dominante, elitista e masculina, que reproduzia e era reproduzida na agenda pública (HORNE; TOMLINSON; WHANNEL, 1999).

Esses valores foram o objeto da atenção de Pierre de Coubertin para recuperar os Jogos Olímpicos. O *habitus* nobre, que assim pode ser entendido pela descrição de MacAloon (1981), motivou a viagem de Coubertin para a Inglaterra para compreender o sistema educacional daquele país, sendo uma etapa de sua intenção de propor uma reforma educacional na França. Esta seria necessária para se encontrar e implantar um novo entendimento sobre “nobreza”, enquanto adjetivo, que ele posteriormente passou a identificar nas escolas públicas inglesas, especialmente em Rugby e com a “pedagogia esportiva” que ali era desenvolvida.

As visitas de Coubertin às escolas aconteceram em viagens durante os anos de 1883 a 1887, sendo compostas por conversas com estudantes e ocasionalmente com diretores. Mas sua perspectiva sobre a possibilidade do esporte para a moral e a educação era largamente baseada no livro *Tom Brown's Schooldays* (Os dias de escola de Tom Brown, na tradução livre), publicado em 1857 por Thomas Hughes (1823-1896) (LUCAS, 1980; MACALOON, 1981; TOMLINSON, 1984). O livro, ainda que não seja autobiográfico, teria sido escrito com base nas experiências do autor como aluno de Rugby entre os anos de 1834 e 1842 (ELTON, 1957). Outro livro baseado nas experiências em Rugby que teria influenciado Coubertin é o *The life and correspondence of Thomas Arnold* (A vida e as comunicações de Thomas Arnold, na tradução livre), de A. P. Stanley. Para MacAloon (1981), negligências e exageros na leitura dessas duas obras por parte de Coubertin, que por si eram referências secundárias, teriam resultado numa visão singular, em certa medida idealizada e equivocada, dos valores na educação para adoção de perspectivas morais, em que o esporte seria valiosa ferramenta. Não

por acaso, seus próprios valores e princípios morais delinearam sua interpretação sobre o sistema inglês e como ele deveria ser apropriado na reforma educacional francesa.

Nessa conjunção, o esporte passou a ser visto por ele como o mobilizador do sistema, como epítome da educação moral, física e intelectual. E assim seus discursos adquiriram um caráter combinado, em que algumas das características do modelo grego de jogos e atividades físicas passam a ser tomadas como ferramenta pedagógica (MACALOON, 1981). Lucas (1980, p. 16, tradução nossa) descreve que “O conceito de filosofia ateniense de Coubertin, exemplificado pela trindade caráter, intelecto e corpo, era inexoravelmente fundido com a imagem de austeridade disciplinada e o *sportsmanship* da Escola Rugby inglesa”. O *sportsmanship* pode ser interpretado como um código de comportamento que mistura vitalidade, coragem, versatilidade e senso de proporção. O Olimpismo surge, então, como uma atitude semelhante a esse comportamento ou da atitude da Cristianidade Muscular que regia, ao menos na visão idealizada de Coubertin, o funcionamento do esporte em Rugby (LUCAS, 1980).

Uma mistura de nacionalismo e internacionalismo teria sido a raiz motivacional para o “reviver” dos Jogos Olímpicos. O primeiro, porque a derrota militar francesa para a Prússia no ano de 1871 teria influenciado o entendimento de Coubertin que a preparação física e a disciplina eram virtudes a serem desenvolvidas em seu país e que o sistema de esportes da Inglaterra servia como um contraponto à cultura ginástica germânica (GUTTMANN, 1984). Embora Coubertin tivesse apenas oito anos naquele momento, o insucesso na guerra afetou sua família e sua geração, conseqüentemente (LUCAS, 1980). Ele teria se convencido que os métodos da educação esportiva inglesa, especificamente a de Rugby, seriam a razão para o desenvolvimento da Inglaterra como potência no século XIX. Além disso, na nova era democrática que se apresentava, o esporte poderia ser um agregador de classes sociais (HILL, 1996). Sobre este ponto, são reconhecidas as controvérsias (HILL, 1996) e não existem evidências específicas sobre essa motivação, mas a proposta da conferência em Sorbonne em junho de 1894 com a presença de representantes de nove países mostram a intenção de tornar o evento internacional (GUTTMANN, 1984). As exposições ou feiras internacionais organizadas na França nos anos de 1878 e 1889 também indicam uma perspectiva semelhante no contexto mais amplo nacional, em que elas serviriam como compensação do isolamento diplomático e a estagnação econômica do país naquele período (TOMLINSON, 1984). Para Paradis (2010), em comparação a esses outros eventos, os Jogos Olímpicos foram melhores sucedidos porque se mostraram não somente como exibição, mas promoviam elementos de masculinidade e

heroísmo com foco nas capacidades e conquistas individuais, valores bem quistos pelo público em tempos de nacionalismo e imperialismo reinantes no ambiente europeu.

Inúmeros fatores da filosofia na qual os Jogos Olímpicos foram recuperados por Coubertin são controversos, tanto sobre os métodos e as consequências do esporte nas escolas públicas, quanto sobre as informações que historiadores mobilizam sobre os Jogos Olímpicos antigos na Grécia, sendo que essas más compreensões teriam resultado em um evento com base em falsas premissas ou uma invenção de valores que embasariam a versão moderna (HILL, 1996; TOMLINSON, 1984; YOUNG, 1985). Há ainda que se ressaltar a influência de outras pessoas nesse processo, como o grego Demetrius Bikélas (que se tornaria presidente do COI e responsável por levar sua primeira edição à Atenas), como também o professor William M. Sloane, dos Estados Unidos (CLASTRES, 2004; MACALOON, 1980).

Depois de debates sobre exercícios físicos na Exposição Universal de 1889 e a proposta de reestabelecimento dos Jogos Olímpicos em um festival esportivo em Paris em 1892, foi no Congresso organizado por Coubertin em Sorbonne em junho de 1894 em que se realizou a primeira discussão formal sobre o tema (CLASTRES, 2004; TOMLINSON, 1984). De acordo com Tomlinson (1984), 2 mil pessoas estiveram no banquete de abertura, sendo 79 delegados de 49 associações esportivas vindos de 12 países. Naquela ocasião, foram estabelecidos alguns dos princípios do Olimpismo: os Jogos aconteceriam em intervalos de quatro anos em locais distintos a cada edição iniciando por Atenas em 1896, sendo contemplados esportes modernos, praticados por homens adultos e geridos por um Comitê Olímpico Internacional (CLASTRES, 2004; TOMLINSON, 1984).

Outros princípios foram estabelecidos e são mantidos até hoje, como a existência de competições preliminares nos países para que os Jogos agreguem os “verdadeiros campeões”, o estabelecimento de Comitês Olímpicos Nacionais, os membros do COI como representantes do Olimpismo em seus países (e não dos seus países no COI); e também outros foram modificados, como a manutenção da sede do COI em Paris (posteriormente sendo movida para Lausanne, Suíça) e a mudança de seu presidente após cada edição do evento. Este princípio terminou com o próprio Coubertin, que assumiu a presidência após os Jogos de Atenas 1896 (Demetrius Bikelas, da Grécia, havia sido eleito para os anos de 1894 a 1896) e se manteve até 1925 (HILL, 1996). Partindo desse histórico, torna-se compreensível porque a criação do COI foi relativamente tardia em comparação ao surgimento de outras entidades esportivas reguladoras, cuja criação foi motivada principalmente pela organização de grandes competições entre as décadas de 1850 e 1870 (HARGREAVES, 1986).

Os autores indicam que uma série de outros eventos com a alcunha de “Jogos Olímpicos” foram realizados em diversos países e com considerável frequência e público (HILL, 1996; TOMLINSON, 1984). Entretanto, Hill (1996) aponta que, para os delegados participantes do evento em Sorbonne, o motivo principal da congregação era o debate sobre o amadorismo, já que a ideia de reviver os Jogos Olímpicos não tinha levantado o interesse de participantes em outras ocasiões, tanto que o evento foi nomeado “Congresso Internacional de Paris para o estudo das questões do amadorismo e do reestabelecimento dos Jogos Olímpicos” (CLASTRES, 2004, p. 283, tradução nossa). Com grupos de trabalho divididos nos dois temas, o reestabelecimento dos Jogos Olímpicos contou com a coordenação de Demetrius Bikelas e participação de onze delegados franceses e seis ginastas universitários de países nórdicos e da Europa mediterrânea e oriental (CLASTRES, 2004).

De todo modo, é relevante tratar do amadorismo porque, mesmo servindo como justificativa para reunir os delegados na primeira reunião de fundação do COI, foi um tópico relevante na história do esporte e dos Jogos Olímpicos. O amadorismo deve ser entendido como uma série de ideais que compunham o *ethos* dos praticantes de jogos/esportes que, salvo pequenas discordâncias, pode ser entendido como: jogar o jogo pelo jogo, não por motivos pessoais ou materiais; envolver-se intensamente durante a prática, mas contendo sua competitividade e não buscando chamar a atenção para si; respeitar as regras, nunca manipulando-as ou usando-as para levar vantagem; nunca deixar se levar pelos resultados que, no caso da vitória, o comportamento deveria ser gracioso e da derrota sendo um bom perdedor; dar preferência às modalidades coletivas ou pela prática de várias modalidades ao invés de especializar-se em uma função ou esporte (BAKER, 2004; HOLT, 1990).

Baker (2004), na tentativa de localizar socialmente as origens do amadorismo com base em outros autores, identifica na construção de novos valores da classe média, de meados ao fim do século XIX, diversos subsídios para esse ideal. Vendo no crescimento econômico a força motora para o desenvolvimento social, sua influência foi aos poucos chegando nas outras classes, tendo nas escolas públicas relevante estrutura para reprodução e difusão. Para esse fim, os valores que as novas lideranças deveriam incorporar eram a responsabilidade, a autodisciplina, a cortesia e a consideração por outrem, quaisquer que fossem suas áreas de atuação profissional, visando manter a ordem, a estabilidade e o bem da coletividade. Aqui, é possível perceber que os ideais do amadorismo não haviam surgido ao acaso e nem eram isolados dos valores sociais buscados naquele período.

No subcapítulo 3.3 tratamos especificamente sobre como os Jogos Olímpicos se desenvolveram nos séculos XX e XXI, mas para esse momento nos interessa localizar que a

base ideológica para “revivê-los” estava articulada sobre uma lógica racional de organização, sendo que essa articulação resultava do contexto histórico e social daquele momento e se apoiava em algumas características principais. Guttman (2004) aponta que a racionalização, a organização burocrática e a especialização são categorias que diferenciam o que há de “moderno” no esporte, sendo elementos emergentes tanto nele, através da criação das entidades reguladoras, como de uma maneira distintiva na indústria capitalista (WEBER, 1978). Não por acaso, as características do processo de industrialização, que na visão de Kumar (1978) são também os argumentos diretamente relacionados ao que se entende por “modernização”, são utilizadas por Guttman (2004) para designar as propriedades estruturais do esporte dito moderno. Além de racionalização, organização burocrática e especialização, o autor inclui ainda como propriedades o secularismo, a igualdade de oportunidade e condições para a competição, a quantificação e os recordes, aprofundados a seguir.

Conforme a ordem adotada pelo autor, a primeira categoria é secularismo. As atividades antigas que tinham finalidades para rituais sacros, de culto e cerimônias relacionadas às religiões, se diferenciam do esporte moderno porque nele tais características podem ser existentes, mas não representam seu objetivo final. Nessa linha, o secularismo é entendido como categoria para representar o esporte moderno por indicar que nele os objetivos são menos sacros e mais mundanos (seculares) por parte de seus praticantes. Se ainda persistem algumas manifestações rituais ou religiosas individuais, elas não se caracterizam como o objetivo final desses agentes, mas um processo ou manifestação secundária. Esta é a propriedade que ainda possui maior semelhança às manifestações anciãs, medievais, gregas e romanas de séculos passados, porque embora, num primeiro momento, algumas dessas atividades tivessem a religiosidade como fim em si, no ponto de vista do autor ela não era a única. Ou seja, se nas manifestações antigas e modernas existe um balanço, e não soberania, entre sacralidade e secularismo, este é maior no esporte moderno e aquele no antigo.

Na sequência, o princípio da igualdade se dá em duas dimensões: a igualdade, em teoria, na oportunidade de competir e nas condições para a competição para todos os participantes. Se nas manifestações antigas não havia um comprometimento com as conquistas (vitórias), mas com outros critérios sacros que não necessariamente implicavam em uma igualdade de condições numéricas ou ambientais, o esporte moderno visa uma pretensa possibilidade de deixar as condições propícias para que fatores controláveis não interfiram no resultado final das disputas. Isso não significa que todas as manifestações antigas extinguiam critérios de igualdade ou “disputas justas”. Segundo o autor, as disputas esportivas na Grécia Antiga, por exemplo, continham divisões entre homens e mulheres, assim como entre corpos mais e menos

desenvolvidos, com a presença de árbitros para mediação das disputas. O autor deixa claro que, em se tratando de um princípio, não necessariamente existe uma aplicação completa. Sendo assim, não se negligencia as relações paradoxais estabelecidas por entendimentos do que são “amadorismo” e “profissionalismo”, assim como as exclusões ou desigualdades de classe, gênero e etnia.

Especialização é a terceira propriedade e o que a caracteriza no esporte moderno não é pela novidade em comparação às manifestações antigas, que também tinham pessoas vistas como mais compatíveis para determinadas práticas ou funções, mas à intensidade e às ramificações que ela passou a ter. Nessa propriedade, existe uma relação direta com o profissionalismo, entendido por Guttmann não por ser recompensado financeiramente, mas pela dedicação de tempo. Sendo assim, a dedicação de tempo para aprender ou aperfeiçoar uma função específica como objetivo de uma parte da vida se dá por jogadores, assim como por todo o corpo “técnico” relacionado, num entendimento semelhante ao apresentado por Bourdieu (1983). Essa mobilização seria a consequência da ênfase no resultado e, para isso, o rendimento máximo sem perturbações externas.

Por racionalização, o autor toma como base o sentido apresentado por Max Weber, em que esta é a relação lógica entre meios e fins. No esporte, ela é traduzida na existência de regras, como um meio, que possibilita a realização de seu fim. Novamente, a existência de regras não é exclusiva no esporte moderno, mas Guttmann entende que não é a existência ou a sua quantidade, mas sua natureza e propósito que o diferencia. Nessa natureza e propósito está a padronização dos elementos que compõem as regras, visando atingir a igualdade de condições para competição que viabiliza a posterior universalidade. Além das regras, a cientificidade no treinamento também evidencia a racionalidade, o meio para um fim, no esporte moderno.

Na sequência, o questionamento sobre quem decide e gerencia a aplicação dessas regras e das rotinas de treinamento leva à inclusão da quinta categoria, também inspirada por Max Weber, que é a organização burocrática. Na distinção para a simples ordem hierárquica antiga, o esporte moderno se distingue pela burocracia moderna com papéis funcionais, especializados e racionais. Apesar das exceções, essa organização é formada por uma rede de instituições, governamentais ou não, que regulam os procedimentos e políticas relacionadas, facilitando a expansão geográfica dos confrontos e das competições.

A quantificação também é incluída por critérios semelhantes aos anteriores, em que não é um fenômeno exclusivamente moderno, mas toma novos contornos e importância. Na manifestação moderna, a tendência de quantificar, ou transformar as performances atléticas em números e medidas suscetíveis a comparação, é presente em praticamente todos os seus

aspectos. A ginástica é, nesse ponto, um exemplo trazido pelo autor, pois não é o tempo e a distância que são simplesmente medidas, mas a estética e a beleza na expressão tornam-se quantificadas. Podemos acrescentar nessa lógica o nado sincronizado, os saltos ornamentais e a patinação artística, para se restringir às modalidades olímpicas de verão e inverno. Com a tecnologia, as possibilidades são potencializadas com medidas mais acuradas e que servem como parâmetros de avaliação do rendimento esportivo para atletas, técnicos e público.

A última propriedade é identificada a partir da relação entre a quantificação e o desejo de vencer e ser o melhor, que resultam nos recordes. Tomar a tradução direta do inglês levaria à ideia do que é gravado, registrado. No esporte, esses registros permitem uma competição abstrata entre o presente e o passado, para além dos competidores presentes nas mesmas provas e rotinas, em que a separação de tempo e espaço é superada graças à possibilidade de contabilizar e quantificar a performance em formatos passíveis de comparação.

Como Guttman (2004) admite, seu paradigma é uma ferramenta, abstrata e a-histórica, que pode ser útil como modelo para se pensar o fenômeno esportivo moderno. Da mesma forma, é preciso relativizar a novidade desses elementos nas diferentes sociedades, já que elas não são inéditas na história econômica e social, mas devem ser localizadas na aglutinação, dessas e outras características, e na elevação de sua importância no capitalismo recente (WEBER, 1978).

Hargreaves (1986), de certa forma, amplia o entendimento explicitado por Guttman ao indicar outros aspectos que podem ser entendidos como singulares do esporte. Em sua exposição, o autor aponta características que possibilitam a existência de relações de poder no esporte. Primeiro, a existência do elemento “jogo”, que é irredutível, ainda que sua presença tenha graus variáveis. Segundo, que a prática esportiva tende a ser formalizada através de regulamentos e estatutos – em perspectiva semelhante àquela descrita por Guttman. Terceiro, possui o elemento de disputa entre os participantes, sendo esse elemento por si só um tácito aspecto de relação de poder. Quarto, a teatralização, por possuir uma característica intrinsecamente dramática de expressão, possibilitada pelo jogo, pela disputa, pelos seus elementos de incerteza e pela sua audiência. Quinto, em associação com o anterior, é uma prática ritual e que serve como meio para a propagação de discursos em temas sociais básicos, tais como sucesso e fracasso, bom e mau comportamento, ambição e conquista, disciplina e esforço. E sexto, apesar das variações, o foco da atenção se dá no corpo e seus atributos físicos.

Comparativamente, se Guttman enfoca nos elementos majoritariamente quantificáveis, Hargreaves mobiliza outros elementos que, senão exclusivos do esporte moderno, continuam presentes nessa manifestação. Ao trazer o olhar sobre as relações de poder, Hargreaves aponta para fatores que são mais simbólicos e podem ser considerados como um diferencial do esporte

em comparação com outras práticas que herdaram os elementos quantitativos mais marcantes do capitalismo.

Ao considerar o esporte na perspectiva social, invariavelmente é preciso pensar em seu significado para diferentes culturas. Quando, por exemplo, os relacionamentos cooperativos ou competitivos têm diferentes pesos em sociedades ou grupos específicos, conseqüentemente os esportes que enfatizam as relações opostas podem parecer imorais ou sem sentido. Sendo assim, não existem concordâncias unificadas universais sobre os significados, objetivos ou formas de organização do esporte (COAKLEY; PIKE, 2009). Outra leitura a ser somada é a de Riordan (1986), quando levamos em consideração o esporte em “nações em desenvolvimento”. Utilizando essa expressão que provavelmente não era tão cara a sua época, o autor apresentava uma leitura para além do desenvolvimento econômico e via nesses países a necessidade de se estabelecerem enquanto nações propriamente ditas, considerando que muitas tinham um processo recente de revoluções e independências. Nesse sentido, o esporte nesses locais não se encaixaria no consumo, já que muitos ainda morriam de fome, nem no luxo de uma atividade com fim em si mesma. Assim, os esportes tendiam a ser organizados e controlados pelo Estado com propósitos de provocar mudanças sociais relacionadas à/ao “higiene, saúde, defesa, patriotismo, integração, produtividade, reconhecimento internacional ou mesmo identidade cultural e construção da nação” (RIORDAN, 1986, p. 288, tradução nossa).

Seguindo nessa linha de compreensão dos diferentes significados que o esporte pode incorporar ou revelar, Marchi Júnior e Afonso (2007) propõem a existência de seis possibilidades de manifestações do esporte, que abarcam diferentes objetivos e espaços no qual o esporte é oferecido e praticado. São elas: escolar, lazer, saúde/qualidade de vida, reabilitação, rendimento/performance e profissional.

Para a finalidade desse estudo, a compreensão da polissemia do esporte, ou seja, o entendimento que existem várias possibilidades de significados e sentidos, que tem como base um formato aparentemente padrão, é fundamental para interpretar a tendência de abordagem do esporte de forma generalizada, na qual benefícios provenientes de uma determinada metodologia e finalidade se confundem com a de outras. Mais especificamente, referimo-nos às noções de que esporte é saúde ou que é fundamental para uma boa qualidade de vida, que esporte promove a socialização, a inclusão e a integração social, tidos como fatos unânimes no senso comum, que são desprovidos de uma ponderação que, no mínimo, considere os objetivos dos praticantes, a finalidade da abordagem e os métodos utilizados para alcançar esses objetivos.

Nesse ponto, o modelo proposto por Guttmann (2004) apresenta limitações, mas volta a ser importante se considerarmos sua efetividade na abordagem do esporte para se pensar os Jogos Olímpicos. Trata-se de uma ferramenta útil para compreender elementos chave que atraem e mobilizam o interesse dos atletas, da audiência e dos negócios relacionados. Ao mesmo tempo, a teatralização, os rituais e a corporeidade indicados por Hargreaves (1986) também precisam ser tomados em consideração quando se pensa em outros aspectos estéticos e componentes do espetáculo esportivo. Em se tratando de valores, os elementos idealizados por Coubertin na leitura e análise do esporte nas escolas inglesas, ou seja, em outro tipo de manifestação do esporte, continuam sendo mobilizados – ou amenizados, conforme conveniência – na versão moderna dos Jogos Olímpicos, proporcionando uma perenidade de motivações e benefícios de diferentes manifestações que possibilitam um discurso em uníssono positivo, ainda que equivocado.

Sendo assim, os Jogos Olímpicos não só estão suscetíveis à influência dos elementos culturais mais amplos, mas também compõem o terreno cultural, gerando outras problemáticas para análise. Isso porque, se localizado e articulado à cultura, o esporte também se torna um espaço de mobilização de discursos que servem às agendas políticas e afeta a (re)produção política, de posições de poder e de privilégio na sociedade (ANDREWS; SILK, 2012).

Embora esse entendimento sobre o surgimento do esporte moderno e suas principais características tenham como base factual e temporal as mudanças ocorridas na sociedade inglesa e o presente estudo enfoca uma das possíveis manifestações esportivas na sociedade brasileira, o formato e o significado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos dependem menos de como o desenvolvimento do esporte se deu localmente e mais em suas origens e desenvolvimento no âmbito internacional. De fato, não se deve ignorar que a apropriação nacional do significado das práticas esportivas é igualmente importante para compreender como a sociedade brasileira percebe e entende o esporte, a ponto de estar imersa nessa lógica competitiva e elitista tais quais os Jogos Olímpicos apresentam.

Referindo-se ao processo de incorporação dos “esportes europeus” na América Latina, gerada pelos intercâmbios provocados pelos processos migratórios (tanto latinos no exterior como estrangeiros na América Latina), Arbena (1996, 2000) defende que ela se deu pela combinação de elementos intrínsecos (propriedades lúdicas) e extrínsecos (associações culturais) que mutuamente auxiliavam no delineamento dos valores elitistas locais e reforçavam as relações imperialistas europeias. Esse processo se mostra paradoxal, porque o momento de incursão dessas práticas era também da tentativa de criar ou estabelecer laços identitários nacionalistas nas colônias recém-independentes. Sendo assim, o autor salienta a importância

das instituições (associações, clubes e indústrias) e a “herança” do sistema colonial de (de)negação das raízes indígenas e valorização da modernidade central para reprodução de práticas e valores dos “esportes europeus”.

Victor Andrade de Melo (2009, p. 36) entende que o esporte foi uma “manifestação cultural importada”, que perpassava a lógica de modernidade europeia a ser incorporada no Brasil. Em argumentação semelhante à de Arbena, Melo (2009) destaca que eram concomitantes no país tanto o movimento de distanciamento da relação colonial com Portugal e com a família real portuguesa, como o olhar para o europeu como referência. Ou seja, mesmo após a independência, houve a importação de práticas e bens, trazidos por brasileiros ou por imigrantes, que influenciaram a institucionalização das práticas em organizações e competições. Esses movimentos refletem tanto a importante ação da imigração, mas também a pré-disposição dos brasileiros para os hábitos estrangeiros, bem como devemos considerar que o modelo nacional não é uma cópia fiel de um modelo específico, mas uma estrutura eclética a partir de suas diversas influências.

Considerados esses argumentos, aprofundamos a interpretação que o esporte passa a ter sob a forma dos megaeventos esportivos. Sendo o ápice da performance esportiva em diferentes modalidades, sua manifestação profissional em forma de espetáculo incorpora e proporciona inúmeras complexidades, em especial para as sociedades que os sediam. Para essa compreensão, apresentamos no próximo subcapítulo alguns dos debates conceituais e dados que subsidiam os argumentos desenvolvidos nesta tese.

3.2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: SUBSÍDIOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Neste subcapítulo, abordamos os aspectos mais amplos que têm sido analisados pela literatura acadêmica para a compreensão dos megaeventos como fenômeno moderno. Num primeiro momento, apresentamos o debate conceitual sobre este termo, que aponta para múltiplas interpretações e, assim, diversos eventos que poderiam ser incluídos nessa nomenclatura. Essa literatura indica as possibilidades iniciais para perceber as variáveis quantitativas e qualitativas que vêm sendo levadas em conta nos estudos científicos, mas também nos discursos não acadêmicos para apresentar, justificar, defender ou criticar a realização de tais empreitadas. Sendo assim, essas variáveis quantitativas e qualitativas aparecem no decorrer histórico dos Jogos Olímpicos modernos e são, em especial, enfatizadas as informações dos eventos mais recentes para a compreensão do panorama que antecede o Rio 2016.

Embora alguns casos pontuais possam ser apresentados a seguir, a intenção desse subcapítulo é delinear o quadro mais geral que caracterizam os Jogos Olímpicos, construídos pela conjunção de sucessos e fracassos de diferentes edições. Já a revisão dos eventos em diferentes casos, com a análise das particularidades sociais e políticas, é apresentada no subcapítulo 3.3.

Os estudos dos megaeventos esportivos inspiram uma análise multidimensional. Para Maurice Roche (2000), três níveis podem ser examinados: análises nucleares, da zona intermediária e do macro contexto. Nas análises nucleares, nível micro, a prioridade é dada às experiências e significados dados pelos atores, num olhar mais focado ao “drama”, à performance e à área de ação propriamente dita do evento. Nesse nível, abordagens etnográficas, textualistas e culturais funcionalistas costumeiramente são as estratégias metodológicas e analíticas desses olhares. Curiosamente, raros estudos presentes em nosso universo de coleta podem ser classificados como nucleares. Embora alguns estudos perpassem esses elementos, eles não são o foco central. Levantamos como hipótese para essa ausência que esses estudos, ao terem como objetos os elementos pertencentes ao micro contexto, não utilizam o termo “megaevento” e, por isso, não foram encontrados no universo de nossa busca.

A zona intermediária tem o olhar dirigido aos processos de produção e consumo do evento, com análises de usos, funções, objetivos e impactos baseados no funcionalismo econômico, político e crítico. A maioria dos trabalhos analisados, cuja produção se deu em maior número de 2007 até hoje, encontram-se no nível intermediário, geralmente dirigido a um evento ou local específico, na tentativa de compreender seus impactos a partir dos diferentes ângulos já apresentados. Nesse grupo, foi comum observar a inexistência de uma discussão sobre o conceito, que ele era tomado como absoluto, simplesmente referenciado a partir de outros autores que não necessariamente justificavam porque o evento em análise poderia ser considerado como megaevento.

Já o macro contexto busca as mudanças estruturais e a periodização histórica para observações em termos mais longos sobre as causas e motivações apontadas pelos níveis intermediário e nuclear. Essa parecia ser a perspectiva das primeiras pesquisas que cunhavam o termo megaevento (entre 1988 e 2006, aproximadamente), momento em que se buscava o estabelecimento de uma compreensão e diferenciação do fenômeno a partir de um resgate histórico relativamente mais amplo. O foco estabelecido nessa pesquisa pode ser entendido como sendo do macro contexto, quando observamos uma das possíveis perspectivas descritas por Roche:

As perspectivas também podem estar relacionadas por considerarem as continuidades e discontinuidades, dentro e entre cada período temporal, de atores coletivos relacionados ao evento (por exemplo, **interesses organizacionais** e movimentos populares e **interesses como do Comitê Olímpico Internacional, nações estados e seus governos**, movimentos de esporte de massa, profissões de alta cultura, redes e movimentos como aqueles de ciência e artes, etc.), **e das mudanças nas disputas de poder e alianças entre eles.**¹⁵ (ROCHE, 2000, pp. 12-13, tradução nossa, grifos nossos).

Assim, reforçamos a ideia de que nosso olhar está nos processos (continuidades e discontinuidades) em que se relacionam as instituições, em seus movimentos de disputas e alianças. Embora o foco nessa pesquisa esteja sobre os processos da candidatura do Rio de Janeiro para 2016, propomos a leitura de períodos anteriores justamente para perceber não só as continuidades e discontinuidades desse período, mas examiná-lo em comparação com anteriores dentro das possibilidades permitidas pelas pesquisas já realizadas. Assim, seguimos para essa compreensão analisando o debate conceitual sobre o termo “megaevento” para posteriormente levantar informações sobre o crescimento e, pela sua proporção, o simbolismo que tais ocasiões geram.

3.2.1 O debate conceitual

Partimos da ideia de que os megaeventos esportivos não são explicados unicamente pelo seu aspecto esportivo propriamente dito, mas este é componente de uma estrutura maior e mais complexa que deve ser igualmente entendida para uma devida abordagem dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Dessa forma, vimos como necessário realizar uma revisão histórica dos megaeventos, com base em estudos anteriores, buscando desenhar uma possível conceituação e diferenciação desse tipo de evento em comparação a outros. Essa etapa se mostrou necessária porque partilhamos o ponto de vista apontado por Tavares (2011, p. 16), ao perceber que grande parte da produção acadêmica não propõe uma conceituação do termo, talvez tomando como pressuposto um “entendimento tácito compartilhado [sobre o conceito de megaeventos] que dispensa definições mais rigorosas”. Possivelmente inculcado nesse entendimento tácito está a incorporação de discursos externos, principalmente daqueles que

¹⁵ Do original em inglês: “*The perspectives can also be related by considering the continuities and discontinuities, within and between each of the time periods, of event-related collective actors (e. g. organisational interests and popular movements and interests such as the International Olympic Committee, nation-states and their governments, mass sport movements, high cultural professions, networks and movements such as those of the sciences and arts, etc.), and of the changing power struggles and alliances between them.*” (ROCHE, 2000, p. 12-13)

promovem alguns desses eventos, não necessariamente “mega”, mas que assim o classificam buscando seus benefícios simbólicos diversos. Essa possibilidade, do ponto de vista sociológico, pode ser perversa pela sua reprodução, ao invés de ser questionada pelo campo acadêmico.

A percepção sobre a falta de conceituação do termo foi confirmada na revisão da literatura, na qual 112 artigos citavam o termo megaeventos, mas apenas 11 efetivamente buscavam compreendê-lo conceitualmente. Na apresentação dos dados, tivemos como perspectiva uma retomada da literatura tanto sob o ponto de vista temporal (do mais antigo para o mais recente), mas ao mesmo tempo sem deixar de articular as críticas e concordâncias encontradas. No decorrer das leituras, levantamos como hipótese que os conceitos de megaeventos estavam vinculados ao foco disciplinar dos autores e das revistas, em que determinadas variáveis tinham maior grau de importância para a apresentação ou defesa de seus objetos de estudo, então classificados como “megaeventos”. Sabemos que esse processo possui inúmeras dificuldades epistemológicas sobre as áreas de conhecimento, arbitrariedade de divisões, assim como o desafio imposto pela transdisciplinaridade que o assunto suscita. Entretanto, apresentamos essas nuances do pertencimento disciplinar aos debates justamente para demonstrar as limitações que olhares dirigidos podem provocar.

Como resultado, identificamos que as primeiras análises encontradas com a utilização do termo “megaevento” na literatura em inglês datam do final dos anos 1980 e, pelo que pudemos mapear, iniciaram pelo enfoque da área do turismo. Conforme depoimento de Jafar Jafari (1988), o 37º Congresso da Associação Internacional de Especialistas Científicos do Turismo realizado na cidade de Calgary, Canadá, teve como tema “O papel e o impacto dos megaeventos e atrações no desenvolvimento nacional e regional do turismo”. A cidade sediaria, naquele mesmo ano, os Jogos Olímpicos de Inverno, sendo uma das motivações para debates nessa área. Como é de se esperar para um objeto de estudo recente, estava em voga a discussão do conceito propriamente dito, sob o qual os argumentos que um evento é “mega” pelo volume de turistas era altamente questionável, tendo em vista diferentes formas de atrações nesse nível, talvez até mais numerosos, como parques temáticos e idas à Meca pelos muçulmanos (JAFARI, 1988).

Em publicações posteriores, é possível notar que o congresso em Calgary pode ter sido um dos precursores na utilização e debate daqueles que viriam a ser denominados megaeventos. Conforme as referências apontadas em publicações posteriores de Maurice Roche (1992) e Donald Getz (2008), existia uma literatura canadense no início da década de 1980 utilizando o termo eventos marcantes (*hallmark events*, em inglês). Conceitualmente, estes eram entendidos

como eventos de duração limitada de característica única, que tinham como objetivo criar o interesse ou aumentar o apelo e a rentabilidade de uma cidade enquanto destino turístico (RITCHIE, 1984 *apud* GETZ, 2008; ROCHE, 1992). Roche (1992) ainda cita, sem referenciar, a existência de uma literatura norte-americana na temática na década de 1970.

Esses indícios demonstram que não há necessariamente um novo tema emergente, mas talvez a ênfase em uma maior proporção que exige a aplicação de uma nova terminologia. Tal entendimento é possível a partir de um olhar presente sobre a revisão da literatura, reforçado pelo fato que, num primeiro momento, não havia a preocupação em traçar uma gênese ou um recorte conceitual. Inicialmente, megaeventos eram simplesmente “eventos de larga escala cultural ou esportivo designados para atrair turistas e a atenção da mídia” (ROCHE, 1992, p. 564, tradução nossa). Essa designação, restrita ao turismo e à mídia, pode ser explicada pela intenção do artigo, que propunha iniciar os debates sobre uma “Sociologia do Turismo” a partir das estratégias políticas de modernização urbana, entre as quais se encontrariam os megaeventos.

Em seu texto de 1992, assim como posteriormente em 1994, o autor percebia tais eventos para além de seus “efeitos”, essencialmente os impactos econômicos, como vinha sendo objeto de análises científicas e sociais, para sociologicamente compreender suas “causas”, motivações e produção de maneira multidimensional (temporal, processual e prática) sob os contextos políticos e estruturais (ROCHE, 1992, 1994). Aqui, o autor propõe uma ampliação do foco de análise, não só sobre as consequências dos eventos, como também os processos de sua realização, avançando sobre a literatura anterior. Ao mesmo tempo, a utilização como estudo de caso da Universidade de 1991 em seu texto de 1994 era bastante questionável, a ponto de o próprio autor reconhecer, posteriormente no prefácio do seu livro publicado em 2000, que aquele não era um evento “tão mega”, considerando suas novas propostas conceituais (ROCHE, 2000).

Autores como Hiller (1995) e Malfas, Theodoraki e Houlihan (2004) contribuem para o debate indicando que um megaevento pode ser assim considerado conforme a proporção entre o evento em si e a cidade que o sedia, observando nessa medida seu impacto. Nessa linha, Malfas, Theodoraki e Houlihan (2004) entendem que o foco deve ser dado sobre a significância do impacto que eventos esportivos, culturais e comerciais podem ter em uma cidade. Hiller (1995) enfatiza o megaevento pela representatividade local que ele pode ter, tomando como base um evento para 5.000 participantes em uma cidade de tamanho médio (entre 500.000 e 1 milhão de habitantes). A experiência é proporcionalmente potencializada quando estão acumuladas as seguintes características: houve um processo de seleção para sede; o evento

possui status nacional/internacional de considerável prestígio; o impacto não é restrito aos locais do evento, hotéis e restaurantes, mas à cidade de forma mais ampla; os habitantes são chamados para participar e mostrar hospitalidade, sendo o envolvimento em voluntariado, por exemplo, um meio para mostrar seu civismo; e a ideia de que se trata de uma “oportunidade única”.

Embora a proposta de Hiller (1995) seja pertinente, ao considerar a proporção do tamanho do evento ao impacto que ele pode causar na comunidade local, comparamos com eventos ainda maiores e em grandes cidades, o que nos leva a questionar se outra terminologia seria necessária, para evidenciar algo maior que o “mega”. Se, por um lado, essa lógica de raciocínio provoca a necessidade de utilizar superlativos sobre superlativos (“super-hiper-mega”), não necessariamente profícuos ou autoexplicativos conceitualmente, por outro lado, não podemos deixar de notar a pertinência das características apontadas como potencializadores dos impactos dos eventos nas comunidades em grandes cidades para os eventos maiores que seus “mega”. Nesse sentido, essas características poderiam contribuir, assim, como alguns dos parâmetros sobre o que é ou não um megaevento.

Já Getz (2008) segue uma linha diferente, ao entender que, se o apelo e significância são locais, o evento deve ser caracterizado como “local” ou “regional”. Megaeventos, para o autor, estão no topo de uma hierarquia piramidal pela sua demanda turística e valor (mercado, qualidade, imagem, econômico, entre outros), em comparação a uma base formada por eventos locais, de baixa demanda e valor. Entre essas extremidades, estão os eventos regionais e marcantes. Essa lógica quantitativa parece ser pertinente sob o ponto de vista de classificação, estabelecendo critérios comparativos que dirimem um razoável número de dúvidas e critérios sobre entender ou não um evento como mega.

Nos anos 2000, o lançamento do livro “*Mega-events and Modernity*” (Megaeventos e modernidade, na tradução livre) de Maurice Roche trouxe uma nova perspectiva nos estudos da área, das quais as reflexões e conceitos passariam a servir como referência para dezenas de artigos posteriores. Juntamente com o livro de John Horne e Wolfram Manzenreiter (2006b) “*Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon*” (Megaeventos esportivos: análises científicas sociais de um fenômeno global, na tradução livre)¹⁶, até o momento de nossas buscas, eram os únicos livros que se dedicavam integralmente ao debate dos megaeventos, não somente a um ou outro caso, ou ainda em um ou outro capítulo.

¹⁶ Este livro é a compilação de artigos do número especial da revista *Sociological Review*, dedicada ao tema no ano de 2006. Por esse motivo, utilizamos os artigos/capítulos conforme pertinência a cada um aos assuntos discutidos.

Na obra, Roche (2000) propõe o seguinte conceito:

‘Megaeventos’ são eventos de grande escala cultural (incluindo comercial e esportivo) que tem uma característica dramática, grande apelo popular e significância internacional. Eles são tipicamente organizados por uma combinação variável de organizações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais e portanto podem ser ditos como sendo importantes elementos nas versões ‘oficiais’ da cultura pública (ROCHE, 2000, p. 1, tradução nossa)¹⁷.

Esse extrato talvez seja um dos mais citados no universo acadêmico dos megaeventos, principalmente esportivos. Entretanto, maior parte dos estudos o utiliza sem aprofundar-se em seus termos, utilizando-o como simples justificativa, legitimação, reforço de argumento ou validação do seu próprio objeto de pesquisa.

Uma exceção a essa rotina foi o texto de DeHanas e Pieri (2011) que propõe uma breve interpretação sobre quatro dos termos ali utilizados. Primeiro, por “grande escala” os autores entendem que a referência é dada a aspectos econômicos (orçamento), de visibilidade (publicidade) e simbólicos (ambição). O segundo ponto é a “característica dramática”, sob a qual os eventos estão imersos em uma narrativa que fascina e estimula. O terceiro, o “grande apelo popular”, faz referência ao grande alcance em audiência, tanto midiática quanto física. E o quarto, a “significância internacional”, pode ser traduzido pela atração de pessoas de vários países para as instalações físicas e geração de debates em níveis sociais micro e macro.

Embora essa interpretação colabore para o entendimento e diferenciação entre os eventos, algumas complementações parecem ser necessárias para a caracterização do fenômeno. Nesse sentido, para evidenciar os diferentes tipos e dimensões dos eventos com base na audiência e no interesse de mídia, o próprio Roche (2000) estabeleceu ainda o seguinte quadro de critérios, exemplificando quais eventos atendem essa classificação.

¹⁷ Do original em inglês: “*‘Megaevents’ are large scale cultural (including commercial and sporting) events which have a dramatic character, mass popular appeal and international significance. They are typically organised by variable combinations of national governmental and international non-governmental organization and thus can be said to be important elements in ‘official’ versions of public culture.*” (ROCHE, 2000, p. 1).

QUADRO 2 – TIPOS E DIMENSÕES DE EVENTOS PÚBLICOS

Tipo de evento	Exemplos	Audiência/mercado alvos	Tipos de interesse de mídia
Megaevento	Expos Jogos Olímpicos Copa do Mundo (futebol)	Global	Televisão global
Eventos especiais	Grande prêmio (Fórmula 1) Jogos esportivos regionais (ex. Jogos Pan-Americanos)	Regiões mundiais/ Nacional	Televisão internacional/ nacional
Eventos marcantes	Eventos esportivos nacionais (ex. Jogos Australianos) Festival esportivo/ Grande cidade	Nacional Regional	Televisão nacional Televisão local
Eventos da comunidade	Evento rural Evento da comunidade local	Regional/local Local	Televisão local/ imprensa local Imprensa local

FONTE: Roche (2000, p. 4, tradução nossa).

Essa classificação é baseada essencialmente no interesse da mídia, que numa relação de dupla troca cria e atende os interesses de uma maior ou menor audiência. A leitura a partir da mídia se mostra restritiva quando revisamos o conceito e suas possibilidades de interpretação, tal como abordamos anteriormente sobre a ideia de “grande escala”, “característica dramática”, “grande apelo popular” e “significância internacional”. Ao mesmo tempo, concordamos que atualmente é muito difícil pensar em “significância internacional” sem considerar a mídia. Ou seja, se o entendimento sobre o conceito de megaeventos deve articular essas quatro características, a mídia deve ser considerada um dos elementos chave.

Malfas, Theodoraki e Houlihan (2004) criticam essa “supervalorização” do critério de alcance de mídia na proposta de Roche (2000). Os autores argumentam, com base em outros estudos, que alguns eventos possuem maiores impactos econômicos que outros, apesar de menor alcance de mídia. Lógica de raciocínio semelhante parece ser aplicada em muitos dos estudos de impactos econômicos de eventos esportivos, principalmente dos Estados Unidos (finais da liga norte-americana de beisebol, futebol americano e basquete, principalmente), que são qualificados como “mega” por seus autores (BAADE; BAUMANN; MATHESON, 2008; BAUMANN; MATHESON; MUROI, 2008; COATES; HUMPHREYS, 2008; MATHESON, 2009), embora tenham pouco ou médio alcance internacional. Para esses autores, excluindo a dependência do alcance midiático, outros megaeventos esportivos que devem ser, então, considerados são: Copas do Mundo FIFA, de atletismo e de rúgbi, grandes prêmios de corridas de cavalo e automobilismo, Jogos Asiáticos, Jogos Pan-americanos e os Jogos da Comunidade Britânica (MALFAS; THEODORAKI; HOULIHAN, 2004). Com exceção da Copa do Mundo FIFA, esses eventos para Roche (2000) seriam considerados como “especiais”, porém não

“mega”. DeHanas e Pieri (2011, p. 802) tendem a concordar que a ausência de alcance internacional (ou de uma “mega-extensão”, no termo dos autores) serve como divisor entre os eventos citados e os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo FIFA e as Expos.

Sem tratar do elemento conceitual, mas tomando os megaeventos como exemplo, Whannel (2009) debate o poder da mídia no esporte, entendendo que eles devem ser entendidos como “mídia eventos”. Numa perspectiva mais ampla, o autor refere-se a televisão, assim como outras mídias tais como jornais, revistas e propagandas. Ao ser incorporado nessa categoria, os megaeventos têm como característica interromper a rotina da vida das pessoas, chamando sua atenção e criando um sentimento coletivo de comunidade e amizade. Nesse ponto, eles se diferem de outros eventos esportivos presentes semanalmente na programação televisiva, sendo capazes inclusive de alterar os horários e programas exibidos mais tradicionalmente. O termo “mídia eventos” também é empregado por Horne e Manzenreiter (2006a) na caracterização dos megaeventos esportivos contemporâneos, ainda que seja assumida a possível contradição do uso desse conceito em relação a eventos “não midiáticos”.

Percebemos que a televisão principalmente, mas também outros tipos de mídia ocupam um papel central entre os três principais fatores que proporcionaram o crescimento dos megaeventos, conforme apontam Horne e Manzenreiter (2006a). O primeiro fator é o desenvolvimento de tecnologias que permitiram a comunicação em massa. A possibilidade de audiência mundial, proporcionada pela transmissão via satélite que frequentemente vem sendo aperfeiçoada, tem grande peso financeiro através da venda de direitos de transmissão pelo COI. Além dos fatores econômicos, devem ser consideradas outras questões estéticas e tecnológicas, ao incorporar novas formas de consumo, interação e acesso a diferentes ângulos e programas digitais (WHANNEL, 2009). Segundo, juntamente com a mídia, é a realização de alianças entre o esporte e o mundo dos negócios, através dos contratos de patrocínio e licenciamento. A criação de diversas formas de associação de imagem tem proporcionado o envolvimento de marcas e indústrias de variados setores que fornecem e divulgam serviços e produtos com considerável alcance mundial pela cobertura midiática dos megaeventos. Terceiro, a possibilidade de promoção de cidades e regiões que sediam o evento, tanto pela visibilidade proporcionada como pela criação de um destino turístico e de entretenimento (HORNE; MANZENREITER, 2006a).

Se esses três fatores forem considerados primordiais em articulação ao elemento “mídia” do conceito, mais do que três eixos para o crescimento dos megaeventos, podemos entender que na verdade eles são marcos para que grandes eventos se tornassem “mega”. Nessa lógica, poderíamos considerar conceitualmente que Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA

foram transformados em megaeventos a partir da década de 1980. Pois mesmo que eventos anteriores tivessem a televisão, entre outros tipos de mídia, principalmente jornal e rádio, sua capacidade de difusão era relevantemente menor e, por consequência, também eram menores as relações com patrocínios e visibilidade para as cidades-sedes. Essa constatação indica que uma rede mais complexa de parâmetros precisa ser mobilizada nessa construção conceitual, que, por consequência, pode acarretar uma demarcação temporal rígida. Nessa linha, mais do que caracterizar os eventos, o conceito serve para os eventos dentro de um determinado intervalo histórico.

Para além desses critérios baseados em parâmetros essencialmente quantitativos, outros elementos, consequências ou constituintes, também precisam ser considerados nas especificidades desses eventos. Por exemplo, o fato deles possuírem uma periodicidade de realização sem uma localidade fixa. Roche (2003) ressalta que, quando um local sedia o evento, usualmente não volta a recebê-lo por décadas (ou no “tempo de uma vida”), tornando-se um importante marco temporal na história da cidade/país (ROCHE, 2003, p. 102, tradução nossa). A existência de uma disputa para tornar-se sede, assim como já havia apontado Hiller (1995), é um reforço sobre o forte significado que esses eventos passam a ter na história nacional, sendo aqui feita referência não só aos Jogos Olímpicos, como também à Copa do Mundo FIFA (ROCHE, 2003).

A ideia da temporalidade é tomada como central nesse artigo de 2003 em específico, cuja análise do fluxo de acontecimentos na vida de uma pessoa é abordada quanto aos novos contornos que passa a ter nas estruturas sociais “modernas”, influenciadas pela globalização, midiaticização e informatização. Por consequência, os megaeventos, principalmente aqueles que são acessíveis ou próximos, não apenas de forma espacial, mas afetiva, servem como um parâmetro cultural e social sobre o tempo e espaço, além de uma possibilidade de participação dramática e simbólica, mesmo como espectadores ou ainda telespectadores, de uma ação social organizada mais ampla. Embora essa lógica indique uma possível análise sobre as características rituais dos megaeventos, com suas propriedades de experiências para além do cotidiano, “extra-ordinárias”, o autor admite tal possibilidade mas defende que sua proposição incorpora também noções de “necessidades humanas, direitos, eventos na vida e historicidade” (ROCHE, 2003, p. 110, tradução nossa).

Ao considerarmos essas variáveis, podemos estabelecer uma relação com os elementos do esporte que foram levantados anteriormente com base em Hargreaves (1986), em especial sobre a teatralização e os rituais simbólicos. Numa revisão do conceito de Roche para megaeventos, esses elementos rituais do esporte compõem uma “característica dramática” que

auxilia na mobilização social massiva por trazer o apelo emotivo do evento. Embora Roche não trate somente dos megaeventos esportivos, podemos entender que os megaeventos e o esporte apresentam essas propriedades simbólicas, que em conjunto proporcionam uma experiência diferenciada dos demais tipos de eventos ou mesmo de megaeventos comerciais.

Não só a temporalidade ou a noção de tempo é levantada por Roche, mas o quesito “espaço” também é levado em consideração. Mesmo sem ser um objetivo a ser alcançado de forma mais evidente, os megaeventos atuam como um “centro de trocas” em diversos sentidos, como o consumo, o encontro e a partilha de experiências e de memórias conjuntas, de movimentos e idealismos internacionais (cultura, meio ambiente, feminismo, deficiência, valores, etc.), entre diferentes setores econômicos, políticos e culturais, que aglutinam diferentes gerações (ROCHE, 2003).

Ao incorporar esses elementos “qualitativos” no processo, é preciso estabelecer uma visão conjunta que aborda tais complexidades em somatória aos elementos “quantitativos”. Na tentativa de aglutinar os diferentes aspectos encontrados na literatura, apresentamos o quadro a seguir.

QUADRO 3 – ELEMENTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

	Elementos quantitativos	Elementos qualitativos
Tornar-se sede	<ul style="list-style-type: none"> Houve um processo de seleção para sede (HILLER, 1995). 	<ul style="list-style-type: none"> A ideia de que se trata de uma “oportunidade única” (HILLER, 1995); O evento possui status nacional/internacional de considerável prestígio (HILLER, 1995); Periodicidade de realização sem uma localidade fixa (ROCHE, 2003).
Sediar	<ul style="list-style-type: none"> O impacto não é restrito aos locais do evento, hotéis e restaurantes, mas à cidade de forma mais ampla (HILLER, 1995); “Grande escala”: aspectos econômicos (orçamento), de visibilidade (publicidade) e simbólicos (ambição) (DEHANAS; PIERI, 2011); Impactos econômicos (BAADE; BAUMANN; MATHESON, 2008; BAUMANN; MATHESON; MUROI, 2008; COATES; HUMPHREYS, 2008; MALFAS; THEODORAKI; HOULIHAN, 2004; MATHESON, 2009); Demanda turística (GETZ, 2008); Valor de mercado, de qualidade, de imagem e econômico (GETZ, 2008). 	<ul style="list-style-type: none"> Os habitantes são chamados para participar e mostrar hospitalidade, cujo envolvimento em voluntariado, por exemplo, compõe uma ideia de civismo (HILLER, 1995); Parâmetro cultural e social sobre o tempo e espaço (ROCHE, 2003); Marco temporal na história do local/país (ROCHE, 2003); “Mídia eventos”: interromper a rotina da vida das pessoas, chamando sua atenção e criando um sentimento coletivo de comunidade e amizade (WHANNEL, 2009).
Público	<ul style="list-style-type: none"> É classificado por uma audiência/mercado alvos e interesse de mídia (ROCHE, 2000); “Grande apelo popular”: grande alcance em audiência, tanto midiática quanto física (DEHANAS; PIERI, 2011). 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de participação dramática e simbólica (espectadores ou telespectadores), de uma ação social organizada mais ampla (ROCHE, 2003); “Centro de trocas” (consumo, encontro e partilha de experiências e de memórias conjuntas, de movimentos e idealismos internacionais (cultura, meio ambiente, feminismo, deficiência, valores, etc.)), entre diferentes setores econômicos, políticos e culturais, que aglutinam diferentes gerações (ROCHE, 2003); “Característica dramática”, sob a qual os eventos estão imersos em uma narrativa que fascina e estimula (DEHANAS; PIERI, 2011); “Significância internacional”, que atraem para as instalações físicas pessoas de vários países e geram debates em níveis sociais micro e macro (DEHANAS; PIERI, 2011).

FONTE: Baade, Baumann e Matheson (2008); Baumann, Matheson e Muroi (2009); Coates e Humphreys (2008); Dehanas e Pieri (2011); Getz (2008); Hiller (1995); Malfas, Theodoraki e Houlihan (2004); Matheson, (2009); Roche (2000; 2003); Whannel (2009).

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

A prevalência de elementos qualitativos sobre os quantitativos é evidente. Para ambos os casos, é igualmente desafiador o processo de identificar ou quantificar essas características componentes, deixando dúvidas sobre a possibilidade de uma classificação absoluta. Por isso, a proposta desse quadro, que não tem a pretensão de resolver o imbróglio conceitual, é apontar os inúmeros elementos, principalmente qualitativos, apontados pela literatura, que precisam ser levados em consideração para compreender a importância desses eventos nas sociedades nas últimas décadas.

Nossa perspectiva de dividir as informações em tornar-se sede, sediar e público foi com base nas observações da parte da literatura que busca estabelecer critérios ou parâmetros para a compreensão dos megaeventos esportivos. Aqui, é interessante perceber que não houve a intenção de apontar os “legados” entre os critérios quantitativos, mas no máximo seus “impactos”, ou seja, mais do que o olhar pós-evento de longo prazo, há um interesse sobre o que é afetado durante o período que se é sede. Podemos considerar que talvez o único elemento qualitativo apontado enquanto legado seja a ideia de que o evento se torna um “marco temporal” na história do local ou país sede (ROCHE, 2003).

Num ponto de vista eminentemente quantitativo, Martin Müller (2014) propõe uma conceituação de grandes eventos, megaeventos e gigaeventos, com base na atração de visitantes, alcance midiático, custos e impactos transformativos. Conforme esse critério, o autor criou uma tabela cuja pontuação indica a classificação que o evento possuiria quanto ao seu tamanho.

TABELA 1 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO PARA CLASSES DE EVENTOS DE ACORDO COM SEUS TAMANHOS

Tamanho	Atração de visitantes Número de ingressos vendidos	Alcance Midiático Valor de direitos de transmissão	Custos Custos totais	Transformação Investimento de capital
EEG (3 pontos)	> 3 milhões	> US\$ 2 bilhões	> US\$ 10 bilhões	> US\$ 10 bilhões
EG (2 pontos)	> 1 milhão	> US\$ 1 bilhão	> US\$ 5 bilhões	> US\$ 5 bilhões
G (1 ponto)	> 0.5 milhão	> US\$ 0,1 bilhão	> US\$ 1 bilhão	> US\$ 1 bilhão
Gigaevento		11-12 pontos no total		
Megaevento		7-10 pontos no total		
Grande evento		1-6 pontos no total		

FONTE: Müller (2014), tradução nossa.

Utilizando essa proposta, o mesmo autor avalia alguns eventos sediados entre 2010 e 2013 como pontos de comparação e classificação. Nesta análise, percebe-se que alguns dos eventos considerados como “mega” por autores anteriores são caracterizados aqui como “grandes”, enquanto somente os Jogos Olímpicos de Verão em Londres 2012 alcançaria a classe “giga”. As diferentes pontuações podem ser observadas na tabela abaixo.

TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO POR TAMANHO DE EVENTOS SELECIONADOS

Evento	Localização	Atração de visitantes	Alcance Midiático	Custo	Transformação	Total	Classe
Jogos Olímpicos de verão	Londres 2012	3	3	3	2	11	Giga
Euro	Ucrânia e Polônia 2012	2	2	3	3	10	Mega
Copa do Mundo de futebol	África do Sul 2010	3	3	2	2	10	Mega
Expo	Shanghai 2010	3	0	3	3	9	Mega
Jogos Asiáticos	Guangzhou 2010	2	0	3	3	8	Mega
Jogos Olímpicos de inverno	Vancouver 2010	2	2	2	1	7	Mega
Jogos da Comunidade Britânica	Nova Déli 2010	2	0	2	2	6	Grande
Universíade	Kazan 2013	1	0	2	2	5	Grande
Jogos Pan-americanos	Guadalajara 2011	1	0	0	0	1	Grande
Encontro APEC	Vladivostok 2012	0	0	3	3	6	Grande
Copa do Mundo de Rúgbi	Nova Zelândia 2011	2	2e	0	0	4	Grande
Super Bowl	Nova Orleans 2013	0	1	0	0	1	Grande

FONTE: Müller (2014), tradução nossa.

NOTA: e= estimativa

Comparando com outras análises, percebemos que aqui existem alguns critérios mais explícitos e seu caráter quantitativo permite uma comparação mais efetiva entre os eventos. Porém, essa proposta possui limitações, se considerarmos que o número de ingressos vendidos é limitado para alguns eventos de menor duração ou que possui apenas um local com capacidade limitada como centro do evento. Da mesma forma, privilegiar o investimento na casa de dezenas de bilhões de dólares pode ser nocivo a noção sobre a utilização de infraestruturas já existentes.

De maneira mais específica, queremos dizer que esses parâmetros podem ser úteis, mas para entender porque a utilização comum desses termos se dá de forma cotidiana, em eventos que não alcançam esses números base, deve ser feita a partir de critérios também qualitativos. A ideia de “gigaevento” reforça nossa perspectiva de que a utilização do termo “mega”, da forma corrente como se observa nos últimos anos, passou a exigir uma denominação “superior”. Ainda não temos subsídios para mostrar quão forte essa denominação pode ser, tanto acadêmica quanto politicamente, mas sua existência mobiliza uma reflexão para além da simples denominação.

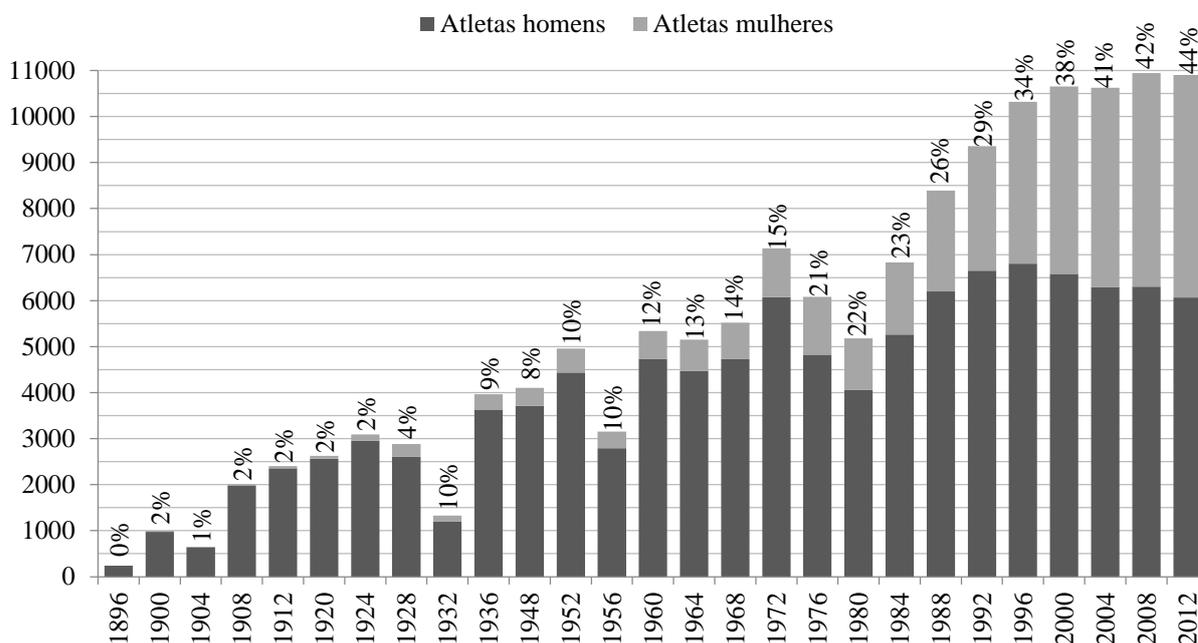
Após essa abordagem conceitual, apresentamos na sequência os dados quantitativos e os argumentos qualitativos que caracterizam os megaeventos esportivos, com ênfase nos Jogos Olímpicos. Essas informações servem como um complemento ao debate conceitual, na medida em que possibilitam ao leitor perceber as curvas de crescimento dos eventos nas últimas décadas e a exigência de mobilização para as cidades e países sedes, evidenciando ainda mais as características que buscamos apresentar até aqui.

3.2.2 A proporção e o crescimento: dados quantitativos

Alguns dados quantitativos são necessários para embasar e contextualizar as características e consequências apontadas por esses autores quando tratam os megaeventos esportivos e, prioritariamente, os Jogos Olímpicos. Neste item, abordamos, numa revisão histórica de todas as edições que possuem dados disponíveis, o número de atletas (homens e mulheres) participantes e delegações (países/territórios), número de territórios com transmissão televisiva, a arrecadação financeira a partir de suas diferentes fontes e os principais investidores e alvos de investimento. Entendemos que a visualização desses dados permite perceber a proporção alcançada pelos Jogos Olímpicos recentes, identificando os pontos principais de crescimento e tendências no decorrer do século XX e XXI.

Para dar início, apresentamos de forma gráfica a quantidade de atletas participantes desde o evento em Atenas 1896, por gênero, no qual é possível observar um crescimento significativo na quantidade total de atletas, acentuadamente na quantidade e proporção de mulheres participantes.

FIGURA 1 – QUANTIDADE DE ATLETAS PARTICIPANTES NOS JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO, CONFORME GÊNERO, E PERCENTUAL DE MULHERES – 1896-2012



FONTE: Donnelly e Donnelly (2013); International Olympic Committee (2014); Miller (2012).

NOTA: Figura elaborada pela autora, tradução nossa.

A participação das mulheres nos Jogos Olímpicos gera inúmeros debates na literatura acadêmica. Em Londres 2012, pela primeira vez todas as delegações tiveram a representação de uma atleta mulher, percentualmente o número de participantes mulheres foi maior que o de homens e elas competiram em todas as modalidades, evidenciando que sob diferentes aspectos busca-se uma igualdade de gênero no evento, ainda que diversos desafios se imponham (DONNELLY; DONNELLY, 2013). Para o momento, interessa-nos ressaltar que a inserção das mulheres, tendendo à equiparação no número de atletas entre os gêneros, foi uma variável evidente no gráfico e que precisa ser considerada na observação da duplicação no número de atletas participantes no comparativo entre a década de 1960 para os anos 2000.

Tal crescimento deve ser visto, ainda, a partir da quantidade de modalidades e de eventos dessas modalidades incluídos nos Jogos. Em 1896, 10 modalidades estavam no evento. Em 1972, esse número foi de 29 e em Londres 2012 foram 36 modalidades (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014b). Soma-se a esse fator que muitas dessas modalidades possuem competições para homens e para mulheres, multiplicando-se a oferta de eventos para serem transmitidos, mas também a complexidade organizacional quanto a infraestrutura necessária das competições e a acomodação de atletas e suas respectivas comissões técnicas e demais dirigentes. Esse grupo de pessoas, incluindo os atletas e suas equipes diretas e indiretas,

duplicou no intervalo de 20 anos, passando de 28.460 pessoas em Los Angeles 1984 para aproximadamente 60.000 nos Jogos de Atenas 2004 e Pequim 2008 (PREUSS, 2004).

O crescimento no número de competições, modalidades e participantes responde a uma demanda crescente, social e econômica. Como já mencionado, o desenvolvimento de tecnologias que permitem a transmissão dos eventos é um fator relevante para permitir o aumento da audiência e visibilidade, que fomentam e possibilitam esse crescimento no número de modalidades e atletas.

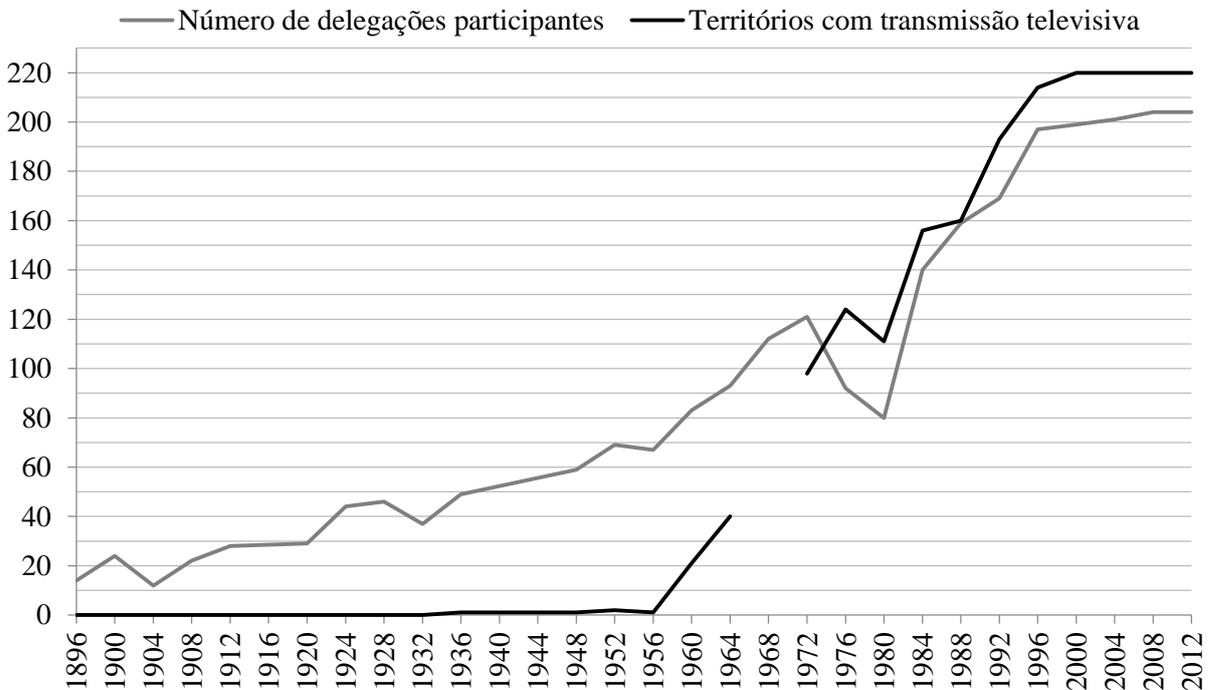
Até a década de 1920, o principal meio de divulgação das informações esportivas eram jornais e revistas. Com o advento do rádio, o esporte já era tido como uma das possibilidades de entretenimento, mas as transmissões eram principalmente de eventos locais. Após anos de registros por rádio e fotografias, algumas das competições foram gravadas e as imagens posteriormente transmitidas em alguns países a partir dos Jogos Olímpicos de 1936. Sobre este evento, tornou-se marcante a criação do filme-documentário *Olympia* (1938), dirigido e montado por Leni Riefenstahl. Mesmo com as inúmeras críticas da clara manifestação política pró-nazismo que o filme promovia, a obra também ficaria marcada pelos recursos técnicos avançados, desde os equipamentos utilizados até os ângulos e quantidade de câmeras que capturavam os movimentos atléticos (MELO, 2005; ROVAI, 2009).

No intervalo dos eventos de 1940 e 1944, que não foram realizados em virtude da II Guerra Mundial, o evento de 1948 em Londres teve a primeira transmissão televisiva ao vivo, mas com um alcance relativamente pequeno se considerarmos que a quantidade de aparelhos daquele ano é estimada em 5 milhões no mundo para uma população estimada de 2,5 bilhões (UNITED NATIONS, 2012). Foram necessárias décadas de desenvolvimento para que a primeira transmissão a cores dos Jogos Olímpicos fosse realizada a partir da Cidade do México em 1968, com a inserção de algumas estratégias mais detalhadas de *replay*, câmera lenta e ângulos mais diversos de filmagem (WHANNEL, 2009).

Desde então, a popularização do acesso à televisão e incremento de outros meios, em especial com os canais pagos e a audiência através da internet nos anos recentes, possibilitam grandes números em audiência acumulada, horas de transmissão e número de espectadores únicos. Apesar de não existir a confirmação sobre o número de países que receberam a transmissão a cores dos Jogos Olímpicos da Cidade do México em 1968, é possível perceber que a tendência de crescimento no número de territórios participantes é semelhante ao número de territórios que receberam a transmissão do evento a partir da década de 1970, assim como foi observada na curva de total de atletas participantes. Variação significativa na linha do

número de delegações participantes são os eventos em Montreal 1976 e Moscou 1980, caracterizados pelo boicote de países por razões políticas.

FIGURA 2 – NÚMERO DE TERRITÓRIOS QUE RECEBERAM TRANSMISSÃO TELEVISIVA E DELEGAÇÕES PARTICIPANTES DOS JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO – 1896-2012



FONTE: International Olympic Committee (2014b); Miller (2012).

NOTA: Figura elaborada pela autora, tradução nossa. Não existem dados oficiais sobre o número de territórios que receberam a transmissão televisiva dos Jogos Olímpicos de 1968.

A mesma quantidade de delegações participantes (204) é observada desde Pequim 2008, edição onde houve um pequeno aumento em comparação a Atenas 2004 (201 delegações) e Sidney 2000 (199 delegações). Uma estabilização também se observa no número de territórios que receberam a transmissão televisiva, que se mantém em 220 desde Sidney 2000 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c). Apesar de ser um platô, esses números indicam um alcance internacional bastante vasto.

Para o evento de 2012, estima-se que o total de espectadores tenha alcançado 3,6 bilhões de pessoas no mundo. Um diferencial dos Jogos de Londres foi ainda a transmissão de eventos ao vivo pela internet através do site *YouTube*, que teria alcançado um pico de 1,9 bilhão de visualizações (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c). Em 2012 a população mundial estava estimada em 6,9 bilhões de pessoas, sendo 4,9 bilhões entre 10 e 59 anos (UNITED NATIONS, 2012). Do total da população, o Banco Mundial estimava que 35,6% tinham acesso à internet em 2012 (WORLD BANK, 2012), resultando em 2,4 bilhões de pessoas. Em posse desses números, percebe-se que o alcance de mídia é bastante significativo,

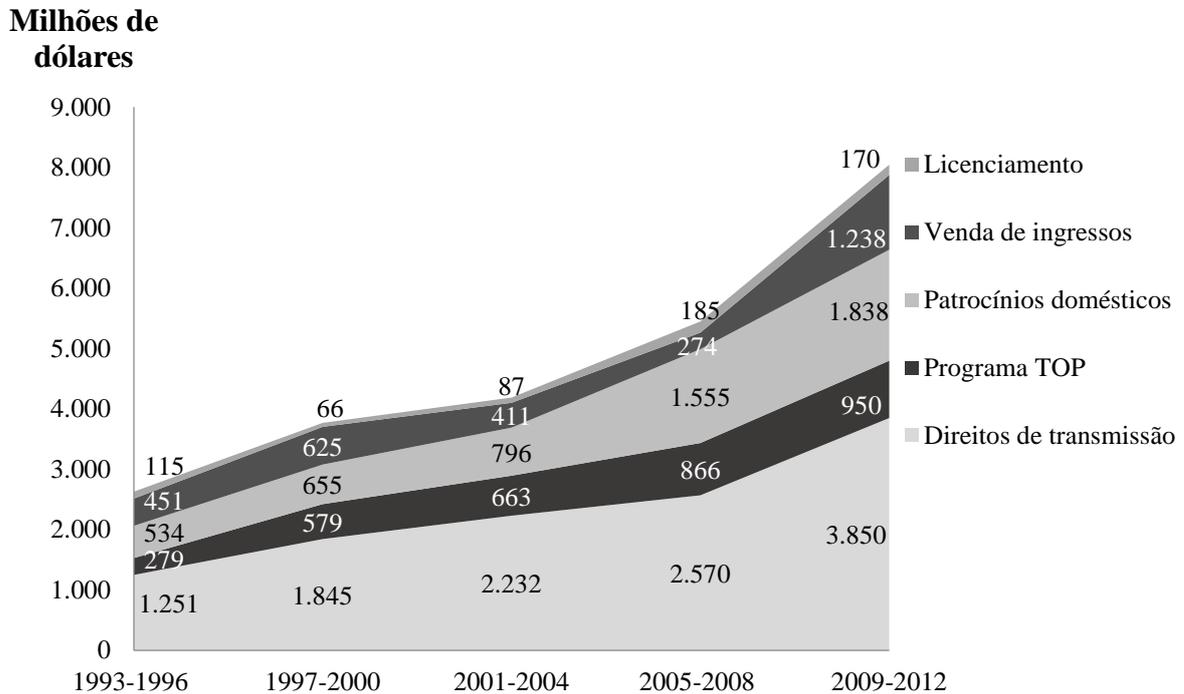
ainda que deva ser questionado qual a efetividade das estimativas de audiência e a diferença entre visualizações e um verdadeiro envolvimento ou audiência do evento.

A significância internacional que os Jogos Olímpicos passaram a ter nas últimas décadas é visível pelos dados já apresentados, mas não é somente o aumento quantitativo em alcance de territórios que deve ser levado em consideração quando se analisa o crescimento na arrecadação financeira. Sendo as negociações com as entidades privadas arranjadas na conjunção entre os Jogos Olímpicos de verão e inverno, o ciclo olímpico 2009-2012 gerou para o COI uma receita de direitos de transmissão três vezes maior que o ciclo 1993-1996 (ou no mínimo duas vezes maior, considerando as atualizações monetárias do período), mas o crescimento no número de territórios que passaram a receber as imagens do evento foi de menos de 3% (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c).

Com isso queremos dizer que os crescimentos exponenciais das últimas duas décadas não se devem pelo aumento no número de países que passaram a receber ou se interessar pelos Jogos, mas principalmente pelo valor que essa transmissão passou a ter. Nesse ponto, é preciso entender que a disputa concorrencial entre diferentes empresas de transmissão de uma mesma região, como também a valorização que o COI deu ao “produto” Jogos Olímpicos, acarretaram em um aumento no investimento dessas empresas para adquirirem os direitos e conseqüentemente uma maior arrecadação para o COI. E, numa relação comercial, é preciso levar em consideração que também as empresas que transmitem o evento buscam fazê-lo para atender uma demanda de espectadores e o interesse de empresas em veicular suas imagens através de propagandas ou merchandising.

O pagamento de direitos de transmissão, especialmente pelas redes de televisão, mas incorporando também telefones portáteis e internet, compõe a parcela mais significativa de recursos recebidos pelo COI nos ciclos olímpicos. A entidade concentra o poder de negociação com companhias de todo o mundo, cedendo os direitos àquelas que oferecem o máximo de cobertura em diferentes territórios pelo máximo prazo possível (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c). Na figura, é possível identificar a variação financeira e a representatividade das receitas obtidas com os direitos de transmissão em comparação com as demais fontes de recursos recebidos pelo COI (receitas com patrocínios, venda de ingressos e venda de direitos de uso da marca através de licenciamento), nos últimos 5 ciclos olímpicos, iniciando em 1993 até o mais recente finalizado, em 2012. No apêndice B, incluímos o mesmo gráfico com valores corrigidos pela inflação do dólar utilizando como referência o ano de 2012.

FIGURA 3 – RECEITAS DO COI POR CICLO OLÍMPICO, EM MILHÕES DE DÓLARES – 1993-2012



FONTE: International Olympic Committee (2014c).

NOTA: Figura elaborada pela autora, tradução nossa.

Apesar da existência de algumas variações, as linhas apontam para uma tendência de crescimento na maior parte das fontes de financiamento, especialmente aquelas com maior peso sobre as receitas totais. Após a venda de direitos de transmissão, as duas possibilidades de patrocínio, patrocinadores globais e domésticos, são as mais relevantes formas de arrecadação de recursos.

Os patrocinadores globais compõem o chamado *The Olympic Partners Program* (Programa Os Parceiros Olímpicos, na tradução livre), geralmente referido como Programa TOP. Esse tipo de relacionamento com o COI foi criado em 1985 após identificada a possibilidade de geração de recursos pela venda centralizada e mais restrita de patrocínio (GIANNOULAKIS; STOTLAR; CHATZIEFSTATHIOU, 2008). Atualmente, tem a duração de quatro anos e permite aos patrocinadores utilizarem as propriedades olímpicas – a terminologia Jogos Olímpicos, Olimpíada, movimento olímpico entre outras variações, o lema, o símbolo, o hino, a bandeira, o fogo e a tocha (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2011) – para fins comerciais de forma global.

Além disso, aos patrocinadores globais é garantida a exclusividade para fornecimento de produtos ou serviços, conforme sua área de negócios, em todo o processo de preparação e

realização dos eventos. Eles também estão blindados da associação de seus concorrentes em qualquer outra categoria, como em licenciamento e como patrocinadores domésticos. Estes, como o nome diz, terão a possibilidade de utilizar as propriedades olímpicas e fornecer produtos e serviços no país que sedia o evento, sendo classificados em diferentes níveis de relacionamento (leia-se investimento financeiro e consequente permissão de uso das marcas). Em ambos os casos, a intenção e as estratégias visam criar uma relação cognitiva, pela constante visualização da marca e seus produtos, bem como afetiva, que está relacionada ao apoio e suporte às equipes nacionais e ao processo de realização do evento em si (DAVIES; TSIANTAS, 2008).

Diferente do Programa TOP, o patrocínio doméstico é de responsabilidade de negociação pelo comitê organizador local, com a supervisão do COI (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c), sendo que as áreas de negócios para esses patrocinadores são apontadas já na fase de candidatura e constam no dossiê entregue pelas cidades candidatas. No caso do Rio de Janeiro, estimava-se a arrecadação de US\$ 570 milhões com dez empresas associadas como patrocinadores nacionais (nas áreas de mineração, petróleo, telecomunicações, alimentos embalados, bancos, cerveja, telefonia celular, seguros, energia e serviços postais), dez empresas parceiras e vinte empresas fornecedoras (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 146).

A venda de ingressos também é responsabilidade do comitê organizador local com supervisão do COI. Excetuando a quantidade de ingressos que deve ser fornecida de forma gratuita ao COI, Comitês Olímpicos Nacionais, Federações Internacionais, atletas, árbitros, patrocinadores, chefes de Estados e mídia, os demais ingressos são disponibilizados para compra para o público geral. Assim, o princípio é o planejamento para que o preço dos ingressos seja compatível com as demandas domésticas e internacionais, permitindo o máximo de lucro e a ocupação máxima das instalações esportivas durante todo o evento. Para além da questão financeira, simbolicamente, caso os estádios não estejam ocupados em número satisfatório, as pessoas que acompanham o evento pela televisão podem ter a impressão de um insucesso do evento, mesmo que a renda obtida tenha sido bem sucedida (THAMNOPOULOS; GARGALIANOS, 2002). Por exemplo, a arrecadação recorde entre os Jogos de 1984 e 2008 foi a de Sidney 2000, com uma renda de US\$ 551 milhões, apesar de ter vendido 88% dos 7,6 milhões de ingressos disponíveis. Por outro lado, Pequim 2008 vendeu 95,6% dos seus 6,8 milhões de ingressos e teve uma renda de US\$ 185 milhões. Já Atlanta 1996 teve uma renda considerável de US\$ 425 milhões e apenas 75% dos ingressos vendidos, mas disponibilizou mais de 11 milhões no total. Quando essa análise se estende para 2012, vemos que em Londres

8,2 milhões de ingressos foram vendidos e geraram uma renda recorde de US\$ 988 milhões¹⁸, com lotação de 97% da capacidade dos locais de competição (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c). Esses números de arrecadação variam com aqueles apresentados na figura 3 porque aqui nos referimos apenas aos Jogos Olímpicos de verão, enquanto o gráfico traz o valor somado aos Jogos Olímpicos de inverno de cada ciclo olímpico correspondente.

Assim, entre muitos outros elementos, a renda com a venda de ingressos é levada em consideração no período de planejamento das estruturas necessárias dos estádios para as modalidades esportivas (de acordo com a demanda global e local), mesmo que o futuro das instalações seja questionável, tanto as maiores e definitivas pela dificuldade financeira da manutenção no longo prazo, quanto as menores e provisórias, mais baratas, porém questionáveis quanto a um suposto legado que se espera do evento. Algumas dessas problemáticas serão aprofundadas no subitem 3.2.3, que trata os elementos qualitativos dos megaeventos.

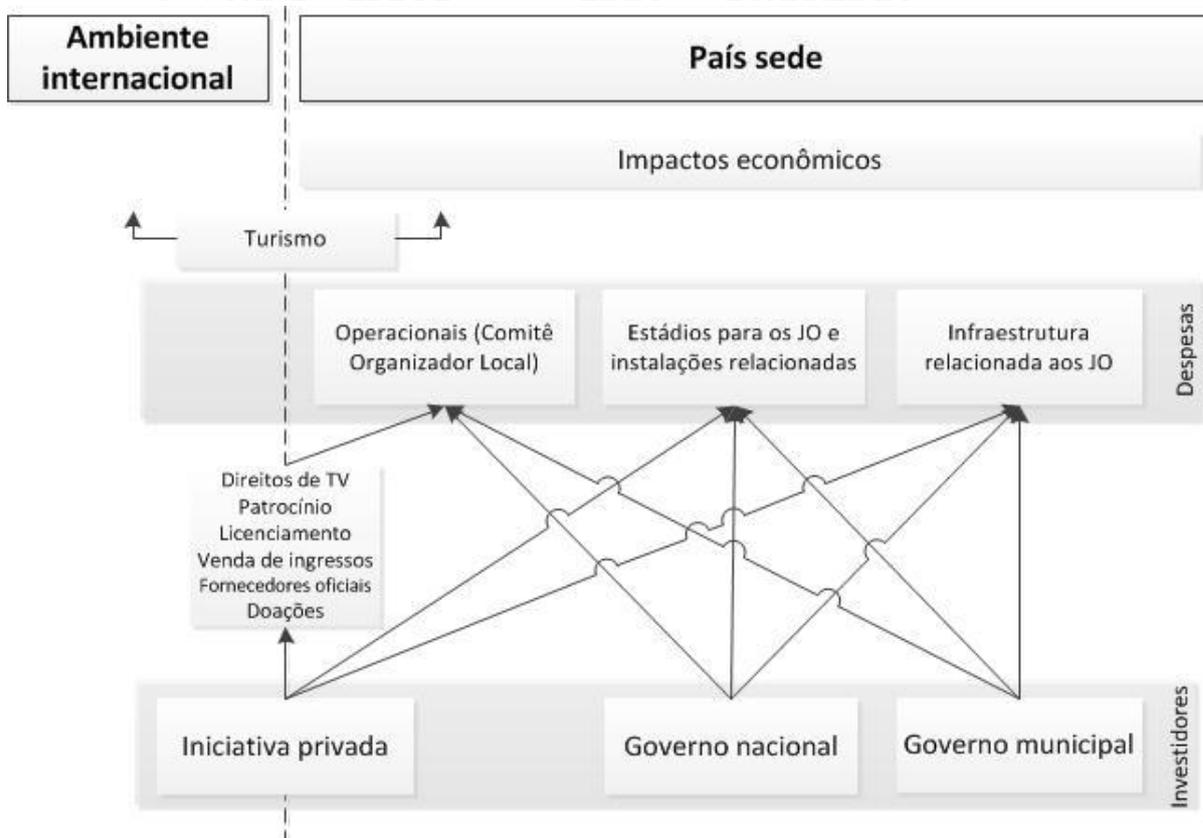
A terceira fonte de recursos que é gerenciada pelo comitê organizador local e supervisionado pelo COI é a venda de direitos de uso da marca através de licenciamento. Essa permissão é para utilização não só das propriedades olímpicas do COI, mas também as marcas relacionadas às edições dos eventos de forma separada, que possuem suas logomarcas, mascotes e designações (nome da cidade e/ou país e ano). Essa estratégia foi utilizada de forma mais ampla pelos responsáveis pela organização em Atlanta 1996, sendo criticada por uma relativa banalização da marca devido à cessão dos direitos de uso para 111 patrocinadores domésticos e 125 produtos licenciados (GIANNOULAKIS; STOTLAR; CHATZIEFSTATHIOU, 2008). A redução no número de produtos não significou a diminuição dos rendimentos no caso de Pequim 2008, quando a parceria com 68 empresas licenciadas garantiu o rendimento de US\$ 163 milhões. Essas empresas produziram mais de 8 mil variedades de produtos vendidos em mais de mil locais de distribuição na China e em outros países (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014c). Nessa forma de captação de recursos, Atlanta 1996 e Pequim 2008 são os casos de destaque, sendo que Londres 2012 também teve nessa fonte arrecadação significativa, ainda que o montante com ela arrecadado seja muito pequeno em comparação com as outras fontes de recursos.

Esses aspectos econômicos se referem essencialmente ao COI e a alguns dos recursos do comitê organizador local. Porém, a rede de agentes e o fluxo financeiro que precisam ser

¹⁸ Levando em conta as atualizações monetárias do dólar nos respectivos anos para 2012 (UNITED STATES, 2015), os valores a serem comparados são os seguintes: Atlanta US\$ 622 milhões, Sidney US\$ 734 milhões e Pequim US\$ 197 milhões.

mobilizados ampliam em muito a análise, evidenciando que o megaevento não se trata apenas de esporte. Na figura estão resumidos os principais investidores e despesas que afetam tanto o ambiente doméstico quanto internacional.

FIGURA 4 – ESQUEMA DE RELAÇÕES ENTRE PRINCIPAIS INVESTIDORES E DESPESAS NOS PAÍSES SEDE DE JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS



FONTE: Adaptado de Li e Blake (2009), tradução nossa.

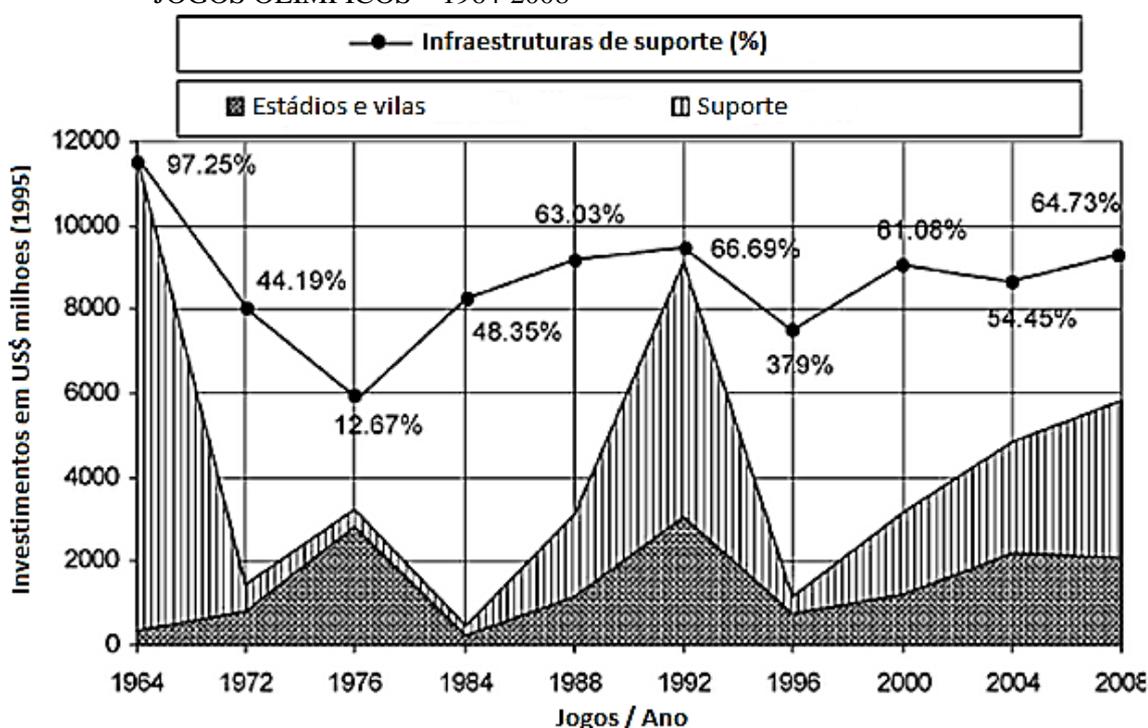
Como qualquer quadro que se propõe a planificar uma série de processos mais complexos, a imagem apresenta limitações que demandam algum detalhamento. Por exemplo, os relacionamentos têm graus variáveis de importância, no sentido quantitativo. Da mesma maneira, nem toda a arrecadação descrita no quadro intermediário entre despesas e investidores são dirigidas ao comitê organizador local, mas também para administração do COI, conforme já comentado. Existem ainda as variações conforme as especificidades locais na forma e direcionamento do financiamento nos diferentes países. Em especial para o caso brasileiro, seria necessário incluir os investimentos do governo estadual e os repasses que ocorrem entre os níveis de governo, em especial do federal e estadual para o municipal.

Apesar das limitações, pela imagem é possível ter um panorama geral dos principais investidores e alvos de investimentos, no que se refere à preparação e à realização do evento,

assim como algumas das expectativas de retorno econômico, notadamente pelo turismo e investimentos internacionais, para o evento e depois dele.

Sobre as principais despesas, é a infraestrutura para receber os Jogos Olímpicos, financiada especialmente pelas iniciativas públicas, que corresponde ao maior montante financeiro. Como evidenciado na figura abaixo, as edições possuem comportamentos distintos conforme a proposta de utilização do evento pelas cidades-sedes e a infraestrutura pré-existente, que exige mais ou menos investimentos.

FIGURA 5 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS ESPECÍFICOS E DE SUPORTE PARA OS JOGOS OLÍMPICOS – 1964-2008



FONTE: Adaptado de Liao e Pitts (2006), tradução nossa.

A análise dos investimentos financeiros que estão ou não vinculados ao evento pode ser bastante complexa, já que, por um lado, alguns investimentos podem não parecer relacionados, mas precisam ser realizados (como em segurança, saúde, limpeza urbana, etc.), assim como muitos custos não essenciais para os eventos são justificados através deles, recebendo recursos e financiamento no “pacote” mais amplo (BROUDEHOX, 2007).

Na estimativa de Li e Blake (2009), os investimentos em infraestruturas específicas para Pequim 2008 teriam sido de US\$ 3,1 bilhões e em infraestrutura de suporte US\$ 8,7 bilhões, valor significativamente maior do que na estimativa apontada na figura. Outros autores falam ainda que o investimento total dessa edição teria chegado em US\$ 40 bilhões (BROUDEHOX, 2007), em Atenas 2004 a US\$ 12 bilhões e em Sidney 2000 a US\$ 1,2 bilhão (LEEDS;

MIRIKITANI; TANG, 2009). Já para Londres 2012, estima-se que o investimento tenha totalizado £9 bilhões (ou US\$ 13,7 bilhões) (PRAYAG et al., 2012).

As variações nos dados entre os autores indicam a dificuldade de se obter informações finais ou metodologias unificadas e isentas para estimativa dos investimentos (PREUSS, 2004), que normalmente são subestimados no período da candidatura em comparação aos valores após o evento, enquanto os efeitos na economia mais ampla são superestimados (WHITSON; HORNE, 2006). Sobre os efeitos na economia, embora existam discursos ou expectativas que os megaeventos esportivos causem impactos positivos nos empregos e salários, legados de instalações esportivas, no turismo e nos investimentos urbanos de infraestrutura, nem sempre eles se confirmam (KAVETSOS; SZYMANSKI, 2010. Ver também KASIMATI, 2003; MATHESON, 2009; PREUSS, 2004).

A tendência de crescimento nos investimentos em infraestrutura das cidades e as esportivas propriamente ditas apontam para uma situação problemática, do ponto de vista da concorrência internacional, entre os países que podem sustentar tamanho investimento em um curto período de tempo; ou, ainda mais improvável, de cidades que já tivessem a infraestrutura pronta e ideal para sua recepção sem modificações financeiramente relevantes. Nesse ponto, torna-se ainda mais sujeito à crítica o fato que os países que enfrentam diversas dificuldades sociais, na perspectiva de um desenvolvimento mínimo de necessidades tidas como básicas, passem a ter como foco de significativos investimentos financeiros uma necessidade provisória como é um megaevento esportivo.

Na revisão dos elementos quantitativos, evidenciamos como os Jogos Olímpicos cresceram em sua magnitude, tanto no formato competitivo interno (número de atletas e delegações), como também, suportados por um incremento na tecnologia, na maior visibilidade internacional através da televisão, gerando assim as condições para o aprimoramento nos recursos financeiros que atualmente sustentam o movimento olímpico. Mostramos ainda que o crescimento do evento gerou um aumento nas demandas de infraestrutura específicas e relacionadas, resultando investimentos totais até dez vezes maiores, num intervalo de 12 anos.

Embora complexos modelos econômicos tentem auferir os impactos do evento, os questionamentos metodológicos continuam presentes e impossibilitam um consenso. Mesmo assim, esses estudos são frequentemente referenciados para justificar as despesas enquanto investimentos, na expectativa de um retorno direto e indireto em curto, médio e longo prazo. Mas entre as motivações ou justificativas que surgem com o intuito de legitimar a recepção dos megaeventos esportivos, nem todos são quantificáveis, no sentido ortodoxo do termo. Por isso, outros elementos precisam ser revisados, porque embora eles surjam como consequências,

impactos ou legados, sua importância simbólica não pode ser pormenorizada e, dessa forma, levada em conta para compreender o envolvimento e a justificativa de instituições públicas e privadas desde o período da candidatura.

3.2.3 Os argumentos simbólicos: dados qualitativos

Embasado ou em paralelo aos dados quantitativos apresentados no subitem anterior, os discursos proferidos na expectativa de convencimento ou entendimento sobre os possíveis benefícios que sediar os megaeventos esportivos podem trazer são divididos em três grandes tendências: a desenvolvimentista, a de criação ou remodelação de imagem e a sociopolítica (BLACK, 2008; BLACK; VAN DER WESTHUIZEN, 2004). Esses argumentos com seus principais desdobramentos, que devem ser separados para uma melhor compreensão pedagógica, estão apresentados no esquema abaixo.

FIGURA 6 – ARGUMENTOS E JUSTIFICATIVAS PARA SEDIAR OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS



FONTE: Andranovich, Burbank e Heying (2001); Black (2008); Black e Van Der Westhuizen (2004); Hiller (2000); Kavetsos e Szymanski (2010).

NOTA: Figura elaborada pela autora, tradução nossa.

A figura apresenta resumidamente alguns conceitos que são desenvolvidos na literatura, sobre os quais desenvolveremos com mais profundidade. Os argumentos desenvolvimentistas

apontam que os megaeventos esportivos proporcionam o crescimento em diversas áreas. A expectativa do desenvolvimento, essencialmente motivada pelos dados quantitativos anteriormente apresentados, normalmente justifica a liberação de recursos públicos para a realização de obras que atendam as demandas do evento. Antes servindo como consequência – porque os eventos seriam hospedados em uma cidade ou região, investimentos eram necessários para suprir uma demanda maior –, atualmente eles servem como motivação – porque as obras precisam ser realizadas, a cidade se candidata ao evento. Nesta última lógica, os eventos servem para a realização de projetos locais, num período de tempo bem definido (ANDRANOVICH; BURBANK; HEYING, 2001).

Para essa execução, há o respaldo e o investimento de esferas públicas superiores (nacional e estadual ao municipal), num processo que acaba por legitimar os governantes no poder local, já que existe um investimento considerável para poucos anos, dificilmente visto em outras ocasiões. Assim, a possibilidade de realizar essas obras de alto impacto num curto período de tempo traz razoáveis graus de visibilidade, tanto entre os habitantes locais, quanto regional e nacionalmente para os agentes políticos envolvidos (BLACK, 2008).

Esse argumento é mobilizado principalmente pelas chamadas “coalizões para o crescimento” (*growth coalitions*, em inglês), formadas pelo poder local público e privado, que percebem potenciais oportunidades de negócios para iniciar o projeto de candidatura e posteriormente conquistar apoio político e econômico de outros grupos (especialmente outros empresários e políticos das esferas regionais e nacionais), com a justificativa que impactos econômicos duradouros e geração de empregos seriam decorrentes do evento, ainda que tais consequências sejam questionáveis e de difícil mensuração (ANDRANOVICH; BURBANK; HEYING, 2001; HALL, 2006; HILLER, 2000). Como resumem Chalip e Leyns (2002, p. 133):

De fato, quando os governos tentam justificar os investimentos em eventos esportivos através de estudos de impactos econômicos que eles financiam, há certo incentivo para adotar procedimentos que apontem para estimativas favoráveis. [...] Na verdade, estimativas independentes normalmente questionam o valor econômico dos investimentos públicos no esporte [...].

Dentro da “margem” permissível pelos diferentes métodos dos estudos de previsão e de impacto econômico, os discursos oficiais utilizam os dados mais favoráveis. No questionamento do suposto crescimento econômico gerado ao sediar megaeventos esportivos, Cochrane, Peck e Tickell (1996) fazem um trocadilho dos termos em inglês, ao compreenderem que essas coalizões podem ser para o crescimento (*growth*), mas também para recepção de recursos como prêmio (*grant*). Os autores apontam que este último foi o caso da candidatura de

Manchester para os Jogos Olímpicos de 1996, quando a proposta era essencialmente receber recursos após conquistar o direito de sediar o evento, ao invés de gerá-los e promover os meios para potencializar seus possíveis benefícios. Os autores que examinam tais nomenclaturas têm uma visão crítica sobre a mobilização dessas coalizões, questionando se as intenções de determinados segmentos sociais não estão disfarçadas por discursos de supostas benfeitorias para todos em inúmeras áreas.

Além dessa vertente, de geração de negócios e obras que acarretam um acúmulo de capital político e econômico, o discurso desenvolvimentista inclui outras frentes que apontariam para o crescimento, como o esporte e o turismo. Assim como no que se refere aos impactos econômicos, as informações a respeito do crescimento nessas áreas não são isentas de questionamentos.

Na relação economia e turismo, com base em pesquisa realizada na Copa do Mundo FIFA em 2002, Lee e Taylor (2005) concluem que a análise de impactos a partir do total de turistas recebidos durante o evento, ao invés dos turistas atraídos por ele (57,7% naquele caso), geraria uma armadilha na valoração do impacto econômico gerado. Um segundo cuidado que a literatura aponta é na dificuldade de verificar quantos habitantes e turistas nacionais e internacionais deixaram de morar ou visitar os locais que sediam megaeventos esportivos em virtude da grande movimentação por ele gerada (MATHESON, 2006; PREUSS, 2004). Li e Blake (2009) sugerem que as longas filas, engarrafamentos, barulho e poluição, além da inflação, decorrente dessa maior demanda, são consequências que serviriam como motivo para distanciamento de um número significativo de pessoas.

Conforme Getz (2008), a partir da década de 1980 nos Estados Unidos e nas décadas posteriores em outros países como Reino Unido e Canadá, cidades e regiões se utilizam de eventos esportivos como uma estratégia planejada para atrair turistas. Ainda segundo o autor, embora as consequências econômicas sejam majoritárias como motivação, os impactos pessoal, social, cultural e ambiental também deveriam ser levados em consideração tanto nas consequências no fim do processo (*output*), como na sua iniciativa (*input*) e nas transformações durante sua realização.

Essa agenda é facilitada a partir do envolvimento da mídia, no que Nauright (2004) chama de complexo esporte-mídia-turismo. O tamanho do evento, na forma como é divulgado e administrado, geralmente atrai mídia e, na expectativa em especial das cidades e países-sedes, tal visibilidade atrairá investimentos e o turismo. Conforme afirmam L'Etang, Falkheimer e Lugo (2007), os destinos turísticos são influenciados por diversos fatores e agentes, mas é

especialmente a mídia que influencia na criação ou opinião de um determinado destino, não somente sob a forma de propaganda, mas também das notícias relacionadas a ele.

Sob o ponto de vista do esporte, embora o evento em si aponte para uma suposta motivação para que as pessoas pratiquem atividade física, não existem evidências que isso tenha acontecido em nenhuma edição já realizada dos Jogos Olímpicos (WEED et al., 2012). A inexistência de evidência se dá por diferentes motivos, como a necessidade de uma metodologia eficaz e padronizada na coleta de informações nacionais no período pré e pós-evento, que possa identificar e apontar tendências sem excluir as particularidades de grupos sociais investigados, assim como as demais políticas governamentais (VEAL, 2003). Ou seja, os diversos outros fatores que promovem o engajamento na prática esportiva teriam que ser tomados em consideração antes de atribuir aos Jogos Olímpicos a “responsabilidade” no crescimento ou decréscimo no número geral de praticantes de esporte e de outras atividades físicas.

Sendo assim, se um governo entende que o megaevento possa ser um gatilho para o aumento no número de praticantes de atividade física, como foi o caso do Reino Unido com os Jogos de Londres 2012 (DCMS, 2010), com base nas informações existentes, Weed et al. (2012) apontam que esse alcance só é possível com a aplicação de estratégias paralelas atreladas ao evento maior, que sejam mais próximas às comunidades e ofereçam a oportunidade de engajamento direto das pessoas. Ainda assim, essa estratégia só tenderia ao sucesso com pessoas que têm um mínimo de afinidade com a atividade física e em comunidades que tomam como positiva a iniciativa de sediar o evento.

Pela indicação dos estudos, mais do que um problema de marketing por parte dos clubes locais ou suficiente exibição dos esportes pela mídia, a relação entre esporte de elite (evidenciado nos Jogos Olímpicos) e esporte participação não têm nem uma relação direta; nem na direção elite-participação – a existência de atletas bem sucedidos inspirando a participação de outras pessoas em uma região ou país (DE BOSSCHER; STORIADOU; VAN BOTTENBURG, 2013; HANSTAD; SKILLE, 2010; HINDSON; GIDLOW; PEEBLES, 1994), nem na direção participação-elite – um grande número de praticantes do esporte participativo como sendo fundamental para o sucesso no esporte de elite (DE BOSSCHER et al., 2009). Até esse momento, embora as políticas públicas para o esporte e os projetos para sediar os Jogos Olímpicos apontem para uma relação direta e de mútua dependência entre esporte de participação e de rendimento, que justificaria o investimento em um ou outro, a existência de estudos científicos que indicam o contrário leva a crer que essa relação se sustenta na base discursiva, mas não na factual, sendo que o aumento no índice de participação no

esporte está relacionado a aspectos mais amplos de igualdade social e econômica (COALTER, 2012).

Nessa tentativa de contínuo incentivo para o desenvolvimento para além do curto prazo, observamos na literatura internacional a descrição de casos em que as cidades sedes e organizadores se propõem a alavancar (do inglês *leverage*) os benefícios oriundos das diferentes áreas em razão dos megaeventos. Para isso, parece existir um entendimento que os negócios locais e o turismo são mais bem desenvolvidos quando existe uma iniciativa, uma ação mais proativa que passiva, acerca das possibilidades advindas com tais eventos. Tais ações se baseiam em estratégias de marketing comuns, promovidas pelos negócios locais, que são potencializadas quando existe alguma organização que coordena os diferentes negócios – governo estatal e local, indústria do turismo local, organizadores do evento, patrocinadores do evento, negociantes locais e fornecedores (CHALIP; LEYNS, 2002).

Com base nesse e em outros estudos, O'Brien (2006) analisou o caso dos Jogos Olímpicos de Sidney 2000 e identificou algumas das barreiras e facilitadores das estratégias de negócios locais em potencializar os ganhos com o evento. Entre inúmeras dificuldades decorrentes da proteção de patrocinadores por parte das instituições olímpicas, o apoio visando lucro dos negócios locais e o relativo paradoxo do envolvimento das instituições públicas para fins de lucro privado, o autor aponta que foi fundamental para a existência da rede a legitimidade dos parceiros e a rede de contatos que eles possuíam.

Além de apontar para uma duvidosa condição de pequenos negócios fazerem parte dessas redes e colherem os possíveis benefícios, esses estudos reforçam que hospedar os megaeventos pode proporcionar vantagens para alguns negócios em um período pré-definido, mas qualquer impacto em longo prazo depende de uma ação mais planejada e estratégica para esse fim. Por exemplo, Whitson e Horne (2006) são mais incisivos e apontam quais negócios foram beneficiados nos eventos sediados no Canadá e no Japão: companhias da área de construção civil e seus fornecedores, engenheiros e arquitetos, empresas de segurança, meios de comunicação, empresas de publicidade, marketing e relações públicas relacionadas aos Jogos, e negócios imobiliários. Nesse ponto, é possível estender esse raciocínio não somente aos negócios locais e a geração de impactos econômicos através do turismo, mas também ao desenvolvimento esportivo e da infraestrutura urbana que são afetados de maneira mais direta.

Essas informações apontam para a necessidade de uma análise mais profunda a respeito do que é normalmente dado como consequência “certa” dos megaeventos esportivos nessa justificativa desenvolvimentista. O cenário que se apresenta é de que, em se tratando de megaeventos, os benefícios são superestimados considerando os elevados custos, usualmente

subestimados (WHITSON; HORNE, 2006), embora essa constatação seja normalmente feita apenas depois do evento acontecer. Por isso, embora os países possam se embasar nas experiências de sedes anteriores, ainda parece existir não somente estratégias que ocultam esses fatos em detrimento de selecionados casos de sucesso, mas também outras motivações que se tornam suficientes para sobrepor esses riscos. É aqui que se faz necessário revisar os outros possíveis benefícios para países e cidades sede para serem agregados nesse quadro.

Assim, o segundo elemento do esquema indica para a possibilidade de criação ou remodelamento de imagem. Numa percepção dos megaeventos como estratégias de globalização e reestruturação econômica das cidades da década de 1990, esse aspecto acaba por ter como finalidade última a atração de investimentos e negócios (HILLER, 2000). Entretanto, debates e análises em anos recentes apontam para benefícios mais simbólicos, ainda que seja difícil negar a abstenção total do interesse econômico.

Especificamente os Jogos Olímpicos são entendidos por L'Etang (2006) como o principal exemplo que mobiliza a agenda de relações públicas no plano internacional: criar ou promover ideologias, formatar mitos e ícones, promover produtos e ainda criar pontos de referência e critérios internacionais. Esse aspecto é útil para receber investimentos públicos na renovação urbana e para enviar uma mensagem diferenciada que atraia turistas, conforme anteriormente mencionado, mas também para criar ou remodelar a cidade para um novo status, tanto nacional quanto internacional, no que se entende como “cidades do mundo” (WHITSON, 2004, p. 1218, tradução nossa). A estratégia nesse tipo de iniciativa se mostra comum discursivamente, mas com diferentes especificidades mesmo em países como Canadá, Inglaterra, Estados Unidos e Austrália (WHITSON; HORNE, 2006), e também Índia e África do Sul (BLACK, 2008), em relação ao tipo e propósito de mobilização, o papel do Estado e da iniciativa privada, e a centralidade das propostas de sediar megaeventos, esportivos ou comerciais, nesse contexto. Guardadas as especificidades, o princípio seria uma transição ou movimentação do entendimento sobre a noção de cidadania, entre uma cidade promotora de determinados direitos sociais para uma cidade que oportuniza aos cidadãos e visitantes o consumo de determinados serviços (WHITSON; HORNE, 2006).

A cidade que busca esse perfil “global” teria, então, a perspectiva de se colocar no mapa do mundo ou reforçar suas posições – como pode ser exemplificado pelas candidaturas de Londres, Paris e Nova Iorque (SCHERER, 2011; SHOVAL, 2002) – diferenciando-se de concorrentes nacionais e internacionais, mostrando suas qualidades e se colocando para uma audiência internacional como entre as lideranças ou destaques mundiais, apontando assim como um destino interessante para negócios e turismo (BLACK, 2008). Em alguns casos, essa

promoção não parte somente da cidade ou mesmo do país, mas também se posicionando como uma representação continental, tal como o caso da África do Sul para a Copa do Mundo FIFA 2010 (ALEGI, 2008; BLACK, 2008; CORNELISSEN, 2004).

Tal construção se baseia nas diferentes estratégias de marketing das cidades ou marketing urbano, em que a imagem de um local passa a ser administrada de forma metafórica, trazendo tanto os símbolos concretos (monumentos, arquitetura, natureza) como imateriais (hábitos, rotinas, discursos, estereótipos) (VANOLO, 2008). Guardadas as possíveis variações de acordo com as especificidades locais, essas imagens geralmente incluem “aeroportos internacionais cheios, turistas internacionais, investimentos externos, uma atmosfera cosmopolita, indústrias criativas, economias culturais e uma imagem positiva irresistível ao redor do mundo” (SHORT, 2008, p. 336, tradução nossa). Nessa conjunção, a comodificação, tornar o lugar um produto, busca tornar mais organizadas e identificáveis as características positivas para investimentos e turismo. Nesse quesito, o esporte, devido seu apelo popular e visibilidade internacional, acaba por se tornar um meio interessante para esse fim (TRANTER; LOWES, 2009).

Entretanto, ainda não existem fontes que apontem para um incremento de longo prazo na imagem positiva de cidades que sediaram megaeventos esportivos para turistas (COATES; MATHESON, 2011). Essa estratégia unifica o discurso em torno de um objetivo amplo e intangível, mas que permite a inserção de diversas intenções mais pontuais daqueles que tomam decisões a respeito da candidatura e têm a possibilidade de alcançar objetivos mais setoriais, como impacto no turismo em curto prazo, instalações esportivas e investimento público em infraestrutura (ANDRONOVICH; BURBANK; HEYING, 2001; SHORT, 2008).

Esses elementos intangíveis, que constituem a imagem que um país possui externamente, compõem o *soft power*. Essa expressão, utilizada pela designação original inglesa pelos estudos em Política Externa, conceitualmente indica o poder conquistado quando pessoas, instituições e Estados aceitam a autoridade de outros como normal (NYE, 2004). Assim, uma pessoa, instituição ou Estado possui *soft power* quando consegue afetar outras pessoas não através da coerção ou pagamento, mas da atração, geralmente relacionada à sua cultura, sua política e seus valores sociais (NYE, 2008). Wilson (2008) aponta que os Estados bem sucedidos são aqueles capazes de balancear tanto o *soft* quanto o *hard power*, o poderio econômico e militar, resultando no que o autor chama de *smart power* (poder inteligente, na tradução livre).

A característica internacional não governamental das instituições esportivas, aliada ao alcance que o esporte possui nas diferentes sociedades (SUGDEN; TOMLINSON, 1998),

permitem que os megaeventos esportivos sirvam como um interessante produto a ser negociado e conquistado, conforme as agendas nacionais e internacionais dos países, com relevante “instrumentalidade política” para cumprir alguns dos papéis como política externa (CORNELISSEN, 2009, p. 133, tradução nossa). Política externa pode ser entendida como “a soma de relações externas oficiais conduzidas por um ator independente (normalmente um Estado) nas relações internacionais” (HILL, 2003, p. 3, tradução nossa). Ou seja, o esporte – tanto por suas características quanto pelas características dos megaeventos esportivos, que estão sendo construídas até o momento nesta pesquisa – possui a potencialidade de funcionar como um intermediário, uma linguagem de compreensão relativamente uniforme no mundo, capaz de articular as negociações de outros planos entre os países.

Para o caso dos Jogos Olímpicos, é fundamental apontar que sediá-los não pode ser visto como a solução para o *soft power*, já que este é construído historicamente e raramente uma única ação poderá mudar toda a perspectiva internacional (MANZENREITER, 2010). Assim, para alguns países, o evento surge como oportunidade para criar imagens e histórias alternativas (CULL, 2008), ainda que o real impacto dessa ação, especialmente em longo prazo, seja bastante difícil de ser quantificado de forma isolada das outras ações mobilizadas pelos governos.

Também na linha da política externa, é interessante observar que algumas sedes de megaeventos esportivos têm se mostrado como representantes não só de um país, mas de uma região ou um continente como um todo. Essa perspectiva esteve marcada de forma mais evidente no caso da África do Sul para sediar a Copa do Mundo FIFA 2010, quando o país se colocou como representante do continente africano (CORNELISSEN, 2004, 2008) – ainda que seja necessário considerar a especificidade da escolha das sedes pelo sistema de rodízio de continentes proposto pela FIFA. Porém, como abordamos posteriormente no caso dos Jogos Olímpicos, essa iniciativa também se apresentou nas candidaturas de Tóquio 1964, Seul 1988 e Pequim 2008, cada qual buscando se colocar como referência no caso do continente asiático, e de Atenas 2004 em relação à região do Mediterrâneo. Esses países utilizam os megaeventos esportivos como um meio de destacar seu “poder médio”, que está longe de enfrentar potências como Estados Unidos e União Europeia, mas regionalmente se mostram potências em relação aos seus vizinhos (CORNELISSEN, 2008).

Finalmente, o terceiro elemento do esquema indica o debate sociopolítico. Inevitavelmente, debates sociopolíticos compõem os dois elementos anteriores, mas nesse caso nos referimos aos aspectos nacionais ou internos que vão além da proposta desenvolvimentista e têm mais uma característica de crença ou expectativa que povoam os discursos oficiais do que

sendo propriamente mapeados por pesquisas científicas (BLACK; VAN DER WESTHUIZEN, 2004). Da mesma forma, tais aspectos não estão totalmente desvinculados das ações ou impactos externos, em que por vezes uma ação serve para ambos os objetivos (interno e externo) (CORNELISSEN, 2008).

Novamente neste elemento, existem interpretações que apontam como motivação última da mobilização discursiva no sentido sociopolítico a intenção do crescimento econômico. Nesse raciocínio, o engajamento social e um sentimento de bem estar e orgulho nacional/local seriam úteis para um maior comprometimento das pessoas pelo trabalho e desenvolvimento do local/país. As contribuições de Bourdieu vêm sendo incorporadas por autores como Black e Van Der Westhuizen (2004) para pensar, para além das consequências econômicas finais, os benefícios social e cultural.

Numa mudança de enfoque, do global para o local, das forças econômicas e políticas mais amplas para como os habitantes das cidades-sedes são afetados, a leitura passa a ser sobre a experiência direta e indireta dessas pessoas que têm sua rotina alterada, especialmente a partir da eleição até após o evento. Esse olhar micro social demonstra inúmeras formas possíveis de envolvimento: mais, ou menos, participativa, opositiva, indiferente, marginalizada, beneficiada, consumista, entre outros, o que reforça o entendimento de uma heterogeneidade que deve ser analisada e contextualizada nos diferentes períodos, já que tais posições também são suscetíveis a mudanças conforme o tempo (HILLER; WANNER, 2011).

Apesar dessa heterogeneidade da população local em relação ao envolvimento com o evento, parece existir, por parte de organizadores e políticos, uma tentativa de criar uma coesão sobre a identidade nacional. É interessante perceber como, durante o processo de preparação, as diferenças parecem ficar mais marcadas – nas dúvidas em relação ao sucesso, ao cronograma e a viabilidade das infraestruturas. Mas, geralmente, no evento em si, as semelhanças são acentuadas, no que Bairner (1996) chama de “nacionalismo esportivo”, em diferenciação ao “nacionalismo político”, sendo que esses dois tipos de nacionalismo podem atuar de maneira colaborativa ou oposta, dependendo do caso. Por vezes, não basta somente promover tal unidade internamente, mas tentar assinalar sua existência externamente, indicando que mudanças sociais estão acontecendo no país ou na região, utilizando para isso, entre outras coisas, as cerimônias de abertura e encerramento dos eventos (BLACK; VAN DER WESTHUIZEN, 2004).

Se uma “unidade” se mostra mais complexa de aferição, as pesquisas têm apontado para depoimentos que giram em torno de sentimentos como orgulho, excitação, celebração e euforia, que podem ou não se estender para um prazo mais longo nas comunidades que recebem tal

evento. Nesse ponto, o envolvimento pode ou não estar relacionado ao evento esportivo, como pelo voluntariado, ida aos eventos e audiência em locais públicos ou privados, mas também pode ser potencializado por outras manifestações paralelas, no formato de arte e música, por exemplo (AGHA; FAIRLEY; GIBSON, 2012).

Esse misto de sentimentos foi objeto de pesquisa de Kavetsos e Szymanski (2010) que notaram que um sentimento de satisfação com a vida é compartilhado por pessoas que vivem em 12 países da Europa que receberam grandes eventos de futebol, ao fazerem comparações e relações estatísticas entre variáveis como idade, renda, educação, estado civil, desemprego, inflação e crescimento econômico desses países, num intervalo temporal de 30 anos. Como resultados, os autores notaram que, se não existem indicativos reais e percebidos de benefícios econômicos prometidos com os megaeventos, os grupos políticos ainda se beneficiam deles em virtude da satisfação provocada por sediá-los.

Um aspecto desafiador que vem à tona durante a revisão de literatura é a linha tênue, se é que qualquer divisão existe por mais tênue que seja, entre aquilo que se entende por “motivo para” e “impacto da” realização de um megaevento. Em geral, os autores levantam uma vasta literatura que apontam para as possíveis razões de sediar esses eventos, com base em casos anteriores de sucesso econômico, urbano e político, principalmente, ainda que não sejam poucas as obras que lembrem casos de insucesso, questionem metodologias e apontem os riscos detrás dessas ações (HORNE; MANZENREITER, 2006a).

Sob esse entendimento, forma-se um círculo vicioso com o discurso constante acerca da “necessidade” de adaptação da infraestrutura para manter renovada a rede privada de benefícios e realização de investimentos, com o financiamento eminentemente público apesar dos benefícios não serem tão públicos assim (HALL, 2006). Mas, para isso, nas intenções de criação de uma imagem positiva para atrair consumidores, turistas e negócios, vêm imbricados inúmeros problemas sociais relacionados à criminalização da pobreza, à negação de determinados preceitos em direitos sociais e à comercialização do espaço urbano, geralmente práticas cujas justificativas estão travestidas em propostas de segurança dos espaços para os futuros negócios (ANDREWS; SILK, 2012).

Nesse sentido, parece não existir a possibilidade de diferenciar a causa, a motivação, da consequência, do impacto gerado. Na ênfase do “pré” e do “pós” evento, pouca importância tem sido dada ao “durante”, ao evento em si. Embora ele seja a matriz propulsora de uma complexa cadeia, torna-se instigante a falta de atenção sobre os eventos propriamente ditos, não só pela academia, mas talvez por uma série de outros agentes relacionados. Nessa lacuna,

poucos argumentos nos auxiliam a compreender uma pergunta que, teoricamente, seria simples de responder: por que os Jogos Olímpicos são capazes de mobilizar tudo aquilo que mobilizam?

Não teria nenhuma novidade dizer que essa resposta é composta por múltiplos elementos, inclusive econômicos, urbanos, políticos e sociais, mas parece-nos essencial entender as especificidades do esporte nesse contexto. Para Lenskyj (2000), a retórica do espírito olímpico e do puro atleta diferencia os Jogos Olímpicos de outros megaeventos e megaprojetos, pois tem um apelo simbólico baseado em ideais constituídos por mais de um século que, supostamente, transcendem a comercialização que embasa a oferta de outros eventos de grande magnitude.

Em concordância com esta autora, temos como intenção no próximo subcapítulo abordar algumas das características dos Jogos Olímpicos, assim como a do próprio esporte, que merecem uma revisão e análise para posteriormente aproximar ao caso específico aqui investigado.

3.3 JOGOS OLÍMPICOS: O ENCONTRO ARISTOCRÁTICO SE TORNOU “MEGA”

Como todas as tradições, o movimento olímpico é uma mistura de adoção, adaptação e invenção. O movimento olímpico nunca foi livre dos efeitos dos poderes econômicos e políticos (TOMLINSON; WHANNEL, 1984, p. V, tradução nossa)¹⁹.

Os Jogos Olímpicos são eventos de congregam competições de várias modalidades esportivas e que atualmente aglutinam atletas provenientes de 204 Comitês Olímpicos Nacionais. Sua primeira edição aconteceu em 1896 e desde então vem se repetindo a cada quatro anos, com exceção dos anos de 1916, 1940 e 1944 quando a primeira e a segunda guerras mundiais suspenderam sua realização (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014b).

As cidades que sediam os Jogos Olímpicos sediam também os Jogos Paralímpicos. Embora organizado por uma instituição diferente do COI, o Comitê Paralímpico Internacional, o evento é realizado em seguida aos Jogos Olímpicos, utilizando parte da estrutura física e logística do anterior. Sua realização na mesma cidade-sede ocorreu em Roma 1960 e Tóquio 1964 e, depois de 5 edições realizado em separado, desde Seul 1988 voltou a ser sediado na

¹⁹ Do original em inglês: “*Like all traditions, the Olympic movement is a mixture of adoption, adaptation and invention, and the Olympic movement was never free from the effects of economic and political power*”.

mesma cidade. Essas instituições organizam ainda seus eventos de inverno. No caso dos Jogos Olímpicos, esses eram sediados no mesmo ano que os de verão de 1924 até 1992 e em algumas ocasiões (1924, 1932 e 1936) foram sediados no mesmo país. Após 1992, passou a ser organizado dois anos após os Jogos de verão, também num intervalo de quatro anos (ver apêndice C).

Assim sendo, o período de quatro anos, entre a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, é chamado de Olimpíada ou ciclo olímpico. No ano um, seguinte a uma edição, acontece a votação para a sede dos Jogos de verão. No ano dois, são realizados os Jogos de inverno. No ano três, há a eleição da cidade-sede dos Jogos de inverno. E no ano quatro são realizados os Jogos Olímpicos de verão, que finalizam o ciclo olímpico. Sendo assim, o evento no Rio de Janeiro em 2016 é o 28º Jogos Olímpicos de verão da 31ª Olimpíada, já que três edições deixaram de ser realizadas durante as guerras mundiais. Para exemplificar, a linha do tempo no quadro abaixo aponta a ocorrência dos principais fatos nos dois ciclos olímpicos do qual a eleição e realização do Rio de Janeiro ocupará.

QUADRO 4 – FATOS OCORRIDOS DURANTE OS CICLOS OLÍMPICOS DE ELEIÇÃO E REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS NO RIO DE JANEIRO 2016

Olimpíada	Ano	Fato
30	2009	Eleição para sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão 2016
	2010	Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno em Vancouver
	2011	Eleição para sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno 2018
	2012	Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão em Londres
31	2013	Eleição para sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão 2020
	2014	Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno em Sochi
	2015	Eleição para sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno 2022
	2016	Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão no Rio de Janeiro

FONTE: International Olympic Committee (2013b); International Paralympic Committee (2013).

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

No quadro, é possível identificar que o sistema de escolha entre as cidades que almejam sediar os Jogos Olímpicos acontece com sete anos de antecedência à realização. Esse padrão foi adotado na década de 1990 e outras regulamentações foram colocadas em prática, como a votação final da sede após outras fases prévias de seleção, conforme critérios pré-estabelecidos. O estabelecimento desses critérios e o posterior desenvolvimento de tecnologias (metodologias e *softwares*) para avaliação das candidaturas (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE,

2008b) pode ser interpretado como uma tentativa de incorporar critérios legítimos e dirimir a desconfiança que vinha sendo levantada pela eleição das sedes, com destaque para os Jogos de inverno em Salt Lake City 2002. Nos anos de 1998-1999, uma comissão do COI indicou que a candidatura dessa cidade presenteou membros votantes com presentes e outros tipos de privilégios que eram proibidos totalizando aproximadamente US\$ 440 mil (PERSSON, 2002).

Apesar de algumas modificações, o sistema de eleição se mantém essencialmente como sendo votação a partir da apresentação de candidaturas, que devem cumprir determinados pré-requisitos, por parte dos Comitês Olímpicos Nacionais. Entretanto, a qualidade no cumprimento de tais critérios pode não ser decisiva para a votação, já porque ela é feita pelos membros do COI e não por critérios mais objetivos de viabilidade dos projetos apresentados. Outras mudanças se deram na perspectiva de aceitação das candidaturas. Até a década de 1950, diversas cidades estadunidenses concorriam para sediar uma mesma edição e um mesmo continente recebia o evento por duas edições consecutivas. Se para a votação do evento de 1960 o COI estabeleceu como regulamentação que somente uma cidade por país poderia ser candidata, a alternância entre continentes não é institucionalizada, mas se mostra como uma tradição que pode influenciar a escolha. Isso porque desde Helsinki 1952, nenhum continente sediou o evento por duas vezes consecutivas (ver apêndice D).

Embora alguns critérios quantitativos explícitos tenham sido adotados e outras ações passíveis de atos corruptos foram proibidas, formas questionáveis, porém menos evidentes, de conquista de votos têm sido colocadas em prática. Maennig e Zimbalist (2012) ilustram essa situação ao descrever que Pequim construiu dez estádios em países africanos antes de sua eleição para 2008 e Londres teria usado estratégia semelhante ao alocar recursos para auxiliar países no seu desenvolvimento esportivo durante o período de candidatura para 2012. Com esses exemplos, os autores entendem que sem esse *lobby* é muito improvável que uma cidade consiga ser eleita. Essa informação coloca em xeque as tentativas de uma avaliação objetiva das cidades candidatas, cuja eleição se consolida como um processo pouco transparente e de inúmeras variáveis a serem consideradas.

A existência de critérios mais ou menos explícitos demonstra que não existe uma evidência definitiva sobre porque uma cidade se candidatou ou venceu a eleição. O sistema de votação fechada praticamente impossibilita que saibamos quais membros votaram em quais cidades e suas razões para isso (BOOTH, 2011). Sem ignorar essa limitação, entendemos ser possível retomar os discursos que legitimaram as candidaturas e as escolhas em diálogo com os contextos mais globais (institucionais e políticos) que auxiliam nessa explicação. Esse é o principal propósito deste subcapítulo.

A análise desses eventos indica diversas características pontuais e singulares, mas, ao mesmo tempo, é possível traçar algumas similaridades consonantes às suas realidades históricas temporais. Nesse sentido, para compreender sua história, o exame de determinadas características que sejam prioritárias ou motivo de atenção do pesquisador permite distintas propostas de periodização. Por exemplo, Lucas (1980) aponta para sete fases, com base em momentos mais detalhados de crescimento e crise em sua história temporal até o que se apresentava no início dos anos 1980. Ao revisarem o histórico do desenvolvimento urbano através dos Jogos Olímpicos, Chalkley e Essex (1999) e Liao e Pitts (2006) entendem que existem quatro fases diferentes sobre o que o evento mobilizava em relação às mudanças de infraestrutura nas cidades sede. Já Rubio (2010b) propõe igualmente quatro fases, porém com datação distinta, pois enfatiza aspectos internos e externos que de alguma forma influenciaram a dinâmica sob a qual o evento e o próprio movimento olímpico eram regidos. A autora elege como fases: fase de estabelecimento (entre 1896 e 1912), fase de afirmação (1920-1936), fase de conflito (1948-1984) e fase profissional (1988 ao presente).

Isso denota que diferentes periodizações poderiam ser aplicadas conforme distintos critérios, tais como presidentes no poder, inserção de novos países como membros, adoção de diferentes tecnologias de transmissão, evolução econômica de patrocínios, variedade de países, atletas ou público, e assim por diante.

Partindo da proposta desta pesquisa, entendemos como necessária a retrospectiva sobre algumas das características dos Jogos Olímpicos para compreender as mudanças sobre o processo de candidatura e eleição. Porém, esse processo não é hermético, já que existe uma tênue relação entre as motivações para candidatura e como os Jogos Olímpicos são idealizados (ou ideologizados), politizados, midiaticizados, privatizados e internacionalizados (CAREY; MASON; MISENER, 2011; HILLER, 2000; HILLER; WANNER, 2011; ROWE, 2012; WHITSON, 2004; XING et al., 2008). Sendo assim, esses fatores são articulados às características intrínsecas do processo institucional de candidatura e escolha das cidades-sedes pelo COI para perceber suas possíveis continuidades e descontinuidades ao longo da história. Além da indicação de fatores gerais, algumas das edições do evento serão abordadas de forma mais detalhada. Isso porque entendemos que compreender as lógicas sobre como se deu a candidatura e a escolha de sedes geograficamente mais distantes (fora do eixo EUA/Canadá e Europa), assim como o fator financeiro e profissional, observados desde os Jogos de Los Angeles 1984, podem dar indícios e subsídios para compreender o caso do Rio de Janeiro.

Assim, na sequência, discutimos quatro fases do movimento olímpico no século XX e XXI semelhante a proposta de Rubio (2010b), incluindo nos períodos uma leitura mais

detalhada das onze edições dos Jogos. Pela nossa leitura, alteramos apenas a posição dos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1984, considerando esta edição na fase profissional e não na fase de conflito como na proposta inicial da autora.

3.3.1 Fase de estabelecimento (1896-1912)

A fase de estabelecimento, conforme nomenclatura e divisão temporal proposta por Rubio (2010b), é o período que inclui os eventos em Atenas 1896, Paris 1900, Saint Louis 1904, Londres 1908 e Estocolmo 1912. Excetuando apenas este último evento, Lucas (1980, p. 45) descreve o período como “a experiência e as tribulações olímpicas”.

Naquele momento, os Jogos Olímpicos ainda não possuíam visibilidade entre um maior número de países e não atraíam a atenção de um número significativo de espectadores. Além disso, os meios de transporte, demorados e custosos, dificultavam o envolvimento de um maior número de participantes internacionais. Esses fatores geravam a insegurança entre possíveis patrocinadores e apoiadores, como governos e outros membros da aristocracia, em que as pretensões com o evento, principalmente por parte de Coubertin, muitas vezes eram incompatíveis com seus orçamentos (LUCAS, 1980). Conforme evidenciamos em subcapítulo anterior, existiam outras tentativas de “reviver” os Jogos Olímpicos antigos, uma concorrência que inicialmente poderia ser vista como não geradora de benefícios sociais e simbólicos.

Outro fator de complicação era o pouco comprometimento de muitos dos membros do COI, entidade que nesse início se mostrava pouco efetiva nos processos gerenciais. Segundo Guttmann (1984) e Lucas (1980), Coubertin posteriormente descreveu esse grupo como dividido entre homens de boa vontade e outros mais ou menos úteis, mas necessários para transferir seus prestígios. Essa informação traz um indício relevante acerca das estratégias de Coubertin, compreendendo que o movimento só teria força se contasse com a participação de pessoas com um *ethos* semelhante ao seu próprio, ainda que não se dedicassem à causa mais ampla.

Quando observamos a composição inicial do COI, é possível identificar a intenção de diversificar a representação de países, mas principalmente agregar pessoas em posições chave de organizações esportivas e do que hoje compreendemos enquanto outros movimentos corporais que tinham força política e social no período. Essas informações podem ser vistas no quadro a seguir.

QUADRO 5 – COMPOSIÇÃO DO COMITÊ INTERNACIONAL PARA OS JOGOS OLÍMPICOS, COM RESPECTIVOS PAÍSES DE ORIGEM E OCUPAÇÃO DOS MEMBROS – 1894

Nome	País de origem	Ocupação
Ernest Callot	França	Foi presidente da União de Sociedades Ginásticas.
Lord Amphyll	Reino Unido	Presidente do Clube de Remo e do Clube Universitário de Barcos de Oxford, como também do Clube de Remo de Londres.
Charles Herbert	Reino Unido	Colaborador do jornal esportivo <i>The Field</i> .
Leonard A. Cuff	Nova Zelândia	Secretário da Associação Atlética Amadora e presidente da Associação Atlética Amadora da Nova Zelândia.
William Milligan Sloane	Estados Unidos	Primeiro secretário da embaixada dos EUA em Berlim, professor de História e Filosofia na Universidade de Princeton e delegado do Clube Atlético de Nova Iorque.
Dr. Zubiaur	Argentina/Estados Unidos	Diplomado em Direito pela Universidade de Buenos Aires, estudava o uso dos exercícios físicos na educação, sendo colaborador na <i>Revue Athlétique</i> .
Jiri Guth-Jarkovski	Atual República Checa/França	Professor na França, envolvido com estudos sobre o sistema francês de educação.
Férenc Kémény	Hungria/França	Diplomado na Faculdade de Letras e Ciências, diretor da Escola Moderna de Eger na Hungria e membro do Escritório internacional e permanente para a paz.
General Butovskij	Rússia	Ligado ao ensino militar, seu papel foi secundário e agregado pela aliança entre França e Rússia.
Victor Gustav Balck	Suécia	Comandante na marinha mercante e militar, professor no instituto central de ginástica de Estocolmo, fez parte da fundação de clubes e federações.
Duque de Andria-Carafa	Itália	Atleta e membro do parlamento italiano. Substituiu Lucchesi-Palli, delegado da Federação de Ginástica Italiana e vice-cônsul em Paris.

FONTE: Clastres (2004), tradução nossa.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Por esse quadro, é possível identificar a presença de figuras tipicamente aristocráticas, relacionadas ou não ao esporte. Com representantes de atividades corporais característicos da época, como a ginástica, instituições militares e escolares, bem como organizações esportivas, dava-se um tom internacional, ainda que restrito, ao movimento que se iniciava. Por vezes, a participação desses membros se dava mais pela relação pessoal com Coubertin do que efetivamente o envolvimento em sua causa (CLASTRES, 2004).

Apesar do relativo descrédito inicial, houveram disputas para a futura sede dos Jogos. Após Atenas 1896, os gregos pretendiam manter esta cidade como sede fixa, pois os Jogos Olímpicos eram um projeto político relacionado a sua identidade nacional e uma ferramenta que poderia ser útil nas intenções de reavivar seu prestígio histórico e mítico especialmente entre as elites europeias (CLASTRES, 2004). Outros grupos intentavam levar os jogos para os Estados Unidos, entre os franceses haviam os que preferiam a sede em Londres e Coubertin

buscando levar o evento para Paris. Posteriormente, os apontamentos do congresso em Sorbonne de 1894 foram mantidos, indicando que Paris em 1900 e uma cidade americana em 1904 seriam as sedes seguintes (LUCAS, 1980).

As diferenças culturais sobre as práticas esportivas “modernas” ainda provocavam problemas para a organização dos eventos, assim como predomínio de determinados países sobre outros conforme suas tradições esportivas (LUCAS, 1980). Em reunião após os Jogos Olímpicos em Paris 1900, a pressão pela unificação das regras entre os países foi deixada a cargo das federações nacionais dos diferentes esportes, que eram incentivadas a criar federações internacionais para o estabelecimento desses parâmetros (GUTTMANN, 1984). Lucas (1980) aponta que nesse período inicial raras mudanças eram promovidas pelo COI, mas que seu trabalho estava essencialmente em delinear as características e funções mais básicas que garantissem sua sobrevivência.

As três primeiras edições são entendidas como de menor escala e baixo efeito sobre os aspectos urbanos das cidades-sede (CHALKLEY; ESSEX, 1999). Apesar da reforma do estádio olímpico, patrocinado por um rico negociante com apego às tradições gregas, e apoio da família real em Atenas 1896, muitas das competições eram realizadas em espaços não exclusivos. Em Paris e St. Louis, os eventos foram organizados em conjunto com feiras internacionais, relação que teria gerado interferência não somente no quesito espaço-organizacional, mas também nos fatores políticos, ameaçando a continuidade do projeto olímpico de Coubertin (GUTTMANN, 1984; LUCAS, 1980).

A partir de Londres 1908 as sedes passaram a construir uma infraestrutura esportiva mínima para receber o evento (CHALKLEY; ESSEX, 1999), possibilitada pelo apoio político, simbólico e financeiro, sendo esse fator especialmente percebido para os Jogos Olímpicos em Estocolmo 1912 (LUCAS, 1980). Processos organizacionais mínimos passaram a ser incorporados, já que para atender à crescente demanda das necessidades esportivas, novos contornos logísticos eram exigidos em conjunto com as federações internacionais (GUTTMANN, 1984).

Sobre o interesse das cidades para sediarem o evento, nesse primeiro momento havia um baixo número de candidaturas, já que as decisões eram basicamente tomadas pelo pequeno grupo de membros do COI. As vontades de Pierre de Coubertin se mostravam diferenciais, especialmente quando suportadas politicamente por representantes dos possíveis países sede como membros fundadores do COI, como foi o caso da Grécia (Dimetrius Bikelas), França (ele mesmo), Estados Unidos (William Sloane e Henry Gurrer) e Suécia (Viktor Balck) (GUTTMANN, 1984).

3.3.2 Fase de afirmação (1920-1936)

Após a realização dos eventos relativamente bem sucedidos em 1908 e 1912, a I Guerra Mundial fez com que o evento de 1916, previsto para ser sediado em Berlim, fosse cancelado (GUTTMANN, 1984). Apesar disso, outras atividades continuaram sendo colocadas em prática, como a festa de 20 anos do COI, financiada por Coubertin, a transferência da sede do COI de Paris para a Lausanne (Suíça) em 1915, entre outras mobilizações e viagens para divulgar as mensagens do movimento olímpico e agregar novos países (LUCAS, 1980). Com a decisão em 1919 de sediar o evento no ano seguinte na Bélgica, a Alemanha, tida como derrotada na guerra, não foi convidada a participar; o mesmo aconteceu para os Jogos de Paris em 1924 (GUTTMANN, 1984).

Dado esse intervalo do primeiro ciclo olímpico em que não se sediou os Jogos Olímpicos, a fase seguinte é chamada de fase de afirmação, pois é o período entre guerras em que segue o momento inicial de estabelecimento das bases filosóficas e organizacionais do movimento olímpico. Esse período incluiu os eventos na Antuérpia 1920, Paris 1924, Amsterdã 1928, Los Angeles 1932 e Berlim 1936 (RUBIO, 2010b). O conceito de afirmação pode ser entendido ainda com base na necessidade de superar movimentos e eventos de resistência aos Jogos Olímpicos no formato no qual ele se apresentava, como eventos promovidos pela classe trabalhadora, por países comunistas e por mulheres, que no decorrer da história tiveram menor sucesso e continuidade (GUTTMANN, 1984).

Pierre de Coubertin anunciou sua intenção de se retirar da presidência do COI no ano de 1921 e por isso solicitou que o evento fosse sediado em Paris em 1924. Sendo assim, ele esteve na presidência do COI entre 1896 até 1925, quando Henri de Baillet-Latour, membro do primeiro comitê executivo, assumiu a posição e seguiu nela até 1942. A presidência deste iniciou o período de crescimento da instituição COI, já que houve um aumento no número de Comitês Olímpicos Nacionais criados e filiados, assim como de federações internacionais (LUCAS, 1980).

Nesse período, o intervalo de tempo entre as escolhas e a realização dos eventos foi muito variada. A decisão que a Antuérpia sediar o evento de 1920 ocorreu apenas no ano anterior. Para as edições seguintes de 1924 e 1928, Paris e Amsterdã foram escolhidas com intervalos de três e sete anos, respectivamente, sendo que para 1932 a indicação de Los Angeles como forte candidata já teria acontecido onze anos antes. Por sua vez, a eleição de Berlim aconteceu com cinco anos de antecedência (LUCAS, 1980). Apesar dessas irregularidades,

principalmente as duas primeiras edições do período viram um alto número de cidades candidatas (nove para cada edição), tendo uma brusca queda no interesse para 1928 e 1932 (duas e uma candidata, respectivamente) até finalizar o período com quatro candidatas para os Jogos de 1936. O impacto da I Guerra Mundial nos países que compunham o COI seria a principal causa dessas variações.

A decisão no curto prazo, somada a uma série de dificuldades impostas à Bélgica e aos demais países após o período de guerra, fez com que os Jogos Olímpicos na Antuérpia em 1920 tenham sido consideravelmente malsucedidos em comparação aos anteriores. Além da Antuérpia, o evento em Paris também resultou em déficit financeiro. Em Amsterdã, o governo se recusava a cobrir os gastos do evento, que só foi viabilizado através de patrocínio privado de uma empresa nacional. Em Los Angeles, maiores investimentos foram realizados, inclusive na construção da infraestrutura esportiva, com maior visibilidade internacional e divulgação do evento e seus resultados (LUCAS, 1980). Para Berlim, a conjuntura política singular, em que o evento era visto como oportunidade para dar visibilidade às características alemãs de “talento organizacional” e “proeza física” resultou em um investimento financeiro acima do esperado por parte do governo nacional liderado por Adolf Hitler (GUTTMANN, 1984, p. 65).

Apesar do período inicial com inúmeras incertezas gerenciais e financeiras, nos anos 1930 os Jogos Olímpicos já passaram a ser vistos com maior legitimidade para mobilizar o envolvimento político local, ainda que num estágio consideravelmente primitivo quando comparado à situação atual. Ainda assim, as duas últimas edições do período deram força para que o movimento olímpico “sobrevivesse” à II Guerra Mundial e voltasse a ser realizado após seu fim, no final dos anos 1940.

3.3.3 Fase de conflito (1948-1980)

A II Guerra Mundial foi o novo motivo para que os Jogos Olímpicos não fossem realizados nos anos de 1940 e 1944. Apesar do COI advogar contra qualquer tipo de discriminação política, o período posterior à guerra trouxe inúmeras controvérsias na aceitação dos países e no respeito as suas demais regras, em especial ao entendimento sobre o “amadorismo” nos diferentes países (GUTTMANN, 1984). Esse foi o caso da URSS que, apesar de participação nos Jogos de 1908 e 1912, resistiu a participar dos eventos seguintes após a Revolução de 1917, criando um movimento concorrente que visava divulgar o sistema socialista. Após a II Guerra Mundial, entretanto, identificando a possibilidade de demonstrar seu poderio em oposição ao sistema capitalista, a URSS passou a incorporar algumas das

políticas do COI para ter seu Comitê Olímpico Nacional aceito, o que aconteceu em 1951 (RIORDAN, 1988).

Esses problemas iniciais talvez tenham sido pequenos em comparação a tensão política que se seguiu no período. A fase de conflito que caracterizou os Jogos Olímpicos não necessariamente inclui embates físicos, ainda que não seja possível ignorar os atentados terroristas durante o evento de 1972, mas refere-se especialmente à utilização do esporte como um meio simbólico de afirmar ou reforçar poderes entre os blocos socialistas e capitalistas no período entendido como Guerra Fria (RUBIO, 2010b).

Essa fase inclui os eventos em Londres 1948, Helsinkí 1952, Melbourne 1956, Roma 1960, Tóquio 1964, Cidade do México 1968, Munique 1972, Montreal 1976 e Moscou 1980. Ainda que Rubio (2010b) inclua nesse período os Jogos Olímpicos de Los Angeles 1984, entendemos que esta edição tem como singularidade seus aspectos organizacionais que a aproxima da fase seguinte, a profissional, conforme justificamos na sua respectiva seção.

Assim como nas primeiras edições após o fim da I Guerra Mundial, também ao final da segunda observa-se um aumento no número de cidades interessadas em sediar o evento. Enquanto o período anterior terminou com quatro candidatas, esse novo período iniciou com sete candidaturas para as edições de 1948, 1952 e 1960, chegando ao pico de nove para os Jogos de 1956. Embora o entendimento atual sobre os impactos urbanos dos Jogos Olímpicos nos leve a pensar que as cidades se candidataram no período pós-guerra visando um investimento para suas reconstruções, esse raciocínio se mostra equivocado quando recuperamos as análises de Chalkley e Essex (1999). No início dessa fase, as cidades-sede continuaram investindo em instalações esportivas mais pontuais que serviam como referência e marcavam a recepção do evento, porém com menores impactos urbanos em comparação aos níveis mais recentes. Teria sido em Roma 1960 o início da tendência atual em que os Jogos Olímpicos desencadeiam obras e reformulações de maior escala e impacto nas cidades-sede (CHALKLEY; ESSEX, 1999).

Sendo assim, interpretamos que o aumento no número de cidades candidatas logo no período pós-guerra pode ser visto pelo interesse de várias cidades estadunidenses em tentar estabelecer uma posição de superioridade nas diversas esferas culturais, que não ignoravam o esporte. Nas edições dos Jogos Olímpicos iniciais desse período, o número de cidades candidatas europeias foi menor e aquelas que se candidatavam tinham sido menos centrais nos conflitos militares.

Após a regulamentação que cada país poderia apresentar a candidatura de apenas uma cidade, observa-se uma maior diversificação geográfica das candidatas e o retorno dos países europeus. Entretanto, Estados Unidos e Europa perdem a hegemonia como sede dos eventos

neste período, quando Austrália, Japão e México conseguem eleger suas cidades para sede. Assim, aprofundamos as motivações locais de cidades e países, comitês de candidatura e/ou organizadores e do próprio COI para os eventos Melbourne 1956, Tóquio 1964 e Cidade do México 1968.

3.3.3.1 Melbourne 1956: a primeira vez no hemisfério sul

Melbourne foi eleita como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 1956 em reunião do COI em Roma em abril de 1949, vencendo as candidaturas de seis cidades estadunidenses (Detroit, Los Angeles, Minneapolis, Filadélfia, Chicago e San Francisco), Buenos Aires e Cidade do México. Durante a votação, quatro das seis cidades americanas foram eliminadas após a primeira rodada. A partir da segunda rodada, Melbourne e Buenos Aires se mostraram mais fortes na disputa, finalizando com a diferença de apenas um voto (OLYMPIAD..., 1949). Devido às sanções do governo australiano pela entrada de cavalos no país, os eventos olímpicos equestres foram sediados em Estocolmo (Suécia) (SENN, 1999).

A primeira comunicação oficial para o COI sobre a intenção de Melbourne sediar os Jogos Olímpicos aconteceu em 23 de janeiro de 1948, quando já se confirmava o envolvimento e apoio dos três níveis de governo (cidade, estado e país) e de entidades esportivas locais e nacionais (1956 OLYMPIC..., 1948). Um mês depois, um evento com empresários locais e membros da iniciativa privada na prefeitura da cidade foi agendado para apresentar o comitê de candidatura e discutir o planejamento do evento (MEETING..., 1948). No dia seguinte, os projetos de construção de novas instalações esportivas foram apresentados ao COI (OLYMPIC..., 1948), indicando que o evento promovido tinha um caráter mais informativo que de planejamento ou debate.

Pouco tempo depois, o jornal *The Argus* apontou que não se tratava de um “capricho de uma ambição provincial”, mas existiam diversos pontos positivos para a candidatura: a Austrália estava entre os quatro únicos países com participação em todos os Jogos Olímpicos até então, mas era o único que não o havia sediado; o evento nunca tinha sido realizado no hemisfério Sul, nem em domínios britânicos; o clima era favorável; os principais pontos da cidade poderiam ser alcançados caminhando; todos os esportes poderiam acontecer no estado de Victoria; o parlamentarismo em Victoria alcançaria seu centenário em 1956, sendo um motivo de celebração para os Jogos ao serem sediados em um local com “tradição democrática”; e, em geral, a cidade tinha o tamanho e o potencial suficiente para receber as pessoas relacionadas ao evento (AUSTRALIAN..., 1948, p. 2, tradução nossa).

Após a eleição, algumas pessoas foram apontadas como sendo os responsáveis pela campanha bem sucedida. Inicialmente, Sir Raymond Connelly (então prefeito de Melbourne) e Sir Frank Beaurepaire (empresário, ex-atleta e ex-prefeito de Melbourne) teriam iniciado com a ideia da candidatura. Em seguida, apoiaram Arthur Drakeford (ministro para questões aéreas), Arthur Calwell (ministro da imigração) e Ben Chifley (primeiro ministro), com a articulação com o governo federal, assim como Thomas Hollway (governador de Victoria) ao enviar representantes na votação em Roma. A notícia apontava que confrontações políticas foram parcialmente esquecidas na comemoração realizada na prefeitura, porém os depoimentos de membros da oposição indicavam uma posição defensiva, em especial sobre o atraso que os Jogos poderiam causar nas questões de habitação, entre outros projetos, que vinham sendo debatidos na cidade (MELBOURNE..., 1949; OLYMPIAD..., 1949).

Segundo as notícias, o Canadá teria apoiado a candidatura de Melbourne como troca de favores pela votação para os Jogos de inverno (CANADA..., 1949). No mesmo dia da votação dos Jogos de verão, Montreal perdeu para a cidade de Cortina (Itália) por 31 votos a 7 (OLYMPIAD..., 1949). Outro voto que teria sido garantido para Melbourne foi do príncipe da Dinamarca, durante sua visita à cidade em 1948 (PRINCE..., 1948).

Cada voto era importante, já que a mídia australiana colocava que Melbourne e Detroit eram as favoritas, inclusive sendo esse o entendimento do próprio líder da delegação australiana (DECISION..., 1949; DETROIT'S..., 1949). Nenhuma menção sobre o desempenho de Buenos Aires foi feita. Posteriormente, a justificativa para o insucesso de Detroit foi que havia um clima durante o evento que era a “vez dos países menores e do hemisfério sul ter os Jogos”. Conforme a mesma matéria, o sucesso da cidade australiana teria ocorrido porque o país era o único a não ter recebido o evento, tanto entre os quatro que estiveram em todas as edições dos Jogos Olímpicos, quanto na representação dos cinco continentes dos anéis olímpicos (OLYMPIC..., 1949, p. 1, tradução nossa). Os discursos dos representantes australianos seguiram essa linha, ao dizerem que a cidade tinha a estrutura para receber os atletas de avião ou navio, com boas instalações para seus treinamentos e que o país tinha o entusiasmo com o esporte e com o ideal olímpico ratificado pelo apoio dos habitantes à candidatura (OLYMPIAD..., 1949).

Um objeto de constante justificativa se dava em relação às distâncias e ao tempo de viagem para as delegações chegarem ao país, em que se apontava que por avião nenhum país ficaria mais distante que 36 horas (OLYMPIAD..., 1949). Estimulados por uma propaganda da Trans Australia Airlines (TAA), empresa de transporte aéreo, que ocupava aproximadamente um terço da página que noticiava a eleição de Melbourne, verificamos que o governo australiano tomou como seu monopólio as operações aéreas domésticas no ano de 1946. Esse

processo se deu durante o mandato do ministro Arthur Drakeford (HOOPER, 1998), apontado pelo jornal *The Argus* como um dos “responsáveis” pelo sucesso da candidatura. Nessa relação, percebemos que os Jogos Olímpicos promoviam e reforçavam outras políticas e estratégias mais amplas do governo australiano, assim como deram mais visibilidade a partir da eleição como sede. Esse é um ponto a ser considerado para a análise do caso brasileiro, pelo envolvimento político das esferas públicas similar nos dois casos.

O único ponto de tensão evidenciado nas notícias era a discordância entre o governador de Victoria e as entidades esportivas sobre o local em que seria construído o principal estádio, colocando em xeque o financiamento público caso o local não oferecesse um uso futuro durante o período de candidatura (CHOICE..., 1948; GREAT..., 1948; OLYMPIC..., 1948c; OLYMPIC..., 1948d). Essas disputas seguiram após a eleição, resultando em atrasos e no risco de perder o direito de sediar o evento (GUTTMANN, 1984).

Na memória atual do COI, Melbourne é lembrada como os primeiros Jogos no hemisfério sul, com vantagem de apenas um voto para Buenos Aires. Além disso, é recordado que a restrição da entrada de cavalos no país levou à Estocolmo a realização dos eventos hípicas (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012a).

3.3.3.2 Tóquio 1964: a expansão ao continente asiático

A cidade de Tóquio foi eleita sede dos Jogos Olímpicos de 1964, superando as candidaturas de Bruxelas, Viena e Detroit na reunião do COI em 1959 em Munique (Alemanha), alcançando a maioria dos votos na primeira rodada de votação (ASO, 2002; MILLER, 2012). Para o evento de 1960, Tóquio lançou uma candidatura, mas não teve sucesso na submissão, pois Roma foi eleita sede daquele ano (ROSE; SPIEGEL, 2011b). Uma tentativa ainda anterior havia sido feita para o ano de 1940, quando Tóquio sediaria o evento, mas desistiu devido aos gastos com a guerra contra a China e posteriormente o envolvimento na II Guerra Mundial. Os Jogos Olímpicos daquele ano, assim como de 1944, foram cancelados (ASO, 2002; PENROSE, 2012).

A cidade foi a primeira asiática a receber o evento, décadas depois seguida por Seul 1988 e Pequim 2008. Esse ineditismo era o mote da candidatura, semelhante àquele levantado por Melbourne anos antes, em que, nesse caso, o evento não poderia ser considerado verdadeiramente internacional sem ter sido sediado na Ásia (ASO, 2002). Entretanto, a motivação para a candidatura japonesa deve ser relacionada com outros elementos econômicos e políticos.

Na década de 1960, o Japão passava por uma alta taxa de crescimento do seu produto interno bruto (PIB), que chegava a mais de 10% (KIM; VOORHEES, 2011). Nessa linha, o desenvolvimento econômico que vinha sendo alcançado, após as altas perdas causadas pela derrota na II Guerra Mundial, teria sido evidenciado com a realização dos Jogos Olímpicos e sido a oportunidade final de retorno à comunidade internacional (DELISLE, 2009; ESPY, 1981; HOULIHAN; GIULIANOTTI, 2012). Seria a oportunidade de atravessar mais um rito de passagem, da “notoriedade do período de guerra” e da “pobreza pós-guerra”, a superação com uma nova era de riqueza econômica (TAGSOLD, 2010). Além disso, era uma forma de demonstrar a confiabilidade do sistema político do período para o público internacional (MANZENREITER, 2010). O evento era, portanto, tanto a comprovação como o meio para elevar Tóquio ao nível de uma cidade do mundo, assim como Londres, Paris e Nova Iorque (ASO, 2002). Como demonstrado posteriormente para os casos de Seul 1988 e Pequim 2008, respeitadas as devidas particularidades, o exemplo de Tóquio serviu para essas cidades como inspiração para alcançar objetivos semelhantes.

Se formalmente o país havia sido aceito novamente como membro da ONU em 1956, uma forma de assegurar o retorno no plano simbólico teria acontecido através dos Jogos Olímpicos e em outras ações na década de 1970 (SATO, 2010). Assim, a “abertura ao mundo”, colocada como intenção e consequência dos Jogos Olímpicos para suas sedes, deve ser vista em perspectivas mais amplas, já que no caso do Japão ela acontecia também em outras frentes. Em 1964, além de sediar o evento, o país passou a fazer parte do Fundo Monetário Internacional e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ROSE; SPIEGEL, 2011a, 2011b).

Aso (2002) entende que ter Tóquio como sede só era possível porque politicamente havia um acordo entre Japão e Estados Unidos para frear o avanço do comunismo na Ásia. Dessa forma, o sucesso do evento não apenas proporcionaria uma boa imagem da recuperação do país após a II Guerra Mundial, mas também que ele serviria como exemplo que uma democracia capitalista era possível na Ásia. O evento se mostrava como uma oportunidade de passar uma imagem de sociedade “pacífica, democrática e unificada”, tanto para o público externo como interno (ASO, 2002, p. 7, tradução nossa).

Não somente para a candidatura, mas também durante a preparação e o evento em si, sejam nas escolhas dos espaços e na arquitetura das instalações esportivas, no festival artístico relacionado, no filme-documentário produzido posteriormente, entre outras manifestações culturais, as tradições japonesas foram mostradas como partes constituintes da identidade moderna pós-guerra (ASO, 2002; PICCINI, 2012; TRAGANOU, 2008).

De forma semelhante à intenção de Roma com os Jogos Olímpicos de 1960, o caso de Tóquio é colocado como exemplo de cidade que utilizou o evento para promover investimentos em infraestrutura e regeneração urbana (FUSSEY; COAFFEE, 2012; KAVETSOS; SZYMANSKI, 2010). Essa necessidade se dava pela reconstrução às pressas da cidade após a II Guerra Mundial, além do crescimento urbano rápido resultante da industrialização e do desenvolvimento econômico nas décadas de 1950 e 1960 (TAGSOLD, 2010). Aqui é relevante mencionar que o investimento financeiro em infraestrutura de Tóquio foi o maior durante vários anos entre as sedes de Jogos Olímpicos, superando inclusive Barcelona 1992 (BRUNET, 1995), que em geral é concebida como a referência nesse aspecto.

Se havia a intenção de promover uma nova imagem do país, ela foi auxiliada pelo desenvolvimento tecnológico. Com o lançamento do primeiro satélite de comunicação em 1962, os Jogos Olímpicos foram exibidos ao vivo via televisão pela primeira vez, alcançando 39 países (WHANNEL, 2009). Além da visibilidade, a venda de direitos de transmissão para as redes americanas de televisão quase quadruplicou de valor em comparação com Roma 1960, partindo de US\$ 0,39 milhão para US\$ 1,5 milhão em 1964 (HORNE; MANZENREITER, 2006a). Embora esse valor represente menos de 2% do que foi arrecadado com os mesmos direitos de transmissão em Londres 2012, esse dado serve para demonstrar os primeiros passos da relação entre tecnologia e Jogos Olímpicos, assim como a criação ou reforço dos objetivos de visibilidade de cidades e países sede.

Com esse panorama, entendemos que Tóquio e o Japão ofereciam condições mínimas, econômicas e políticas, para que o COI alcançasse um território ainda inexplorado pelo movimento olímpico, ao mesmo tempo em que era uma oportunidade de abertura e conquista geopolítica simbólica para o país. Nesse sentido, o caso de Tóquio 1964 mostra similitudes às hipóteses levantadas para o caso brasileiro, guardadas as devidas proporções e particularidades temporais a serem abordadas posteriormente nesta pesquisa.

No discurso oficial, o COI destaca o caso de Tóquio 1964 como o primeiro sediado na Ásia. A menção da instabilidade política e de paz mundial é tratada como homenagem às vítimas de Hiroshima através do atleta que carregou a chama olímpica no estádio, que servia como um pedido de paz mundial (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012b).

3.3.3.3 Cidade do México 1968: os Jogos para além do “primeiro mundo”

A Cidade do México foi eleita sede dos Jogos Olímpicos de 1968 em reunião do COI realizada em Baden-Baden (Alemanha), em outubro de 1963. Na oportunidade, a capital

mexicana venceu as candidaturas de Buenos Aires, Detroit e Lyon (BREWSTER; BREWSTER, 2006; ZOLOV, 2004). A década de 1960, momento de submissão oficial da candidatura (1962) até a realização do evento propriamente dito, teve um agitado contexto internacional de guerra no Vietnã, intensificação da segregação racial na África do Sul e movimentos raciais nos EUA, crise entre Cuba e EUA, revoltas estudantis em diversos países, assim como rebeliões populares e governos militares na América do Sul, que interferiram diretamente na preparação e realização daquele evento (ARBENA, 2002).

Além de todos esses confrontos, a tensão já acirrada entre EUA e URSS intervinha na votação dos membros dos respectivos países para eleição da sede dos Jogos Olímpicos. Dessa forma, as candidaturas de Detroit e Lyon, considerando que os países eram fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte, não contavam com o apoio dos votantes do bloco socialista, restando como candidatas nesse contexto Cidade do México e Buenos Aires (BREWSTER; BREWSTER, 2006; ZOLOV, 2004). No momento da submissão da candidatura argentina, o país passava por um instável período político, que influenciava o gerenciamento do comitê olímpico local e, por isso, gerava a antipatia do então presidente do COI, Avery Brundage. Talvez pela instabilidade política ou inabilidade em conquistar nem mesmo os países latino-americanos, Buenos Aires recebeu apenas dois votos na reunião em Baden-Baden (TORRES, 2007).

Além desses fatores externos, algumas características internas conjecturaram para a candidatura da Cidade do México. Como em outros países, o fim da II Guerra Mundial marcou o início de um governo de caráter nacionalista, desenvolvimentista e autoritário. A perspectiva nacionalista exaltava uma suposta homogeneidade da população mexicana e sua entrada na era moderna a partir da revolução política e social terminada em 1917 (HARVEY, 2001). Embora ainda fosse visto como um país de “terceiro mundo”, o México alcançava taxas de crescimento anuais de 6 a 7% do PIB, com altos investimentos em infraestrutura e medidas protecionistas ao mercado interno (BREWSTER; BREWSTER, 2006), o que caracterizava a linha desenvolvimentista de governo. Apesar desse desenvolvimento econômico, na perspectiva política o clima era tenso, pois o partido único, que estava no poder, era visto como pseudo-democrático e repressor (HOBBERMAN, 2011). De acordo com Harvey (2001), a tentativa de neutralizar as diferenças étnicas, de classe e de gênero se dava de duas formas: em organizações corporativistas, que, ao invés de representar os diferentes interesses, serviam como pilares para o estado para sustentar a ordem; ou através da repressão de movimentos sociais, que passaram a surgir com mais ênfase nas décadas de 1960 e 1970.

O quadro de então era de crescimento não reconhecido internacionalmente, com impressões externas baseados em estereótipos de subordinação reforçados pela indústria cinematográfica estadunidense. A esperança, então, era hospedar o evento com sucesso, para transformar a imagem negativa de corrupção, ineficiência e desconfiança do país e de seu povo (BREWSTER; BREWSTER, 2009).

Nesse contexto, a tentativa de mudança na imagem do México serve como motivação principal, ratificada pelo entusiasmo pessoal pelo esporte do então presidente Adolfo López Mateos (1958-1964) e incentivada pelo presidente do COI Avery Brundage, que promovia os Jogos Olímpicos como um meio para aumentar o turismo, o investimento externo e o sentimento nacional (ZOLOV, 2004). Assim, a candidatura olímpica apresentou um prospecto mais favorável em comparação àquela que conquistou menos votos que Buenos Aires e Melbourne para os Jogos de 1956. Se nas três edições anteriores o evento foi sediado na Oceania (Melbourne 1956), Europa (Roma 1960) e Ásia (Tóquio 1964), o retorno às Américas se deu, pela primeira vez, em um país diferente dos EUA.

Essa novidade não significou uma exaltação da expansão geopolítica, mas uma série de desconfianças sobre a capacidade de organização do país, assim como sobre seu poderio econômico, tanto pela mídia internacional como por membros do próprio COI. Além disso, a altitude em que se localizava a Cidade do México era vista, na época, como um risco para os atletas, servindo como mais um motivo para críticas à eleição (ZOLOV, 2004). Esse debate teria incentivado o desenvolvimento científico no esporte (KASPEROWSKI, 2009; WRYNN, 2006), em conjunção com uma perspectiva mais racionalizada e estratégica de comercialização, que passaram a ameaçar os preceitos do amadorismo até então reinantes (CHATZIEFSTATHIOU; HENRY, 2012; HEGGIE, 2008).

Seguindo o desenvolvimento tecnológico observado em Tóquio 1964, evento com a primeira transmissão televisiva via satélite, os Jogos Olímpicos de 1968 foram os primeiros a serem transmitidos a cores (PREUSS, 2004). A necessidade de infraestrutura técnica por parte do país sede deu um impulso e foi fundamental para o desenvolvimento das telecomunicações mexicanas na década de 1960 (IBARRA LÓPEZ, 1994). A arrecadação de US\$ 6,4 milhões de dólares com a venda de direitos de transmissão confirmou a tendência de crescimento e, já naquele momento, passou a ditar os horários de realização de competições para atender a audiência estadunidense (ARBENA, 2002). Entretanto, não existem dados oficiais sobre o número de territórios que receberam as transmissões televisivas naquela ocasião.

Apesar da tentativa de mostrar uma imagem diferenciada do país e alcançar um prestígio global (ARBENA, 2002; BREWSTER; BREWSTER, 2006; ZOLOV, 2004), o evento ficou

marcado pelos conflitos políticos que tiveram o evento como cenário, sem necessariamente ser controláveis pelos seus organizadores. São destacadas: a repressão violenta da manifestação de estudantes, no que ficou conhecido como o massacre de Tlatelolco, dez dias antes da abertura dos Jogos Olímpicos (ver PONIATOWSKA, 2007); e o protesto sobre os direitos civis da população negra nos EUA pelos atletas Tommy Smith e John Carlos, durante o pódio e a execução do hino estadunidense na conquista de suas medalhas de ouro e bronze, respectivamente, no atletismo (ver BASS, 2002).

A controvérsia sobre a altitude domina o discurso atual do COI na sua memória ao evento de 1968, em que se salienta a quebra de recordes nos eventos atléticos curtos e a dificuldade do ar rarefeito nos eventos de longa duração. A saudação *black power* é mencionada como um protesto que resultou na expulsão dos atletas pelo Comitê Olímpico dos Estados Unidos (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012c).

3.3.4 Fase profissional (1984-2012)

Nas propostas de periodização, ao falarmos de profissionalização, podemos nos referir tanto aos atletas quanto à organização do evento em si (RUBIO, 2010b). Essa dupla possibilidade não se dá de forma isolada, quando se leva em consideração a crescente influência de visibilidade, mídia e patrocínio, que estimula a profissionalização dos atletas e a constante melhoria do desempenho físico, a ponto de manter o interesse nas superações atléticas.

Esse período se diferencia do anterior porque autores como Horne e Manzenreiter (2006a) veem nos Jogos de Los Angeles 1984 um marco de transição entre a ênfase política para a ênfase econômica, no modelo típico de incorporação do esporte na lógica capitalista de expansão de mercado (GRUNEAU, 1984). Obviamente, tal incorporação não se abstém de elementos políticos, ainda mais se considerando a tentativa de demonstração de poder dos Estados Unidos naquele período, ainda da Guerra Fria. Entretanto, como mostramos posteriormente, a mobilização para esse evento e suas consequências introduzem novas possibilidades para os países e cidades-sedes.

Sob a direção dos presidentes Juan Antonio Samaranch (1980-2001) e Jacques Rogge (2001 até 2013), os Jogos Olímpicos tiveram uma ascendência em diversos aspectos e alcançaram a proporção “mega” em visibilidade e alcance de audiência internacional, assim como nas estruturas e mobilizações necessárias para realização por parte de cidades e países (HORNE; MANZENREITER, 2006a).

Ainda sobre os aspectos financeiros, as novas formas de negociação dos direitos de transmissão do evento, que progressivamente crescia na tecnologia empregada e no alcance internacional, passaram a possibilitar o financiamento de parte dos custos. O segundo elemento fundamental é a direção, cada vez mais concentrada e organizada, do sistema de patrocínio, que atualmente geram recursos financeiros substanciais administrados pelo COI.

Parte dessas características compõe, em essência, os Jogos Olímpicos em seu formato atual. Assim sendo, são revisadas todas as edições dessa fase – Los Angeles 1984, Seul 1988, Barcelona 1992, Atlanta 1996, Sidney 2000, Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012 – para melhor compreendermos de que forma elas se apresentaram em cada caso, antes de entrarmos nas especificidades do caso brasileiro para 2016.

3.3.4.1 Los Angeles 1984: o modelo comercial em evidência

Os Jogos Olímpicos de Los Angeles de 1984 possuem diversas particularidades. A candidatura da cidade surgiu no ano de 1977, numa iniciativa de empresários locais e posterior convencimento dos líderes políticos para receber seu suporte oficial. A confirmação dessa candidatura pelo Comitê Olímpico dos Estados Unidos, em detrimento de Nova Iorque, praticamente decretou Los Angeles como cidade-sede, já que a única cidade concorrente, Teerã, desistiu da candidatura antes da decisão do COI em setembro de 1978 (FINDLING; PALLE, 1996).

O evento seria sediado por três principais motivos: mostrar as atrações da cidade internacionalmente, aumentar as receitas financeiras pela presença de novos visitantes e estabelecer um posicionamento da cidade na história recente. Na candidatura, seus responsáveis apresentavam a intenção de não onerar os habitantes com taxas ou impostos para custear o evento (BURBANK, ANDRONOVICH, HEYING, 2002).

Uma contextualização se faz necessária para aprofundar a singularidade política e econômica daquela ocasião. Na década de 1960, o estado da Califórnia era o mais populoso dos Estados Unidos e sua economia, se fosse a de um país, seria a sétima potência mundial. O governo estadual de Ronald Reagan (1966-1974) iniciou localmente o que caracterizaria sua política econômica na presidência da década de 1980: redução de impostos e do orçamento público como forma de incentivar o crescimento econômico e a livre iniciativa local (COLLINS, 2007). Com essa filosofia político-econômica, a população local votou pela não utilização de recursos públicos para financiar os Jogos (LENSKYJ, 2000). A presença de Reagan na presidência da república não garantiu financiamento federal e a proibição de loterias

no estado da Califórnia, que poderiam ser uma fonte alternativa de recursos, fez com que o financiamento exclusivamente privado fosse definitivo (HILL, 1996).

Com o endividamento de Montreal 1976 na memória recente, o comitê de candidatura de Los Angeles teria convencido o COI a reconsiderar a imposição de garantias financeiras públicas, permitindo assim sua administração totalmente privada (ANDRONOVICH, BURBANK, HEYING, 2001). A segunda negociação se deu em relação aos direitos de transmissão, que seria responsabilidade do comitê organizador e não mais do COI (BURBANK, ANDRONOVICH, HEYING, 2002; HILL, 1996). Esse quadro estrutural anterior do movimento olímpico, aliado à postura mais enérgica e proativa das lideranças privadas, devem ser consideradas nesse inédito processo de barganha (COCHRANE; PECK; TICKELL, 1996; FINDLING; PALLE, 1996; HILL, 1996).

Para garantir o máximo de lucro e o mínimo de despesas, o comitê organizador negociou o patrocínio de grandes empresas e os direitos de transmissão, gerando uma arrecadação recorde em comparação aos eventos anteriores. Os custos foram minimizados pelo uso majoritário de instalações esportivas já existentes, mesmo que dispersas em grandes distâncias territoriais no sul da Califórnia, realizando a construção de apenas três instalações esportivas e poucas obras de infraestrutura ou renovação urbana, além de mobilizar 33 mil voluntários, que substituíam a mão-de-obra contratada (BURBANK, ANDRONOVICH, HEYING, 2002; FINDLING; PALLE, 1996; GOLD; GOLD, 2007; HILL, 1996; SCHERER, 2011; SZYMANSKI, 2011).

Nesse desenho político, administrativo e financeiro, os Jogos Olímpicos de Los Angeles 1984 são considerados um marco de sucesso comercial, com os lucros alcançando entre US\$ 225 milhões e US\$ 232 milhões, de um evento que custou US\$ 500 milhões (BURBANK, ANDRONOVICH, HEYING, 2002; PREUSS, 2004; WHITELEGG, 2000), e que, por essa razão, foi um incentivo para que outras cidades se candidatassem para sediá-lo (GLYNN, 2008; GOLD; GOLD, 2007; TIEN; LO; LIN, 2011).

Embora o caso de Los Angeles tenha sido posteriormente tomado como modelo a ser seguido por outras cidades, ele não necessariamente se repetiu. Ainda que as mobilizações para candidaturas posteriores também tenham se dado a partir de grupos privados, Atlanta 1996 e Salt Lake City (para os Jogos de inverno de 2002) não possuíam as instalações necessárias de nível olímpico e a infraestrutura urbana, exigindo assim recursos financeiros públicos e se tornando menos independentes no processo de tomada de decisões. Mais do que isso, nesses dois casos os Jogos Olímpicos serviam como justificativa para o desenvolvimento de projetos urbanos além dos benefícios simbólicos, o que não era o caso de Los Angeles (ANDRONOVICH, BURBANK, HEYING, 2001).

Nesse sentido, é preciso ponderar que, embora Los Angeles 1984 sirva como *case* de sucesso e constantemente seja recuperado para apontar a possibilidade de lucro que os Jogos Olímpicos podem trazer para a cidade-sede, repetir esse modelo exigiria um cenário com infraestrutura prévia e intencionalidades por parte dos organizadores, principalmente das cidades e países, que atualmente não parece factível. Essa dificuldade é marcante ao levarmos em consideração o aumento do evento em si (número de modalidades e competições – masculino e feminino) e das exigências técnicas das instalações esportivas para o nível de competição olímpico, bem como o retorno do controle pelo COI das negociações de direitos de transmissão e patrocínio, assim como sua exigência sobre a garantia financeira pública para aceitar as candidaturas olímpicas. Assim, o caso de Los Angeles pode ser útil para servir de exemplo de sucesso para o COI, mas é muito improvável que a própria instituição queira abrir mão dos direitos de transmissão e patrocínio, criando condições semelhantes àsquelas de 30 anos atrás.

Sob o ponto de vista político, a menção sobre o boicote de 14 países do bloco soviético se faz presente (FINDLING; PALLE, 1996; HILL, 1996), mas não foram encontradas outras indicações sobre como a Guerra Fria possa ter motivado a candidatura de Los Angeles, especialmente depois de Moscou ter sido eleita para sede de 1980. Naquele período, os Jogos Olímpicos já estavam sendo transmitidos pela televisão para cerca de 100 países, apontando para a possibilidade de seu uso político por parte das sedes. O lucro financeiro e todo o financiamento privado poderiam ser utilizados para evidenciar as potencialidades do capitalismo sob a forma de propaganda norte-americana. Entretanto, a mobilização para a candidatura se deu pela iniciativa privada e não teve o suporte federal esperado caso o propósito fosse esse.

Após o anúncio do boicote pela URSS três meses antes da realização do evento, houve um envolvimento político do governo dos EUA, mas sem provocar alterações, nem no panorama político da Guerra Fria, nem no boicote esportivo e menos ainda no envolvimento financeiro público (HILL, 1996).

Para o COI, o “bom lucro” do evento é o exemplo para o futuro (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012d). O fato de somente Los Angeles ter se candidatado ao evento de 1984, logo após o fracasso financeiro de 1976, é mencionado, no que interpretamos como uma forma sutil utilizada pelo COI em não assumir nenhuma responsabilidade sobre os riscos e custos dos Jogos, mas utilizar os exemplos extremos para afirmar que a gestão que as cidades-sede colocam em prática que justificam o desempenho financeiro das sedes.

3.3.4.2 Seul 1988: o retorno à Ásia

A mobilização sul-coreana para sediar os Jogos Olímpicos de 1988 teria sido iniciada dez anos antes, após o Comitê Olímpico Coreano ter sediado o mundial de tiro. A proximidade de Park Jong-kyue, presidente da Confederação Coreana de Tiro e posteriormente presidente da Associação Esportiva Coreana, com o mexicano Mario Vásquez-Rana teria sido um ponto nevrálgico no aspecto político-esportivo. Com a eleição deste para presidente da Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais, apoiado por Park Jong-kyue, em contrapartida o coreano solicitou auxílio para a candidatura olímpica da Coreia do Sul. Ele entendia que o evento não seria sediado novamente nos Estados Unidos e no Japão, naquele momento possíveis países candidatos, num período de tempo tão curto. Vásquez-Rana respondeu que o Brasil também tinha como intenção sediar o evento, mas que conversaria com o membro brasileiro para esperar uma próxima oportunidade²⁰ (SEH-JIK, 1991, p. 4, tradução nossa).

Antes de oficializar a candidatura, três razões foram apontadas para convencer o presidente da Coreia do Sul, Park Chung-hee sobre o projeto: a experiência japonesa como sede dos Jogos, que teriam sido um ponto de transição econômico, alcançando patamares semelhantes de nações desenvolvidas também em áreas como cultura, sociedade e diplomacia; uma plataforma para contrapor as propagandas negativas que vinham sendo mobilizadas pela Coreia do Norte sobre sua capacidade e estrutura, possibilitando a exposição de uma imagem diferente do país; e, ao alcançar o nível dos países desenvolvidos, reforçar o orgulho e a motivação dos sul-coreanos para efetivamente desejarem o progresso e competirem com as demais nações (SEH-JIK, 1991).

A votação em Baden-Baden (Alemanha) no dia 30 de setembro de 1981 elegeu Seul contra a concorrência de Nagoya, no que é chamado de “o milagre de Baden-Baden” (PARK; LIM; BRETHERTON, 2012), pela descrença dos próprios coreanos em sua candidatura. Para Andrew Jennings (1996), a eleição de Seul se deu através de ações como doação de passagens aéreas de primeira classe para membros do COI, participação de mulheres bonitas no dia da votação e o apoio do então dono da empresa Adidas, Horst Dassler. Sendo a Coreia do Sul a principal fornecedora de produtos para a marca, o país utilizou a influência que Dassler já vinha acumulando com os membros do COI para solicitar votos e, após a escolha da sede, cedeu os direitos de merchandising, licenciamento e patrocínio para a mesma empresa.

²⁰ No livro, o membro brasileiro é referido como “Sr. Padira”, quem acreditamos ser Sylvio de Magalhães Padilha, presidente do COB e representante brasileiro no COI naquele período.

No período de candidatura, a Coreia do Sul vivia em um regime militar e a atenção internacional no país pelos Jogos Olímpicos é apontada como auxiliar para a moderação do comportamento político ditatorial e a adoção de um regime mais democrático (DELISLE, 2009; HOBERMAN, 2011; RANA, 2000). Esse é um mote que atualmente é utilizado pelo COI para apresentar esse evento: “Conceder os Jogos de Verão para a Coreia do Sul proporcionou o ímpeto ao país para adotar a democracia”. Em outro momento, a expressão utilizada é a de que a “Coreia do Sul se tornou democrática para dar as boas-vindas ao mundo nos Jogos de Verão” (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012e, tradução nossa).

Nessa abordagem, Hoberman (2011, pp. 20-21) adverte que esse não foi um cenário planejado pelo COI. Jennings (1996) também vê essas incompatibilidades do movimento olímpico, detalhando as relações entre membros de entidades esportivas da Coreia do Sul com o governo repressivo e em atividades corruptas. Embora os Jogos tenham aumentado a atenção internacional, mobilizações internas em torno de um regime mais aberto economicamente e mais democrático vinham sendo colocado em prática principalmente pelo setor privado, em grande parte responsável pelo crescimento econômico observado na década de 1980 e relativamente independente do Estado, ao mesmo tempo receoso sobre possíveis revoluções comunistas, como ocorreu no país vizinho do norte (RANA, 2000).

Seguida à escolha de Seul como cidade-sede, os problemas com a Coreia do Norte ou se acentuaram ou tiveram ainda mais repercussão. No período, houveram tentativas de mudança de sede e de sediar o evento em conjunto entre 1984 e 1987, além de ataques terroristas promovidos pela Coreia do Norte em diversas ocasiões para atingir as pretensões sul-coreanas frente à comunidade internacional (SEH-JIK, 1991). Embora o autor sul-coreano cite casos desde os primeiros anos após a eleição, no levantamento de casos de terrorismo relacionado aos Jogos Olímpicos, Fussey e Coaffee (2012, p. 272, tradução nossa) somente mencionam o bombardeio de um avião das linhas aéreas coreanas (*Korean Airlines*) em 1987 como sendo “terrorismo financiado pelo estado” em suas análises. Por isso, a preocupação com este caso incentivou que o COI atuasse também como mediador diplomático em ocasiões futuras, além de exigir inúmeras medidas para a segurança dos eventos, com diversas consequências para os países que os sediam (FUSSEY; COAFFEE, 2012).

Apesar desses esforços externos, internamente, na preparação para os Jogos, aproximadamente 720 mil pessoas foram despejadas de suas casas. Foi para essa edição que relatórios e acompanhamentos mais periódicos em relação aos despejos relacionados aos Jogos Olímpicos se iniciaram (HAYES; HORNE, 2011). Algumas revoltas foram registradas nos anos de 1986 e 1987 e eram fortemente reprimidas pela polícia (YU, 2006). Nos dias em que se

realizaram os Jogos em 1988, a literatura aponta para demonstrações de insatisfação por parte de grupos estudantis (COTTRELL; NELSON, 2010; RHEE, 1993), mas o caso foi considerado terrorista. Jennings (1996) entende que o suposto período de paz foi precedido por fortes confrontos com os movimentos sociais internos contra a ditadura, repressão e tortura de grupos pró-democracia, resultando na mobilização de 90 mil tropas durante o evento para aplicar o banimento de demonstrações políticas.

Outras formas de tensão e negociação também se manifestaram sobre participação ou boicote de países do leste europeu, União Soviética e China. Essa tentativa de aproximação não era somente por intenções de promoção da paz ou amizade entre países, como descreveu Seh-Jik (1991), mas também de promover a exportação e conhecimento sobre produtos manufaturados coreanos (PREUSS, 2004; ROSE; SPIEGEL, 2011a). Cottrell e Nelson (2010) mencionam que o dia seguinte à confirmação da participação da União Soviética nos Jogos Olímpicos de 1988 provocou a maior alta da bolsa de valores de Seul até então em sua história. Apesar da presença da União Soviética, outros países então comunistas como Coreia do Norte, Cuba, Etiópia, Nicarágua e Madagascar boicotaram o evento (COTTRELL; NELSON, 2010; INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012e).

3.3.4.3 Barcelona 1992: o trunfo para o “desenvolvimento” urbano

A eleição de Barcelona como sede dos Jogos Olímpicos de 1992 aconteceu no ano de 1986 em Lausanne (Suíça), tendo como concorrentes as cidades de Paris, Brisbane, Belgrado, Birmingham e Amsterdã. Essa edição seria conhecida como o grande caso de desenvolvimento urbano, sendo frequentemente associado ao melhor exemplo da ideia de legado positivo (COAFFEE, 2007; SZYMANSKI, 2011) e que é divulgado como o “modelo Barcelona” de cidade (SAURÍ; PARÉS; DOMENE, 2009).

Sob o ponto de vista político, o período entre o início da candidatura e a realização do evento se caracterizou por uma série de dificuldades. O processo foi diretamente conduzido pela iniciativa pública em três níveis: a cidade de Barcelona, o governo da Catalunha e o governo central da Espanha. Na preparação acontecendo durante o período de retomada da democracia no país, em todos os anos entre 1986 e 1992 (exceto em 1990) foram realizadas eleições para os diferentes níveis de governo. Além disso, não necessariamente existia um alinhamento político entre eles, sendo que a Catalunha tinha uma tendência mais centro-direita enquanto o país e a cidade foram governados pelo partido socialista. Outro aspecto é a peculiaridade daquela região da Espanha, que era bastante diferenciada em elementos

identitários, linguísticos e culturais do resto do país (BOTELLA, 2002). Além disso, a instabilidade política ainda era iminente após a morte do General Franco e o início do regime democrático, com uma tentativa de golpe de estado no ano de 1981 (MOLAS, 1992; SAMARANCH; MARAGALL; ABAD, 2002).

Nessa complexidade, cada um desses níveis de governo possui motivações próprias. Conforme Botella (2002), os Jogos Olímpicos para o governo central se tornaram uma peça do chamado “projeto 1992”, juntamente com a Exposição Universal de Sevilha e com Madri sendo eleita a capital cultural europeia. Esses eventos visavam mostrar a modernização da Espanha para o mundo e a possibilidade dela ter um papel central na Comunidade Europeia, cujo ano de entrada se deu no mesmo ano da eleição para os Jogos Olímpicos (ROSE; SPIEGEL, 2011b). Considerando o alto volume de investimento e a complexidade dos projetos, o governo centralizou o comando dos processos, visando garantir uma homogeneidade e coerência na imagem a ser projetada (BOTELLA, 2002). Apesar dos esforços desse nível de governo, no discurso de encerramento dos Jogos pelo presidente do COI, que embora tenha seguido o protocolo de iniciar agradecendo as inúmeras instituições envolvidas, na última frase repetiu seu agradecimento “a todo o mundo”, à Catalunha e à Barcelona, mas não à Espanha (SAMARANCH, 1995, p. 8, tradução nossa). Considerando o envolvimento político de Samaranch, pode-se confirmar a ideia de Molas (1992) que, embora o projeto dos Jogos Olímpicos não se desligava ou confrontava a Espanha, era essencialmente um projeto de Barcelona e, portanto, um projeto catalão de sua capital.

Esse controle sobre a imagem a ser projetada pelo governo central oferecia um risco à oportunidade de visibilidade que os Jogos Olímpicos poderiam ser de mostrar seus elementos culturais distintivos da cultura catalã. Tendo de um lado a influência do governo central e por outro o poder da cidade, outorgado pelo COI, à Catalunha restou envolver-se na preparação e organização do evento, tanto através de recursos humanos quanto financeiramente (BOTELLA, 2002). Para Hargreaves (2000), Barcelona 1992 é um caso exemplar para melhor compreender a relação iminente, ainda que constantemente negada, entre Olimpismo e nacionalismo, que nesse caso específico toma um formato étnico moderno corroborado e visível internacionalmente.

Para a cidade, os Jogos auxiliariam na propagação de sua imagem, atraindo negócios e tornando-se referência como centro cultural. Os investimentos em áreas estratégicas de infraestrutura cobriam alguns dos déficits provocados pela desindustrialização e encolhimento demográfico. Nessa preparação, houve uma mobilização para buscar o máximo de autonomia dos outros níveis governamentais, assegurando à cidade um papel de destaque na preparação e

nos possíveis méritos advindos com o evento, principalmente ao se diferenciar de Madri e se mostrar como cidade internacional durante a inserção da Espanha na Comunidade Europeia (BOTELLA, 2002; GORDON, 1999). Além disso, não existe uma concordância sobre a realização dos Jogos para as estratégias de urbanização da cidade, interpretadas por alguns como sendo continuidade das décadas anteriores e por outros como ponto de mudança mais progressivo. Assim, os impactos e consequências não devem ser vistos como resultados exclusivos do processo de preparação para os Jogos (MONCLÚS, 2007).

Já o papel do Comitê Olímpico Espanhol nesse processo parece ter sido secundário. Bosch (1992) indica que a relação dessa instituição com o regime de Franco teria sido o fator que impediria uma adesão à candidatura no primeiro momento, mas que posteriormente comporia o comitê organizador. Mas esse envolvimento sequer é citado na maioria dos textos consultados. Mesmo no capítulo intitulado “A participação do Comitê Olímpico Espanhol no sucesso de 1992” de Manuel Llanos (1995, pp. 57-75, tradução nossa), há somente a descrição das ações para alcance de resultados esportivos. Assim, entendemos que a ausência ou pouca divulgação sobre o papel dessa instituição naquele evento seja um reforço no indicativo de que os Jogos de Barcelona 1992 tenham sido primariamente voltados, em sua concepção e organização, para outros motivos que não o esporte.

Ainda no envolvimento não público, destaca-se que 32% do financiamento dos Jogos são provenientes da iniciativa privada – o restante se dividiu aproximadamente em 30% pelo governo central espanhol, 22% pela Catalunha e 15% pela cidade de Barcelona (BRUNET, 1995). Segundo o mesmo autor, os investimentos privados foram em áreas como acomodação, hotéis, centros empresariais e rodovias, advindos de empresas nacionais e internacionais. A vila olímpica foi um projeto particularmente vislumbrado e executado por investidores privados (SCHERER, 2011). A área de localização ótima, em frente ao mar e próxima ao centro histórico, mas antes numa área pós-industrial decadente e inacessível, passa a ser valorizada após a sua renovação para os Jogos e afeta a visão da cidade como um todo, refletindo em benefícios para seus investidores e como área de interesse turístico (MUÑOZ, 2006).

Atualmente o ponto enfatizado pelo COI como sendo o mérito de Barcelona não é o legado estrutural, mas porque após 20 anos não houve boicote de nenhum país (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012f). A abstenção sobre os méritos urbanísticos da sede é passível de hipóteses sobre a relação entre o grupo político de Samaranch com os atuais líderes do COI, já que essa herança positiva poderia ser potencializada e mais bem divulgada pela instituição.

3.3.4.4 Atlanta 1996: novos valores em evidência

O caso de Atlanta 1996 é visto como a edição que evidencia a comercialização dos Jogos Olímpicos (GOLD; GOLD, 2007; JENNINGS, 1996). Essa interpretação é dada principalmente porque aquele ano marcava o centenário dos Jogos Olímpicos modernos, em que se esperava um retorno do evento à cidade de Atenas. Apesar desta cidade também ser candidata, o COI elegeu a estadunidense Atlanta na votação final em Tóquio (Japão) no ano de 1990, por 51 votos a 35 (SPYROPOULOS, 2004).

A mobilização inicial para tornar Atlanta sede dos Jogos teria partido de Billy Payne, ex-jogador de futebol e advogado, que tinha boas relações políticas com importantes pessoas na cidade (JENNINGS, 1996). Nessa mobilização inicial, assim como na consolidação do comitê de candidatura e organizador, a composição foi marcadamente privada (BURBANK; ANDRONOVICH; HEYING, 2002). O envolvimento da iniciativa pública, apesar de não ter sido primordial, foi existente. Nos momentos de candidatura e organização, houve o envolvimento do estado da Geórgia, maior que da prefeitura de Atlanta, assim como o apoio do governo dos Estados Unidos na organização do evento, após a solicitação do presidente do COI em uma reunião com o vice-presidente Al Gore em 1993 (HILL, 1996). Os governos federal e estadual teriam investido US\$ 375 milhões de dólares em infraestrutura relacionada ao evento (POYNTER; ROBERTS, 2009). Ballou e King (2000) apontam ainda o investimento de recursos financeiros do estado do Alabama, que recebeu alguns dos jogos de futebol do torneio olímpico. Como adiantado em nossa exposição do caso de Los Angeles 1984, embora o caso de Atlanta tenha tido uma influência majoritária da iniciativa privada, esta não é exclusiva.

Na descrição feita por Burbank, Andronovich e Heying (2002) e Whitelegg (2000), a iniciativa olímpica não se dá pelo marco simbólico do centenário dos Jogos Olímpicos, mas em um vislumbre anterior de potencializar o crescimento da cidade e sua visibilidade através desse megaevento.

No primeiro ponto, Whitelegg (2000) indica que Atlanta tinha uma relevância econômica e infraestrutura, porém carecia de uma identidade social e cultural mais vibrante, como Nova Iorque e Chicago, por exemplo. Ao buscar desenvolver a indústria do entretenimento, o esporte foi usado como estratégia, especificamente ao atrair equipes que disputassem as principais ligas de futebol americano, basquete e beisebol. Nesse ponto, a motivação para os Jogos Olímpicos se deu essencialmente para criar uma imagem da cidade internacionalmente, dando uma nova roupagem em aspectos para além do econômico, e também localmente quanto à autoconfiança entre a população (WHITELEGG, 2000). A

infraestrutura já existente foi utilizada na fase de candidatura, buscando passar uma imagem positiva da cidade como liderança regional (BURBANK; HEYING; ANDRANOVICH, 2000).

No segundo ponto, a redução dos recursos federais para o desenvolvimento urbano local teve diferentes respostas pelas cidades. As ações basicamente giram em torno do desenvolvimento de infraestrutura para atrair negócios, empréstimos a baixos juros para pequenos negócios e, no momento da candidatura de Atlanta após 1984, um crescimento entre a cooperação com regiões próximas e parcerias público-privadas (BURBANK; ANDRONOVICH; HEYING, 2002). Entre os negócios, está o turismo, em que o esporte está inserido como objeto, tanto através da construção de estádios como em disputas com outras cidades para receber franquias do esporte profissional. Essa competitividade e promoção do turismo se davam essencialmente entre cidades, mais do que entre estados ou em ações promovidas pelo país (JUDD, 1995). No caso de Atlanta, a mobilização se deu partindo das elites locais, cujos membros se caracterizam por suas ocupações, mais do que posições sociais ou tradições familiares, evidenciando as associações por negócios como principal elo das relações sociais. Esses empresários ocupavam cargos em bancos, companhias de seguro, comércio local e nacional, negócios imobiliários, advocacia e mídia (GLYNN, 2008).

Apontadas as características internas, outros aspectos que influenciaram a eleição da cidade-sede estavam relacionados às orientações políticas entre as demais cidades candidatas ao evento de 1996. A linha conservadora do COI e de seu presidente entrava em desacordo com o governo socialista da Grécia, substituído por um partido conservador no ano da eleição dos Jogos Olímpicos (JENNINGS, 1996). A mudança política causou uma série de instabilidades, com protestos, demonstrações e greves por todo o país (SPYROPOULOS, 2004). Em Toronto, pessoas que eram contra a realização do evento haviam se organizado, notadamente no grupo *Bread not circuses* (“Pão, não circo”, na tradução livre). A insatisfação popular era fomentada pela constante crítica da imprensa local, em que a lembrança negativa do impacto econômico de Montreal 1976 se fazia iminente (LENSKYJ, 2000; TUFS, 2004). Esse problema não era enfrentado por Atlanta, cuja candidatura tinha o apoio da mídia local (JENNINGS, 1996) e o apoio da população da Geórgia se manteve alto durante todo o período de preparação para o evento (MIHALIK; SIMONETTA, 1999). Outras candidatas, como Melbourne e Manchester não teriam mostrado candidaturas poderosas que atraíssem os interesses do COI e Belgrado tinha uma situação política interna muito instável (JENNINGS, 1996).

Entretanto, se Atlanta se mostrou como a melhor candidata sobre o ponto de vista político e econômico para o COI, sua eleição não significou um processo de organização dos Jogos sem conflitos. O comitê organizador de Atlanta, o Comitê Olímpico dos Estados Unidos

e o COI não estavam alinhados sobre o acordo de marketing, a distribuição de recursos e o tamanho do evento (HILL, 1996). A existência de legislação dos Estados Unidos que garantia os direitos de uso da marca olímpica pelo Comitê Olímpico dos Estados Unidos naquele território confrontava as intenções do COI, provocando constantes disputas sobre os percentuais que cada uma teria direito sobre os valores negociados (ELCOMBE; WENN, 2011). Nos Jogos de Atlanta essa tensão ganhou novos contornos, porque o interesse em obter esses direitos era substancialmente valorizado por empresas dos Estados Unidos, já que o evento aconteceria no país (BARNEY; WENN; MARTYN, 2000). A centralidade de Atlanta como centro de negócios se evidencia pelo fato que 10 dos 40 patrocinadores dos Jogos de 1996 estavam sediados na cidade (GLYNN, 2008).

Esses embates e as cifras crescentes em torno do evento exacerbaram as críticas sobre sua comercialização. Para o COI, essas questões obviamente são ignoradas, sendo que o discurso atual apresenta os Jogos de 1996 como os primeiros que tiveram representantes de todos os 197 Comitês Olímpicos Nacionais reconhecidos (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012g).

3.3.4.5 Sidney 2000: uma Austrália “multicultural”

A candidatura de Sidney para os Jogos Olímpicos de 2000 foi a terceira tentativa consecutiva de cidades australianas, antecedida por Brisbane para 1992 e Melbourne para 1996 (GARCÍA, 2007). A eleição aconteceu no dia 24 de setembro de 1993, em Monte Carlo (Mônaco) e teve concorrência das cidades de Pequim, Manchester, Berlim e Istambul. A votação teve quatro rodadas, sendo que nas três primeiras Sidney obteve menos votos que Pequim, mas venceu na rodada final pela diferença de dois votos (TOOHEY; VEAL, 2007).

A candidatura pode ser vista como, antes de tudo, uma estratégia de promoção cultural da cidade (SMYTH, 1998; WAITT, 1999). Através dos Jogos Olímpicos, entes públicos mostraram uma mobilização para fins empreendedores, mais do que para um bem-estar social. Essa teria sido uma atitude em resposta à desaceleração da industrialização que vinha sendo enfrentada no país. No caso australiano, esse processo transformou os centros de produção em centros de consumo, utilizando-se do espetáculo como atração; levantou a necessidade de diferenciação pela promoção de uma imagem atrativa para negócios; e mobilizou o investimento em remodelações urbanas (PUNTER, 2005; WAITT, 1999). Nas manifestações públicas relacionadas à candidatura, argumentava-se que os Jogos seriam importantes para firmar Sidney na posição de cidade central da região Ásia-Pacífico e como destino turístico

internacional (WAITT, 2003), sendo uma oportunidade para mostrar as conquistas em diversas áreas como economia, política, diplomacia, ciências, religião e etnicidade (CASHMAN, 2006).

A ideia de consenso e harmonia era repetida nos textos da candidatura e foi reiterada durante todo o processo de organização e realização dos Jogos. Nessa perspectiva, um conceito de pretensa convivência pacífica entre os grupos multiculturais do país era veiculado, ainda que a ausência de conflitos não necessariamente se fazia presente na sociedade, especialmente no que se refere aos direitos e à igualdade entre a população aborígine e branca (GARDINER, 2003; WAITT, 1999; 2003). Embora o programa cultural proposto na candidatura não tenha sido inteiramente colocado em prática por restrições financeiras, o mote multicultural foi aplicado nas cerimônias de abertura e encerramento (HOGAN, 2003), na tentativa de ressaltar esse caráter “único” e “diferencial” alinhado estrategicamente à imagem e ao marketing do local para o público internacional (GARCÍA, 2001, p. 206).

Outro aspecto distintivo, ao qual se credita positivamente o sucesso da candidatura, eram os componentes relacionados ao meio ambiente, principalmente em relação ao design e à construção da vila olímpica (LENSKYJ, 2000). O tema era uma preocupação em pauta no COI na década de 1990, assim como de maneira mais ampla no mundo, em que se destaca a realização do Rio 92 (CASHMAN, 2006). A busca por minimizar os impactos ambientais foi incluída nos Jogos Olímpicos pela primeira vez pela cidade de Lillehammer (Noruega) nos Jogos de inverno de 1992 e incorporado pelo comitê de candidatura de Sidney, alinhado à perspectiva de valorização das belezas naturais do país. As propostas da candidatura teriam o respaldo de organizações ambientalistas, com destaque para o grupo Greenpeace. Entretanto, no decorrer do processo de preparação para o evento, muitas das afirmações sobre qualidade do ar e da água se mostraram questionáveis por estudiosos, por grupos ambientalistas e até mesmo por setores do próprio governo, que denunciavam que não havia um consenso conforme propunham os documentos (BEDER, 1999; WAITT, 1999).

Diversos autores argumentam que a aderência à candidatura por parte dos veículos midiáticos, tanto através da participação direta de seus executivos no comitê organizador quanto como patrocinadores, trazia um tom de apoio incondicional à candidatura. Dessa forma, qualquer visão mais crítica levantada por jornalistas ou estudiosos tinha pouco ou nenhum espaço de divulgação (BOOTH; TATZ, 1994; LENSKYJ, 2000; TOOHEY; TAYLOR, 2012; TOOHEY; VEAL, 2007). Tais discursos assim eram concebidos em razão das instituições que formavam o comitê de candidatura, tecnicamente uma organização privada, mas que contava com diversas figuras do setor público.

Seu orçamento foi proveniente de patrocínios (US\$ 12 milhões) e de recursos federais (US\$ 4 milhões) (TOOHEY; VEAL, 2007). A porção pública era composta por três níveis de governo: o então presidente John Valder; os governadores sucessivamente eleitos por New South Wales, pela comissão estadual de turismo e por ministros e diretores exclusivos para a candidatura que financiariam a maior parcela de da infraestrutura esportiva; e os prefeitos da cidade de Sidney. Do setor privado, a coligação era composta por representantes do Comitê Olímpico Australiano e o representante australiano no COI, além de representantes do setor privado que atuavam nas comissões de comunicação, finanças, construção, esporte e cultura (BOOTH; TATZ, 1994; WAITT, 1999). Brown (2000) destaca ainda o patrocínio de empresas relacionadas ao turismo durante a fase de candidatura, fornecendo serviços como acomodações em hotéis, passagens aéreas, pacotes turísticos e material promocional.

Mesmo com a mobilização para a candidatura sendo dada pelos entes públicos, atitudes democráticas e mais participativas eram esperadas, porém foram inexistentes. Os autores argumentam que as consultas públicas se restringiam a pesquisas de opinião após o lançamento da candidatura, a produção de discursos de consenso e ampla aceitação do evento eram dadas como fato inquestionável, não houve transparência na administração, sendo que a documentação seria mantida em sigilo por 30 anos e as estimativas financeiras são tidas com custos eram subestimados e os benefícios superestimados (BOOTH; TATZ, 1994; WAITT, 1999, 2003). Além disso, Booth e Tatz (1994) indicam que estratégias semelhantes àquelas descritas por Jennings (1996) para Jogos anteriores foram utilizadas pelos oficiais australianos, como oferta de bolsas de estudos para filhos dos membros do COI e atletas de países menos estruturados, tratamento de luxo aos estrangeiros quando em visita ao país e mobilização de australianos como embaixadores da candidatura em diferentes territórios. Algumas dessas denúncias foram levadas adiante e pessoas que ocupavam altos postos no comitê australiano foram investigadas ainda durante o processo de preparação para o evento (WAITT, 2003).

Para Cashman (2006), a preocupação, o envolvimento e o investimento do país era uma resposta à insegurança, em parte causada por resquícios do colonialismo, sobre sua imagem no exterior. Assim, o medo de falhar era o grande motivador para sediar o evento da melhor maneira possível, o que seria posteriormente considerado pelo COI como “excepcionalmente bem organizados” e “a verdadeira celebração dos valores olímpicos e da excelência esportiva”. Além disso, há o destaque à atleta Cathy Freeman que acendeu a tocha olímpica na abertura e “simbolizava o desejo de reconciliação com as populações aborígenes da Austrália” (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012h, tradução nossa).

3.3.4.6 Atenas 2004: volta às origens com novos dilemas

Depois da derrota dos Jogos “centenários” para Atlanta, Atenas voltou a apresentar a candidatura para tornar-se sede dos Jogos Olímpicos do ano de 2004, sendo eleita em setembro de 1997, na cidade de Lausanne (Suíça) (SPYROPOULOS, 2004). Outras dez cidades apresentaram candidaturas para aquele ano: Buenos Aires, Cidade do Cabo, Istambul, Lille, Rio de Janeiro, Roma, San Juan, Sevilha, Estocolmo e São Petersburgo (GOLD, 2007). Após uma primeira análise da comissão técnica do COI, cinco das onze cidades candidatas haviam sido indicadas como possíveis sedes: Atenas, Roma, Estocolmo, Cidade do Cabo e Buenos Aires. Estas duas últimas foram eliminadas na primeira rodada de votação, seguidas por Estocolmo e na rodada final Atenas venceu Roma por 61 votos a 44 (SWART; BOB, 2004).

A sequência de votação reforça que a candidatura das cidades europeias era forte, entre outros motivos, porque as duas edições anteriores tinham sido sediadas fora desse continente. Além disso, Atenas tinha sediado diversos outros grandes eventos, com destaque para o mundial de atletismo em um período muito próximo da eleição (SWART; BOB, 2004) e o livro de candidatura afirmava que a maior parte das estruturas esportivas já estava pronta (GOLD, 2007).

Entretanto, o que é apontado por todos os autores utilizados nessa seção é a conexão dos Jogos Olímpicos com a cultura e a história da Grécia. Embora esse aspecto sirva como uma das justificativas para as candidaturas, naturaliza as razões para o país sediar o evento e, nesse sentido, acaba por restringir as possíveis abordagens e análises mais críticas à ideologia ou à tradição em que os Jogos Olímpicos são construídos e reproduzidos. Uma informação que corrobora esse entendimento tácito é que mais de 90% da população grega considera os Jogos Olímpicos como parte do patrimônio cultural e da identidade nacional, acreditando por isso que o evento deveria ser sediado no país (PANAGIOTOPOULOU, 2009).

A avaliação dos impactos do evento está diretamente relacionada, por um lado, às narrativas sobre o vínculo grego nas raízes e no renascimento dos Jogos Olímpicos na forma moderna e, por outro lado, à tentativa do COI de reestabelecer as conexões ideológicas após o período de comercialização evidenciado nos Jogos de 1996 e os escândalos de corrupção na votação para sede dos Jogos Olímpicos de inverno de 2002, vencida pela cidade de Salt Lake City (EUA) no ano de 1995 (THEODORAKI, 2007; PANAGIOTOPOULOU, 2009). Embora esses dois autores apontem para os escândalos de Salt Lake City, é válido relativizar essa influência, já que as alegações foram tornados públicos em dezembro de 1998 e a partir de então

investigadas (BURBANK; ANDRANOVICH; HEYING, 2002), ou seja, um ano depois da eleição de Atenas.

Internamente, havia uma perspectiva que o evento estava “voltando para casa” (SPYROPOULOS, 2004; THEODORAKI, 2007; TZANELLI, 2003). De fato, a expectativa de que a Grécia era “a casa” dos Jogos Olímpicos tinha sido defendida por representantes no COI, que buscavam convencer seus pares a eliminarem as eleições e fixarem a sede em seu país (SPYROPOULOS, 2004). Na década de 1990, houve uma última tentativa de tornar-se sede do evento de 2008 sem eleição, por premiação direta por tudo que o país representava para o movimento olímpico. Sem sucesso nessas tentativas, Atenas apresentou sua candidatura de forma convencional em janeiro de 1996 (GOLD, 2007).

Embora os discursos identitários e culturais balizassem a candidatura, outras razões mais profundas estavam sendo trabalhadas, em especial ao ver no evento uma oportunidade para mostrar a “modernidade grega” (SPYROPOULOS, 2004; THEODORAKI, 2007; TZANELLI, 2003). A “modernidade”, também enfatizada na candidatura anterior para os Jogos de 1996, pode ser entendida como a tentativa de mostrar uma posição mais ativa em concorrência com outras capitais europeias. No histórico, o país havia passado por um período de crescimento econômico nas décadas de 1960 e 1970 e, no período da segunda candidatura olímpica, havia ingressado na União Europeia (GOLD, 2007). Nas décadas seguintes, presenciou uma intensa migração interna e, a partir do fim dos anos 1980, externa, porém com um crescimento não planejado, acarretando em diversos desafios na gestão urbana, principalmente em Atenas (PANAGIOTOPOULOU, 2009).

Na iniciativa de sediar os Jogos Olímpicos, não se negava a perspectiva dos ganhos econômicos, ao aproveitar que o país estaria no centro das atenções para desenvolver novas oportunidades de negócios para as empresas gregas e para a economia de uma forma mais ampla. Igualmente, mostrava-se um posicionamento geopolítico, senão concorrente com outras capitais do continente, ao menos como centro econômico e cultural da região sudeste europeia de destacado interesse como destino turístico (THEODORAKI, 2007).

Dessa forma, os Jogos Olímpicos modernos poderiam servir para a resolução tanto de problemas mais gerais, como visibilidade e promoção internacional, como específicos, melhorando a infraestrutura e outros problemas urbanos (GOLD, 2007). Theodoraki (2007) e Tzanelli (2003) subsidiam, ainda, a leitura dos Jogos Olímpicos de 2004 com elementos identitários e culturais gregos mais amplos. A identidade grega recente foi construída pela relação entre um helenismo imaginado (em que Atenas era superior e central às demais civilizações antigas) e a relativa negação do período otomano (que teria “orientalizado” o país,

acarretando numa perda da identidade europeia) (TZANELLI, 2003). Nesse contexto, se a Grécia “presenteou” a humanidade com a perspectiva de civilização e com os Jogos Olímpicos, o país esperava que essa relação fosse recíproca (THEODORAKI, 2007; TZANELLI, 2003). Entretanto, essa transferência não seria simples. Se havia o reconhecimento cultural, por parte da comunidade internacional, da Grécia como o local de nascimento dos Jogos Olímpicos, conceder ao país a possibilidade de sediá-lo não garantia o reconhecimento em termos político e econômico (TZANELLI, 2003). Simbolicamente, os valores positivos que buscavam ser promovidos pelos gregos eram de celebração, dimensão humana, patrimônio e participação, que reforçam a retórica sobre seus componentes culturais mais tradicionais (THEODORAKI, 2007).

O COI, ao exaltar o retorno dos Jogos ao seu local de “nascimento” e presença de eventos em locais preservados de 1896, não deixa de enfatizar o tamanho do evento em número de países, eventos e alcance de mídia (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012i).

3.3.4.7 Pequim 2008: novos territórios com velhos dilemas

Na reunião realizada em Moscou (Rússia) em julho de 2001, a cidade de Pequim foi eleita sede dos Jogos Olímpicos de 2008 ao alcançar a maioria dos votos, em concorrência com as cidades finalistas Toronto, Paris, Istambul e Osaka (CLOSE; ASKEW; XIN, 2007), sendo que essas superaram num primeiro momento as candidaturas de Bangkok, Cairo, Havana, Kuala Lumpur e Sevilha (GOLD; GOLD, 2007).

De acordo com Jarvie, Hwang e Brennan (2008), a motivação para a candidatura partiu do governo municipal de Pequim. Para Xu (2006), o esporte é um meio de continuação da política na China. Em especial na década de 1970, os atletas eram “diplomatas culturais” do país, em que eram instruídos a priorizar a diplomacia em face à competição quando participassem de torneios internacionais. Na década seguinte, o controle do esporte centralizado pelo Estado, baseado no modelo soviético, substituiu a noção anterior por uma visão mais elitista e competitiva na sua gestão, assim como na perspectiva de sediar grandes eventos esportivos. Nessa linha, houve a candidatura e realização dos Jogos Asiáticos em 1990, que serviriam de preparação para a candidatura olímpica para os Jogos de 2000.

A candidatura e eleição de Pequim para sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2008 têm sido interpretadas por dois pontos de vista: por um lado, com propostas semelhantes a Tóquio 1964 e Seul 1988, como uma “revelação” internacional de uma potência asiática; e

por outro, como uma demonstração ou legitimação de um sistema político, como observado nos casos de Berlim 1936 e Moscou 1980 (LEEDS; MIRIKITANI; TANG, 2009).

No ponto de vista econômico, o desenvolvimento de Pequim é análogo àquele observado quando Tóquio e Seul se candidataram e/ou sediaram o evento. A média de crescimento do PIB desses países eram maiores que 8% ao ano, sendo que a China chegou a uma média de 9% de crescimento entre 2000 e 2005 (KIM; VOORHEES, 2011). No caso chinês, evidenciar esse crescimento econômico, junto com outras intenções, era a motivação para sediar os Jogos Olímpicos e também a Expo 2010 em Shanghai (LAMBERTI et al., 2011).

Foram os dados econômicos que sustentaram a candidatura, em que os discursos oficiais do governo chinês enfatizavam o estável e relevante crescimento econômico, proporcionando um rápido desenvolvimento e modernização do país (DELISLE, 2009; KIM; VOORHEES, 2011). Embora os Jogos de Pequim tenham sido os mais caros da história, o valor financeiro investido no ano dos Jogos não foi maior que 0,1% do seu PIB de 2008 – isso desconsiderando o fato que os gastos estavam dispersos em sete anos (SZYMANSKI, 2011). Guthman (2008) indica ainda que a China, tendo a maior população e um relevante mercado consumidor, teria atraído a atenção e o *lobby* de patrocinadores para que os Jogos Olímpicos fossem ali sediados. A “abertura de mercado” é válida tanto sob o ponto de vista dos patrocinadores, quando do próprio mercado esportivo e a exploração de novos territórios pelo movimento olímpico (ROWE, 2012), cuja perspectiva de uma manifestação internacional “verdadeira” deveria alcançar territórios do leste global (XU, 2006, p. 96). Embora o evento tenha o envolvimento da iniciativa privada, a grande mobilização do setor público indica que a motivação para negócios não foi chave no processo, mas sim o desenvolvimento ou crescimento da influência de Pequim como uma cidade global (BAIM; MISCH, 2008; LATHAM, 2009).

Nessa iniciativa, a eleição não deve ser vista como um processo isolado de incursão chinesa no contexto internacional, já que no mesmo período houve a admissão da China na Organização Mundial do Comércio e o crescimento na sua participação diplomática e econômica mundial (BAIM; MISCH, 2008; GUTHMAN, 2008; ROSE; SPIEGEL, 2011b; WU; WEBBER, 2004). De maneira similar ao que foi observado nos Jogos Olímpicos de Seul em 1988 em relação à democracia, a expectativa na época da eleição era que o evento poderia trazer melhorias ou até transformar a forma como o governo da China lidava com as questões relacionadas aos direitos humanos e a liberdade de imprensa, ainda que após o evento não tenham sido identificadas melhorias significativas nestes aspectos (GUTHMAN, 2008; HOBERMAN, 2011; ROWE, 2012).

Esse tema emergiu como uma resposta às críticas ao COI por considerar a candidatura e eleição de Pequim desde sua primeira tentativa, para os Jogos do ano 2000, principalmente por parte de países como Austrália, Estados Unidos e Inglaterra. As mensagens indicavam, supostamente, o risco que o país oferecia pela sua capacidade nuclear, o desempenho esportivo “não natural” e, principalmente, a falta de comprometimento do governo chinês com os direitos humanos. O acontecimento que servia como carro chefe para a publicidade negativa teria sido a opressão violenta do direito de manifestação no incidente conhecido como o “massacre de Tiananmen” poucos anos antes da votação do COI (BRADY, 2009; KIM; VOORHEES, 2011). Porém, autores indicam que a divulgação enfática de mensagens negativas sobre o país tinha o suporte de candidaturas concorrentes (BOOTH, 2011; JARVIE; HWANG; BRENNAN, 2008; LENSZYJ, 2002).

A dificuldade de se sobrepor a imagem negativa que arriscava o desenvolvimento econômico e internacional mais amplo do país fez com que o governo chinês tivesse atuado em diversas frentes para promover uma imagem positiva do país de forma mais profissional desde 1990 (WANG, 2003). O gerenciamento de riscos durante os períodos pré, durante e pós Jogos ficou sob a responsabilidade de duas empresas de relações públicas, baseadas em Nova Iorque e Londres (LORD, 2009; WANG, 2003). Essa mobilização foi tomada como um dos três temas que serviriam como pilares do evento: “Jogos verdes, Jogos tecnológicos, Jogos humanísticos”, sendo este último também traduzido como “Jogos das pessoas”, que refletem a estratégia nacional de desenvolvimento científico, sustentável e de sociedade comunista em harmonia (XU, 2006, pp. 104-105).

Para descrever os Jogos de Pequim, o COI evidenciou as instalações esportivas “icônicas e novas”, cenários para a quebra de recordes. Ou na citação direta: “A cerimônia de abertura foi inesquecível; as conquistas dos atletas foram surpreendentes, a organização foi excelente; as instalações de tirar o fôlego e os exames antidoping foram rigorosos” (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012j), sendo a questão do doping, provavelmente, uma resposta às críticas sobre o desempenho “acima do normal” dos atletas chineses por parte da mídia internacional.

3.3.4.8 Londres 2012: no velho mundo, novos discursos

A decisão sobre a cidade-sede para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2012 aconteceu em Singapura no dia 06 de julho de 2005. Após a eliminação de Havana, Istambul, Leipzig e Rio de Janeiro na primeira fase, cinco cidades foram as candidatas finalistas. Com a

progressiva eliminação de Moscou, Nova Iorque e Madri, na votação final Londres venceu Paris por 54 votos a 50 (FUSSEY et al., 2011).

Após sediar os Jogos Olímpicos nos anos de 1908 e 1948 em Londres, o Reino Unido voltou a considerar uma candidatura no final dos anos 1970. Porém, foi o sucesso financeiro dos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984 que incentivou uma disputa maior interna entre as cidades. Em meados dos anos 1980, os insucessos nas candidaturas das cidades de Manchester e Birmingham fizeram com que as lideranças esportivas e políticas na década de 1990 reconhecessem que somente uma candidatura de Londres poderia ter melhores possibilidades de sucesso (FUSSEY et al., 2011; HORNE, 2013; HORNE; WHANNEL, 2012; LEE, 2006).

Estudos de viabilidade passaram a ser desenvolvidos no final da década de 1990. Apesar da desistência do governo britânico em financiar a construção de um estádio de atletismo no ano de 2001 e o ceticismo e crítica que rondavam o governo e a opinião pública (LEE, 2006), a candidatura seguiu e foi apresentada oficialmente pela Associação Olímpica Britânica ao COI no ano de 2003, com as necessárias cartas de suporte do governo britânico e da cidade de Londres (FUSSEY et al., 2011; HORNE; WHANNEL, 2012).

Após Londres ter conquistado uma posição entre as finalistas no processo olímpico, o comitê de candidatura foi liderado pelo ex-atleta olímpico Sebastian Coe, que possuía credibilidade e influência no ambiente esportivo, além de uma passagem bem sucedida no mundo político, acompanhado no comitê de organização por esportistas, empresários, políticos e membros da monarquia internacionalmente reconhecidos (ARGENT, 2012; HORNE; WHANNEL, 2012; TOMLINSON, 2012). Considerando que, de uma maneira geral, essas pessoas atuam com seu status simbólico, o processo decisório ficava a cargo de representantes da Associação Olímpica Britânica, da Autoridade da Grande Londres e do governo (GIRGINOV; PARRY, 2005).

Alguns autores creditam o sucesso da candidatura ao “frenético *lobby* nas 72 horas finais antes da votação do COI” (LEE, 2006, p. 1), em especial por parte do primeiro ministro e de Sebastian Coe (TOMLINSON, 2012). No lado político, este se deu com Tony Blair recebendo membros do COI dois dias antes da votação, quando se reuniu com líderes de países aliados ao Reino Unido, como Kuwait, África do Sul e outros países da Comunidade Britânica (*Commonwealth*) (FUSSEY et al., 2011). A disputa final na votação, entre Londres e Paris, Reino Unido e França, simbolicamente expunha um embate histórico entre as duas nações, que no período se acirrava com discordâncias sobre a guerra no Iraque e questões relacionadas à União Europeia (LEE, 2006).

Sob o ponto de vista local, desde os primeiros estudos de viabilidade, as lideranças políticas locais elegeram a área leste da cidade como o local propício para a construção da infraestrutura olímpica (FUSSEY et al., 2011; HORNE; WHANNEL, 2012). A área já tinha sido estabelecida como prioritária para desenvolvimento no plano estratégico da cidade em 2004, não apenas pelas necessidades de infraestrutura, mas também coincidindo com as políticas étnicas, já que possuía uma população de maioria “não branca” (NEWMAN, 2007, p. 264). Nesse mesmo período de preparação, o COI incluiu a questão dos legados na agenda olímpica, e conseqüentemente como um critério a ser avaliado nas cidades candidatas. Londres incorporou a ideia de “legado olímpico sustentável” como central em sua proposta, juntamente com a regeneração urbana e transporte (KASSENS-NOOR, 2012, p. 87).

Em especial, os dois primeiros pontos, legado olímpico sustentável e regeneração urbana, são apontados publicamente como fatores para o sucesso da candidatura, em que se destacavam os possíveis benefícios do evento com o incentivo para a prática de atividade física e a possibilidade de acelerar o desenvolvimento de uma área mais desprovida de infraestrutura. Essa agenda atendia as expectativas do COI, assim como das políticas sociais mais amplas que vinham sendo promovidas pelo partido de Tony Blair (POYNTER, 2009). Para reforçar essa mensagem, 30 crianças que representavam a “multiculturalidade” londrina e tinham origem na região que receberia os Jogos estiveram presentes em Singapura. Assim, entrelaçavam-se multiculturalidade, juventude e envolvimento através do esporte, e mais especificamente, dos Jogos Olímpicos, em um tom positivo que ofuscava os interesses do movimento olímpico e do comitê de candidatura (BOOTH, 2011; FALCOUS; SILK, 2010; KENNELLY; WATT, 2011).

Assim como evidenciado nos casos de edições anteriores dos Jogos, a mídia teve relevante papel ao legitimar, e também questionar, a candidatura de Londres. Argent (2012) descreve que no período da candidatura, o primeiro ministro britânico Tony Blair facilitava a divulgação de informações através de coletivas de imprensa com correspondentes internacionais, mas não com a mídia doméstica, que tendia à cobertura crítica das ações. Apesar desse posicionamento defensivo no âmbito local, alguns jornais se posicionaram de forma mais favorável, como o *Daily Telegraph* (HORNE; WHANNEL, 2012). O jornal *The Sun*, que possui a maior quantidade de leitores no país, também ecoava o discurso promovido pelo comitê de candidatura, tomando a posição de “ardente defensor” para mobilizar o apoio popular (MACKAY, 2012, p. 418). Para conseguir o apoio da opinião pública, as campanhas de relações públicas foram conduzidas de forma profissional na formação, monitoramento e avaliação dos impactos que a candidatura possuía (GREGORY, 2010). Dessa forma, o comitê atuava de forma

proativa, promovendo campanhas que comunicavam a candidatura e solicitavam o suporte popular através do apelo pelo orgulho nacional e pelo patriotismo (FALCOUS; SILK, 2010).

A centralidade das instalações esportivas no leste de Londres, ao mesmo tempo em que locais tradicionais do tênis, críquete e futebol também receberam eventos é o destaque dado pelo COI no pós-Jogos. Outros fatos relevantes foram os números e tamanho do evento, tanto em área, ingressos, mídia, voluntários, equipamentos esportivos, pessoas em trânsito e refeições, que mereceram o agradecimento pelos jogos “alegres e gloriosos” (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012k). Talvez pela relação temporal mais próxima, a descrição do COI se detém em argumentos mais factuais que em possíveis consequências, como no caso de eventos anteriores. De qualquer maneira, a direção apontada por Londres na valorização do legado, ainda que discursivamente, parece uma tendência para as futuras cidades candidatas e sedes.

4 “NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS”: O BRASIL COM LULA

Após a observação das características específicas do campo esportivo internacional, nesse capítulo apresentamos algumas informações que caracterizam o Brasil em seus elementos sociais, econômicos e geopolíticos mais amplos, como também nas relações políticas do esporte e do esporte olímpico. Para entender o período em pauta, com ênfase no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as discussões propostas devem ser entendidas como resultados de disputas históricas para conquista de posições dominantes nessas diferentes áreas que permeiam o objeto de estudo eleito. Aqui, utilizamos como fontes a literatura específica dessas grandes áreas e os documentos oficiais.

Da perspectiva social, apresentamos algumas análises de cientistas sociais brasileiros sobre a constituição do que entendemos por “brasilidade” e como essa construção social está impregnada na visão dos brasileiros e estrangeiros, sendo remetida na apresentação da imagem do Brasil candidato a sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Entretanto, entendemos que somente a “brasilidade” não seria argumento suficiente para sustentar a candidatura e a eleição. Assim, apresenta-se a perspectiva internacional de posicionamento do país, cujos índices econômicos, principalmente a partir dos anos 2000, trazem um crescimento relevante e compatível para um país com intenção de sediar os Jogos Olímpicos dentro de sua conformação atual de um megaevento. Nesse ponto, abordamos como a colocação do Brasil como potência econômica emergente influenciou suas atividades no sistema internacional e em suas estratégias de política externa durante o governo Lula, bem como a inserção do esporte neste contexto.

A terceira parte deste capítulo discute a posição do esporte, voltada para as performances no cenário internacional, notadamente através dos Jogos Olímpicos, presente na política brasileira. Ao invés de uma discussão sobre políticas públicas, como se poderia esperar, nossa proposta é argumentar sobre a política no sentido mais amplo, colocada em prática por instituições públicas e organizações esportivas privadas. Essa abordagem parte da reflexão sobre a constituição do campo esportivo no Brasil a partir das rupturas que o tornam interesse e objeto de ação estatal.

Em resumo, este capítulo propõe a leitura de três variáveis – social, política e esportiva – na perspectiva brasileira que está ligada à estratégia nacional de submissão da candidatura olímpica. Em sendo um projeto do “país” para o “mundo”, entendemos que essas variáveis auxiliam para a compreensão de parte do problema de pesquisa proposto.

4.1 “PAIXÃO, CRIATIVIDADE, ALEGRIA”: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA BRASILIDADE E DA MODERNIDADE BRASILEIRA

Para além dos interesses e possíveis vantagens políticas e econômicas em sediar megaeventos esportivos, precisamos nos perguntar como os grandes investimentos financeiros públicos recebem a legitimação de uma parcela significativa da população para serem efetivados. Também pelas estratégias discursivas, que não necessariamente reproduzem dados concretos, esse convencimento se concretiza quando convencidos e convencedores tem crenças comuns – a *doxa*, na conceituação de Bourdieu. No território nacional, nada mais iminente enquanto *doxa* do que a chamada “identidade nacional”, entre outros dispositivos simbólicos que compõem o *habitus* dos brasileiros em seu autorreconhecimento e sentimento de pertencimento a essa nação. Obviamente esse elemento não é exclusivo do Brasil, mas se reproduz a partir de características próprias em nós mesmos. Dessa maneira, visualizamos a possibilidade de observar como um ponto de vista dominante, tornado universal, sobre “quem somos” está traduzido na identificação com a candidatura ou ainda no sentimento de “vitória” com a eleição do Rio de Janeiro.

Nos próximos parágrafos, demonstramos como o processo constitutivo da chamada identidade nacional brasileira e seu caráter mítico, como argumentam o sociólogo Jessé Souza (2011) e a filósofa Marilena Chauí (2010), subsidia o olhar da representação simbólica do país, conforme se viu na concorrência bem-sucedida pelos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, ao mesmo tempo em que se busca a difusão de uma imagem de suposta modernidade brasileira (TAVOLARO, 2005), em superação ao estabelecimento agrário e explorado, que tipicamente povoa o imaginário internacional (e, repetidas vezes, também o nacional) quando em referência aos territórios antes colonizados.

Sobre o entendimento de qual é a posição do Brasil no mundo, em especial sobre as características que nos “definem” – longe da pretensão de resolver essa contenda sociológica nacional, um dos temas magnos do pensamento social brasileiro que atravessa as diferentes “famílias” ou tradições intelectuais (BRANDÃO, 2005; MAIA, 2009; TAVOLARO, 2005, 2011) – entendemos que a existência desse dilema, por si, pode ser auxiliar na compreensão de alguns dos enigmas – ou na tentativa de sua atenuação – que se apresentam ao tentar caracterizar e exhibir o nacional para o internacional, numa situação tal qual a candidatura aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Abordar esses “dramas nacionais” se torna o desafio dos próximos subitens.

4.1.1 O Brasil se descobrindo: de Cabral aos dias atuais

Iniciamos essas reflexões pelo chamado “mito fundador brasileiro”. Para Marilena Chauí (2010, p. 9), “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quando mais parece outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. A noção de fundação impõe ao passado a ideia de uma origem e, por isso, se mantém por toda a história, muitas vezes suprimindo a observação da realidade para além daquele imaginário construído e que se repete frequentemente.

No caso brasileiro, a ideia que o país foi “descoberto” por Pedro Álvares Cabral é o mito fundador, que oculta a invenção ou a construção histórica e cultural surgida a partir dali. Para a autora, três elementos suportam esse mito: a natureza (que serve tanto para a lógica de expansão comercial portuguesa através da exploração de bens naturais, mas também representando mitos do paraíso em terras distantes²¹), a história (no sentido da “dádiva” da natureza proporcionada por Deus) e o Estado (o poder, transcendental, dado em centralidade ao monarca por direito “natural”) (CHAUÍ, 2010). É interessante perceber que existe um paradoxo sobre o sentimento de “descoberta” do Brasil, quando esse tema é recorrente nos estudos da história brasileira, mas, por outro lado, o dia 22 de abril não é considerado um feriado nacional (embora dia 21 do mesmo mês o seja, pela morte de Tiradentes). De forma institucional pública, essa “comemoração” foi recuperada e tornada objeto comercial no ano de 2000 quando o então governo, em conjunto com outras instituições sociais como a mídia e entes privados, promoveu os “500 anos” do Brasil, com exaltação da composição étnica brasileira tornada unidade nacional e referência quase exclusiva à importância dos portugueses na colonização que justificam o marco zero para a contagem da “idade” do país (SILVA, K., 2003), reforçando esse mito que aqui iniciamos a descrição.

Jessé Souza desenvolve uma leitura crítica semelhante – do ponto de vista da análise de elementos que foram historicamente captados e resistem na constituição da identidade nacional – ao apontar autores e teses que auxiliaram nessa construção e as lógicas que ainda permanecem presentes nas produções acadêmicas e no senso comum. Talvez o primeiro ponto de questionamento seja sobre como as ideias circulam a ponto de algumas delas se perpetuarem

²¹ Diferente das referências escolares, que apontam o nome Brasil à cor de brasa da madeira do pau-brasil, Chauí (2010) indica que tradições fenícias e irlandesas indicavam, ao oeste das terras conhecidas na Idade Média, ilhas com o nome de *Braaz* e *Hy Brazil*, sendo que mapas do século XIV e XV incluem nomes como *Insulla de Brazil*. Por esse motivo, a primeira riqueza mercantil encontrada nessas terras teria recebido o nome de pau-do-Brasil.

entre as gerações. Mesmo que as pessoas não tenham lido os autores de referência em suas fontes originais, percebemos que algumas supostas explicações de intelectuais sobre o mundo ou sobre como as coisas funcionam são repetidas por pessoas comuns. Esses casos são explicados a partir da percepção que tais ideias vão ao encontro de interesses, materiais ou em ideais, e que por isso causam sua reverberação (SOUZA, 2011). Podemos pensar, ainda, com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que, ao descrever a perenidade da obra “Casa Grande e Senzala” do ensaísta Gilberto Freyre em apresentação da edição do ano de 2003, afirma: “Trata-se de uma simplificação formal que caracteriza por intermédio de oposições simples, quase sempre binárias, um processo complexo” (CARDOSO, 2003, p. 23). Na facilitação que certos argumentos proporcionam, ao explicar de forma simplificada o complexo, podemos perceber a força que algumas esclarecimentos passam a ter. Essa dinâmica pode ser vista em vários “valores ocidentais” ou explicações mais locais, mas é especialmente a respeito da consciência e explicação sobre si mesmo que nos é útil perceber como nós, brasileiros, construímos a nós mesmos.

Especialmente ao defender a existência do “mito da brasilidade”, Jessé Souza (2011, p. 30) argumenta que sua noção se baseia no entendimento de mito como imaginário social, ou seja, “como um conjunto de interpretações e de ideias que permitem compreender o sentido e a especificidade de determinada experiência histórica coletiva”. Na discussão identitária nacional, aquilo que é representado como coletivo precisa ter conexão íntima com os sentimentos pessoais, individuais, para que seja efetivo. Historicamente, é a partir da independência de Portugal que a construção da identidade nacional brasileira se torna mais contingente, para manter a unidade de um vasto território, não só pelo monopólio da força física, mas especialmente pela identificação através de laços simbólicos para “convencimento” sobre a utilidade do projeto superior de nação (SOUZA, 2011). Invariavelmente, a construção da nação (essencialmente pelo sentimento de pertencimento de um povo a um determinado território) perpassa pela constituição simbólica de discursos que unificam e incluem as pessoas em um todo homogêneo identificável nas comunidades, num processo que não se restringe às ex-colônias, pelo contrário, são comuns também aos Estados europeus (SOUZA, K., 2003).

Porque a percepção da identidade individual perpassa os pressupostos da identidade nacional construída, há uma tendência à crença que uma significativa parte de nossas características foram moldadas a partir do nosso histórico de nação colonial. Mais do que ser colônia, o fato dos portugueses terem sido os “descobridores” e terem buscado os recursos de maneira exploradora, e não outros povos europeus que buscassem construir suas vidas em novo

território, com base no trabalho árduo, teria sido um fator decisivo para os problemas que hoje se apresentam e por não sermos como os países desenvolvidos (SOUZA, 2006).

Destarte, por vezes, falar em Brasil é se referir a um país que está “atrasado”, em que as relações se baseiam no personalismo da pré-modernidade colonial que ainda não rompeu com suas raízes arcaicas, rurais, das relações semelhantes à família patriarcal. Nesses discursos, a justificativa dos problemas atuais está no passado, na ideia de que conhecemos nossos problemas, mas sempre foi assim e por isso não há solução. Essas leituras se equivocam ao não considerar o longo prazo, por ignorar as rupturas e transformações dessas lógicas no decorrer do século XIX e XX nas diversas instituições sociais – como o Estado e a própria família – ainda que de forma diferente das transformações ocorridas especialmente na Europa. Outro ponto de equívoco se dá na tentativa de tentar deixar singular, como se fosse apenas no Brasil, aquilo que é comum em diferentes sociedades, porque fruto do próprio processo de modernização. É particularmente marcante a demonização do Estado (local magno de corrupção e incompetência) e a divinização do mercado (ambiente exclusivo de virtudes), uma falsa dicotomia criada pelo liberalismo economicista que pretensamente combate nosso “mal de origem”, mas no fundo apenas favorece a atenuação de desigualdades sociais (SOUZA, 2011).

Sem termos a pretensão de nos aprofundar no debate sobre “construção” de identidade(s), apresentamos uma interpretação sobre esse processo dada pelo teórico cultural e sociólogo Stuart Hall (2000), que encontra significativo espaço e reverberação acadêmica. O autor defende que tal construção só ocorre a partir da diferença, ou seja, somente pela exclusão do que não é, ou ainda, da percepção do que falta, que são formadas as identidades. Na sua consecução simbólica, num processo histórico suscetível a mudanças, essa é a linha percebida na tentativa de explicar ou entender o Brasil, de formar ou compreender a si através da diferenciação de outras sociedades. Invariavelmente, essa estratégia leva a adotar um posicionamento de tentar destacar a singularidade brasileira especialmente naquilo que nos diferencia de países “centrais”, geralmente tomados como referência pela sua eminência econômica, política e cultural em determinados momentos históricos (TAVOLARO, 2005). Mais ainda, essa diferenciação costuma tomar como referência os Estados Unidos e a Europa e raramente os países mais próximos geograficamente na América do Sul (SOUZA, 2011).

Momento importante nessa jornada foram as décadas entre 1920 e 1940, quando uma série de pensadores – num período anterior à institucionalização das Ciências Sociais – expuseram interpretações que provocam influência ainda percebida na produção atual. Embora essas obras sejam chamadas com frequência de “ensaísmo de interpretação do Brasil”, não se

trata de uma agenda organizada numa unidade consciente, mas às obras são atribuídas analiticamente relações posteriores em que se entrelaçam questões comuns, sem com isso dever-se ignorar as diferenças entre elas. De fato, essas obras apresentam um arcabouço de interpretações disponíveis para se pensar o presente, mas que não devem ser vistas como respostas ou realidades anacrônicas (BOTELHO, 2010).

Algumas dessas interpretações superam as barreiras do que se entende por científico, quando continuam servindo como referências obrigatórias por inspirarem a leitura de fenômenos atuais, seja porque há um caráter cíclico nos dilemas nacionais, ou ainda pela necessidade de retomar os trajetos já percorridos. Sem necessariamente uniformizar o diferente, é pela análise do pensamento social no decorrer das décadas que se encontram alguns “estilos” que se mantêm presentes com o passar do tempo e sobrevivem às imposições da ciência tida como legítima, estabelecendo ou iluminando problemáticas que permanecem atuais (BRANDÃO, 2005).

Em especial, para nosso interesse, essas análises nos servem para refletir na continuidade de interpretações e seus usos ao representar o país para a audiência internacional. Sem necessariamente poder prever suas origens, é na perenidade desses discursos que encontramos pontos de identificação e de referência sobre aquilo que se mobiliza para caracterizar o “ser brasileiro” e o “Brasil” em determinadas circunstâncias.

A natureza teria sido o primeiro elemento de referência que indica um aspecto positivo ao Brasil, cuja exuberância seria motivo de orgulho e singularidade, servindo como metáfora para a grandeza no porvir (SOUZA, 2011). A diversidade de flora e fauna, o tamanho do território, das florestas e dos rios, sem que seja afetado por catástrofes naturais, frutifica a ideia que o país é uma “dádiva divina” (CHAUÍ, 2010).

Embora admitindo que o tema não necessariamente seja central na obra de Gilberto Freyre, que reconhecidamente avança na literatura de sua época retirando o peso do determinismo biológico na análise social, o sociólogo Sergio Tavolaro (2011, p. 230) identifica pontos de inflexão, ou em suas palavras “laços epistemológicos indisfarçáveis” com correntes do gênero, na sua construção. Em especial, Tavolaro (2011) identifica que, em Freyre, o meio com frequência surge como peculiar e condicionante na relação da sociedade brasileira com a natureza. Com exemplos das obras, vemos que a noção de “excesso” da natureza é, com maior ou menor objetividade, transposta ao comportamento do brasileiro, irracional e encantado, que difere da referência ou do padrão racional e disciplinado de outras sociedades. Em linha semelhante, o antropólogo Roberto DaMatta também indicaria que a relação da sociedade brasileira com a natureza é singular, pois a despeito das riquezas naturais que chamariam para

uma relação harmoniosa da sociedade, a postura desta foi predatória, escapando a uma relação que deveria ser racionalizada para duração e uso prudente (TAVOLATO, 2011).

Ao buscar argumentos para além das belezas naturais, o historiador Sérgio Buarque de Holanda ([1936] 1995) em “Raízes do Brasil” – título que já traz como indicativo sua interpretação baseada na “descoberta” portuguesa como o ponto de origem para compreender o país e seu povo – busca traçar uma tese crítica sobre o perfil do povo brasileiro. Nessa lógica, existe uma contraposição entre os ibéricos personalistas, de impulso afetivo, e outros povos de culturas mais impessoais que valorizam as instituições e as regras. O autor estende a esse princípio as relações com o trabalho, baseada em camaradagem e acesso ao recurso mais fácil versus o respeito às instituições e o esforço como fonte de recursos, e ao Estado, cuja ênfase na afetividade e aversão às relações impessoais dificultam a modernização nas sociedades urbanas. Com esse embasamento, o autor descreve como se instala na rotina estatal brasileira a noção patrimonialista, ou seja, a noção que é baseada nas relações pessoais e oposta ao “verdadeiro” Estado burocrático, distanciado da afetividade para atender aos interesses jurídicos e impessoais.

Foi a partir dessa leitura que surge a utilização do conceito “homem cordial”, que foi emprestada do escritor Ribeiro Couto para se referir ao “fundo emotivo extremamente rico e transbordante” que baliza as relações sociais e busca a superação de barreiras sociais hierárquicas e rituais (HOLANDA, 1995, p. 147). Diferentemente do que se possa interpretar, a cordialidade não é sinônimo de bondade, pois a mesma cordialidade pode supor amizade ou inimizade. Independentemente de ser positivo ou negativo, o que sustenta o conceito do “homem cordial” é a voga do sentimento nas relações.

Essa leitura é colocada por Holanda como um elemento crítico e nocivo da população brasileira, cujo ideal a ser buscado seria o modelo anglo-saxão de distanciamento em oposição ao sentimentalismo ibérico-brasileiro. O que argumentamos para os propósitos da presente tese é que essa “taxação” é absorvida e instaurada como verdade em ideias-força, cuja apropriação, não necessariamente como aspecto negativo, é continuamente identificada no senso comum e por vezes em situações políticas, conforme identificamos em capítulos posteriores.

Outra relevante interpretação sobre a identidade brasileira que busca superar seu embasamento nas belezas naturais do país é dada por Gilberto Freyre, cuja tese central se baseia na transformação da mestiçagem, característica vista como típica da sociedade brasileira, em orgulho, ao invés de vergonha, como se observava em produções anteriores nas quais a mistura étnica e cultural trazia o que havia de negativo nos diferentes grupos. Ao inverter essa lógica, colocando na diversidade o elemento virtuoso e singular do país, as ideias de Freyre passaram

a ser úteis para incorporação política, em especial nos esforços do período de Getúlio Vargas que a unidade nacional seria útil na mobilização para a reforma do Estado e para alcançar o desenvolvimento – e nesse ponto o futebol foi elemento especialmente útil, conforme discussão do subcapítulo 4.3.

Não só a mestiçagem, mas também as características do povo português sofreriam uma leitura significativamente positiva por Gilberto Freyre, ponto oposto à leitura crítica de Sérgio Buarque de Holanda. Para Freyre, o português não teria resistência ao se misturar com outros grupos populacionais e gerar filhos mestiços, desde antes de sua chegada ao Brasil, porque em sendo um território próximo da Europa e da África e a partir de seu histórico colonizador, teria em sua história constantes relacionamentos com populações locais – ou, na contradição em sua teoria, pela ausência de mulheres brancas nos novos territórios.

Outra característica era a predisposição à mobilidade com adaptação às diferentes regiões, sendo que a movimentação entre colônias de diferentes continentes conforme as necessidades da corte precisavam acontecer dadas as contingências de conhecimento técnico e a baixa população do reino. E, em linha semelhante, a mobilidade vinha acompanhada de uma suposta facilidade de aclimação em climas tropicais, já que as diferenças climáticas não seriam tão significativas como o eram para outros povos colonizadores europeus. Na junção entre a miscibilidade e a mobilidade, a geração de descendentes mestiços facilitaria a aclimação e a adaptabilidade nos trópicos, além de ajudar na solução para o problema da povoação do território (FREYRE, [1933] 2003).

Também teriam novos contornos as análises sobre os negros, em que Freyre desmitificava os estudos científicos da época que buscavam atestar sua inferioridade a partir de determinados critérios, rebatendo que a observação de outras características daria aos brancos a posição inferior – por exemplo, na aproximação dos negros com macacos pelo formato da cabeça, mas cujos lábios e quantidade de pelos seriam mais similares aos brancos (FREYRE, 2003). Essa leitura, entre outras aproximações sobre as contribuições culturais dos negros nos seios familiares, tenta deslocar o olhar biológico para aprofundar a compreensão cultural antropológica sobre a composição do Brasil.

Ao tomar a diversidade étnica como o mérito, ocultavam-se as disputas e conflitos de maneira extrema e hoje reconhecidamente utópica de “democracia racial”, mas que naquele momento eram úteis para o direcionamento do perfil do brasileiro típico dentro de um ideal pacífico e sem preconceitos (SOUZA, 2011). Se essas características são cotidianamente vistas e seletivamente reconhecidas como parte de uma inclinação individual de ver o mundo, o foco nelas e não no seu contrário – preconceitos e conflitos de diferentes tipos – mantém vivos os

mitos nos quais a identidade nacional e sua extensão de identificação individual foram construídas (CHAUÍ, 2010).

Tomando como base esses autores, é possível perceber que uma leitura mais crítica tende a ressaltar elementos em que nossa posição é atrasada – especialmente em economia e política, ou resumido num fenômeno, quanto à “modernidade” – enquanto outros exaltam aspectos pretensamente positivos e únicos – como a natureza e a personalidade afetiva das pessoas. Existe, assim, uma “compensação fantasiosa” de que, na ausência da racionalidade típica das sociedades instrumentais, a afetividade é o diferencial e a característica uniforme para todas as pessoas nascidas no Brasil ou em territórios latino-americanos, sem que qualquer outra distinção social tenha impacto sobre ela (SOUZA, 2006, p. 14).

Nesse sentido, temos o que – supostamente – ninguém mais no mundo tem: belezas, encantadoras e inigualáveis, que transcendem os recursos naturais e alcançam as pessoas, em especial as mulheres, agregando um povo alegre, pacífico, caloroso e sensual em todas as suas “abençoadas” terras. Nota-se que essas características são unânimes, atemporais e transpassam as fronteiras regionais. Levantamos como hipótese a possibilidade que essas construções não foram exclusivamente por parte de brasileiros, mas também pela leitura de viajantes estrangeiros que exaltavam essas características quando em visita ao Brasil, especialmente sobre as comparações entre as Américas e a Europa, frequentemente citados pelas obras de Holanda e Freyre. Hoje, pelo acesso à informação e interpretação de outras realidades, percebemos que esses fatores de distinção não são exclusivos do Brasil, permitindo, ainda mais do que em outros tempos, uma visão crítica desses elementos como explicação única sobre a nossa identidade.

Além disso, podemos ver ainda que a ilusão sobre essa suposta unidade pela diversidade tende a compensar os pontos de vista conflitivos que o brasileiro faz sobre si mesmo, particularmente sobre o seu estágio de desenvolvimento em comparação a outros países do mundo. A respeito dessa noção de desenvolvimento que nos aprofundamos a seguir.

4.1.2 Modernidade à brasileira: o drama periférico

Para Tavolaro (2005), as principais raízes de pensamento sobre como se constitui a modernidade brasileira – ou se é que ela existe – pode partir de duas interpretações: a “sociologia da herança patriarcal-patrimonial” e a “sociologia da dependência”.

A chamada “sociologia da herança patriarcal-patrimonial” tem como principais autores Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta que, embora

apresentem divergências entre si sob determinados aspectos, estão assemelhados ao justificarem os “desvios” brasileiros pela herança patriarcal-patrimonial.

Segundo Holanda, essa herança teria se constituído desde a lógica de relacionamento típica dos portugueses, que buscavam o lucro mais imediatista ao invés da lógica racional de investimentos para ganhos futuros. Já Faoro percebeu uma possibilidade explicativa pela porosidade das relações de poder, que se configuram como relações pessoais. Segundo Freyre, era a forma de utilização do trabalho escravo nos latifúndios que estabelecia relações pessoalizadas para além do modo de produção e, na complementação de DaMatta, também a relação positiva do afeto nas relações pessoais em oposição à insatisfação com as lógicas liberais burguesas estabelecidas nas relações impessoais mais amplas como o trabalho. Nesses autores, apesar das variações sobre quais eram os pontos de origem mais relevantes, a lógica patriarcal típica do período colonial é firmada como *perene*. Nessa leitura, mesmo com as mudanças históricas no decorrer dos séculos, as relações familiares foram instauradas também nos domínios públicos e isso explicaria nosso nível de desenvolvimento (TAVOLARO, 2005, 2009).

A “sociologia da dependência” tem representatividade nos escritos de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. A dependência é evidenciada na comparação com a forma de colonização dos Estados Unidos, em que se percebe naquele território a intenção de criação de um “novo mundo” enquanto o Brasil servia como local de exploração de riquezas naturais, numa constante situação de dependência política com Portugal e em determinadas circunstâncias, econômica com a Inglaterra.

Segundo Prado Júnior, essa condição explicaria a dependência estatal e a dificuldade de desenvolvimento da iniciativa privada no país, vinculando a história à realidade contemporânea. Para Florestan Fernandes, o distanciamento para os modelos econômicos que se instauravam em outros países tidos como modernos também se dava pela forma de produção e no seu impacto nas relações sociais estratificadas, que impediam mudanças sociais. Está também nas diferenças entre esses modelos a explicação das opções que levaram ao modelo de desenvolvimento brasileiro, tendo nas influências do cenário internacional a geração de benefício de outros países que não o nosso, na leitura de Ianni. Sendo por essa dinâmica a implantação da industrialização somente possível com o Estado tomando papel centralizador, mas ainda insuficiente para trazer com a industrialização e a urbanização condições favoráveis aos brasileiros, não se criou o ambiente propício a um Estado democrático como dos demais países tidos como referência, de acordo com Cardoso.

Deste modo, não são as relações patriarcais que explicam nosso “atraso”, mas as situações estruturais que não permitem uma posição diferente ao da dependência e da subordinação no sistema internacional, cabendo ao Estado muitos dos papéis que deveriam ser de outros setores sociais (TAVOLARO, 2005, 2009).

Em comum, as interpretações sobre o Brasil compreendem que o estágio brasileiro é atrasado em relação ao dos “países centrais” – e a própria terminologia indica essa relação de distanciamento entre centro-periferia. Na primeira linhagem, o Brasil estaria numa condição de semi-modernidade enquanto na segunda diz-se de uma modernidade periférica. Como crítica, o autor aponta que, apesar das diferenças, as duas abordagens deslocam os contextos históricos de sua multidimensionalidade em forças independentes, o que denota uma “tonalidade essencialista” transversa a essas teorias ou explicações (TAVOLARO, 2005, p. 6). Afinal, ao tomar um país modelo como padrão, por vezes nem outras sociedades tidas também como centrais apresentariam graus idênticos de compatibilidade (TAVOLARO; TAVOLARO, 2010). Ou, utilizando raciocínio semelhante ao de Guerreiro Ramos e Jessé Souza, a inautenticidade brasileira é tão normativa que não permite nenhuma modificação, sendo seu estado deficitário ininterrupto e sem abertura para mudanças nas diferentes áreas – econômica, política, social e cultural (TAVOLARO, 2011).

Ao mesmo tempo, essas ideias-força se mantêm suportadas por três elementos chave. Primeiro, a partir do entendimento de que não houve uma diferenciação entre Estado, mercado e sociedade civil na sociedade brasileira, cujos papéis e autonomia permitiriam um avanço no processo de modernização. Segundo, a contínua vinculação com valores e códigos tradicionais, especialmente religiosos, permeando o entendimento sobre direitos e deveres na vida social. E terceiro, a falta de distanciamento entre os âmbitos público e privado, que não permitem uma racionalidade estimada na leitura mais legítima sobre modernidade (TAVOLARO, 2009).

Na tentativa de atualizar essas teorias ou inovar nas compreensões, alguns sociólogos contemporâneos apontam contribuições que nos auxiliam a pensar para além dessas lógicas já instauradas inclusive no senso comum. As propostas podem não necessariamente romper totalmente essas lógicas, mas trazem subsídios para analisá-las criticamente e considerar argumentos alternativos àqueles já consolidados em nossas autopercepções.

Jessé Souza propõe o conceito de “modernidade seletiva”, entendendo que em países como o Brasil a modernidade é “deficiente”, seletiva e periférica porque jamais foi realizado aqui um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições sociais das classes inferiores” (SOUZA, 2011, p. 401) – o que, numa leitura crítica, não varia a noção de “desvio”, semelhante às outras propostas (TAVOLARO, 2009).

Já o sociólogo José Maurício Domingues entende que precisamos analisar a modernidade a partir de uma concepção multifacetada, “uma civilização global heterogênea” (DOMINGUES, 2009, p. 202), ou seja, como houve a consolidação de um processo resultante de diferentes forças, por ele chamado de “giros modernizadores”, tanto internos quanto externos, que afetam de diferentes maneiras os países latino-americanos e outros países ditos como centrais conforme a interpretação das subjetividades coletivas. Em especial, o autor salienta o contraditório processo de mobilizações internas para a inclusão democrática de grupos sociais historicamente excluídos, ao mesmo tempo em que, especialmente por conjunturas externas, forças neoliberais tendem à direção contrária deste processo na perspectiva econômica de desenvolvimento nos países da América Latina (DOMINGUES, 2009).

Num olhar semelhante, de ampliação da noção de modernidade com a leitura dos cenários internacionais mais amplos, Renato Ortiz incrementa a variável globalização para sua noção de “modernidade-mundo”, em que existe uma multiplicidade de configurações nos diferentes países, mas há a matriz modernidade, que transpassa as fronteiras nacionais e se efetiva a partir de contrastes e diversidades nos diferentes países (ORTIZ, 2008; TAVOLARO, 2009). Um exemplo do autor auxilia a pensar essa dinâmica, quando argumenta que se Paris poderia ser considerada a “capital do século XIX”, porque condensava o que se entendia por modernidade, isso não é possível no século XXI, porque uma mesma cidade teria que incluir características múltiplas de várias cidades ou dinâmicas internacionais (ORTIZ, 2007, p. 105).

Da contribuição de Tavolaro (2005), ao colocar em xeque a oposição entre centro e periferia na modernidade, já que não existe uma recepção passiva temporalmente posterior da organização da vida de um local de referência, a saída seria perceber nas disputas e competições historicamente empreendidas as formas criadas e sobreviventes que caracterizam a modernização de uma sociedade.

Portanto, podemos perceber que existe uma latente dificuldade em romper totalmente com as referências eurocêntricas, considerando que pode ser indispensável – mesmo que insuficiente – uma leitura comparativa ao se assumir a condição periférica e a colonial para pensar a modernidade. Assim, seria a partir de um olhar sobre os processos periféricos que as unidades de análise se invertem para se pensar criticamente o processo da modernidade global para além das realidades “centrais” (BORTOLUCI, 2013).

Apesar dos esforços teóricos empregados para a superação da visão dualista de periferia e centro, ou de perceber a partir da posição brasileira a inserção em processos mais amplos, existe um reflexo permanente na nossa percepção enquanto condicional à posição de outros,

especialmente como atrasada ou na visão de que no futuro um modelo idealizado de outros países poderá ser alcançado. Aqui, é possível traçar um paralelo com a característica da noção de identidade proposta por Hall, em que se torna necessária a comparação para posicionamento. Essa noção está implícita em Bourdieu quando o autor mobiliza em sua teoria a mútua dependência para coexistência entre diferentes agentes, especialmente comparando entre si os acúmulos de capitais para posicioná-los com graus de maior ou menor poder.

Para o momento e para a contribuição neste texto, percebemos que é nessa noção de desvio que o Brasil se posiciona no mundo, buscando em diferentes referências se auto afirmar, na identidade ou na política, e por vezes tentando superar essa posição periférica. Nesse sentido, o simbolismo da candidatura olímpica e principalmente da “vitória” na eleição do Rio de Janeiro perante países que estariam na condição central dá um peso significativo na superação dessa condição periférica, permitindo – mesmo que provisoriamente no imaginário coletivo – a possibilidade de criar novas referências e utilizá-las politicamente. Essa mobilização olímpica e o ápice da vitória coincidiu com um momento significativo de crescimento econômico e, mesmo que de metodologias contestáveis, diminuição da pobreza no Brasil, cujo conjunto resultou na consolidação política do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para a leitura desse cenário, no próximo subcapítulo abordamos como o Brasil “emergiu” no cenário internacional, salientando as conquistas econômicas e a superação de barreiras políticas institucionais em fóruns multilaterais, capitaneando a representação dos demais países latino-americanos e “em desenvolvimento”, o que deflagrou uma significativa visibilidade global. Abordamos ainda como a política externa se utilizou de diferentes estratégias, inclusive o esporte, para reforçar essas posições no cenário internacional e usar esse “poder brando” como meio de conquistar notoriedade e reconhecimento positivo, indo além dos caracterizadores mais clássicos de poder e de “modernidade”.

4.2 GIGANTE, SÓ PELA PRÓPRIA NATUREZA? O BRASIL EMERGENTE

A percepção que o Brasil tem de si mesmo, de suas necessidades e potencialidades em relação a outros países, ou seja, de sua identidade como nação, forma o substrato conceitual de sua projeção no cenário externo, pautada principalmente no desejo de exercer um papel protagônico. Um território de proporções continentais, com dez vizinhos contíguos, grande população, uma economia diversificada e notável uniformidade cultural e linguística são os diferenciais que conformam este sentimento de identidade, bem como essa expectativa de liderança. (SOUZA, 2002, p. 19)

Propor uma apresentação da situação política de um país é reconhecidamente uma tarefa ousada e invariavelmente sujeita a limitações. Entretanto, não pudemos nos abster dessa tarefa pois entendemos que o envolvimento do Brasil nos megaeventos esportivos é parte de um processo maior, de longo curso, pela busca em se destacar internacionalmente, ao mesmo tempo em que tendo bases econômicas e de sustentação política doméstica – ainda que questionáveis quanto ao *momentum* – para tal empreitada.

O período de análise contempla os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Algumas teses têm sido desenvolvidas sobre respeito o impacto e as mudanças políticas e econômicas que seus oito anos de governo proporcionaram, mas destacamos em especial a do cientista político André Singer (2012), que propõe uma leitura desse momento a partir do que descreve como “lulismo”. Nas palavras do autor:

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – **com destaque para o combate à miséria** – e para a ativação do mercado interno, **sem confronto com o capital**. Isso teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” esboçado no primeiro quadriênio. (SINGER, 2012, p. 13, grifos do autor)

Essa citação resume a argumentação defendida pelo autor que, suportada por dados econômicos, sociais e políticos eleitorais, busca explicar a aproximação e afastamento de grupos sociais, em mudanças manifestadas explicitamente nas eleições de 2002 e 2006, conforme a agenda estratégica político-partidária e circunstâncias políticas mais amplas. Essa agenda teve como destaque as políticas sociais de diminuição da pobreza e da desigualdade, o que aproximou o então presidente às classes mais pobres. Em revés, a chamada crise do “mensalão”, o escândalo político de corrupção que emergiu em 2005, afastou a classe média de Lula e do Partido dos Trabalhadores.

O debate sobre o "lulismo" ainda é pauta na Ciência Política brasileira, mesmo após a saída do presidente Lula do poder em 2010. A tese levantada por André Singer tem sofrido críticas sobre suas análises do eleitorado e sua aproximação conforme o pertencimento de classe (ver por exemplo Rennó e Cabello, 2010 e Boito Júnior, 2013) ou ainda se é possível dizer que o conceito existe (FORNAZIERI, 2012). Há ainda uma leitura que perpassa a força carismática desse líder político com as classes populares (AB’SABER, 2011; SAMUELS, 2004), sendo por

vezes o esporte, principalmente o futebol, uma metáfora em seus discursos que permite uma maior aproximação afetiva com seu eleitorado (MASCARENHAS; SILVA; SANTOS, 2014).

Mais do que subsídios para discutir as movimentações político-partidárias e ideológicas, percebemos na tese de André Singer a possibilidade de leitura das estratégias de crescimento econômico, em especial para acesso ao consumo e aquecimento do mercado interno, ao mesmo tempo em que se manteve a política econômica conservadora, pertinente aos grandes interesses financeiros internacionais. Essa convergência permite atender tanto as demandas para a produção dos megaeventos esportivos, numa economia pulsante de relevante crescimento econômico anual e viabilidade para realizar os grandes investimentos de capital público nas obras, bem como serviria como uma vitrine interessante ao movimento olímpico ao explorar um mercado econômico emergente de riscos reduzidos – ou naquele momento era o cenário conjecturado – com segurança para seus próprios interesses econômicos. Mais ainda, havia a possibilidade de trabalhar a noção de “pobreza”, ainda uma marca internacional do Brasil, para manipular os processos de “desenvolvimento social” através do esporte.

De forma concomitante, talvez como reflexo ou paralelamente às ações para o crescimento econômico, destaca-se a tentativa de posicionamento do país como liderança sul-americana e latino-americana. Como demonstrado na revisão de literatura, sobre sedes anteriores dos Jogos Olímpicos, na maioria dos casos a candidatura se apresentou a partir de uma intenção ou confirmação de governos nacionais que buscavam demarcar sua presença e seu poder como uma liderança regional. Nesse ponto, é fundamental explicitar alguns subsídios para compreender o chamado sistema internacional e os principais fluxos que afetam a posição do Estado brasileiro na primeira década do século XXI para melhor perceber porquê das estratégias de política externa durante o governo Lula e, finalmente, o papel do esporte nesse cenário.

4.2.1 O sistema internacional e a posição do Brasil no século XXI

O sistema internacional pode ser entendido como todas as interações existentes globalmente entre Estados (fundamentado na existência de um território, da sua população e do governo), organizações internacionais (como a ONU, a Organização Mundial do Comércio, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a União Europeia, entre outras) e forças transnacionais (organizações não governamentais, companhias multinacionais ou transnacionais, grupos da sociedade civil e a opinião pública internacional) (PECEQUILO, 2008a).

Embora tenhamos como foco o Estado brasileiro, precisamos considerá-lo como sujeito e ator de interações com as demais instituições que fazem parte do sistema internacional, por isso entender o funcionamento desse sistema se torna fundamental. Por exemplo, nas organizações internacionais que atuam em temas de interesse internacional, como segurança e comércio, são os Estados líderes que têm maior influência nas ações e decisões. Mas quais são os critérios ou qual a base para reconhecimento dessa liderança, a ponto de efetivamente influenciar as decisões? As posições dos Estados são difíceis de precisar, sendo um tema de constante debate acadêmico e político. Por um lado, os poderes militar e econômico podem continuar sendo vistos como definidores de poder, em critérios semelhantes ao da bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos durante a Guerra Fria. Por outro lado, existe uma tendência em valorizar outros aspectos que legitimam essas posições, tais como extensão geográfica de seu poder, capacidade de influência diplomática e autoridade moral (FLEMES, 2010; HURRELL, 2006).

Essas duas formas de acúmulo de poder foram conceituadas pelo cientista político Joseph Nye (2004) como *hard power* (“poder duro”, na tradução livre) e *soft power* (“poder brando”, na tradução livre), cuja terminologia tornou-se amplamente utilizada pela academia e pela política²². Nesse contexto, poder é basicamente a força de um país para provocar influência em outros, para que eles ajam ou façam o que o primeiro deseja. Assim, as formas de influência podem ser através do *hard power* – da coerção e de indução ou pagamentos – ou do *soft power* – da atração. Embora a capacidade de conquista através do *hard power*, pelo poderio militar e econômico, ainda seja uma estratégia comumente vista (pensemos nas intervenções militares em países como Iraque e Irã ou no embargo econômico à Cuba, liderados pelos Estados Unidos), as possibilidades de atração e sedução do *soft power* se mostram como uma estratégia a ser alcançada pelos países na conquista de poder. Mais especificamente, o *soft power* é gerado na combinação de como a cultura, as relações com outros países e as políticas internas são percebidas externamente (NYE, 2008).

Seguindo a linha de argumentação do também cientista político Ernest Wilson (2008), podemos supor que a valorização pela academia do *soft power*, com a tentativa de sua aplicação política, passa a acontecer a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 e na forma como o governo de George W. Bush reagiu, militarmente, aos ataques. Na contraposição entre as políticas de Bush com a do presidente da China no período, Hu Jintao, o autor aponta que os

²² No site da revista *Foreign Policy*, um debate sobre a influência da academia sobre a política traz um infográfico que mostra que Joseph Nye é o autor mais influente, de acordo com os políticos, enquanto seu nome foi o sexto mais citado entre os acadêmicos (DOES THE..., 2014).

chineses tiveram uma direção mais sofisticada e pacífica no uso do seu poder, exigindo uma resposta mais balanceada do governo estadunidense entre o *soft* e o *hard power*. Nessa nova conjuntura, na necessidade de um balanço entre as possibilidades de poder, utiliza-se o termo *smart power* (“poder inteligente”, na tradução livre) na perspectiva de equilibrar as ações de política externa e promover uma posição de liderança para além das estratégias belicosas ou econômicas (WILSON, 2008), em que os Estados Unidos já têm uma posição reconhecidamente hegemônica no cenário internacional (HURRELL, 2006; PECEQUILO, 2008a).

A China é um valioso contraponto para evidenciar as novas ordens que vêm se estabelecendo no sistema internacional na última década. Esse exemplo é bastante útil para mostrar que, entre os países tidos como potências emergentes em que se inclui o Brasil, há uma maior inclinação às estratégias de *soft power* pela distância existente no que se refere ao *hard power* (DAUVERGNE; FARIAS, 2012; FLEMES, 2010). Embora esses dois países não possuam poder suficiente para se aproximarem à superpotência EUA, eles podem ser classificados como “potências regionais de nível II” (junto com México, Índia e Nigéria), devido sua influência regional em uma complexa combinação entre posse de *hard* e *soft power*, ao mesmo tempo em que não alcançam os níveis de desenvolvimento social e tecnológico de potências regionais de nível I, como Japão, França, Alemanha e Reino Unido (PECEQUILO, 2008a).

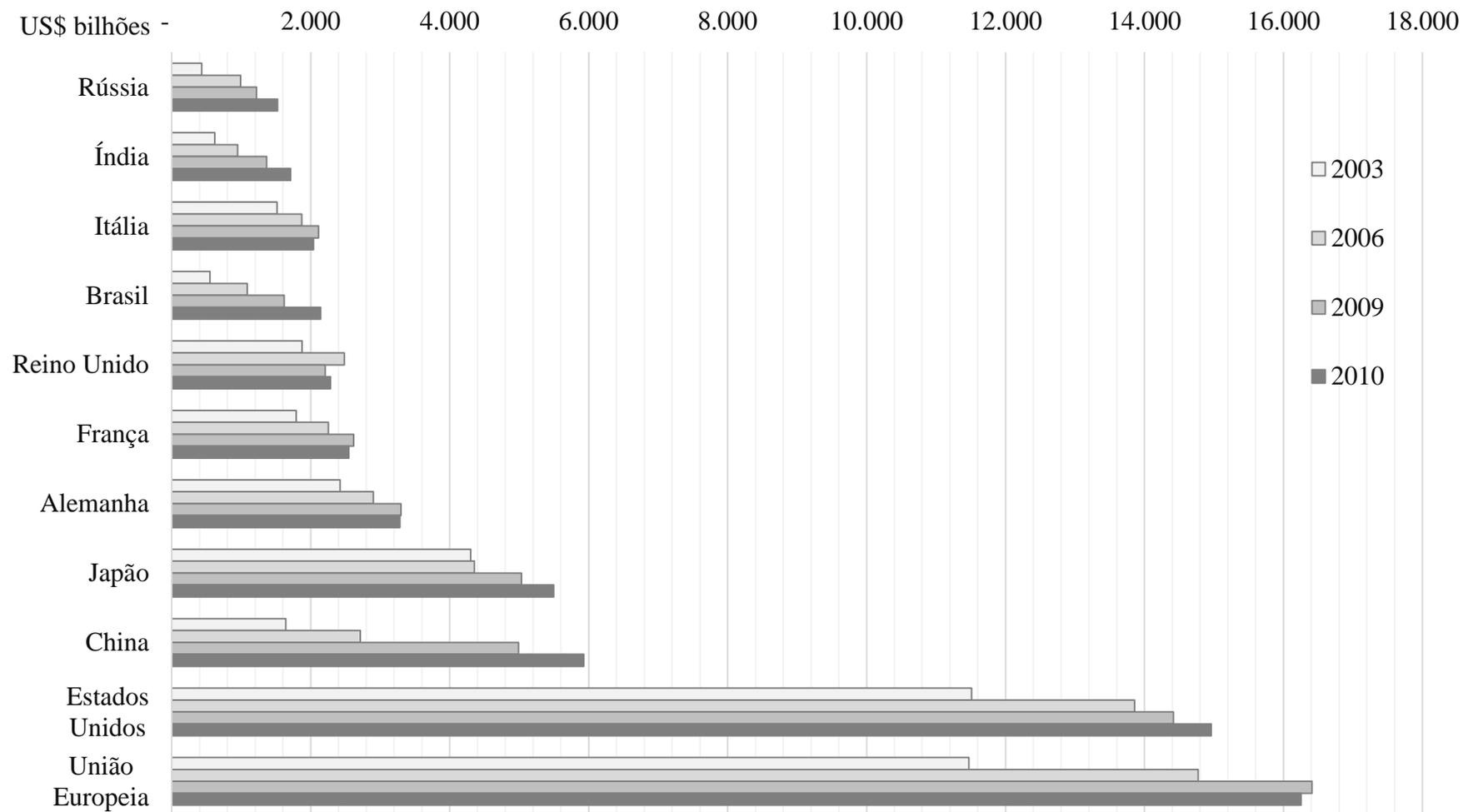
Não existe uma classificação definitiva entre os países, pois há uma grande dificuldade em estabelecer critérios comparativos que sejam precisos e conclusivos. Mas é nítido que o *hard power* ainda tem grande influência no sistema internacional, em especial quando consideramos que os países que buscam interlocução com as potências estabelecidas são aqueles considerados economicamente emergentes. Na previsão traçada no início dos anos 2000 sobre países que ameaçariam a hegemonia do grupo de países mais ricos pelo grupo financeiro Goldman Sachs, lançou-se o acrônimo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – para representar o crescimento na representatividade econômica desses países mundialmente. Com uma participação significativa na produção mundial, cogitava-se a necessidade de que esses países estivessem inseridos nos processos de decisão internacionais (O’NEILL, 2001).

Dois anos depois, o mesmo grupo previa que, para o ano de 2050, os BRICs superariam o poder econômico do chamado G6 – grupo de países mais ricos do mundo naquele período, composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003). Ainda que nem todas as previsões tenham se confirmado, o crescimento econômico desses países, com exceção do Brasil, tem superado as expectativas.

Em 2007, os quatro países representavam 15% do PIB mundial, sendo que o crescimento da China e da Índia foi quase o dobro, na média anual, das estimativas estabelecidas em 2003 (GOLDMAN SACHS, 2007).

Ainda que fora das previsões do Goldman Sachs, tomando por base o PIB, é possível verificar que o crescimento econômico brasileiro foi bastante significativo no período da presidência de Lula. Mesmo que parte desse crescimento deva ser creditado a flutuação do câmbio em relação ao dólar (ALMEIDA, P., 2010) e ao substancial aumento no preço das *commodities* (soja, açúcar, álcool, minério de ferro, etc.) exportadas pelo país (DOMINGUES, 2013; SINGER, 2012), é possível verificar na figura abaixo que o PIB nacional cresceu de US\$ 555 milhões para US\$ 2,1 trilhões entre 2003 e 2010. Nesse intervalo temporal, somente Brasil, China e Rússia viram seu PIB mais que triplicar. Ainda assim, nesta década, Estados Unidos e União Europeia têm uma produção bastante destacada, ainda longe da possibilidade de comparação individual com os BRICs.

FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO PIB DAS PRINCIPAIS POTÊNCIAS ECONÔMICAS MUNDIAIS – 2003-2010



FONTE: Banco Mundial (2012).

NOTA: Figura elaborada pela autora, tradução nossa.

Embora um tema de difícil definição ou fronteiras, pode-se dizer que os principais setores que colaboraram para o significativo crescimento econômico do Brasil foram petróleo, minerais, agricultura e biocombustíveis. Além disso, é notável a expansão das exportações – quase triplicadas de 2003 a 2010 –, a descoberta de locais para exploração de petróleo, a estabilidade financeira e diminuição da dívida externa, o crescimento nos investimentos, o aumento na demanda interna de consumo e o auxílio social aos mais necessitados via políticas de transferência de renda (ONIS, 2008; SINGER, 2012; SOTERO, 2010).

Mesmo com a estimativa de significativo crescimento e ainda maior participação dos BRICs na economia mundial até 2020 (WILSON; KELSON; AHMED, 2010), o despontamento já existente serviu para que esses países buscassem um maior protagonismo no cenário internacional, especialmente no que se refere a uma participação política mais ativa nos fóruns de organizações intergovernamentais, o que os une nas intenções políticas para além das questões econômicas (HURRELL, 2006). Tais organizações alcançaram relevante importância no século XX, pois foram idealizadas com o princípio de servirem para intermediar as relações entre os Estados, apoiando os menores e moderando a influência dos maiores. Apesar de iniciativas e ações bem sucedidas para esse fim, inúmeros desafios se mantêm, como a maior representatividade dos países fundadores, que não contemplam potências emergentes ou países menores, ou ainda os casos em que os Estados não cumprem os tratados internacionais e tomam decisões que privilegiam sua própria posição. Essas limitações ainda não minaram a importância e a legitimidade dessas organizações, que ainda são o principal foro de relacionamento entre os Estados (PECEQUILO, 2008a).

Apresentadas essas informações, percebemos que o sistema internacional é composto por diversos atores – superpotências, potências de nível I e II, organizações internacionais intergovernamentais e demais Estados menores – que podem ser objeto de maior ou menor prioridade de envolvimento dos países em suas estratégias de política externa. No caso do Brasil, a aceitação de que o poder se dividia conforme a distribuição de capital e trabalho gerou a perspectiva de não buscar combater ou mudar essa lógica, mas se adaptar à ela nas oportunidades de amoldamento através da interação política (SPEKTOR, 2014).

Apesar das diferentes tradições diplomáticas dos governos e suas prioridades para relacionamento entre esses atores, ao longo dos últimos 50 anos no Brasil tem se buscado um objetivo comum: a busca pelo desenvolvimento econômico e destaque internacional, tentando manter certo grau de autonomia política (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), quadro que se manteve durante o governo Lula.

4.2.2 A política externa brasileira nos anos Lula (2003-2010)

Com o fim da Guerra Fria e do estabelecimento dos EUA como superpotência, o início da década de 1990 foi marcada pela tentativa do Brasil em se alinhar com esse país no eixo bilateral-hemisférico, vendo nessa relação a possibilidade de proporcionar maior crescimento econômico e modernização. Nessa prioridade, o país tentava se adequar às novas lógicas no sistema internacional, que incluíam a incorporação de reformas de tendências neoliberais encabeçadas pelos EUA (como privatização, distanciamento do Estado nas questões econômicas, abertura política e econômica e desregulamentação da economia), na expectativa de receber em troca auxílios financeiros e reconhecimento político – o que pouco ocorreu (PECEQUILO, 2008b).

Mas essa direção não foi a única adotada naquele momento pelo governo Collor (1990-1992), seguida por Itamar Franco (1992-1994) e posteriormente por Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Como a cientista política Cristina Pecequilo (2008b) também salienta, nesse período já havia uma movimentação para que o país se integrasse ao sistema internacional sem perder sua autonomia (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003), percebendo as tendências da globalização e sua influência para uma lógica global-multilateral. Nela, esteve efetivado o tratado de união alfandegária através do Mercado Comum do Sul (Mercosul), entre outras ações bilaterais com a Argentina, visando fortalecer a região e o país. Apesar dessas iniciativas parecerem resistentes à influência dos EUA, de fato elas estavam alinhadas ao seu programa neoliberal, ainda que as ações de áreas de comércio deste país com a América do Sul não tenham se efetivado (PECEQUILO, 2008b).

Ao realizar uma análise de conteúdo comparativa entre os discursos oficiais da presidência Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, Vilela e Neiva (2011) apontam que percentualmente o presidente FHC utilizou mais expressões relacionadas à Europa e à América do Sul, enquanto Lula – apesar de citar a América do Sul com frequência – apresentou um equilíbrio maior entre as outras regiões, com destaque para África, que recebeu mais menções que a Europa. Nas citações sobre os Estados Unidos, enquanto FHC teve um tom favorável ao país em quase 45% das menções (sendo em aproximadamente 40% delas neutro), Lula mostrou neutralidade em aproximadamente 55% das situações, com cerca de 3 pontos percentuais mais desfavorável que favorável. Esses dados quantitativos, com base na análise de conteúdo dos discursos, apresentam semelhanças às análises qualitativas dos outros autores mencionados.

Em resumo, desde a década de 1990 o Brasil busca alcançar uma posição de destaque no cenário internacional, pela manutenção de boas relações com os EUA e com os demais países do hemisfério Norte, mas fortalecendo as relações com outros países da América do Sul e, numa tentativa de alcançar a liderança regional, mediar os diálogos com as demais potências internacionais. Durante o governo Lula, a agenda se manteve muito semelhante em seus objetivos finais, mas as ações foram diferenciadas em suas táticas, em parte pelo próprio contexto internacional que se modificou (PECEQUILO, 2008b; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; VISENTINI; SILVA, 2010).

Para identificar as interpretações dadas para a agenda da política externa brasileira, utilizamos como referência dois textos de Celso Amorim, que exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante os dois mandatos do governo Lula e também no governo de Itamar Franco (1993-1994) (AMORIM, 2010). Tais produções nos auxiliam na compreensão dos pressupostos institucionais que balizaram as tomadas de decisões no período, como também seus principais focos. Ao mesmo tempo, trazemos outros autores analistas dos pressupostos e das estratégias governamentais no período, buscando com isso uma interação comentada, e por vezes, crítica dessa agenda.

Para analisar a política externa brasileira, é preciso considerar sua posição dentro da instituição político-burocrática brasileira. Uma variável importante, levantada pela cientista política Maria Regina Soares de Lima (2005), é da autonomia que a política externa brasileira tem institucionalmente, diferentemente das demais políticas governamentais. Essa autonomia se dá pela delegação das decisões pelo poder legislativo para o poder executivo, pelo desinteresse de forças partidárias para o cargo de Ministro das Relações Exteriores e pela falta de interesse da mídia e da opinião pública nos temas relacionados. Sendo assim, existe a possibilidade de que a ação política internacional tenha uma inclinação mais diretamente suscetível aos interesses pessoais daqueles que fazem parte desta cúpula decisória do que uma disputa de coalizões entre diversos partidos políticos.

Sem necessariamente contrapor essa posição de Soares de Lima, os analistas políticos anglo-saxões Jeffrey Cason e Timothy Power (2009) reforçam que no governo Lula – em inclinação iniciada por FHC – houve uma maior participação e influência do presidente da república nas relações internacionais no país, aumentando o número de viagens internacionais e o engajamento pessoal na política externa. Para estes autores, foi nessa esfera que o presidente e seu partido tiveram maior liberdade de ação e de colocar em prática seus “objetivos ideológicos” (CASON; POWER, 2009, p. 127). Entendemos que a conjunção desses fatores dá ainda mais peso aos posicionamentos do ministro Celso Amorim, utilizado nas páginas adiante

como principal referência para descrição das estratégias desse ministério, considerando que sua nomeação pelo presidente da república foi uma opção mais técnica e de consonância ideológico-política que uma necessidade político-partidária.

Um elemento que é tomado como pressuposto pelo ministro Amorim (2010) é que o sistema internacional tem uma distribuição multipolar, na qual o poder militar pode estar concentrado, mas o poder no sentido mais amplo – de influência em atores e ações – está dissolvido entre um número maior de países. Sendo assim, a comunicação entre países não tem um ponto central a quem se deve dirigir antes de qualquer ação, mas como um “mapa de metrô”, em que existem diversas linhas interconectadas, ainda que alguns pontos e conexões sejam mais importantes que outros (AMORIM, 2010, p. 215). O que é tomado como pressuposto pelo ministro, quando pensado pelo historiador e estrategista político estadunidense Hal Brands, por exemplo, é visto como uma intenção que exige o desenvolvimento de estratégias diplomáticas que reforcem esse potencial cenário para favorecer os interesses brasileiros (BRANDS, 2010). Sendo assim, percebemos que há uma constante intenção e reforço desse discurso através de diferentes ações em política externa do período aqui analisado.

Nessa suposta dispersão, a participação de países em desenvolvimento nas discussões internacionais se torna iminente, ainda que organizações como a ONU não apresentem um processo de democratização consonante com a ordem em evidência (AMORIM, 2007; LULA DA SILVA, 2008e). Por isso, para o ministro, havia um novo “muro”, após o de Berlim, a cair: o muro, fino porém invisível e de queda mais demorada, entre os países do norte e do sul (AMORIM, 2010). Nessa linha, o historiador Amado Cervo (2010) entende que o Brasil buscava um “multilateralismo recíproco”, em que as regras da ordem internacional não fossem estabelecidas nem aplicáveis somente aos interesses dos países mais ricos, muitas vezes buscando dar voz e liderar o grupo de países que tinham menos influência nos foros internacionais.

A existência dessa barreira, juntamente com a percepção que o Brasil deveria ocupar um papel maior nas negociações internacionais e que a diplomacia deve ser o principal caminho para a resolução de conflitos são os princípios que formam a base oficial para as decisões que viriam a ser realizadas nos oito anos de governo Lula. Esses três elementos são apontados para justificar as principais decisões no período, desde a diversificação de parceiros comerciais, incluindo países em desenvolvimento para além dos países ricos – o que seria um trunfo posteriormente, com a crise econômica internacional – como também a posição contrária do Brasil à ocupação do Iraque (AMORIM, 2007; 2010).

Seguindo a tendência de governos anteriores, não existe uma busca do poder militar. Diferentemente de seus vizinhos, o Brasil se constituiu como Estado através da negociação diplomática e não em disputas por guerras. No final do século XIX já não possuía disputas territoriais e a partir da década de 1950 já tinha uma posição econômica privilegiada na América do Sul. Apesar dos grandes recursos econômicos, o país não é o mais rico na região considerando o PIB per capita, o que dificulta o investimento econômico mais massivo nos países vizinhos. Nessa conformação, a percepção de risco internacional do país costuma ser muito mais voltado à economia que às disputas bélicas (SOARES DE LIMA, 2005; SOARES DE LIMA; HIRST, 2006).

Sendo assim, na ausência de elementos do *hard power* – com exceção de barganhas econômicas pelo seu grande mercado consumidor e o potencial em exportação de alguns produtos – a movimentação para buscar um papel internacional é eminentemente em *soft power* (DAUVERGNE; FARIAS, 2012; MALAMUD, 2010). Mais especificamente, como parte das ações em *soft power*, Brands (2010) identifica que as três estratégias diplomáticas brasileiras do período Lula foram o *soft balancing* contra os Estados Unidos, a busca por coalizões para aumentar o poder de negociação do Brasil e a busca de liderança em uma América do Sul mais unida. Como a descrição das ações pelo ex-ministro Amorim atesta na sequência, esses elementos elencados parecem de precisa observação do cenário. De acordo com o cientista político Robert Pape (2005), *soft balancing* é uma estratégia utilizada principalmente contra os Estados Unidos por outros Estados que buscam diminuir ou desacelerar seu expansionismo para impedir um mundo unipolar. É “*soft*”, na mesma linha do *soft power*, porque não são utilizados poderes militares ou econômicos, mas coalizões através de instituições multipolares ou posicionamentos de alinhamento entre países que vão contra os interesses dessa potência. Essa seria uma estratégia utilizada também pelos demais países BRICs (FLEMES, 2010; HURRELL, 2006).

Seguindo nas estratégias diplomáticas brasileiras e retomando as informações elencadas pelo ministro Celso Amorim, outros pressupostos da política externa brasileira podem ser ressaltados para compreensão do envolvimento do governo brasileiro com o Rio 2016.

Amorim (2010) salienta a atuação solidária do governo brasileiro com países mais pobres e em situação vulnerável, através da doação de auxílio em situação de emergência ou na liderança da missão militar de paz da ONU no Haiti, e de projetos de cooperação técnica, em que se salientava a atuação, em especial, nos países africanos para tratamento do HIV/AIDS, malária e tuberculose. Em 2007, o país participava de 10 das 18 missões de paz da ONU (AMORIM, 2007). A participação nessas missões pode ser vista pelo ponto de vista

humanitário, mas é analisada eminentemente sobre as possíveis vantagens conforme os interesses dos diferentes países – por exemplo, prestígio internacional, influência em uma área ou região política, oportunidades de integração e cooperação internacional (CAVALCANTE, 2010).

Para o diplomata e cientista social Paulo Roberto de Almeida (2010), a participação em missões de paz era um meio para o Brasil conquistar visibilidade e maior legitimidade na solicitação de mudança da formação do Conselho de Segurança da ONU, onde posteriormente buscaria um lugar definitivo de representação. As mudanças institucionais no quadro de países participantes na ONU se tornou uma intenção brasileira, entendendo que a organização precisaria se adaptar à ordem mundial pós Guerra Fria para alcançar maior legitimidade nas decisões. Nesse quadro, o Brasil seria um possível mediador entre “fracos e fortes” nesse cenário (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006). Apesar dessa nítida intenção, Fernando Cavalcante (2010) argumenta que havia uma inconsistência nas participações nas missões de paz, não estando claras as estratégias e circunstâncias na qual o envolvimento nessas missões seria desejável. Sem essa definição, uma aceitação do país como representante permanente no Conselho de Segurança estaria ameaçada, colocando em dúvidas, assim, a pretensa posição de potência emergente, liderança regional e reconhecimento internacional (CAVALCANTE, 2010).

Outro ponto de destaque na política externa do governo Lula, para Celso Amorim, é o aumento no número de representações diplomáticas (embaixadas, consulados, missões diplomáticas e escritório diplomático) pelo mundo, com crescimento para as regiões como América Latina e Caribe (área onde possui 100% de representação), África, Ásia e Oriente Médio. Não só os postos diplomáticos, mas também parcerias bilaterais e participação como convidado em encontros regionais de países mais distantes proporcionaram relevante crescimento da participação do Brasil nessas áreas (AMORIM, 2010), o que auxiliaria na internacionalização econômica do país (CERVO, 2010) em momento de expansão de mercados para exportação (SINGER, 2012). A diversificação de parceiros nessas regiões é chamada de eixo vertical ou global-multipolar, bem como de cooperação sul-sul (PECEQUILO, 2008b) e de “diplomacia da generosidade”, nas palavras do presidente Lula (ALMEIDA, P. 2010).

Para Paulo Roberto de Almeida (2010), apesar dessas estratégias terem dado visibilidade e uma primeira impressão que o país alcançava um novo papel com status de liderança, elas ainda não foram suficientes para garantir um reconhecimento objetivo e subjetivo internacional. A iniciativa de se aliar com países de posições polêmicas no cenário internacional, como Irã, Cuba e Venezuela – em especial pelo enfrentamento das superpotências

em questões bélicas e econômicas (ver também Sotero (2010)) –, bem como a contínua dificuldade em lidar com questões relacionadas aos direitos humanos no ambiente interno, são barreiras a serem vencidas para conquistar uma melhor opinião pública internacional.

Mesmo com o desenvolvimento de relações em outros continentes, ressalta-se nas palavras do ministro Amorim (2007, 2010) que a integração com a América do Sul era a prioridade principal da política externa brasileira. Essa perspectiva pode ser confirmada pelo fato de que o presidente Lula havia visitado quase todos os países da América do Sul mais de uma vez nos dois primeiros anos de governo (CRUZ, 2005). O enfoque se sustenta na percepção que a influência do país no cenário internacional é fortalecida quando há uma cooperação com/dos demais países sul-americanos, o que gera maior estabilidade e desenvolvimento na região. Para o Brasil, o benefício econômico é bastante relevante, já que os países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai) superavam os Estados Unidos no montante do comércio exterior (AMORIM, 2010).

Existe, então, essa possibilidade de duplo benefício – político e econômico – mas que não necessariamente se encontra em sua melhor forma, considerando a dificuldade de uma estrutura efetivamente integrada entre os países com diferenças significativas entre si. São colocadas como algumas das barreiras para essa integração: a concorrência, mais que complementaridade, na produção econômica; ações específicas ao invés de soluções gerais integradas; dificuldade de sobreposição das assimetrias econômicas, sociais e estruturais dos países, exigindo um enfoque nas políticas mais domésticas que regionais; a oscilação na percepção, pela elite dos países, sobre as vantagens e utilidades – especialmente econômicas – do bloco (VIGEVANI et al., 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2011).

Para Cason e Power (2009), o Mercosul só se mantém como prioridade na agenda da política externa porque assim o querem os presidentes, já que a série de crises e dificuldades trazem pouco efeito ou benefício para sua expectativa de liderança latino-americana. Numa visão crítica, enquanto o país se vê como líder regional por fatores objetivos (tamanho geográfico, populacional, econômico, militar e de democracia), isso não se traduz como uma unanimidade, nem entre os países menores nesses aspectos, nem nos países médios (ALMEIDA, P., 2010), bem como em outros índices de desenvolvimento, como de distribuição de renda e desenvolvimento humano (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006). Para Andrés Malamud (2011), a influência regional do Brasil poderia ser medida sob três aspectos: desempenho em construção da região, apoio local para alcance de objetivos globais e a existência de concorrentes para a liderança regional. Um dos principais objetivos globais que precisaria do apoio regional foi a busca de um assento definitivo no Conselho de Segurança da

ONU, mas o Brasil teve a resistência da Argentina, que também disputa a liderança regional (MALAMUD, 2011), da Colômbia, pela aproximação com as intenções dos EUA (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006) e do México, quando consideramos os grandes países da América Latina. Dessa maneira, o país e a diplomacia brasileira se equivocam na interpretação que é um representante ou um líder simbólico regional, posição tradicionalmente de difícil conquista e que vem encontrando resistência no próprio Mercosul (ALMEIDA, P., 2010). Em outras palavras, o investimento em liderança regional para alcance de objetivos globais não foi bem sucedido.

Ao mesmo tempo, essa direção – de afirmação local para reconhecimento internacional – não se mostrou fundamental para que o Brasil alcançasse uma posição de poder médio ou intermediário internacionalmente, contrariando essa suposição teórica delineada por políticos e acadêmicos (MALAMUD, 2011). Nesse sentido, mesmo com as dificuldades ou resistências regionais, o país teria alcançado posições mais elevadas no cenário internacional, talvez devendo-se levar em contas as demais ações realizadas no período. Isso porque, apesar dessa suposta tentativa de priorizar as relações com os países da América do Sul, as mudanças no ambiente internacional intensificaram a busca por diversificação de parceiros em novos polos e continentes, acarretando numa conseqüente distância do Mercosul (VIGEVANI; ROMANZINI JÚNIOR, 2011; VISENTINI; SILVA, 2010).

Através da cooperação com os países mais pobres visando maior participação nos assuntos mundiais, no governo Lula a primeira ação foi um encontro com representantes da Índia e África do Sul, formando a IBAS. Essa iniciativa lança a perspectiva de colocar como central os objetivos de desenvolvimento com países do hemisfério sul (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006). Observa-se ainda o uso do conceito de “desenvolvimento” como estratégia política de destaque internacional foi mobilizado ainda pelas demais coalizões sul-sul, as tecnologias e políticas para combate à AIDS e outras doenças tropicais, além das tecnologias para combustíveis renováveis e alternativos, em especial dos biocombustíveis, dentro de um discurso mais amplo sobre as mudanças climáticas (DAUVERGNE; FARIAS, 2012; LULA DA SILVA, 2008e; VISENTINI; SILVA, 2010). Na arrecadação conjunta de fundos entre o IBAS, Celso Amorim cita diversas ações em diferentes países, que inclui a construção de uma instalação esportiva na Palestina em 2009. Com esse exemplo de integração, o Brasil buscou também a institucionalização da relação com Rússia e China, os demais países do BRICs (AMORIM, 2010; LULA DA SILVA, 2008e).

Algumas dessas parcerias não necessariamente foram formalizadas institucionalmente, mas apontam para alianças que tornam o país onipresente no cenário mundial e que podem

gerar benefícios econômicos e políticos quando há uma agenda similar a desses parceiros (FLEMES, 2010). Entretanto, a aproximação com esses parceiros não é unânime no cenário doméstico. Existe uma resistência do setor industrial, por exemplo, sobre a parceria com a China, em especial considerando a concorrência que esse país traz para a produção nacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Os desenvolvimentos dessas parcerias são tanto vistos mais como promessas não cumpridas do que como resultados efetivos (ALMEIDA, P., 2010), ou com resultados pontuais em determinadas disputas na Organização Mundial do Comércio, por exemplo (FLEMES, 2010). Com resultados vistos de formas variáveis, essas aproximações evidenciaram uma estratégia de criação de um contra poder às políticas dos países mais ricos (CERVO, 2010).

A estratégia de diversificação de parceiros e relacionamentos pode ser observada tanto pela já mencionada questão comercial, mas também numa perspectiva ideológica. Para Paulo Roberto de Almeida (2010, p. 165), o direcionamento esquerdista do Partido dos Trabalhadores inculcou também na política externa do período Lula uma tendência “antiamericanista” e direcionamentos favoráveis à aproximação com Cuba e outros movimentos de independência econômica aos Estados Unidos. Nessa linha, houveram propostas de aproximação de países latino-americanos, principalmente com presidentes de inclinação política de esquerda, sem a participação dos Estados Unidos, entendendo que este país tinha intenções imperialistas. Mais que um confronto, o que houve nos dois mandatos de Lula foi uma retórica. Paradoxalmente, a posição do Brasil foi vista como imperialista por outros países em casos relacionados à energia, como a nacionalização do gás natural pela Bolívia e as cotas de divisão de Itaipu pelo Paraguai (ALMEIDA, P., 2010).

Essa análise parece ser um dos polos de um amplo debate acadêmico em Relações Internacionais, que se apresenta tanto na literatura brasileira (SOARES DE LIMA, 2005) como na latino-americana (LÓPEZ-ALVES, 2012). A perspectiva de Paulo Roberto de Almeida descrita acima está mais voltada a uma das visões da ordem mundial, qual seja, a que “a globalização é a tendência dominante, com o predomínio indiscutível do Estados Unidos” e que os direcionamentos “terceiro-mundistas” são repudiados. Direção adotada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, essa inclinação entende que o Brasil só conquistaria credibilidade internacional com estabilidade econômica e, conseqüentemente, com a adoção das políticas das instituições financeiras e de mercado internacionais, como do Fundo Monetário Internacional (SOARES DE LIMA, 2005, pp. 12-13). Para Vigevani e Cepaluni (2007), havia uma defesa da “autonomia pela participação”, ou seja, o país manteria sua soberania no sistema internacional ao se incorporar às suas lógicas, ao invés de se distanciar dos principais debates e foros.

Essa visão se diferencia no governo Lula, quando se entende que “a ordem econômica é mais matizada [...] com espaço para um movimento contra-hegemônico” (SOARES DE LIMA, 2005). Sendo assim, a estratégia era da “autonomia pela diversificação”, com aliança e cooperação com países do sul, em regiões não tradicionais, para tentar equilibrar as relações com os países do Norte, mais poderosos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ainda para esses autores, “diversificação não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também implica capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 303-304), citando como exemplo do investimento brasileiro na missão de paz da ONU no Haiti.

Apesar de algumas estratégias diferentes sobre a autonomia frente à grande potência, em ambos os governos é perceptível uma semelhança no plano da diplomacia, em temas e ações comuns, tais como o Mercosul e a cooperação com países da região, fortalecimento das relações com os EUA, ampliação dos membros do Conselho de Segurança da ONU, participação em organizações multilaterais e defesa dos interesses de países em desenvolvimento (SOARES DE LIMA, 2005).

Concordando que a administração de Lula não foi contra as tendências de governos anteriores quanto à política externa, José da Cruz (2005) aponta que os temores de um presidente de centro-esquerda não tinham se consolidado ao analisar os dois primeiros anos de mandato. O que se observou foi um casamento entre uma estratégia de política externa conforme as inclinações ideológicas do partido de Lula, o Partido dos Trabalhadores, e uma política de comércio internacional compatível com os interesses do empresariado nacional (CASON; POWER, 2009). Para Pecequillo (2008b), embora esse debate tome dimensões e tenha tensões ideológicas, por várias vezes na história o Brasil conseguiu utilizar tanto estratégias diplomáticas com os Estados Unidos (eixo bilateral vertical), entre outros países desenvolvidos como União Europeia e Japão, como também com outros países e organizações ditos como em desenvolvimento (eixo global-multilateral), tal como se observou nos anos analisados do governo Lula. Ainda conforme esta autora, o que se viu no período foi uma nova postura do Brasil frente as demais potências, que ao se enxergar como país emergente deixou de lado uma percepção de sua fraqueza e adotou uma postura mais condizente com esta posição.

Ainda sobre a análise da política externa no período Lula, Vigevani e Cepaluni (2007) destacam quatro de suas diretrizes: a tentativa de (1) diminuir o poder unipolar dos Estados Unidos, (2) intensificar as relações com vários países, buscando maior representatividade em debates internacionais, (3) consolidar as trocas comerciais e tecnológicas nas relações diplomáticas, e (4) se comprometer para acordos de longo prazo.

A análise por Brands (2010) se mostra semelhante em alguns aspectos tanto a de Celso Amorim e de José da Cruz quanto a de Paulo Roberto de Almeida. Por um lado, o autor concorda que as estratégias aumentaram a visibilidade do país no cenário internacional. Por outro lado, esse aumento evidenciou quatro grandes dilemas do país. Primeiro, questões estruturais de baixa infraestrutura, violência, burocratização e regulação econômica. Segundo, apesar da intenção de liderança sul-americana, existe uma resistência da classe política em investir e dividir a riqueza com os países vizinhos, evidenciando a visão “imperialista” mencionada por Paulo Roberto de Almeida. Terceiro, a sustentabilidade em longo prazo das relações estabelecidas durante os oito anos de governo. E quarto, a aproximação e o posicionamento sobre questões polêmicas internacionais abre brechas para conflitos diplomáticos e políticos com grandes potências, como os Estados Unidos.

A respeito deste quarto aspecto, Pecequilo (2008b) destaca que conflitos diplomáticos e políticos com as grandes potências são um risco também quando o Brasil busca expansão de seu mercado de exportação ou através de disputas em organizações como a Organização Mundial do Comércio. Ficou marcado, especialmente no período do governo de George Bush nos Estados Unidos, as disputas contra as medidas protecionistas ao mercado interno estadunidense em casos como na agricultura e na indústria. Quando se busca uma posição de destaque ou uma postura mais assertiva em temas internacionais, situações como essas colocam a política externa brasileira em uma posição delicada, mas não interferem no amadurecimento das relações verticais ou são o motivo para deixar de diversificar as parcerias horizontais. Finalmente, a autora defende:

Esta coadunação dos eixos tem se provado essencial para a recuperação do status como potência média emergente, permitindo revitalizar tradições e encontrar um espaço diferenciado de atuação no reordenamento do pós-Guerra Fria. Portanto, não existe escolha entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, os eixos Norte-Sul, horizontal ou vertical, mas sim a sua combinação. (PECEQUILO, 2008b, p. 150)

Como demonstrado pelas diferentes análises, a tentativa de buscar – ou assumir – um papel de destaque no cenário internacional multipolar tem sido o elemento chave nas diferentes tradições das Relações Internacionais brasileiras, não sendo tão diferente no governo Lula. Assim, o potencial do esporte, dos megaeventos esportivos e dos Jogos Olímpicos como meio para chamar a atenção para um país, como discutido no capítulo 3, parece bem encaixar nessa macro estratégia nacional. Assim, o uso do esporte como ferramenta é o tema do próximo subitem.

4.2.3 O esporte na política externa: a oportunidade de ouro

Na exposição desses diferentes aspectos das Relações Internacionais, e mais especificamente da política externa colocada em prática durante o governo Lula, torna-se fundamental para nossos propósitos construir as pontes com o esporte e os megaeventos esportivos – especificamente com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A metáfora de “construir as pontes” acaba nos sendo útil porque parece ser muito escassa a conexão em qualquer direção – tanto da área do esporte com o olhar para as Relações Internacionais quanto desta área para os fenômenos esportivos na literatura (SUPPO, 2012).

Do pouco produzido sobre o tema no país e acessível também em inglês, podemos encontrar nas revisões de literatura como grandes temas de debate a globalização e os movimentos transnacionais na relação com as soberanias e as identidades nacionais, bem como a importância de organizações internacionais e seu impacto nas políticas de esporte locais. Por vezes, esses temas não necessariamente são analisados sob o olhar das Relações Internacionais, mas observados sobre o espectro da Sociologia e da História por autores provenientes dos estudos do esporte (BEACOM, 2000; SUPPO, 2012). Os Jogos Olímpicos, em especial, servem como uma importante referência para os estudos do esporte em caráter internacional, principalmente considerando que alguma forma de uso político está neles presente de forma mais evidente desde 1936 (COTTRELL; NELSON, 2011; HOULIHAN; GIULIANOTTI, 2012; VASCONCELLOS, 2011), ou ainda desde sua primeira edição em 1896 (GUTTMANN, 2002), mas também que sua própria reinvenção moderna pode ser considerada como uma resultante de ações diplomáticas (CLASTRES, 2004).

Nosso foco está em observar, de maneira mais aplicada, as possíveis relações que se estabeleceram nos objetivos da política externa durante o governo Lula e a busca por sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Essa intenção pressupõe algumas potencialidades e limitações.

Como potencialidades, entendemos que há uma grande evidência que sediar megaeventos esportivos, por seu caráter internacional e visibilidade de mídia proporcionada, geram benefícios políticos simbólicos característicos de muitos investimentos semelhantes a outras propostas tradicionais e não-tradicionais na política externa de diferentes países. Especificamente para o caso brasileiro, a descrição realizada nesse subcapítulo reforçou nossa suposição baseada no discurso do presidente Lula e do ministro Amorim, até mesmo estendendo a possibilidade de uso do esporte para outras formas de atuação internacional da política externa.

Como limitações, sabemos que as relações aqui estabelecidas podem não ter uma sólida sustentação empírica, porque se baseiam em estratégias que não necessariamente foram externalizadas como oficiais em documentos naquele governo. Além disso, seguindo os propósitos da pesquisa, não realizamos sugestões de uso do esporte para a política externa, como Vasconcellos (2011), ou possíveis temas e relações para aprofundamento teórico, como Suppo (2012), mas nos limitamos a perceber quais características dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, concorrendo à sede e sediando, são compatíveis com as intenções do país no cenário internacional naquele determinado período histórico. Antes dessa observação propriamente dita, utilizamos como referência alguns estudos que podem subsidiar a relação política externa e esporte no Brasil.

Historicamente, um primeiro ponto de conexão se dá no envolvimento da família Rio Branco. O Barão do Rio Branco, considerado o patrono da diplomacia brasileira, mostrou em carta de 1896 o interesse em popularizar o esporte – particularmente o rúgbi – no Brasil, tomando como referência os sucessos esportivos de seu filho Paulo (VASCONCELLOS, 2011). Pela história do Comitê Olímpico Brasileiro, sabe-se que o primeiro representante do país no COI foi o outro filho do Barão, Raul de Rio Branco, no ano de 1913 (ABREU et al, 2006). Essa convergência de interesses da família Rio Branco, mesmo que num momento ainda primitivo de desenvolvimento tanto do esporte quanto da diplomacia nacional, torna-se um indício relevante para percebermos a relação seminal dessas áreas.

No decorrer do século XX, é possível notar picos de utilização do esporte voltado para o internacional, desde o envolvimento presidencial de Eptácio Pessoa para sediar e “escalar” os jogadores participantes do campeonato sul-americano de futebol em 1919, passando pelo uso do futebol para estreitar relações comerciais com países da África na década de 1970 até as mais recentes participações no movimento olímpico internacional, começando no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuando no de Lula (SANTOS, 2011; VASCONCELLOS, 2011).

Se nesse histórico existe uma participação particular de personalidades com poder político que utilizam o esporte para promoção – no amplo sentido do termo – do Brasil internacionalmente, a primeira década do século XXI mostra uma mobilização mais institucional, não só do Ministério do Esporte, criado em 2003, mas também de outros ministérios. Da Agência Brasileira de Cooperação, órgão do Ministério das Relações Exteriores, destaca-se a criação de programas para intercâmbios técnicos, preparação e orientação de equipes e recursos humanos, estruturação de espaços e cessão de materiais em diversas modalidades, mas especialmente no futebol e voleibol, para países latino-americanos

e africanos – sendo observadas possibilidades de expansão para países insulares do Oceano Pacífico e no Oriente Médio, dentro das estratégias de atuação sul-sul. O país “exportou” técnicas e experiências em esporte de alto rendimento, como também em esporte participação e educacional sob diferentes aspectos, desde a produção dos materiais até nas metodologias de aplicação e gerenciamento dos treinamentos desde o ano de 1999 (VASCONCELLOS, 2011). Essas informações são confirmadas quando consultamos os projetos realizados pela Agência Brasileira de Cooperação, sendo a execução das ações sendo realizadas pelo Ministério do Esporte e por instituições esportivas como um clube de futebol (Fluminense Football Club), uma confederação (de vôlei) e uma ONG (Escola de Vôlei do Betinho) (BRASIL, 2015).

Em 2008, especialmente em virtude dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo FIFA indicada ao Brasil em 2007 e a candidatura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, naquele ano em processo), o Ministério das Relações Exteriores criou uma Coordenação específica para o esporte, a chamada Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva, com cinco frentes: “1- Negociação de cooperação esportiva com países parceiros, 2- Megaeventos esportivos, 3- Organismos Internacionais, 4- Interlocação e 5- Ações pontuais” (BRASIL, 2014a). Mas ainda antes da utilização dessas coordenações, o primeiro uso do esporte no governo Lula foi no chamado “Jogo da Paz”, promovido entre as seleções de futebol do Brasil e do Haiti em 2004. Os resultados considerados positivos foram mudar ou reforçar a imagem do país entre os haitianos, reforçar o envolvimento do Brasil no processo de pacificação coordenado pela ONU, bem como repercutir internacionalmente a atuação brasileira e a situação de crise do Haiti (RESENDE, 2010).

Apesar dessas ações e possibilidades, no relatório de avaliação anual do plano plurianual 2004-2007 do Ministério das Relações Exteriores, nenhuma ação relacionada ao esporte ou ao futebol foi mencionada (BRASIL, 2008b). No sentido inverso, o Ministério do Esporte em 2006 apontava a potencialidade para ações conjuntas com outros ministérios, inclusive o de Relações Exteriores, juntamente com os ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia e Saúde (BRASIL, 2006), mas nos anos seguintes também não cita ações conjuntas. Esses dados reforçam que, embora potencialidades de relacionamento existam, ela não se constitui como agenda ou ação prevista no planejamento oficial dos dois ministérios.

Nota-se que, apesar da mudança do perfil do esporte, hoje mais associado a valores de performance e individualismo do que simbolizando unidade das sociedades, ainda existe espaço para seu uso político e diplomático nessa linha, mesmo que de maneira periférica ou instrumental. Na cultura esportiva dos próprios diplomatas, o esporte deixou de reter o interesse pela força física – pensemos na ginástica e sua centralidade nas instituições escolares e

militares, bem como na construção do caráter (SOARES, 2009) – para tornar-se um produto passível de negociação internacional e transmissão de mensagens políticas (DEFRANCE; CHARMOT, 2008).

Essas estratégias acabam sendo pouco percebidas e veiculadas no ambiente doméstico, mas refletem possibilidades a partir de uma ferramenta que pode ser utilizada pelos governos brasileiros. Sendo o futebol a modalidade esportiva hegemônica e mais reconhecida em um grande número de países, a associação que se tem externamente no senso comum da modalidade com o Brasil é um elemento distintivo e geralmente tomado como positivo, passível de uso político que podem gerar benefícios à imagem e aos negócios do país (RESENDE, 2010; VASCONCELLOS, 2011). Do conceito e da própria caracterização de Joseph Nye, futebol e carnaval são dois relevantes elementos do *soft power* brasileiro (RESENDE, 2010; SUPPO, 2012).

Necessário demarcar que o esporte em si não é uma ferramenta pronta, tal como algumas estratégias ou programas supõem, especialmente quando se trata de reconciliação em áreas de conflito ou promoção de direitos humanos (JESUS, 2011). Da mesma maneira, não podemos supor que essa exportação de técnicas e experiências seja baseada na simples transferência ou na difusão forçada, acrítica sobre suas práticas. O que salientamos aqui é a existência de um potencial de internacionalização, tanto mercadológico quanto simbólico, do esporte brasileiro, e principalmente do futebol, como produto e imagem, suscetível a exploração política. Essa ideia é descrita, em outras palavras, quando se pensam os eventos esportivos:

[...] eventos esportivos não proporcionam somente um espaço para rivalidades políticas e ideológicas, mas também facilitam cooperação, aumentam a compreensão mútua, servem como ponte para diferenças profundas, quebram estereótipos e confinam conflitos no campo de jogo, ao invés dos campos de batalha. (MERKEL, 2008, p. 289-290, tradução nossa)

Se o Brasil não tem relacionamentos historicamente mais complexos com outros países para que os conflitos sejam mimetizados para o campo de jogo, como na citação que faz referência a casos tais como das Coreias do Norte e do Sul, ponderar as possibilidades dos eventos esportivos e do esporte como estratégias políticas para aproximação e cooperação se torna necessário.

Em especial, argumentamos sobre o uso das dimensões midiáticas alcançadas pelos megaeventos esportivos para comunicar mensagens positivas de congraçamento entre países – discurso especialmente presente nos Jogos Olímpicos – entre outras imagens e mensagens sobre realidades locais que acabam por ter um alcance relevante, de forma mais ou menos direta, ao

transmitirem as cerimônias e competições esportivas propriamente ditas. A oportunidade de divulgar essas imagens alcança uma proporção importante para o momento que o Brasil vivia no início do século XXI. Para Amorim (2010), a presença brasileira no cenário internacional passou a ser mais respeitada pelo conjunto de crescimento econômico, estabelecimento da democracia, políticas sociais e pelas ações de política externa. Ao somar essas características e esforços, o Brasil se posicionava internacionalmente como liderança regional e como “voz” de países dominados no cenário internacional, entre aqueles tradicionalmente dominantes pelas perspectivas econômicas e políticas.

Especificamente, a tentativa de sair do anonimato para uma posição protagonista, não só como um papel objetivo mas como uma atitude mais proativa no ambiente internacional, seria potencialmente um meio para superar o “complexo de vira-latas”. Essa expressão foi utilizada por Nelson Rodrigues na última crônica antes da estreia da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1958, em referência ao “problema de fé em si mesmo” do brasileiro, sendo esta a “explicação” para a derrota para o Uruguai na final da Copa do Mundo de 1950 (RODRIGUES, 1993, p. 52-53). O ministro Celso Amorim (2010) recuperou essa expressão para mostrar que essa visão pessimista sobre a seleção de futebol já teria sido superada, mas ainda se manifesta em outras esferas – política e econômica, principalmente – no país. A mesma expressão foi mobilizada pelo presidente da república na entrevista coletiva após a eleição do Rio de Janeiro para 2016, em que aquela seria uma ocasião para superar tal complexo (LULA DA SILVA, 2009d). Na sua recorrência, utilizamo-la como título da próxima seção, como um ponto de conexão entre a política externa e a política esportiva internacional durante o governo Lula.

4.3 PARA ENTERRAR O COMPLEXO DE VIRA-LATAS: A POLÍTICA BRASILEIRA PARA O ESPORTE INTERNACIONAL

Conforme anteriormente defendido, embora as instituições esportivas sustentem o discurso de uma suposta não intervenção e tentativa de autonomia de influências políticas, não podemos afirmar que esses pressupostos estejam inteiramente visíveis na realidade prática. Uma hipótese que parece bastante verossímil no ambiente internacional é que as instituições internacionais esportivas praticam uma “autonomia pragmática”, em que se busca o monopólio de poder sobre a forma de administrar o esporte internacional cedendo apenas parte de sua autonomia em circunstâncias específicas, quando há algum tipo de risco para sua posição (GEERAERT; MRKONJIC; CHAPPELET, 2014).

Esse contexto no plano internacional, grosso modo, encontra semelhança quando pensamos a conjuntura doméstica brasileira. Aplicando o método de Bourdieu para compreensão de um campo, o entendimento das posições e posicionamentos dos dominantes no campo esportivo brasileiro exigiria uma retomada histórica, na qual nosso objeto de interesse, em especial, seria de identificar como se deram as lutas, com continuidades e rupturas, que tornam o esporte internacional um elemento de disputa – não necessariamente sobre o monopólio, mas também sobre ele – de diferentes instituições, que culminou na evidência do esporte olímpico atualmente. Se nesse campo jamais podemos perder de vista a relevância do futebol, que parece contar com uma história esportiva distinta, ainda que convergente em determinados aspectos, devemos sim olhar para o esporte olímpico como um dos dominantes no campo esportivo brasileiro – e provavelmente de um número significativo de países internacionalmente. Torna-se marcante que essas lutas pelo esporte internacional não são herméticas do campo esportivo brasileiro, exigindo uma leitura dos cenários nacionais mais amplos – principalmente social, político e econômico – bem como do desenvolvimento do movimento olímpico, que buscamos sumariamente desenvolver subsídios nos subcapítulos anteriores.

Dessa forma, o que propomos nesse subcapítulo é um olhar sobre o campo esportivo para entender a presença do esporte internacional, institucionalizado pelas manifestações olímpicas, na relação com o Estado brasileiro. Essa leitura é instrumentalizada pelas descrições dos capítulos anteriores no que se refere à discussão da identidade brasileira e suas intenções de internacionalização, como também ao entendimento do contexto em que o movimento olímpico internacional vivia paralelamente à história doméstica. Algumas perguntas balizadoras para essa abordagem são: por que o esporte internacional se torna importante na sociedade brasileira e, posteriormente, uma questão de interesse do Estado? Quais foram as contingências de criação do COB e posterior relacionamento com o Estado brasileiro? Sobre os interesses dessas duas instituições, onde é possível identificar a reciprocidade de vantagens auferidas para ambas? Ou ainda, qual é o elo que permite interesses semelhantes e ações de reciprocidade na constituição histórica do fenômeno esportivo e, mais particularmente, na candidatura do Rio de Janeiro como representante nacional para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016?

Nesse momento, entendemos como necessário o posicionamento sobre nossa leitura dos megaeventos esportivos. Primeiramente, divergimos parcialmente de algumas interpretações da política para o esporte durante o governo Lula que entendem as ações como parte de um projeto neoliberal (MELO, 2007) e dos megaeventos esportivos como um projeto

neodesenvolvimentista de planejamento urbano (CASTELLANI FILHO, 2014). Embora admitamos que esses elementos compõem o cenário, eles tomam uma direção unilateral que compreende o esporte como porção manipulável de uma engrenagem macroestrutural, deixando de lado um aspecto importante de cumplicidade que o próprio esporte, como objeto gerido majoritariamente por instituições hegemônicas e permeadas por interesses, possui. O que baliza essa compreensão é a aceitação que sediar megaeventos esportivos não deveria ser colocada como uma política pública, menos ainda para o esporte. Sua presença institucional no governo justifica tornar a questão pública, mas num sentido político que não deveria ser trazido em conjunto como uma questão da política pública para o esporte. Esperamos até o momento já ter mobilizado argumentos suficientes para justificar tal afirmação.

Sendo assim, nesse subcapítulo não abordamos a política pública de esporte no Brasil. Mais especificamente, analisamos as ações políticas, por instituições não necessariamente públicas, mas também delas, que envolvem de forma mais ou menos direta o esporte em exposição internacional ou sua modificação atendendo às demandas do cenário internacional. Para isso, três subitens foram divididos. Na primeira parte, abordamos como os processos de intercâmbio via migração ou outros processos afetaram o esporte, tanto trazendo as diferentes práticas para o país como levando-as novamente para o exterior. Depois, descrevemos como as instituições passaram a ser criadas e os processos não lineares de autonomização e intervenção do Estado nessas organizações. Por último, enfatizamos os processos de candidatura, por parte do Brasil, para sediarem grandes e megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

4.3.1 O esporte e as dinâmicas internacional-nacional

Com as discussões construídas até o momento a respeito da identidade nacional e a noção de modernidade que foram historicamente incorporadas pelos brasileiros, temos uma base significativa para pensar a introdução e a incorporação de diferentes modalidades esportivas no país. Também são úteis as construções já realizadas sobre o esporte em sua compreensão moderna, que essencialmente considera as práticas europeias, sem obviamente desconsiderar as peculiaridades típicas de qualquer incorporação. Em outras palavras, compreender o esporte no Brasil é analisar o relacionamento entre o internacional e o nacional, em fluxos de influências de duplo sentido, especialmente sobre as dinâmicas migratórias.

Podemos demarcar a vinda da família real portuguesa como um ponto de transição significativo. Mesmo que essa presença não tenha se alongado, foi um período de mudanças

que, em graus diferentes, prosseguiram durante o processo de independência e ganharam novos contornos, mais voltados a uma relação paradoxal de construção identitária dependente de modelos europeus. Nesses momentos, novas formas de sociabilização e consequente adoção de novos estilos de vidas e práticas distintivas europeias tornaram-se ainda mais perceptíveis nas rotinas nacionais. Entre essas práticas, incluem-se aquelas próximas ao esporte, ou seja, algumas atividades foram seletivamente sendo excluídas no arcabouço de práticas consideradas esportivas, como as touradas, o jogo do bicho e os banhos de mar, enquanto outras passaram por processos de desenvolvimento e consolidação (como o turfe e o remo) ou de adaptação mais vagarosa (como as corridas a pé e de velocípedes, os primórdios do atletismo e do ciclismo) (MELO, 2009).

Os brasileiros que viviam nos locais em processo de urbanização buscavam se aproximar dos modelos europeus em diversas instâncias – econômicas e políticas, bem como culturais e sociais – que incluíam os exercícios físicos e os esportes (FRANZINI, 2009). Adotar esses hábitos significava se aproximar das referências europeias e distanciar-se das práticas das classes que não tinham acesso a elas; em outros termos, para aqueles dotados do *habitus* de determinadas classes, o esporte e outras práticas corporais se enquadravam em propriedades classificáveis que são reconhecidas e apreciadas por seus pares por terem o *ethos* europeu dominante, diferenciando-se socialmente das classes que não tinham o mesmo acesso.

A adoção ou no mínimo familiarização com essas práticas se deu essencialmente por dois processos: a imigração dos europeus e o retorno de emigrantes ao país. O caso do futebol pode ser representativo desse processo. Fontes historiográficas apontam para a realização de partidas por marinheiros e outros funcionários britânicos no país por volta da década de 1880. Mas também é comum, nas histórias repetidas como oficiais que buscam mitificar o fundador, creditar ao brasileiro Charles Miller a importação de instrumentos básicos do futebol (regras, bola, bomba de ar, chuteiras e camisas de times), após seu período de estudos na Inglaterra, em 1894. Em outras cidades, também encontramos figuras “fundadoras” semelhantes como Oscar Cox (Rio de Janeiro, 1897), Zuza Ferreira (Salvador, 1901), Guilherme de Aquino Fonseca (Recife, 1903), Victor Serpa (Belo Horizonte, 1904) e Joaquim Moreira Alves dos Santos (São Luís do Maranhão, 1907) (FRANZINI, 2009).

Como salienta Victor Melo (2009), precisamos perceber que esses intercâmbios aconteceram não só pela presença e ação dos imigrantes ao trazerem suas práticas esportivas, mas a partir da predisposição no território brasileiro da adoção de tais práticas pelo simples fato de serem europeias. Mas mesmo com essa predisposição, a incorporação não se deu de forma passiva, homogênea ou garantindo imediato enraizamento, visto que havia a influência de

diferentes países e escolas europeias, como também reformulações e apropriações locais que dificilmente conseguem ser mapeadas acerca de suas justificativas e temporalidades. Processo semelhante se passou em outros países da América Latina, cuja noção de modernidade pelas práticas esportivas se aproximava às europeias (posteriormente também as estadunidenses) e se distanciava daquelas indígenas ou locais (TORRES, 2006; ARBENA, 1996).

Apesar disso, existe certa concordância acerca dos sentidos observados e, por vezes, adaptados do esporte pelas elites no período de estabelecimento, especialmente nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Diferentemente de uma falsa noção simbolizada pelo amadorismo, da “prática pela prática”, com fim em si mesma e sem propósitos específicos, o esporte, também naquele momento, carregava significados e finalidades para os grupos que a ele tinham acesso. Para além da distinção social, iniciava-se uma preocupação com o desenvolvimento físico, aqui incorporado na perspectiva higienista de suposto fortalecimento ou regeneração da “raça”, no esforço de superação dos efeitos tidos como maléficos da miscigenação. Tanto o futebol como a ginástica, mas poderíamos achar discursos semelhantes em outras práticas, acrescentavam ainda, como prática, às qualidades morais de disciplina, solidariedade e unidade nacional, povoando instituições como colégios de elite, clubes de imigrantes e brasileiros e, no caso da ginástica, também as instituições militares (FRANZINI, 2009; SOARES, 2009).

Como é sabido, a seletividade dos locais nos quais essas práticas aconteciam não duraria muito. Existe um indicativo que já no início do século XX houve uma incorporação do futebol e a criação de clubes em bairros operários periféricos, cuja inserção no conjunto de práticas de novas classes, por vezes significando a inclusão dos negros, não passou inerte e iniciou a disputa sobre as práticas e praticantes legítimos (FRANZINI, 2009). Quando pensamos que a elite se via como estabelecida – a ortodoxia naquela prática –, as estratégias para colocação ou reconhecimento dos demais sobre sua posição dominante se viam na tentativa de consolidação de ligas com a seletividade dos clubes que fariam parte, isolando outros locais de prática ou manifestações de outros setores sociais, com especial exclusão dos praticantes negros. A exclusão não era explícita, mas utilizava artifícios em estatutos ou na aceitação de membros dos clubes para “selecionar” jogadores – era comum levar em consideração o passado esportivo e social para aceitar ou não um jogador (SANTOS, 2009). Enquanto os campeonatos das ligas de clubes de elite ocupavam as seções esportivas dos jornais, a prática do futebol “de várzea”, nas periferias, eram assunto de páginas policiais ou a inclusão de jogadores de outras classes em clubes de elite era questionada sobre sua “moralidade” em campo (NEGREIROS, 2009; SANTOS, 2009).

Esses foram alguns dos desdobramentos da incorporação das práticas internacionais no cenário nacional. Para refletir sobre a circulação e difusão das práticas para o internacional, especialmente nos primeiros indícios da participação de equipes brasileiras, é no futebol que encontramos dados temporalmente mais antigos. Da prática que vinha se popularizando nos clubes, colégios e várzeas, consolidando-se em campeonatos, em 1914 é reconhecida a primeira partida de uma “seleção brasileira” – jogadores de clubes do Rio de Janeiro e de São Paulo jogaram contra uma equipe inglesa da terceira divisão, o Exeter City. No mesmo ano, em Buenos Aires organizou-se uma disputa com a seleção da Argentina (NEGREIROS, 2009).

Essa partida parece não ter sido exceção sobre a iniciativa de confrontos entre equipes nacionais, já que apenas dois anos depois, em 1916, iniciava-se o campeonato sul-americano de futebol, naquele momento composto por cinco seleções, e que atualmente é nomeado como Copa América. Sem muito sucesso esportivo no primeiro campeonato e no do ano seguinte, no ano de 1919 o Brasil sediou o evento e o venceu, mobilizando assim um sentimento positivo e até então inédito na perspectiva nacional ao redor do futebol. Fontes indicam uma movimentação significativa de cerca de 25 mil torcedores no Rio de Janeiro, com linhas de bondes em horário e rotas especiais para o estádio das Laranjeiras, do Fluminense *Foot Ball Club*, além do decreto de ponto facultativo no dia da final pelo presidente em exercício, Delfim Moreira, com a recepção de delegados estrangeiros pelo então ministro do exterior José Manuel de Azevedo Marques (FRANZINI, 2009; GAFFNEY, 2010; NEGREIROS, 2009).

A segunda oportunidade em que o país sediou (e pela segunda vez venceu) esse mesmo evento, em 1922, coincidiu com as comemorações do Centenário da Independência, relacionadas com uma exposição internacional do Brasil. Outro evento esportivo foram os Jogos Latino-Americanos, chancelados pelo COI, que descrevemos mais detalhadamente no próximo subitem. Como parte das comemorações, a tentativa de mostrar a modernidade nacional se manifestava em reformas urbanas e construções, incluindo a expansão da capacidade do estádio das Laranjeiras. Com essa exposição, evidenciava-se a tentativa de utilização de eventos internacionais para o desenvolvimento econômico e promoção do país no exterior (GAFFNEY, 2010).

Embora esses casos sejam relacionados ao futebol, eles já indicam uma mobilização significativa que passa a envolver não só as instituições privadas (clubes e ligas de elite), mas oportunidades em que o próprio governo brasileiro vislumbra a possibilidade de utilizar eventos esportivos, entre outras ações, para provocar visibilidade e potencialmente atrair investimentos. Nas mobilizações nacionais, não necessariamente orquestradas, as pessoas reuniam-se sob o mesmo desejo e satisfação nas vitórias do selecionado brasileiro em disputas com outros países.

Assim, o futebol dá os primeiros indicativos sobre seu potencial em atrair a atenção de um grande número de pessoas e gerar pontos de identificação sobre “ser brasileiro”.

Embora significativos para a realidade brasileira, esses dados devem ser vistos com ponderação. Primeiro, ressalta-se que a utilização de eventos, tais como as exposições internacionais, já vinham sendo realizadas há mais de meio século em outros países europeus. Isso acarreta na necessidade de não ver as empreitadas brasileiras como inovações no cenário mundial. Segundo, as interações futebolísticas ainda se davam no cenário regional sul-americano, mesmo que pontuais casos de jogos com clubes ingleses tenham ocorrido. À isso, devemos considerar que existiam muitos obstáculos – financeiro, de transporte, comunicação, entre outros fatores logísticos – que eram limitantes aos intercâmbios mais internacionais naquele período. Terceiro, ao olharmos a inserção efetiva do Brasil nos Jogos Olímpicos modernos, por exemplo, percebemos que a inserção em movimentos esportivos internacionais se deu de forma relativamente tardia em comparação com outros países.

Como anteriormente mencionado, o Brasil possuía representação no COI desde 1913. Na não realização dos Jogos de 1916 pela Primeira Guerra Mundial, a primeira delegação brasileira constituída e participante só se efetivou para o evento na Antuérpia, em 1920. Nas cinco edições anteriores, existem alguns indícios históricos que brasileiros representando outros países participaram de competições ou, no mínimo, foram escalados sem terem competido de fato (NEGREIROS, 2009).

Comparando os dados, percebemos que por volta dos anos 1915-1920 parece ter existido a mobilização para envio de representantes brasileiros em torneios ou disputas internacionais, tanto no futebol quanto nos Jogos Olímpicos. Esse dado temporal não deve ser visto como uma coincidência, mas a indicação de que existia uma conjuntura favorável para investimento, senão por parte do Estado, de grupos sociais que se articulavam e viam como interessante a possibilidade dessas representações internacionais.

Contextualmente, é relevante recordar o momento histórico da Primeira Guerra Mundial, que exalta o sentimento nacionalista e o esporte como um espaço de batalhas miméticas entre países, especialmente na Europa: “A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com o nome” (HOBSBAWM, 1990, p. 171). No cenário doméstico, notamos que a criação, até 1920, de aproximadamente 140 clubes de futebol no país, com um número significativo de cidades que iniciavam suas disputas clubísticas locais (SOUZA, 2014), além da preferência por incluir jogadores negros ou de classes populares nos clubes de elite em prol do rendimento esportivo (SANTOS, 2009), estimula hipóteses a

respeito do florescimento da lógica competitiva através do esporte, cuja perpetuação no cenário internacional seria uma questão de tempo.

As instituições esportivas reguladoras surgem, inicialmente, na tentativa de manutenção da hegemonia e do esporte legítimo, que regeriam a organização das regras, equipes e campeonatos. Com ações locais na primeira década do século XX, foi em 1915, no Rio de Janeiro, que foi criada a primeira instituição nacional, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), numa iniciativa de concentrar os desejos das diferentes ligas e representar o Brasil na FIFA (entidade internacional criada em 1904) (FRANZINI, 2009), o que viria a acontecer no ano de 1923 (NEGREIROS, 2009). O reconhecimento pelo governo brasileiro da CBD, como instituição de utilidade pública, viria pelo presidente Epitácio Pessoa através do Decreto n. 3.895, quatro anos depois de sua criação (BRASIL, 1919).

A CBD, por todo o período de concretização das práticas esportivas no país, teve um papel dominante. Por vezes, as lideranças da instituição abriram mão de convocar e levar para campeonatos internacionais os melhores jogadores para não ceder às pressões de ligas locais e manter sua posição. Esse foi o caso da Copa do Mundo de 1930, quando a Associação Paulista de Esportes Atlético não liberou seus jogadores porque a CBD não havia chamado nenhum componente paulista para a comissão técnica. Mesmo os paulistas representando 15 dos 23 jogadores convocados, a CBD preferiu não levar esses jogadores e teve resultados muito ruins na competição (DRUMOND, 2009).

Essas disputas foram acentuadas na década de 1930 e 1940, quando o relevante êxodo de jogadores brasileiros para o exterior provocou uma discussão ideológica sobre a manutenção ou fim do amadorismo no futebol. A CBD recusava-se à essa incorporação, enquanto alguns clubes lutavam pelo profissionalismo – nessa dissidência, os clubes criavam ligas alternativas e organizavam campeonatos nacionais com qualidade superior àqueles da CBD. Para além das disputas entre amadores e profissionais, estava em jogo a disputa entre dirigentes esportivos que eram influentes também na política e entre a elite econômica (DRUMOND, 2009).

À parte da disputa entre profissionalismo e amadorismo, outro ponto de disputa no cenário esportivo brasileiro se deu na década de 1930, quando alguns grupos começaram a criar as chamadas federações estaduais especializadas, que visavam administrar uma única modalidade. Essa postura colidia com a CBD, que possuía federações associadas para múltiplos esportes. Assim, novos grupos passaram a surgir, inclusive tentando conquistar o monopólio pela liderança do futebol. Pela aproximação pessoal entre o então presidente da CBD, Luiz Aranha, com o presidente da república Getúlio Vargas, o governo passa a intervir no futebol

através de uma legislação feita para o teatro, estabelecendo regras e controlando o esporte conforme os interesses da CBD (DRUMOND, 2009).

Ao se expandir para além dos ambientes da elite, o esporte começa a sofrer intervenções do Estado. Se nos primeiros momentos essas intervenções eram pontuais, como a mobilização de setores do governo para o Campeonato Sul-Americano de futebol no Rio de Janeiro em 1919, no decorrer do século XX elas passam a ser maiores e mais frequentes. Sob a administração de um Estado centralizador como o governo de Vargas, as disputas típicas de um campo em construção, como era o esportivo naquele momento, passam a sofrer uma influência significativa do campo político. Num primeiro cenário, mais que os interesses do próprio Estado, foram as relações pessoais que passaram a preponderar sobre as posições dominantes e dominadas. Posteriormente, com a consolidação do futebol como prática cultural no Brasil, outros contornos e influências passam a ser observadas.

Além da intervenção sobre a organização e função das instituições esportivas, destaca-se os incentivos e a associação de imagem dos presidentes em especial às seleções brasileiras que representam o país na Copa do Mundo de futebol.

Em 1938, para a Copa do Mundo na França, Getúlio Vargas recebeu os jogadores brasileiros antes da partida, financiou significativamente as despesas e sua filha foi a “madrinha” do selecionado. Considerando que o Estado Novo havia sido estabelecido em 1937 por Vargas, com alto investimento na unidade nacional e centralização política, a popularidade do futebol e a representatividade da seleção servia aos seus propósitos – como um extra, a miscigenação racial dos jogadores seria a ilustração da harmonia da suposta democracia racial e combinavam com o ufanismo nacionalista mobilizado naquele período (DRUMOND, 2009).

Em outro regime político autoritário, como os anos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), é bastante conhecido o uso político do esporte, e em especial da seleção brasileira de futebol. Para além do futebol, nesse período o esporte em si foi visto como uma questão de Estado por vários motivos, em que se soma a possibilidade de dar visibilidade política internacional às ações nacionais, especialmente considerando o crescimento econômico e a “necessidade” de “incluir” o Brasil entre os países desenvolvidos. Podemos considerar ainda a possibilidade de aproximação e sensibilização da população ao regime e, ainda, a importância política, econômica e simbólica que o esporte passava a ter entre as potências mundiais nos anos da Guerra Fria (OLIVEIRA, 2009).

Embora a construção e consolidação do campo esportivo brasileiro tenha sido visto aqui com os subsídios dados pelas pesquisas relacionadas ao futebol, que indubitavelmente tem um papel protagonista nesse campo desde seu início até os dias atuais, não podemos perder de vista

a presença de outras práticas esportivas e dos movimentos relacionados aos Jogos Olímpicos. Nesse sentido, as instituições esportivas e as ações – em alguns casos interferências – governamentais já descritas se inter-relacionam com o desenvolvimento do movimento olímpico no país, motivo pelo qual sua descrição foi realizada.

A seguir, delineamos como se deram essas inter-relações, bem como os procedimentos mais específicos de institucionalização e relacionamento com o Estado brasileiro, culminando na leitura do campo esportivo brasileiro e a posição das instituições relacionadas ao movimento olímpico no período da candidatura aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

4.3.2 A institucionalização do movimento olímpico brasileiro no século XX

Apesar da existência e do reconhecimento do COB pelo COI desde 1914, nas décadas iniciais do envolvimento brasileiro nos Jogos Olímpicos a responsabilidade na organização das equipes brasileiras foi delegada à CBD. Além do futebol, esta instituição geria outras modalidades esportivas, como o atletismo, o remo e o tênis (NEGREIROS, 2009).

A primeira participação nacional nos Jogos Olímpicos ocorreu em 1920, no evento na Antuérpia, que teve o apoio financeiro federal em dois momentos, de acordo com decretos presidenciais aprovados no legislativo. No primeiro, através do Decreto n. 4.094/1920, o governo esteve autorizado a auxiliar os representantes brasileiros com “expediente, material, viagem e estadia”, num valor limite de 150 contos de réis (BRASIL, 1920). No ano seguinte, o Decreto n. 14.600 dava um crédito financeiro ao Ministério das Relações Exteriores para cobrir as despesas da Confederação Brasileira de Desportos com a “Comissão Brasileira, que, a convite do Comité Olympico Internacional, seguiu para tomar parte nas Olympiadas de Antuerpia” de 40 contos de réis (BRASIL, 1921).

Desses dados, duas informações nos chamam a atenção: primeiro, a iniciativa de cobertura de parte suplementar (supõe-se) dos custos, posterior à participação do país; segundo, o pagamento via Ministério das Relações Exteriores, indicando uma percepção mais estratégica do esporte internacional em um momento ainda inicial do movimento olímpico e da própria participação brasileira.

Pelo que é possível compreender dos decretos presidenciais, a delegação brasileira era convidada pelo COI para participar do evento sem necessariamente passar pela intermediação de uma instituição olímpica nacional. Conhecer o cenário da criação dessa instituição, que tardiamente seria reconhecida pelo governo brasileiro, auxilia na compreensão do seu papel secundário nos seus anos iniciais.

Conforme Danilo Lemos (2008), na ocasião em que o corpo diplomático brasileiro estava em Berna (Suíça), Raul do Rio Branco fez parte da comitiva convidada para participar da reunião do COI em Lausanne no ano de 1913. Na ocasião, o diplomata reencontrou conhecidos, inclusive Pierre de Coubertin que, sabendo da sua nacionalidade, convidou-o para fazer representar o Brasil no COI. Membro de uma família da elite brasileira, a prática de esportes fazia parte do cotidiano dos Rio Branco, mas Raul não tinha ligações ou familiaridade com o cenário esportivo brasileiro. Passando a ser sua responsabilidade indicar membros para participarem das reuniões do COI, foi com o auxílio de membros do Comitê Olímpico Português, que assessoravam a criação de um comitê olímpico no Brasil, que Raul do Rio Branco fez contato com o periódico *Jornal do Brasil*, visando estreitar os laços com grupos nacionais que tinham esse propósito. No ano seguinte, em 1914, cria-se o “Comitê Olympico Nacional”, altamente influenciado pelo *Jornal do Brasil*, considerando que esse meio de comunicação não só divulgava as informações, mas promovia os encontros em seu prédio e teve seu proprietário como o primeiro presidente da instituição esportiva (LEMOS, 2008).

Foi assim que a relação Brasil-COI deu seus primeiros passos. Mas esses esforços individuais, ainda que de pessoas poderosas e influentes politicamente, demoraram a surtir efeito para se consolidar como representação legítima, tanto internamente com o governo federal quanto externamente com o COI. De fato, essa situação não foi exclusiva do caso brasileiro mas uma tendência latino-americana, região da qual surgiram 11 representantes de 8 diferentes países como membros do COI entre 1894 e 1922, mas nenhuma efetiva participação nos encontros do COI ou real comprometimento no estabelecimento de comitês olímpicos nacionais nesse mesmo período (TORRES, 2006).

O ano de 1922 é um marco porque, ocorrendo os Jogos Latino-americanos no Brasil, houve uma maior aproximação do COI na região. Consultando fontes históricas do COI, César Torres (2006) descreve toda a negociação internacional para que o evento acontecesse. A mobilização principal se deu pela Associação Cristã de Moços dos Estados Unidos, através de seu então presidente Elwood Brown, que pelos anos 1920 fez propostas para ampliar as áreas de atuação do COI e de sua própria associação, via eventos regionais em diferentes partes do mundo, inclusive na América do Sul. A ideia seria que a Associação Cristã de Moços promoveria os eventos, articulando seus representantes nos diferentes países, e o COI daria sua chancela. No Brasil, já era conhecida a intenção da celebração do centenário da independência e haviam propostas de “Jogos Olímpicos nacionais”, a ser organizado pela CBD com o apoio do Fluminense *Football Club*. Sabendo disso, a Associação Cristã de Moços incentivou que o país convidasse outros países e fizesse os Jogos Sul-americanos. Posteriormente, outros países

da América Central e México teriam se mostrado interessados em participar da festividade, mudando a perspectiva do evento para a América Latina. Apesar da morosidade na preparação e a contínua desconfiança de Coubertin, os Jogos aconteceram em 1922, com mobilização mais efetiva da prefeitura do Rio de Janeiro e presença do presidente Epitácio Pessoa, entre outras figuras políticas e diplomáticas, além de Elwood Brown pela Associação Cristã de Moços e Henri de Baillet-Latour representando o COI (TORRES, 2006).

Apesar da não participação de atletas da América Central e do México, na ocasião representantes dos países criaram um Comitê dos Jogos Latino-Americanos e Baillet-Latour incentivou a criação de federações e comitês olímpicos nacionais, obviamente que estivessem posteriormente vinculados ao COI, através de visitas a diversos países da América Latina entre 1922 e 1923, com o suporte da Associação Cristã de Moços (TORRES, 2006). Como mencionamos, Baillet-Latour se tornaria o presidente do COI em 1925 e ficaria no cargo até 1942. O período de sua “peregrinação” pelas Américas até sua saída da presidência do COI se caracteriza como a fase de afirmação, em que se percebe o esforço de ampliar as fronteiras do movimento olímpico para torna-lo efetivamente internacional.

Nas visitas de Baillet-Latour, dois novos representantes esportivos foram convidados a compor o COI: Arnaldo Guinle, então presidente do Fluminense, e José Ferreira Santos, membro da Associação Paulista de Esportes Atléticos (LEMOS, 2008). Apesar do convite do COI à José Ferreira Santos, sua entidade não poupou críticas à organização dos Jogos Latino-americanos, em especial à CBD. Essa manifestação contrária, naquele momento, não tinha relação com o Comité Olympico Nacional, mas dos paulistas que colocavam insatisfação com a posição da CBD e do Rio de Janeiro como representantes do esporte nacional, questionando inclusive a legitimidade da CBD na gestão do esporte nacional (TORRES, 2006).

No decorrer da década de 1920 e início dos anos 1930, essas animosidades prosseguiram, mas a CBD continuou à frente da administração esportiva nacional. Para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 1932, a CBD criou a chamada “Caixa Olímpica”, fundo a partir do campeonato brasileiro de futebol para subsidiar a participação brasileira nos Jogos. No insucesso dessa arrecadação, outras promoções de eventos esportivos foram realizadas por Botafogo e Fluminense, mas ainda insuficientes para custear a viagem (DRUMOND, 2009).

As dificuldades daquela edição foram registradas pela memória da nadadora Maria Lenk, primeira mulher sul-americana a competir nos Jogos Olímpicos, que narrou o precário apoio recebido e as dificuldades da delegação brasileira em viajar de navio, tendo que vender sacas de café conseguidas como doação pelo então presidente da CBD para custear a viagem até Los Angeles (EUA) (NEGREIROS, 2009). Apesar de não ter nenhuma indicação de apoio

financeiro, o Decreto n. 21.553/1932 estabelece que “a representação desportiva do Brasil às Olimpíadas de Los Angeles constituirá serviço público federal”, tomando como pressuposto que oficializar a representação “corresponde ao sentimento geral da mocidade do país” (BRASIL, 1932).

Nesse contexto, existia uma significativa disputa entre instituições, especialmente pelo futebol, que aparentemente se dava pela aceitação ou não do profissionalismo, mas indicava uma tentativa de tomada de poder de diferentes grupos (DRUMOND, 2009). Esses conflitos acabariam influenciando o esporte olímpico, já que os representantes brasileiros no COI não estavam em posições dominantes na CBD, por isso começaram a buscar maior influência nos processos decisórios e maior importância para suas instituições.

Em 1935, os representantes brasileiros no COI, articulados com representantes de outras instituições esportivas nacionais, criaram o COB, sob a presidência de Antonio Prado Junior (então presidente da Associação Paulista de Esportes Atléticos). A CBD tentou resistir em sua posição de representação, alegando que era a instituição esportiva brasileira, mas os membros do COB alegavam que a CBD não estava totalmente acordada com as prerrogativas do COI, necessitando assim uma nova representação mais adequada ao padrão olímpico internacional (LEMOS, 2008). Com uma posição mais privilegiada na negociação, ao serem membros do COI, os membros do COB tinham maior reconhecimento internacional, embora nacionalmente a CBD tivesse o apoio de Getúlio Vargas (DRUMOND, 2009; LEMOS, 2008).

Importante mencionar que o COI reconhece como data de criação do COB o ano de 1914 (ALMEIDA, B., 2010). De fato, como argumentamos, a instituição criada em 1914 teve pouca ou nenhuma importância no cenário esportivo brasileiro até a década de 1930. Atualmente, na “história oficial” do COB (COB, 2014a), ignora-se o nome “Comité Olympico Nacional” na descrição de suas primeiras décadas, talvez como uma forma de justificar a noção de que a instituição é centenária sem esclarecer seu papel secundário nos anos iniciais. Das fontes que consultamos, existe mais uma postura de compreender o ano de 1935 como uma criação do que uma reorganização.

Para a representação nacional nos Jogos Olímpicos de 1936, a disputa entre CBD e COB alcançou seu ápice, já que o COI não aceitaria mais que uma instituição como responsável pelas delegações nacionais. Buscando não só a legitimidade no envio dos atletas, mas especialmente a sobrevivência e conquista da posição dominante nesse cenário, COB e CBD mantiveram até o último instante a perspectiva de organizar e enviar à Berlim suas equipes de forma isolada. Com a pressão do COI e o risco do Brasil não ter nenhuma representação (o que seria uma

“vergonha” para o esporte nacional), Getúlio Vargas interveio na contenda para garantir a participação e uma trégua entre as instituições (DRUMOND, 2009).

Nesse período, os debates sobre a organização do esporte se acentuaram, sendo que parte da imprensa era favorável a uma intervenção do Estado para mediar as disputas das instituições, considerando que “o nome do país” estava em jogo (NEGREIROS, 2009). Em 1941, cinco anos depois, oficializava-se a condição dos esportes no país através de legislação.

Nesse intervalo de tempo, além do investimento na Copa do Mundo de 1938, uma comissão para tratar do assunto esportivo foi criada por Getúlio Vargas no mês de janeiro de 1939, tendo 60 dias para apresentar relatório com sugestões (BRASIL, 1939a). Já em abril, o governo cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos dentro da Universidade do Brasil (BRASIL, 1939b), indicando uma intenção de investimento na área de esporte. A seguir, viria a ser aprovado o Decreto-lei 3.199/1941, que foi um marco por se tratar da primeira regulamentação para o esporte no país. Nele, instituía-se o Conselho Nacional de Desportos, que ordenaria a prática esportiva, além de regular a atuação de confederações, federações, ligas, associações e competições esportivas, entre outras medidas (BRASIL, 1941).

Conforme o Decreto-lei 3.199/1941, no relacionamento com os Jogos Olímpicos, o Conselho Nacional de Desportos deveria convidar representantes do COI para suas reuniões, em nenhum momento levando em consideração o já criado ou a reformulação do COB, apesar dos problemas já mencionados em 1936. A consulta ao texto original do decreto-lei contraria a informação de Abreu et al. (2006, p. 3.15), onde se lê que “[...] a nova legislação oficializou no Brasil as prerrogativas e deveres destas modalidades [esportes olímpicos] sob a égide do COI e do seu único representante no país, o COB”. Considerando a utilização da obra como referência, notamos que esse equívoco é repetido em diversas outras publicações, da qual assumimos *mea culpa* em Almeida, B. (2010, p. 72).

Posterior a 1941 até o fim do governo Vargas em 1945, uma quantidade significativa de leis é criada, regulando o ensino da Educação Física e a organização do esporte no país. Selecionamos no quadro abaixo aquelas relacionadas à organização do esporte²³, embora significativas legislações para a Educação Física também fazem parte deste interstício histórico, o que reforça os argumentos sobre a importância dada para as práticas corporais.

²³ Uma lista com toda a legislação brasileira relacionada ao COB e aos Jogos Olímpicos, de 1920 à 2013, pode ser encontrada no apêndice E.

QUADRO 6 – LISTA DE DECRETOS E DECRETOS-LEI RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL – 1941-1944

Identificação	Data	Ementa
DEL 3.617/1941	15/09/1941	Estabelece as bases de organizacao dos desportos universitarios.
DEC 9.267/1942	16/04/1942	Aprova o regimento do conselho nacional de desportos.
DEL 4.279/1942	27/04/1942	Declara isentas de impostos e taxas municipais, no distrito federal, nas condicoes que menciona, as entidades desportivas filiadas ao Conselho Nacional de Desportos – CND
DEC 9.919/1942	08/07/1942	Declara existente a confederacao brasileira de caca e tiro.
DEL 5.342/1943	25/03/1943	Dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplinadas atividades desportivas, e dá outras providências.
DEC 12.274/1943	16/04/1943	Declara existente a confederacao brasileira de hipismo.
DEC 14.903/1944	29/02/1944	Concede subvencoes a entidades desportivas, para o exercicio de 1944.
DEL 6.714/1944	19/07/1944	Isenta do pagamento de foros as entidades de desportos nauticos, titulares de aforamentos concedidos antes da vigencia do DEL 3438, de 17/07/1941 (que esclarece e amplia o decreto-lei 2490, de 16/08/1940).
DEL 7.087/1944	27/11/1944	Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder isencao de impostos predial e territorial aos clubes desportivos, na forma que menciona.

FONTE: Brasil (2014b).

NOTA: DEC: Decreto; DEL: Decreto-lei. Ausência de acentuação gráfica conforme original.

O quadro ilustra a movimentação legislativa brasileira durante o período Vargas, com reconhecimento de confederações brasileiras e concessão de isenções e subvenções para as organizações esportivas. Considerando que após os Jogos Olímpicos de 1936 só haveria outra competição do gênero em 1948, foi neste ano que o presidente Eurico Gaspar Dutra liberaria recursos para auxiliar na participação da delegação brasileira nos Jogos de Londres, sendo que pela primeira vez esse benefício seria concedido ao COB como instituição (BRASIL, 1948). De todo modo, o período continuou sendo significativo para o reconhecimento de confederações e concessão de subvenções. Em dezembro de 1952, o presidente Vargas concedeu contribuições para diferentes entidades esportivas (COB, confederações, federações, ligas e clubes), porém sem referenciar a motivação – como a participação nos Jogos de Helsinque 1952, cuja clara menção de financiamento da delegação aparece em lei aprovada por Juscelino Kubitschek quatro anos depois (BRASIL, 1952, 1956).

Para as demais delegações olímpicas, não existem decretos ou leis indicando recursos nos anos 1950. Em 1960, com uma antecipação inédita, Juscelino Kubitschek aprova pelo Decreto n. 49.131 a criação de uma comissão para propor um plano de preparação para os Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964. No texto, considera-se a “necessidade de prestar maior atenção e cuidado às entidades, clubes e atletas” para a representação brasileira naquele evento (BRASIL, 1960). Na legislação, nenhum ato subsequente indica as sugestões dessa comissão

ou mesmo qualquer tipo de menção dos Jogos em Tóquio, como aconteceu com os auxílios financeiros anteriores. Na sequência, somente liberação de vistos consulares para a participação de delegações nos Jogos Pan-Americanos de São Paulo em 1963 foram objeto de legislação do governo federal (BRASIL, 1963).

Tardou quase uma década para nova aparição de legislação referente ao movimento olímpico. No ano de 1969, com a centralização das loterias pelo governo federal via Caixa Econômica, garantia-se um repasse de 30% da renda líquida para atividades esportivas e relacionadas à Educação Física – posteriormente, a regulação de 1971 indicou que os recursos seriam administrados pelo Conselho Nacional de Desportos e pelo Departamento de Desportos e Educação Física, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1969, 1971). Entretanto, esses recursos não eram vinculados, nas leis, ao COB ou à participação olímpica brasileira.

Considerando a vigência da ditadura militar, percebemos a centralização das ações, ao mesmo tempo em que a Educação Física passa a fazer parte da estrutura institucional governamental. Na continuidade do Conselho Nacional de Desportos, também o esporte continuava como objeto de atenção da ação pública – sem perder de vista que a proposta de composição original, de 1941, passou por reformulações, aumentando-se o número de componentes e seus mandatos, mas ainda dependendo da indicação do presidente da república (BRASIL, 1974).

Nesse período, uma nova legislação para reger o esporte (Lei n. 6.251/1975) foi aprovada, colocando como objetivos da Educação Física e dos esportes a noção de melhoria das aptidões físicas dos brasileiros, bem como a “elevação do nível técnico desportivo das representações nacionais” (inciso IV do art. 5º), oficializando a importância do vencer em territórios internacionais. Também nessa lei, ao COB foi assegurada independência e autonomia para organização e direção das representações brasileiras em Jogos Olímpicos e Pan-americanos, limitando para si o uso dos símbolos olímpicos (art. 23 e 24) (BRASIL, 1975). Esses pressupostos foram regulamentados por legislação seguinte, em que se somou a exclusividade do COB no uso dos termos “olímpico” e “olimpíada” (BRASIL, 1977). Essa ação antecipou a promulgação em território brasileiro do Tratado de Nairobi (1981), que garantia a proteção do uso das propriedades olímpicas, o que só viria a acontecer em 1984 (BRASIL, 1984).

Apesar do reconhecimento do COB, a indicação a respeito do financiamento das delegações participantes dos Jogos Olímpicos e Pan-Americanos, bem como para o Campeonato Mundial de Futebol, existente na Lei n. 6.251/1975, não estava vinculada à

instituição. O tema do financiamento do esporte olímpico retorna à legislação na década de 1980, quando se discute e aprova a proposta de repassar ao COB a renda líquida proveniente de concursos esportivos da loteria federal, inicialmente nos anos de realização de Jogos Olímpicos e Pan-Americanos, para posteriormente se estender a uma renda anual (BRASIL, 1982).

Os períodos descritos até aqui perpassaram as presidências do COB por Antonio Prado Junior (de 1935 a 1947), Arnaldo Guinle (de 1947 a 1950), José Ferreira Santos (1950-1963) e Sylvio de Magalhães Padilha (de 1963 à 1990) (COB, 2014b). Isso significa que as três pessoas que participaram da articulação para a criação do (ou transformação do Comité Olympico Nacional para) COB em 1935, envolvidas nas movimentações esportivas olímpicas desde os Jogos Latino-Americanos de 1922, estiveram diretamente na direção do esporte olímpico nacional por 30 anos.

A representação brasileira no COI também tem características semelhantes acerca da duração na posição. Especialmente os primeiros membros brasileiros, pela quantidade de ausências nas seções, reforçam a hipótese de que sua participação era mais figurativa que representativa ou mobilizadora de demandas – o que não retira suas importâncias no sentido simbólico das suas posições. Fizeram parte do COI: Raul do Rio Branco (1913-1937 – 10 presenças e 11 abstenções em seções do COI) (BUCHANAN; LYBERG, 2010a); Arnaldo Guinle (1923-1960 – 36 abstenções e nenhuma presença); José Joaquim Ferreira Santos (1923-1962 – 11 presenças e 27 abstenções) (BUCHANAN; LYBERG, 2010b); Antonio Prado Junior (1938-1955 – 1 presença e 12 abstenções) (BUCHANAN; LYBERG, 2011); Sylvio Magalhães (1964-1995 – 44 presenças e 2 abstenções); João Havelange (1963-2011 – 45 presenças e 3 abstenções) (BUCHANAN; LYBERG, 2013); Carlos Arthur Nuzman (2000-); e Bernard Rajzman (2013-). Sobre os dois últimos, que ainda ocupam suas posições, não temos informações oficiais ou na literatura sobre o número de participações e abstenções nas seções do COI.

Comparativamente, podemos perceber que, dentre os representantes no COI, só não foram também presidentes do COB os membros Raul do Rio Branco (justificativa já indicada), João Havelange (importante figura na FIFA) e Bernard Rajzman (recentemente indicado pelo COB). Na direção inversa, somente André Gustavo Richer foi presidente do COB mas não membro do COI.

Aqui percebemos como a oligarquia de auto-perpetuação (*self-perpetuating oligarchy*) à que se referiu Bourdieu também se reflete na administração do esporte olímpico no Brasil, tanto por parte da duração dos presidentes no poder do COB, como também pela manutenção

e indicação de representantes que fazem parte desses mesmos nichos sociais para o COI. Poderia se discutir ainda se nessas mudanças de pessoas na presidência houve efetiva variação nos grupos diretivos ou pessoas com perfis e ideias semelhantes apenas se alternaram no poder. O que se nota é que, nas décadas seguintes, esse cenário de presidentes por longos períodos não teve grandes transformações, inclusive até os dias atuais. Posteriormente, foram presidentes apenas André Gustavo Richer (de 1990 à 1995) e Carlos Arthur Nuzman (de 1995 até 2016) (COB, 2014b).

Durante a presidência destes, percebe-se no COB uma inclinação à promoção de eventos esportivos de porte significativo. Sem necessariamente ser uma iniciativa tornada pública ou estabelecida como etapas para alcançar uma meta tal como sediar os Jogos Olímpicos no Brasil, nessas décadas observamos uma consistência e insistência mais significativa para esse fim, especialmente considerando os Jogos Sul-Americanos, realizados em 2002, e especialmente os Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007. Por isso, entendemos que a candidatura de 2016 só pode ser compreendida com a revisão dessas ações.

4.3.3 O cenário de preparação: as candidaturas olímpicas anteriores e o Rio 2007

Conforme brevemente apresentado na introdução deste trabalho, a candidatura do Brasil aos Jogos Olímpicos aconteceu pela primeira vez no fim dos anos 1920, período em que, como foi apontado, os processos de candidatura e realização do evento eram bastante rudimentares em comparação à realidade atual.

Por exemplo, segundo Rubio (2010a), a primeira candidatura brasileira, especificamente da sua capital de então, o Rio de Janeiro, teria sido apresentada para os Jogos Olímpicos de 1936, na 25ª sessão do COI em Mônaco no ano de 1927. Tal projeto seria uma estratégia dos então membros brasileiros do COI – Raul do Rio Branco, Arnaldo Guinle e José Ferreira dos Santos – para legalizar a situação do COB (na época designado como Comitê Olympico Nacional) perante o COI. Ainda segundo a autora, o país abdicou da sua candidatura em 1930 devido à crise econômica internacional, que teve um considerável impacto negativo sobre a economia cafeeira brasileira dependente da exportação. Se, num primeiro momento, as candidaturas de Alexandria, Barcelona, Budapeste, Helsinque, Lausanne, Milão ou Roma e Rio de Janeiro foram apresentadas (RUBIO, 2010a)²⁴, Berlim se candidatou durante sessão do COI

²⁴ Buenos Aires teria também apresentado sua candidatura no ano de 1925 para aquela edição, que acabou por não ser confirmada na sessão de 1927, estima-se, por falta de planejamento e comprovação de apoio econômico (TORRES, 2007).

realizada na própria cidade em 1930 e foi eleita no ano seguinte com 43 votos contra 16 de Barcelona, sua única concorrente, além de 8 abstenções (ORGANISATIONSKOMITEE FÜR DIE XI OLYMPIADE BERLIN 1936, 1936).

A segunda postulação²⁵ aconteceu para os Jogos Olímpicos de 2000, em Brasília, num empreendimento mobilizado ao final da década de 1980 por membros da iniciativa privada e com a adesão do então presidente Fernando Collor de Melo. Entendia-se que o evento serviria como um marco comemorativo dos 40 anos da cidade e dos 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil (RUBIO, 2010a).

Para essa tentativa, um decreto criando a comissão responsável pela coordenação e supervisão da candidatura foi aprovado em 1990, que deveria ter representação dos seguintes setores: de dois membros (secretário e membro) da secretaria de esportes da presidência, do Ministério das Relações Exteriores, do Governo do Distrito Federal, da Secretaria de cultura e esporte do Distrito Federal, da Empresa Brasileira de Turismo, do empresariado privado e dos atletas de Brasília (estes seriam os precursores da proposta). Todos os representantes seriam nomeados pelo presidente da república, com indicação das respectivas lideranças institucionais (BRASIL, 1990).

Conforme reportagem da Folha de S. Paulo em 30 de janeiro de 1993, o deputado Paulo Octavio (do mesmo partido do presidente Collor) dirigia a comissão para realização do evento. O projeto contava com o apoio de Itamar Franco, sucessor de Collor após seu processo de impeachment, que endossou a carta ao COI que acompanhava o dossiê da cidade. Ainda segundo a reportagem, em dois anos de projetos foram gastos US\$ 2,5 milhões, patrocinados por empresas como Perdigão, Varig, Sanbra e Bradesco (ITAMAR APÓIA..., 1993).

De acordo com Jennings (1996), em visita à cidade candidata, o então presidente do COI, Juan Samaranch, teria dito que a cidade estava preparada para receber o evento. Esse comentário foi veiculado pela Folha de S. Paulo no dia 16 de fevereiro de 1993, após o então presidente sobrevoar Brasília e se encontrar com o presidente Itamar Franco. Conforme o jornal, João Havelange, na época presidente da FIFA e membro do COI, seria o “cabo eleitoral” do país. Em entrevista, Havelange afirmou que Itamar apoiava a candidatura, porém as garantias financeiras não foram comentadas (BRASÍLIA TEM..., 1993).

²⁵ Através da consulta das minutas do COI, Silvestre (2013) aponta que o Rio de Janeiro foi ainda cidade candidata para receber os eventos equestres dos Jogos Olímpicos de 1956, que seriam sediados por Estocolmo (ver subitem 3.3.3.1 desta tese). Essa teria sido a primeira candidatura que chegou a ser considerada até as últimas instâncias de votação. Ainda segundo o autor, foram duas as intenções anunciadas que não progrediram: a já mencionada para 1936 e uma segunda, para 1960.

Apesar desse suporte inicial, as visitas do comitê de avaliação teriam indicado a ausência de infraestrutura e de apoio de organizações esportivas (SILVESTRE, 2013), além de rede hoteleira insuficiente para atender às demandas do COI (JENNINGS, 1996). Já conforme o jornal brasileiro, ao final da inspeção da comissão de avaliação, o chefe da delegação tratou o projeto brasileiro como “sólido” (COI ENCERRA..., 1993). A desistência da candidatura teria ocorrido em 12 de agosto de 1993, anunciada pela vice-governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek, por motivos econômicos e organizacionais. Sobre este último, alegava-se a falta de alinhamento entre o grupo proponente e o COB. Segundo ela, a decisão de retirar a candidatura teria sido tomada em conjunto com o COI, em reconhecimento às limitações do plano, projetando uma nova tentativa para o ano de 2004 (BRASÍLIA DEIXA..., 1993).

Embora houvesse um horizonte político para outra candidatura brasiliense, a representante brasileira voltou a ser a cidade do Rio de Janeiro para o evento de 2004. Para a ocasião, houve efetivamente uma passagem pelo processo de votação e apresentação formal da proposta. Os membros que compunham a delegação brasileira foram: João Havelange (ex-presidente da FIFA e membro do COI), Luis Martins Melo (coordenador do projeto de candidatura), Luiz Paulo Conde (prefeito do Rio de Janeiro), Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB), Edson Arantes do Nascimento – Pelé (ministro extraordinário dos Esportes) e Ronaldo César Coelho (deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente do comitê de candidatura) (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 1997).

Nos documentos encaminhados ao COI com a candidatura brasileira, a carta introdutória de Ronaldo César Coelho indica que a proposta se originou nas autoridades públicas, apoiados por membros da sociedade civil e da população carioca. Pela forma de apresentação, entende-se que a liderança do processo partiu da prefeitura do Rio de Janeiro com o apoio do governo estadual e federal. Ainda na carta, Coelho argumenta que a cidade possui como características positivas a fraternidade entre as pessoas, o amor pelo esporte, da sua criação à prática bem como a presença de heróis esportivos (RIO DE JANEIRO OLYMPICS BID COMMITTEE RIO 2004, 1996).

Na sequência, a apresentação do país e da cidade inicia com a explicação acerca da situação política e econômica, buscando dar credibilidade às conquistas políticas – eleições diretas e garantia de liberdade de expressão –, dando um tom positivo ao então recente processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Também eram destaque as conquistas econômicas, como o controle da inflação, a adoção do real como moeda e a criação do Mercosul. Maiores detalhes sobre tais aspectos são desenvolvidos nos itens seguintes do documento, que tratam dos partidos políticos, das eleições, do consenso da candidatura entre

os níveis de governo, do suporte político, da autonomia política da cidade, das relações internacionais do Brasil, da abertura ao investimento internacional, dos recursos econômicos e de dados de renda e populacionais. Somente no item 1.12 que o foco se volta à opinião pública, seguida da possibilidade da cidade sediar todos os eventos, com exceção da canoagem slalom que se realizaria na cidade de Rio Claro em São Paulo. Em relação ao benefício à cidade e ao país, o texto aponta para: impacto no bem estar cultural e econômico (em especial pelo investimento em infraestrutura), como também na autoestima dos brasileiros e na possibilidade de crescimento da visibilidade e conseqüentemente como destino turístico (RIO DE JANEIRO OLYMPICS BID COMMITTEE RIO 2004, 1996).

A iniciativa era uma das estratégias que a cidade do Rio de Janeiro adotou, assessorada por políticos e urbanistas de Barcelona, na formação do plano estratégico da cidade iniciado no ano de 1993. Estes fizeram parte, como consultores, da equipe que preparou a candidatura brasileira, desenvolvendo um projeto semelhante àquele utilizado pela cidade catalã, que visava alcançar parte dos objetivos estabelecidos no plano estratégico maior (FERNANDES, 2008; SILVESTRE, 2013). Nessa ideia, o caderno de candidatura traz a proposta de proporcionar um uso futuro da infraestrutura construída, beneficiando áreas menos favorecidas (RIO DE JANEIRO OLYMPICS BID COMMITTEE RIO 2004, 1996).

No relatório do governo brasileiro sobre a realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos no Rio de Janeiro em 2007, há uma referência inicial sobre a “experiência de 2004”, cujo insucesso teria “ensinado” ao país como planejar a candidatura de forma “mais apropriada”²⁶. No texto, afirma-se que o COI “considerou o projeto inviável” pela ausência de garantias, tais como instalações esportivas pré-existentes e segurança, o que seria a consequência da falta de consenso entre os integrantes do comitê organizador – a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (AD-Rio), a Associação Comercial e a prefeitura da cidade. Embora no relatório não seja listado, o COB também fazia parte do processo, mesmo que com uma atuação de menor escala em comparação aos projetos seguintes (BRASIL, 2007). Silvestre (2013), com base nas notícias veiculadas na época, aponta que

²⁶ Para além da tentativa de justificar a realização do Rio 2007, entendemos que o “aprendizado” com a candidatura para os Jogos de 2004 também se deu em níveis organizacionais de preparação para o processo eleitoral do COI. Levantamos esse argumento ao observar que o caderno de candidatura encaminhado ao COI na ocasião possuía diversos erros de digitação e tradução. Embora este seja um elemento minoritário, é um elemento desfavorável dentro da análise numa concorrência entre diferentes candidatas.

existia uma tentativa de protagonismo político por parte de Ronaldo César Coelho que gerava insatisfação ao COB e à prefeitura do Rio.

Além das áreas posteriormente consagradas como locais de eventos esportivos (Complexo do Maracanã, Lagoa Rodrigo de Freitas, Marina da Glória, a praia de Copacabana, a Barra da Tijuca e a região de Deodoro), o projeto indicava que importantes estruturas do evento (como o estádio olímpico, a vila olímpica, o centro de imprensa, o hospital olímpico entre outras infraestruturas esportivas) seriam construídas próximas à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Governador (BRASIL, 2007; SILVESTRE, 2013).

Talvez o maior objeto de desavenças tenha sido a centralidade da Ilha do Governador no projeto. A área continha duas favelas com cerca de 62 mil pessoas e era o oposto em apelo econômico e imobiliário da Barra da Tijuca. Mas foi justamente a proposta social que atraía o apoio de intelectuais e ativistas sociais, culminando especificamente com o envolvimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que propôs a criação de uma agenda social para o projeto Rio 2004, garantindo com isso um diferencial e visibilidade na mídia internacional (SILVESTRE, 2013).

Conforme depoimento de Itamar Silva, líder comunitário da favela Santa Marta, o sociólogo advogou favoravelmente à mobilização da cidade também para superar algumas das barreiras sociais existentes em conjunto com outras lideranças comunitárias. A agenda era composta por cinco principais itens: (1) que não houvessem pessoas morando na rua, (2) pela universalização da educação de qualidade, (3) pela promoção conjunta de esporte e cidadania, (4) pela alimentação ideal para todas as crianças e (5) pela urbanização das favelas. Este último ponto foi visto como o carro-chefe para se alcançar os demais objetivos. Tal proposta, inicialmente, mobilizou o envolvimento de membros da iniciativa privada (empresas, sindicatos e fundações), como também representantes da Caixa Econômica Federal, mas que acabaram se distanciando com o decorrer do tempo (SILVA, I., 2003).

Embora no depoimento não constem datas que possibilitem comparar o desenvolvimento da agenda social com a candidatura Rio 2004, hipoteticamente é possível pensar que o afastamento desses grupos tenha se dado pela incompatibilidade da inclusão de tal agenda nos projetos maiores da cidade. Essa ideia é reforçada por um extrato do discurso do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que parafraseado no relatório do Rio 2007 afirma:

Os Jogos são, antes de tudo, um evento econômico relacionado ao esporte. Ele tem suas lógicas e suas exigências. Imaginem uma foto de capa de jornal mostrando um atleta e no fundo uma favela com um homem esqualido. Nós não precisamos e nem queremos esconder nossas dificuldades, mas é preciso entender a complexidade dos Jogos Olímpicos (BRASIL, 2007).

Nessa fala, percebemos um encaminhamento mais conservador aos propósitos da candidatura. Ou seja, conforme seria atestado pelo secretário do Rio 2007, Carlos Roberto Osório, na sequência do relatório, embora os Jogos Olímpicos sustentem uma proposta de transformar a cidade-sede, tais mudanças devem ser controladas a ponto de não colocar em risco a rotina das pessoas envolvidas no evento. Não se trataria de propor um evento que trouxesse oportunidades sociais a uma área vista como economicamente degradada, construindo uma infraestrutura que seria útil ao interesse de uma universidade pública, naquele caso, mas um risco tomado pelos organizadores que não condiz com os negócios econômicos que são o propósito do evento, externalizado na fala do ex-prefeito. Conforme afirma Black (2008), candidaturas que visam o desenvolvimento de áreas ou populações menos privilegiadas existem, mas são a exceção que, até o momento, não foram bem sucedidas nos processos de votação. E esse foi o caso da candidatura carioca aos Jogos de 2004.

Na avaliação do COI, embora as agendas social e ambiental tivessem sido apontadas como positivas, surgiram dúvidas quanto a capacidade da cidade em lidar com a criminalidade, colocando a proposta de realização do evento em áreas próximas às favelas numa posição complexa (SILVESTRE, 2013). No processo de escolha, naquele momento dividido em duas fases, foram as cidades de Atenas, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Roma e Estocolmo as selecionadas para a fase final, terminando com as pretensões do Rio de Janeiro, Istanbul, Lille, San Juan, Sevilha, São Petersburgo (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 1997). Conforme anteriormente detalhado, Atenas foi a cidade eleita para aquela edição

Não é por acaso que tais informações e depoimentos foram mobilizados no relatório após a realização do Rio 2007. De acordo com esse relatório, assim como vem sendo apontado em outras plataformas pelos discursos oficiais e, ou por consequência, por estudiosos no assunto (BENEDICTO, 2009; GAFFNEY, 2010; RUBIO, 2010a), os Jogos Pan e Parapan-americanos serviriam para atestar a potencialidade da cidade e do país em receber outros eventos esportivos de maior porte. Conforme o supracitado relatório, o COB e a prefeitura do Rio de Janeiro criaram um plano estratégico em 2000 para candidatura ao Pan e Parapan 2007 e para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2012 (BRASIL, 2007). Benedicto (2009) aponta que o desenvolvimento de regiões específicas da cidade estava diretamente relacionado à construção de infraestrutura destinada aos eventos esportivos, o que seria desenvolvido num período de 12 anos ao englobar ambos os eventos.

A aproximação da prefeitura com o COB fez com que as propostas estivessem mais alinhadas que no passado, tomando a frente no processo de candidatura, diferentemente da

direção por outros grupos, como foram os casos anteriores (SILVESTRE, 2013). Isso não significou uma abstenção da esfera federal nos processos decisórios, já que houve um razoável investimento no esporte de rendimento e nos grandes eventos esportivos, sob o ponto de vista financeiro, organizacional, das políticas públicas e das propostas legislativas²⁷.

Assim, os planos foram redesenhados para atingir as expectativas do COI, tirando parte do peso político da candidatura ao trazer o protagonismo para o COB e transferindo o local que centralizaria o projeto pan-americano e olímpico. Pelo resultado de pesquisas de viabilidade, a região da Barra da Tijuca foi apontada como a área mais propícia para os investimentos, tanto no quesito segurança – pela possibilidade de controle nas entradas e saídas únicas para outras partes da cidade – como na ociosidade de terrenos que poderiam ser adquiridos para a construção de novas instalações, e também pela existência de algumas instalações esportivas e não-esportivas que serviriam aos eventos (BRASIL, 2007).

Embora o discurso oficial traga a leitura de “viabilidade”, a revisão do processo de candidatura anterior mostra que trata-se de um reordenamento e a mudança de propósitos sobre o que o evento poderia trazer para a cidade. Numa visão socialmente mais crítica, essa mudança de perspectiva pode ser entendida como uma “‘doutrina de choque’ neoliberal” (GAFFNEY, 2010, p. 7), em que a proposta anterior, material e discursiva, de inclusão social é substituída por estratégias que reforçam diferenças sociais e atendem demandas de grupos específicos, privilegiando áreas nobres da cidade, sendo que essa inclinação se manteve na candidatura para 2016²⁸ (MASCARENHAS, 2010).

Mesmo na presença de questionamentos, as estratégias iniciais foram estabelecidas e a postulação para candidatura aos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007 começou a ser construída em meados de 2001, com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas e a participação dos três níveis de governo e do COB (BRASIL, 2007). Nesse pequeno intervalo de tempo da consolidação dos projetos de candidatura até seu efetivo envio em 2002, o Brasil recebeu a XII Assembleia Geral dos Comitês Olímpicos Nacionais conjuntamente à reunião do COI em maio de 2000 e assumiu a realização dos Jogos Sul-Americanos, após desistência da cidade de

²⁷ Em 2001 houve a aprovação da Lei 10.264, conhecida como Agnelo-Piva, que direcionava 1,7% da arrecadação com as loterias para o COB e 0,3% para o Comitê Paralímpico Brasileiro (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2012), além da criação da pasta ministerial exclusiva para o esporte no ano de 2003, que entre 2004 e 2009 investiu 71% dos seus recursos na realização do Rio 2007 (ALMEIDA et al., 2012). Para maiores informações acerca da relação COB e governo federal, ver Bárbara Schausteck de Almeida (2010).

²⁸ Um debate significativo sobre a influência do projeto pan-americano e olímpico no planejamento estratégico da cidade do Rio de Janeiro e as influências de modelos externos, principalmente de Barcelona, compõem a agenda de pesquisadores da área da Geografia com importante ressonância nos estudos dos megaeventos esportivos. Para mais informações, consultar Revista Biblio 3W (2010).

Bogotá (Colômbia), tendo três meses para preparação. Tais eventos e situações podem ter ajudado a credenciar a cidade na candidatura ao Pan 2007 (BRASIL, 2007; SILVESTRE, 2013).

O documento compilado, em resposta às exigências estabelecidas pela Organização Desportiva Pan-Americana, era composto de 138 páginas que atendiam 17 temas, descrevendo a cidade, as condições de realização e as propostas de instalações, serviços e segurança. Tendo como concorrente a cidade de San Antonio (EUA), que propunha a utilização da estrutura já existente, o Rio de Janeiro mobilizou o discurso do legado que o evento poderia gerar para o esporte e para a cidade, no sentido econômico e urbano, na tentativa de incrementar a importância que o evento teria aqui em comparação a um pequeno impacto na cidade estadunidense. Não somente no sentido discursivo, a conquista de votos também se deu no quesito financeiro. Com recursos federais, a cidade prometeu e veio a fornecer gratuitamente: os direitos de televisão para todos os países do continente, a oferta de duas passagens aéreas para membros representantes das 42 delegações e outras duas passagens aéreas para representantes da mídia, além do custeio de passagens de todos os atletas e comissão de arbitragem (BRASIL, 2007).

Na defesa da candidatura brasileira, a delegação estava composta por César Maia (prefeito), Caio Luiz de Carvalho (ministro do esporte e turismo), Ruy Cezar (secretário de esporte e lazer da cidade), Asfilófilo de Oliveira (secretário de esporte e lazer do estado), José Eduardo Guinle (secretário de turismo da cidade), Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB) e Carlos Roberto Osório (diretor de relações internacionais da candidatura). Foi ainda transmitido um vídeo em apoio à candidatura com depoimentos do presidente Fernando Henrique Cardoso e de quatro candidatos à Presidência da República naquele ano: José Serra, Anthony Garotinho, Ciro Gomes e Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2007).

Seguida à escolha como sede dos Jogos Pan e Parapan-americanos 2007, o Rio de Janeiro lançou sua candidatura para os Jogos Olímpicos de 2012, vencendo a disputa doméstica com a cidade de São Paulo e se tornando a representante brasileira para a fase internacional de seleção (RUBIO, 2010a; SILVESTRE, 2013). Naquele momento, a cidade contratou uma empresa de consultoria australiana, que atuava no planejamento de candidaturas para grandes eventos internacionais, ligando os processos de preparação do Rio 2007 com a candidatura a 2012 (BRASIL, 2007).

Entretanto, a cidade teve uma avaliação ruim nos quesitos transporte, segurança e financiamento, novamente tendo sua candidatura eliminada na primeira fase de avaliação do COI, em 2004. Esse novo insucesso influenciou negativamente nos investimentos públicos e

privados que eram esperados para os Jogos Pan e Parapan-americanos 2007, não se efetivando a expansão da rede de transporte e outras promessas que foram realizadas (SILVESTRE, 2013).

Embora possa se argumentar que os legados prometidos, ou esperados, do Rio 2007 sejam controversos, não compensem do ponto de vista custo-benefício ou sejam limitados em relação aos grupos favorecidos (ver ESPORTE E SOCIEDADE, 2009; REVISTA BIBLIO 3W, 2010; REVISTA MOTRIVIVÊNCIA, 2009), é possível notar que tanto os Jogos Sul-Americanos de 2002 como os Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007 servem, ou são utilizados, de forma similar a outros casos internacionais, como um “efeito de demonstração”. Em parte, o ímpeto por sucessivas candidaturas a eventos de média a grande proporção surge da perspectiva que existe uma base na qual se pode construir projetos maiores, o que facilitaria sucessos futuros ou diminuiria a quantidade de investimentos necessários, distinguindo os candidatos entre si (CORNELISSEN, 2008, p. 485). De certo modo, esse tem sido um dos papéis tomados pelos eventos de “segunda ordem”, como campeonatos internacionais de uma modalidade (como a copa do mundo de rúgbi) ou de “terceira ordem”, como eventos regionais de várias modalidades (Jogos Pan-americanos, Jogos Asiáticos, Jogos da Comunidade Britânica, por exemplo) (BLACK, 2008, p. 468).

Nessa linha, o sentido que a realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007 teriam “credenciado” o Rio de Janeiro e o Brasil para concorrer à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos esteve ubíquo nos discursos oficiais. Serviu tanto para legitimar os investimentos internamente, como na apresentação dos investimentos do poder executivo federal, via Ministério do Esporte, à Controladoria-Geral da União (BRASIL, 2009), como também foi mobilizado na exposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a sessão de eleição da sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, do COI, em 2009 (LULA DA SILVA, 2009d) e nos documentos de apresentação da candidatura brasileira (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a, 2009a).

Ao final dos Jogos Pan e Parapan-americanos, declarados como bem sucedidos pelas instituições esportivas e pelo governo brasileiro (BRASIL, 2009), diversas ações e declarações se tornaram públicas a respeito da candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Isso porque já no ano de 2007 era dado início às primeiras ações relacionadas à primeira fase, nomeada como etapa de aspiração à candidatura, ao COI. Daqui em diante, tratamos especificamente do processo de seleção para os Jogos de 2016, descrevendo como este se deu no período de 2007 a 2009 e de que forma o Rio de Janeiro se apresentou e foi avaliado.

5 “CHEGOU NOSSA HORA”: A CANDIDATURA E ELEIÇÃO RIO 2016

Após toda a elaboração até aqui realizada, que nos serve para compreender o contexto no qual a candidatura Rio 2016 se apresenta, tanto sob a perspectiva do movimento olímpico internacional como sob a perspectiva do campo esportivo e político brasileiros, neste capítulo partimos para a leitura mais específica do processo de candidatura e eleição de nosso objeto de estudo. Aqui, temos por objetivo apresentar as fases nas quais o Rio de Janeiro se submeteu aos processos designados pelo COI, culminando na sua eleição como sede, bem como os argumentos levantados para convencimento e conquista dos votos, tanto pelo comitê de candidatura quanto pelo presidente Lula em seus discursos. Interessa-nos ainda como o Rio de Janeiro e as demais cidades foram avaliadas pelo COI, numa compreensão fundamental para entender o processo de maneira mais ampliada.

Para isso, na primeira parte enfocamos o processo de candidatura e eleição para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, citando as diretrizes e procedimentos implementados pelo COI naquele período com base nos documentos que balizaram tais processos.

Em seguida, descrevemos o processo de candidatura e eleição do Rio de Janeiro, agregando elementos abordados nos capítulos anteriores. Nessa descrição, incluímos informações sobre a composição do comitê de candidatura, a relação dos seus membros com os Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007 e os argumentos utilizados na tentativa de convencimento do COI para eleger o Rio de Janeiro como cidade-sede, evidenciando assim as estratégias das diferentes instituições – comitê de candidatura, governo brasileiro e COI. Para isso, utilizamos a circunscrição da perspectiva oficial – os conteúdos dos documentos oficiais submetidos pelo comitê de candidatura Rio 2016 e os discursos do presidente Lula.

Na continuação, apresentamos os critérios atuais para avaliação das candidatas pelo COI, exemplificando como esta ocorreu para a sede de 2016 e culminou na sessão em que se confirmou a eleição da cidade do Rio de Janeiro.

5.1 AS ETAPAS DO PROCESSO DE CANDIDATURA E ELEIÇÃO 2016

As diretrizes para a candidatura e eleição de uma cidade-sede são regidas inicialmente pela Carta Olímpica, na regra 34. Em seu conteúdo, há a descrição dos princípios que regem o processo de candidatura, fundamental na proposta desta tese. Nesta regra, está estabelecido que a escolha da cidade-sede deve acontecer na sessão do COI com, salvo casos extraordinários, sete anos de antecedência ao evento, em um país que não tenha cidades candidatas concorrendo

ao posto. Os procedimentos para a seleção são determinados pelo comitê executivo, sendo obrigatória a apresentação de documento legal que garanta que o governo nacional cumprirá com os fundamentos da carta olímpica (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2011). A carta olímpica estabelece ainda normativas para as três fases do processo de escolha.

A primeira fase se refere à inscrição das cidades aspirantes, que deve ser única por país, aprovada e submetida pelo Comitê Olímpico Nacional em conjunção de responsabilidade com a autoridade pública competente da localidade, garantindo que o evento seja realizado conforme as condições estabelecidas pela carta olímpica, pelo COI e pelas especificações técnicas das Federações Internacionais. Ainda nessa fase, as cidades aspirantes devem se submeter aos demais procedimentos estabelecidos pelo COI, que decidirá quais cidades serão aceitas como candidatas (*Idem*).

A segunda fase se refere às cidades candidatas, que efetivamente serão votadas em sessão para eleição da cidade-sede. Antes da votação, elas são avaliadas por uma comissão de avaliação, composta por membros diversos (COI, Federações Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais, Atletas e Comitê Paralímpico Internacional) e apoiados por consultores especialistas, de países distintos aos candidatos. A comissão tem a responsabilidade de avaliar as candidaturas, visitar as cidades e elaborar um relatório a ser entregue com um mês de antecedência aos componentes votantes da sessão para eleição da cidade-sede. Novamente, são exigidas garantias, especialmente financeiras, por parte dos poderes locais, nacionais ou privados (*Idem*).

E na terceira fase, o regimento aponta que o comitê executivo do COI considera o relatório da comissão de avaliação, ratifica as cidades concorrentes e efetua a votação. Imediatamente após a eleição, um contrato escrito é assinado entre a cidade-sede, o comitê olímpico local e o COI (*Idem*).

Sendo essas as regras gerais, cada eleição segue um cronograma específico e possui outros documentos que detalham as normas e as ações que devem ser cumpridas na ocasião, tanto pelas cidades, países e Comitês Olímpicos Nacionais de localidades candidatas, quanto os critérios adotados pelo COI para seleção e avaliação durante o processo.

Para o caso de 2016, a eleição realmente aconteceu dentro do prazo previsto, com sete anos de antecedência, sendo que as duas fases se iniciaram desde dois anos antes (anos de 2007 e 2008) e o processo efetivo de escolha aconteceu na 121ª Sessão do COI em Copenhague, no dia 02 de outubro de 2009, conforme evidenciado no quadro a seguir.

QUADRO 7 – DATAS DOS PROCESSOS DE CANDIDATURA PARA SEDIAR OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016

	Objeto	Data limite
Fase 1	1.1 Comitês Olímpicos Nacionais informam ao COI o nome da cidade aspirante	13/09/2007
	1.2 Assinatura de inscrição no procedimento de candidatura	01/10/2007
	1.3 Pagamento da taxa de inscrição da candidatura (US\$ 150.000,00)	01/10/2007
	1.4 Criação da logomarca para representar a cidade aspirante	Não especificado
	1.5 Seminário informativo do COI para as Cidades Aspirantes 2016	15-19/10/2007
	1.6 Submissão do documento de inscrição e cartas de garantia ao COI	14/01/2008
	1.7 Verificação das submissões pelo COI e especialistas	Janeiro a junho de 2008
	1.8 Encontro do comitê executivo do COI para aceitar as cidades candidatas aos Jogos da XXXI Olimpíada em 2016	04/06/2008
Fase 2	2.1 Assinatura do procedimento de candidatura	03/07/2008
	2.2 Pagamento da taxa de candidatura (US\$ 500.000,00)	03/07/2008
	2.3 Criação do emblema para representar a candidatura	Não especificado
	2.4 Programa de observadores dos Jogos Olímpicos – Pequim 2008 e <i>briefing</i> das cidades candidatas	Agosto de 2008
	2.5 Interrogatório de Pequim 2008 em Londres	Novembro de 2008
	2.6 Submissão do dossiê de candidatura, garantias e comprometimento ao COI	12/02/2009
	2.7 Visitas da Comissão de Avaliação do COI às cidades candidatas	Março a maio de 2009
	2.8 Relatório da Comissão de Avaliação do COI para 2016	Até 1 mês antes da eleição
	2.9 Designação pelo comitê executivo do COI das cidades candidatas que serão consideradas para a eleição na Sessão do COI	Conforme apontamento do comitê executivo
	2.10 Eleição da cidade-sede dos Jogos da XXXI Olimpíada em 2016	02/10/2009 121ª Sessão do COI

FONTE: Adaptado de International Olympic Committee (2007, 2008b), tradução nossa.

NOTA: O quadro apresentado em 2007 foi complementado pelos dados ausentes que estavam disponíveis no documento de 2008. Incluímos, ainda, a numeração dos 18 objetos (oito da fase 1 e dez da fase 2), que não constava no original, para facilitar a referência durante a contextualização das etapas.

Os prazos apresentados no quadro indicam que, geralmente, as cidades tendem a se preparar para candidatar-se aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos com pelo menos dez anos de antecedência ou mais, considerando as necessidades de convencimento da candidatura no ambiente doméstico para conseguir os apoios necessários, especialmente dos governos a partir de um projeto sólido. De acordo com Silvestre (2013), a candidatura do Rio de Janeiro foi ratificada em assembleia do COB no dia 01 de setembro de 2006, sem a abertura para outras

cidades brasileiras concorrentes. Como é possível notar pelas datas limites de setembro e outubro de 2007, a candidatura do Rio de Janeiro foi encaminhada pelo COB ao COI poucos meses após o término dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007, finalizados em agosto de 2007, iniciando assim os demais processos. Considerando que os Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007 já foram concebidos almejando a experiência em eventos multiesportivos, podemos considerar que a ideia da candidatura para os Jogos Olímpicos no Brasil foi trabalhada por, pelo menos, 15 anos.

Complementando a informação do quadro anterior, no caso brasileiro a logomarca da candidatura foi lançada pelo COB no dia 17 de dezembro de 2007, durante o prêmio Brasil Olímpico, cerimônia promovida pela instituição para premiar os atletas destaques nas modalidades olímpicas (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

Em relação a primeira fase, das cidades aspirantes, ressaltamos a cobrança por parte do COI de uma taxa de inscrição não reembolsável (Objeto 1.3), que, para os Jogos de 2016, resultou numa arrecadação de US\$ 1,05 milhão, considerando que foram sete as cidades aspirantes. Ainda nesse quesito, considerando a segunda taxa paga pelas cidades candidatas (Objeto 2.2), no valor de US\$ 500 mil cada (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008b), nas duas etapas do processo de candidatura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 houve um total de US\$ 3,05 milhões transferidos pelas cidades que buscavam sediar os Jogos.

Como compensação por esse investimento, o COI oferece como “serviços” às cidades: o envio de documentação e informação, produzido pela própria instituição, para as cidades candidatas; a proteção internacional, à exceção do território nacional da candidata, da marca “(cidade) 2016”; acesso ao programa do COI chamado *Olympic Games Knowledge Management programme* (Programa de Gestão de Conhecimento em Jogos Olímpicos, na tradução livre); a participação no seminário informativo (Objeto 1.5); a participação no programa de observação e do interrogatório dos Jogos de Pequim 2008 (Objetos 2.4 e 2.5) e a avaliação da candidatura submetida ao COI, incluindo as despesas do comitê de avaliação (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2007, 2008b).

Continuando a abordagem no quesito financeiro, o processo de candidatura do Rio de Janeiro teve um custo total de R\$ 90.102.851,62 (R\$ 9.106.905,02 na fase 1 e R\$ 80.995.946,63 na fase 2 da candidatura) e uma arrecadação de R\$ 99.156.339,70, com o saldo residual de aproximadamente R\$ 9 milhões sendo utilizado para o início do funcionamento do comitê organizador (RIO 2016, 2013). Na receita, contabiliza-se o investimento do governo federal, estadual, doação de indivíduos e patrocínios, conforme demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 3 – RECEITAS DA CANDIDATURA RIO 2016, POR FASE

	Fase 1		Fase 2	
Governo federal	3.022.097,88	33%	47.402.531,75	53%
Governo estadual	3.279.984,98	36%	3.617.556,00	4%
Governo municipal	-		4.995.620,93	6%
Sub-total (recursos públicos)	6.302.082,86	69%	56.015.708,68	62%
Doações individuais	2.804.822,16	31%	-	
Patrocínio – Instituto EBX	-		13.000.000,00	14%
Patrocínio – Eike Batista	-		10.000.000,00	11%
Patrocínio – Bradesco S/A	-		3.500.000,00	4%
Patrocínio – Odebrecht S/A	-		3.300.000,00	4%
Patrocínio – Embratel S/A	-		3.000.000,00	3%
Desconto em passagens aéreas – TAM	-		1.233.726,00	4%
Sub-total (recursos privados)	2.804.822,16	31%	34.033.726,00	38%
Total (por fase)	9.106.905,02	100%	90.049.434,68	100%
TOTAL	99.156.340,70			

FONTE: Rio 2016 (2013)

NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Ao cruzar os dados fornecidos na tabela com outras formas de prestação de contas do governo federal, encontramos que o poder executivo contabiliza um investimento total de R\$ 91,7 milhões na candidatura Rio 2016 (BRASIL, 2010). Essa diferença provavelmente se dá porque o valor contabilizado pelo comitê de candidatura deve incluir apenas os recursos recebidos do governo federal, e não aqueles investidos no total. Se tomarmos como base essa hipótese, podemos considerar que os governos estadual e municipal também realizaram investimentos não contabilizados, que somariam um montante ainda mais expressivo para viabilizar a candidatura olímpica.

De acordo com as normas do COI, a organização responsável pela promoção da candidatura deve apontar um especialista independente para auditoria das contas, comunicando, através de relatórios ao COI, o desenvolvimento e a gestão financeira da candidatura para averiguação da Comissão de Ética da instituição (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008b).

No processo de candidatura, é papel dos Comitês Olímpicos Nacionais que possuem cidades aspirantes fornecer, ainda, uma lista de todas as competições de esportes olímpicos,

eventos ou outros encontros que tenham relação com o COI, assim como de programas de assistência e cooperação, que sejam programados ou estejam em vigor, durante o período de concorrência, para averiguação da Comissão de Ética do COI. Existem ainda regras explícitas quanto a promoção das candidaturas internacionalmente, com restrição nos países que recebem a sessão do COI ou outros eventos relacionados à instituição, como também no convite de membros do COI por parte de embaixadas no exterior e a visita de membros do COI aos países candidatos (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008b).

Embora não esteja evidenciado, é provável que essas medidas busquem coibir processos corruptos, tais como já foram apontados pela literatura internacional em caso anteriores, de candidatas que utilizam recursos antiéticos para conquistar votos. Nota-se um esforço em estabelecer regras para as ações que historicamente indicavam para estratégias pouco éticas de conquista de votos, é possível questionar se elas podem ser efetivamente controladas pelo COI ou se seus membros estão dispostos a terem suas rotinas influenciadas de tal forma, a ponto de serem desencorajados a visitar determinados países durante o período de candidaturas.

Cabe ressaltar que, se algumas normas são explícitas, outras permitem dupla interpretação, como a possibilidade de convite para visita de federações internacionais, para auxiliar nos projetos da cidade-sede, cuja recepção deve ter um “senso de moderação” (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008b, p. 35). Apesar dessa relação ser permitida apenas para as federações internacionais, abre-se uma brecha para interação e “conquista” que pode desvirtuar a proposta imparcialidade do processo. Ao mesmo tempo, proibir o contato entre candidatas e federações poderia trazer prejuízos à qualidade técnica esperada nas propostas e projetos das futuras sedes. Nesse sentido, o “gigantismo” dos Jogos Olímpicos provoca um paradoxo de difícil solução, em que a qualidade técnica e a imparcialidade da votação dificilmente conseguem caminhar juntas.

A partir desses critérios e referências, a cidade do Rio de Janeiro apresentou sua candidatura à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, representada por um comitê que tinha na sua composição pessoas de diferentes grupos sociais, especialmente com representação dos governos federal, estadual e municipal e da área esportiva, incumbidas de mobilizar argumentos em defesa da realização do evento no local. Dessa forma, descrevemos a seguir como se dava essa composição e as informações articuladas pela candidatura para o convencimento do COI em eleger o Rio de Janeiro como cidade-sede.

5.2 CANDIDATURA RIO 2016: COMPOSIÇÃO E ARGUMENTOS

Apresentamos a composição e os principais argumentos e respostas da candidatura Rio 2016, conforme as exigências do COI expostas anteriormente, para depois desenvolvermos as análises e relatarmos outros dados que subsidiam a identificação de tendências da candidatura olímpica do Rio de Janeiro no que se refere ao posicionamento do comitê de candidatura, do governo federal e do que poderia ser um benefício ao COI caso a cidade fosse eleita. Novamente utilizamos como referência os documentos e discursos oficiais para construção dessas reflexões, com base na literatura mobilizada nos capítulos anteriores e no referencial teórico-metodológico de análise.

5.2.1 Composição do comitê de candidatura Rio 2016 e propostas gerais

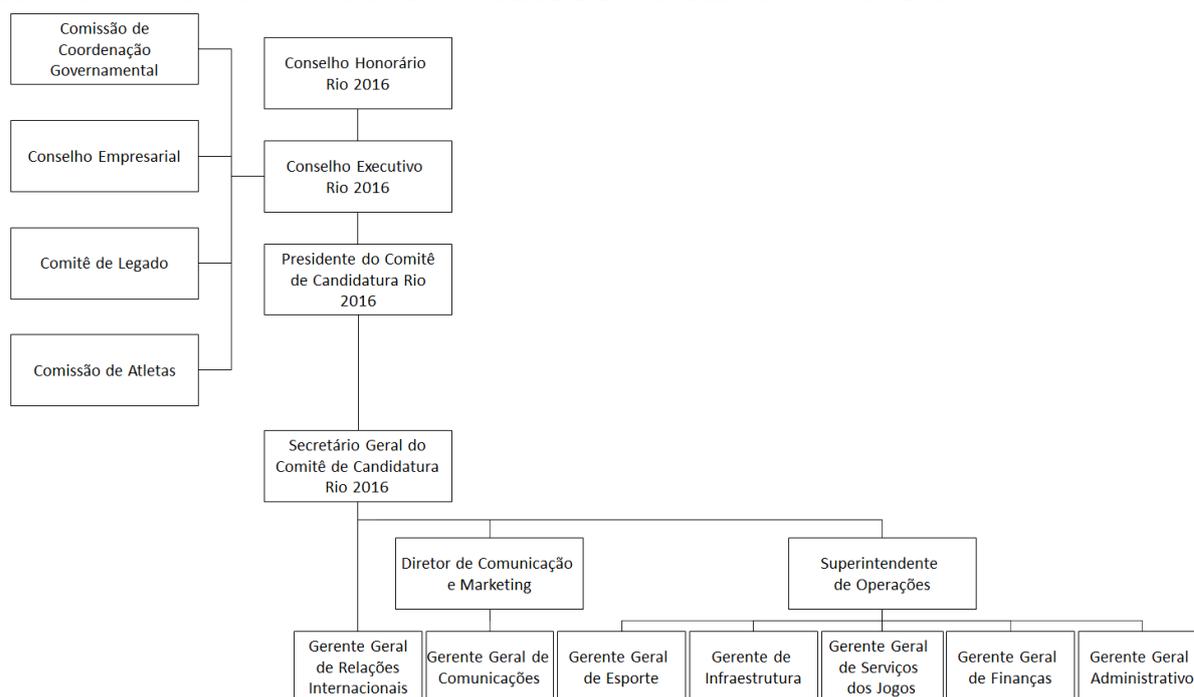
O comitê de candidatura é a organização responsável por apresentar a cidade para o COI. Como foi possível identificar a partir da exposição de candidaturas em Jogos Olímpicos anteriores, nem sempre o comitê de candidatura está diretamente vinculado ao comitê olímpico local, podendo surgir como uma iniciativa pública ou privada.

No caso brasileiro, conforme evidenciamos na análise de sua composição, existia uma relação bastante estruturada do COB com os governos municipal, estadual e federal para composição desse comitê, que também intermediou o relacionamento com as demais instituições esportivas e a iniciativa privada, construído desde a preparação para os Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007.

Na perspectiva organizacional, a composição do comitê de candidatura Rio 2016 se dá por uma estrutura hierárquica composta por conselhos, comitês, comissões e coordenações com representantes do governo, da iniciativa privada, dos atletas, além de direções e gerências de cunho técnico.

Abaixo, apresentamos o organograma de funções, conforme disponibilizado no dossiê de candidatura. De acordo com outras fontes, sabemos que esse organograma é bastante enxuto, porém a partir desses cargos é possível identificar algumas das funções e pessoas chaves que compuseram a organização durante o período de candidatura.

FIGURA 8 – ORGANOGRAMA DO COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016



FONTE: Comitê de candidatura Rio 2016 (2009a).

NOTA: Figura elaborada pela autora.

Embora esse organograma tenha sido redesenhado para fins de formatação nesta tese, a disposição das funções segue o exposto no original, o que em si indica as posições de liderança e subordinação. Por exemplo, todas as funções técnicas (diretores e gerentes) estão diretamente subordinadas ao secretário geral e este à função da presidência do comitê, que se torna o responsável por realizar o intermédio com os conselhos e comitês que compõem um quadro consultivo e deliberativo.

A presença do presidente é multiplicada, já que a função de Nuzman também como membro do COI e presidente do COB o credita, na lógica do comitê organizador, a compor os quadros de conselhos, como é possível verificar em suas composições.

Os membros do Comitê Honorário Rio 2016 são: Luiz Inácio Lula da Silva (presidente da república), Sergio Cabral (governador do Rio de Janeiro), Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro), João Havelange (membro do COI no Brasil) e Carlos Arthur Nuzman (membro do COI no Brasil).

Os membros do Conselho Executivo Rio 2016 são: Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB e do comitê de candidatura), Orlando Silva (Ministro do Esporte), Sergio Cabral, Eduardo Paes, João Havelange, Andrew Parsons (presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro), Carlos Roberto Osorio (secretário geral do comitê de candidatura Rio 2016), Edson Menezes (representante da Assembleia Geral do COB), Olavo Monteiro de Carvalho (representante do

conselho empresarial Rio 2016), Orlando Lima (representante do conselho empresarial Rio 2016), Bernard Rajzman (representante da comissão de atletas).

E os membros da comissão de Coordenação Governamental são: Carlos Arthur Nuzman, Ricardo Leyser Gonçalves (secretário nacional Rio 2016 – Ministério do Esporte), Marcia Lins (secretária de turismo, esporte e lazer do estado do Rio de Janeiro), Ruy Cezar Miranda Reis (secretário municipal Rio 2016) e Carlos Roberto Osorio (secretário geral do comitê de candidatura Rio 2016) (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a).

Nos documentos, não foram encontrados os nomes que compunham a comissão de atletas, o comitê de legado e o conselho empresarial. Essa falta de detalhamento pode ser resultado do descaso do COI e do próprio comitê de candidatura com essas funções, que perdem importância em comparação aos responsáveis das demais coordenações e comissões. Além desses fóruns, os cargos ocupados nas funções técnicas estiveram sob responsabilidade de dez pessoas, sobre quem citamos cargos anteriormente ocupados no quadro abaixo.

QUADRO 8 – FUNÇÕES, RESPONSÁVEIS E CARGOS OCUPADOS PELOS MEMBROS DO COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016

Função	Responsável	Cargos ocupados
Presidente do comitê de candidatura Rio 2016	Carlos Arthur Nuzman	Presidente do COB e do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007.
Secretário Geral do comitê de candidatura Rio 2016	Carlos Roberto Osorio	Secretário geral do COB e do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007; secretário de transportes da cidade do Rio de Janeiro; eleito em 2014 deputado estadual no RJ.
Diretor de Comunicação e Marketing	Leonardo Gryner	Diretor de marketing e comunicação do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007 e diretor de marketing do COB.
Gerente Geral de Relações Internacionais	Mario Cilenti	Membro do Comitê Organizador dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007; membro do comitê organizador dos Jogos de Sidney 2000 e dos Jogos Pan-americanos de Winnipeg 1999.
Gerente Geral de Comunicações	Carina Almeida	Sócia-proprietária da empresa de serviços de comunicação Textual.
Superintendente de Operações	Carlos Luiz Martins	Ex-presidente da Varig, foi nomeado subsecretário de turismo do estado do RJ em 2014.
Gerente Geral de Infraestrutura	Alexandre Techima	Diretor de operações e gerente de tecnologia nos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007.
Gerente Geral de Serviços dos Jogos	Ricardo Trade	Diretor de operações e gerente de serviços gerais dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007; diretor executivo do comitê organizador da Copa do Mundo FIFA 2014.
Gerente Geral de Finanças	Vitório Moraes	Gerente geral de administração e finanças para marketing e cerimônias dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007.
Gerente Geral Administrativo	Paulo Sérgio Rocha	Gerente de administração e recursos humanos dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007.

FONTE: Comitê de candidatura Rio 2016 (2009e); Cilenti (2014); Ex-presidente... (2014).

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Por essas nomes e posições, é possível perceber a prevalência de pessoas que já estavam envolvidas com a organização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007, bem como figuras chave da administração do COB (especialmente Nuzman, Osorio e Gryner) que repetem funções e posições no COB, no Rio 2007 e no comitê de candidatura. Entre as figuras principais do comitê de candidatura, observamos ainda que duas pessoas, Carlos Luiz Martins e Carlos Roberto Osório, posteriormente à eleição da cidade-sede, assumiram cargos públicos no Rio de Janeiro, tanto por indicação como por eleição. Nas outras funções, como seria esperado, nota-se a presença de João Havelange, como então representante brasileiro no COI no conselho honorário do comitê organizador, e daquele que seria indicado posteriormente a essa função, Bernard Rajzman, como membro do conselho executivo representando a comissão de atletas.

Da mesma forma como interpretamos as perpetuações de pessoas nos cargos institucionais relacionados ao campo esportivo brasileiro no seu decorrer histórico, incluindo o próprio COB, a lógica se repete quando observamos a última década de preparação para grandes eventos esportivos no país. Inicialmente, os documentos tendem a colocar como um ponto positivo a manutenção dessas pessoas, pois indicaria que o grupo já tem experiência e se mostrou competente para atuar nas diferentes funções. Entretanto, em se tratando da tendência de autoperpetuação nos cargos das instituições esportivas e mais ainda nas olímpicas, essa lógica baseada na meritocracia desvia a atenção para as tentativas dos agentes de se manterem nas posições de poder, utilizando-se de seus capitais sociais ou esportivos – especialmente daqueles ex-atletas que conseguem posições de destaque como dirigentes – para presumirem-se como essenciais ou os melhores que estão no mercado. Pelas observações sistemáticas do período pós-eleição e de preparação para os Jogos, percebemos que um “núcleo duro” de pessoas em posições estratégicas se mantém, permitindo a autoperpetuação da “oligarquia olímpica”.

Outros nomes que contribuíram na construção da candidatura aparecem em um documento à parte, em inglês, ainda disponibilizado em um site do planejamento do governo brasileiro com o balanço das ações de 2003-2010, mas que não consta como anexo do caderno de candidatura ou no site do comitê organizador Rio 2016. Esse documento faz parte do rol de exigências do COI às cidades candidatas, em que estas devem incluir anexos que justifiquem os dados orçamentários apresentados e quem foram as pessoas e quais suas credenciais para participarem da construção dos dados financeiros da candidatura (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009c). Nessa lista, disponibilizada no apêndice F, existe uma divisão dos nomes em três grandes grupos: Equipe Rio 2016, Comissão Especial de Finanças e

Conselheiros e consultorias. Para cada grupo, podemos verificar os nomes e as experiências anteriores para suas participações na elaboração do dossiê.

A partir dessa lista, pudemos verificar que na composição da Equipe Rio 2016 foram apresentados cinquenta nomes, sendo 43 deles (86%) pessoas que atuaram em alguma função na realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007. Do Comitê Especial de Finanças, são doze nomes (sendo três reincidentes da equipe Rio 2016), majoritariamente relacionados às instâncias públicas – federal, estadual e municipal. Há ainda uma lista de dezessete empresas e 64 nomes representantes como Consultores e conselheiros, entre eles cinco nomes que estiveram envolvidos no Rio 2007. Quando consideramos o total de nomes, são 126 pessoas envolvidas na construção da candidatura e, dentre elas, 48 pessoas (38%) tiveram experiência no Rio 2007 e outras seis pessoas no COB (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009e).

Sabemos que essa equipe liderou a organização da documentação que representou a proposta do Rio de Janeiro para se tornar cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Pelo que se pode compreender, o grupo “Equipe Rio 2016” foi responsável pela criação primordial dos argumentos da candidatura, já que os demais grupos estavam diretamente relacionados às questões de finanças. Nesse sentido, reforçamos a existência de uma continuidade das ações e das pessoas responsáveis por elas, iniciadas nos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007, com um percentual significativo de reincidência para a candidatura Rio 2016. Reforçamos que a equipe não está restrita a esses nomes, mas que essas pessoas representam as posições de liderança e provavelmente são os idealizadores da candidatura no que se refere a sua articulação e suas principais propostas.

Ao conhecer o grupo responsável pela compilação da documentação que deveria ser submetida pelo Rio de Janeiro para cumprimento das exigências do COI, seguimos em nossas análises para conhecer os principais argumentos mobilizados por esse grupo nos documentos.

Como procedimento da fase 1 da candidatura, houve o encaminhamento de um documento de inscrição e cartas de garantias. Esse sumário executivo continha oito grandes temas, subdivididos em 24 tópicos, que deveriam ser respondidos nos idiomas inglês e francês, estando limitados a 50 páginas (25 para cada idioma), conformando-se, assim, em nosso primeiro documento de análise.

No quadro, apresentamos um resumo dos temas e tópicos exigidos pelo COI para esse documento, assim como um sumário das respostas oferecidas pela então cidade aspirante Rio de Janeiro. Com isso, temos como intenção expor um panorama do projeto da candidatura, evidenciando as primeiras bases da proposta olímpica brasileira dentro das necessidades para aquele momento.

QUADRO 9 – TEMAS, TÓPICOS E RESPOSTAS DO SUMÁRIO EXECUTIVO DA CANDIDATURA RIO 2016

Tema	Tópicos	Proposta Rio 2016
Motivação, conceito e legado	Data dos Jogos Olímpicos	05 a 21 de agosto.
	Motivação e legados	Valores olímpicos sustentando o desenvolvimento educacional e social; Jogos como grande impulsionador da transformação em progresso do Rio; Novo território para os Jogos Olímpicos; Promoção do Brasil moderno internacionalmente; Eixo regional esportivo na América Latina; Aprimoramento da marca Olímpica através da experiência dos Jogos.
	Conceito	Constituintes compactos e operacionalmente eficientes.
Apoio político	Governo/ Comitê olímpico local/ Apoio da cidade	Suporte absoluto dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), no executivo e legislativo, assim como dos partidos que concorrem na eleição da cidade em 2008.
	Comitê de candidatura	Estruturado como entidade de único propósito, que não visa lucro, com membros dos níveis de governo, dos movimentos olímpico e paralímpico e do setor privado.
	Aspectos legais	Inexistência de obstáculos legais e existência de leis anteriores (proteção às propriedades olímpicas, não intervenção estatal na gestão do esporte, financiamento de projetos esportivos e adesão ao antidoping), com a possibilidade de aprovação de novas leis se necessárias.
Finanças	Orçamento da candidatura	US\$ 7 milhões de dólares para a fase 1 e US\$ 35 milhões para a fase 2, com financiamento público e privado.
	Orçamento dos Jogos Olímpicos	Orçamento dividido em relacionados ao comitê de candidatura (privado e público, livre de impostos) e não relacionados (dependentes dos Jogos e não dependentes, como da Copa do Mundo FIFA 2014 e do Plano de Aceleração do Crescimento).
	Potencial de geração de renda do comitê organizador	US\$ 370 milhões vindos de patrocinadores e fornecedores; US\$ 50 milhões em licenciamento; US\$ 290 milhões em venda de ingressos; US\$40 milhões em outras fontes. Total: US\$ 750 milhões.
Locais de competição	Locais de competição	19 existentes (56%), 7 planejadas (20%) e 8 novas, temporárias e permanentes (24%).
	Localização	Zona da Barra (Vila de atletas, mídia, hotéis para o COI e 14 locais de competição); Zona Copacabana (5 locais de competição); Zona Maracanã (4 locais de competição) e Zona Deodoro (7 locais de competição).
	Estruturas correlatas	Vila Olímpica em área com alto potencial residencial para venda após os jogos, assim como o centro de mídia.
Acomodação	Hotéis	49.570 quartos, incluindo navios de cruzeiro e hotéis em frente ao mar, complementados com apartamentos de temporada e novas construções pelos governos que se tornarão residências após os Jogos.
	Mídia	Criação de dois locais para acomodação na zona da Barra, que posteriormente serão residenciais.

QUADRO 9 – TEMAS, TÓPICOS E RESPOSTAS DO SUMÁRIO EXECUTIVO DA CANDIDATURA RIO 2016 (continuação)

Transporte	Infraestrutura de transporte	Corredores de transporte via canaletas exclusivas para ônibus, melhoria e expansão da linha do metrô e de trem, criação de integração entre serviços; melhoria no gerenciamento de tráfego e sistemas de suporte; desenvolvimento de infraestrutura em progresso e anteriormente aprovados.
	Aeroportos	Aeroporto internacional com 26 destinos internacionais, 18 companhias aéreas e 9,5 milhões de passageiros por ano, teria a capacidade aumentada para 20 milhões e atualização nos sistemas de controle aéreo.
	Mapas B	Demonstram a infraestrutura de transporte existente e planejada.
	Desafios de transporte	Topografia do Rio de Janeiro, falta de coordenação na administração de transporte e cultura de uso do carro.
	Distâncias e tempo nos trajetos	Com base nos Jogos Pan-Americanos: 50% dos atletas têm seus locais de competição distante 5-10 minutos da Vila Olímpica; 30% de 10-30 minutos e 20% entre 30-50 minutos.
Segurança	Recursos e cadeia de comando	Gestão pelo governo federal, com investimentos de US\$ 300 milhões durante o Rio 2007 e previsão de incremento nos valores para tecnologia, sistemas, equipamentos, pessoal qualificado e inteligência contraterrorismo; expansão dos programas em comunidades na cidade.
Condições gerais, opinião pública e experiência	População	Brasil com a 5ª população mundial (187,5 milhões), na região que é uma das mais jovens, caracterizada pela diversidade multicultural e étnica. Estima-se que a cidade do Rio de Janeiro teria 6,2 milhões de pessoas em 2016 e 11,8 milhões na região metropolitana, com a recepção média anual de 6 milhões de turistas.
	Meio ambiente	Clima tropical, a cidade é rodeada de florestas, montanhas e pelo mar, com densa ocupação urbana e informal que gera complexidade na gestão sanitária e de lixo. Projetos em progresso para cumprir a Agenda 21, que incluem melhoria no sistema sanitário, emissão de poluentes, reflorestamento e limpeza da Baía de Guanabara.
	Meteorologia	Temperatura média de 24,2°C durante o dia e umidade em 66,4%, chuva de 4,6 mm, brisa de 14,8 km/h e boa qualidade do ar para a maior parte dos locais de provas na época prevista para os Jogos.
	Opinião pública	78% de 1300 entrevistados no estado do RJ (sendo 500 da cidade do Rio de Janeiro) favoráveis à candidatura do Brasil aos Jogos Olímpicos; 60% dos brasileiros fora do estado do RJ (1000 no total) eram favoráveis ao Rio sediar o evento; 56% dos moradores do Rio e 44% dos brasileiros comprariam ingressos pro evento e 46% dos residentes da cidade entre 16-24 anos se voluntariam aos Jogos.
	Experiência	Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos (2007); Jogos Sul-Americanos (2002); campeonatos mundiais de judô, atletismo, juniores de natação, triatlo, ginástica artística, pentatlo, vôlei de praia (2003-2007), entre outros que ocorreriam em 2008 (futsal, vôlei, tiro e atletismo), 2013 (Jogos Militares e Copa das Confederações) e 2014 (Copa do Mundo FIFA).

FONTE: Comitê de candidatura Rio 2016 (2008a); International Olympic Committee (2008a), tradução nossa.

NOTA: Quadro elaborada pela autora, com informações selecionadas e resumidas das fontes.

Dessas informações, salientamos a motivação e o conceito da proposta do evento, que posteriormente reaparecem nos demais documentos: desenvolvimento educacional e social, impulsionar a transformação em progresso do Rio, novo território para os Jogos Olímpicos, promoção do Brasil moderno, eixo esportivo na América Latina e a experiência dos Jogos.

Depois do encaminhamento deste documento em janeiro de 2008, o COI teve seis meses para análise e emissão de seu parecer, a ser realizado pelo Comitê Executivo que aceitou ou refutou as cidades que poderiam prosseguir para a segunda fase, de cidades candidatas à sede. Sendo o Rio de Janeiro aceito para essa segunda fase, juntamente com Madri, Tóquio e Chicago, um novo documento foi emitido, dessa vez sem limites de páginas, resultando num dossiê dividido em três volumes, conforme listagem de temas tratados no quadro a seguir.

QUADRO 10 – TEMAS DO DOSSIÊ DE CANDIDATURA E DIVISÃO POR VOLUMES DO RIO 2016

Volume 1	<p>Introdução -</p> <p>Tema 1 Visão, legado e comunicação</p> <p>Tema 2 Conceito geral dos Jogos Olímpicos</p> <p>Tema 3 Clima e estrutura da política e da economia</p> <p>Tema 4 Aspectos Jurídicos</p> <p>Tema 5 Formalidades de alfândega e imigração</p> <p>Tema 6 Meio ambiente e meteorologia</p> <p>Tema 7 Finanças</p> <p>Tema 8 Marketing</p>
Volume 2	<p>Introdução -</p> <p>Tema 9 Esporte e instalações</p> <p>Tema 10 Jogos Paraolímpicos</p> <p>Tema 11 Vila Olímpica</p>
Volume 3	<p>Introdução -</p> <p>Tema 12 Serviços médicos e controle de doping</p> <p>Tema 13 Segurança</p> <p>Tema 14 Acomodações</p> <p>Tema 15 Transporte</p> <p>Tema 16 Tecnologia</p> <p>Tema 17 Operações de mídia</p> <p>Conclusão -</p>

FONTE: Comitê de candidatura Rio 2016 (2009a, 2009b, 2009c)

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Considerando nossos propósitos, focamos na análise dos temas 1 (visão, legado e comunicação), 2 (conceito geral dos Jogos Olímpicos) e 3 (clima e estrutura da política e da economia) do primeiro volume do dossiê de candidatura. Nesses temas, buscamos as motivações, objetivos e justificativas para que o Rio de Janeiro quisesse sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, o que trouxe também os anseios do governo brasileiro em alguns momentos.

Esses três temas estavam divididos nos seguintes subcapítulos: (1) introdução, motivação principal, visão, planejamento de longo prazo, vantagens da candidatura, principal legado olímpico, o legado para o esporte, contribuição para o movimento olímpico, programas de comunicação, promoção dos valores olímpicos, oportunidades de comunicação e plano de comunicação; (2) introdução, datas, o conceito dos Jogos Rio 2016, um produto integrado, localização da infraestrutura, vista panorâmica, cultura, educação, cerimônias, atividades na cidade, atividades esportivas e orçamentos; (3) introdução, estrutura governamental, coordenação, apoio governamental, apoio político, eleições, comitê de candidatura, economia, níveis de renda, inflação e moeda, acordos internacionais e percepção e pesquisas de opinião (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a).

Pela leitura dos documentos, elencamos cinco grandes argumentos para defesa da candidatura Rio 2016, que não seguem nenhuma ordem de importância, mas se mostraram persistentes na leitura dos dois documentos. Primeiro, o fato de serem os primeiros jogos na América do Sul. Segundo, a possibilidade de alcançar um grande número de jovens, no Brasil e no subcontinente. Terceiro, a possibilidade de uma experiência festiva. Quarto, a realização do evento em um ambiente cuja transformação em diferentes sentidos já estava em progresso. E quinto, uma plataforma para promoção do Brasil internacionalmente.

5.2.2 Os primeiros jogos na América do Sul

Na tentativa de convencimento do COI, o discurso mobilizado era a presença em um território espacial ainda não explorado, pelo fato dos Jogos nunca terem sido sediados na América do Sul. Não por acaso, em todos os discursos do presidente – com exceção da entrevista após a eleição – e em todas os documentos oficiais da candidatura, existia essa menção. Além disso, embora o continente americano já tivesse sediado o evento por diversas oportunidades (nos Estados Unidos, Canadá e México), os Jogos no Brasil seria apenas o terceiro realizado no hemisfério sul, precedido pelas duas edições australianas.

Nos documentos, defendia-se que o evento pela primeira vez no território traria “um significativo incremento no conceito de universalidade” do movimento olímpico (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a, p. 11, tradução nossa), já que sediá-los na América do Sul seria a oportunidade de abarcar a diversidade de nações e culturas. Seria a proposta de “abrir as portas” a um novo continente a partir da cidade com uma imagem internacional “inigualável” (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 18).

É notável comparar a consonância entre as estratégias de política externa com essa proposta de realizar os Jogos Olímpicos no país e na América do Sul pela primeira vez, da qual percebemos a aproximação a partir de duas vias.

Primeira, quando o país se coloca como representante “natural” da região – e mais ainda, o Rio de Janeiro como cidade de destaque. Da visão do país, essa noção esteve presente desde a entrevista coletiva dada pelo porta voz da presidência, ao apresentar a agenda do presidente em Copenhague, quando afirma que o país “representa a América do Sul, com seus quase 400 milhões de habitantes, em seu desejo por sediar, pela primeira vez, os Jogos Olímpicos” (BAUMBACH, 2009, p. 2). Na documentação oficial, apresenta-se a estratégia de ser uma “liderança esportiva regional”, pois já que o país é a “principal potência econômica da região”, teria por isso “os meios, a oportunidade e a vocação” para ajudar os vizinhos regionais através do esporte e ser a voz para promover os valores olímpicos (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 20). Ou ainda quando o presidente diz que, se o Brasil sediasse, os latino-americanos teriam a oportunidade de assistir o evento de perto, afinal há fronteiras com todos os países da América do Sul exceto Equador e Chile, tornando-se assim um dever do Brasil, da América do Sul e da América Latina lutar para que o evento fosse sediado no Rio (LULA DA SILVA, 2009a). Entretanto, na entrevista coletiva, momento de agradecimentos e reconhecimentos, não houve a consideração sobre o apoio – ou não – desses países. Na satisfação após a vitória, o mérito parece ter sido reconhecido exclusivamente como do Brasil e não mais da América Latina como região pretensamente envolvida na causa.

Segunda, o questionamento das posições dominantes através da abertura para os emergentes. Se compararmos o sistema internacional com o movimento olímpico, perceberemos similaridades sobre as tomadas de decisão e a concentração de poder por alguns Comitês Olímpicos Nacionais, mantendo alguns países na posição de espectadores e outros como protagonistas. Em discurso de anúncio de medidas para apoio à candidatura em 2008, Lula da Silva (2008a) menciona que a América do Sul tem quatro votos, mesmo número que Suíça e um a menos que a Itália. Ele também, estrategicamente, questiona: “Se isso [que os Jogos Olímpicos simbolizam a solidariedade humana] é verdade, qual é a explicação para que

nós nunca tenhamos tido, aqui na América do Sul, uma disputa dessa magnitude?” (LULA DA SILVA, 2008a, p. 6). Na mesma oportunidade, dizia que o regulamento dos Jogos Olímpicos não prescreve que eles “são para serem jogados nos países ricos” (*Ibidem*).

Comparação semelhante, ainda que mais sutil e condizente com o mercado para o qual ela foi apresentada, foi feita pelo presidente Lula no discurso anterior a votação do COI para a cidade-sede de 2016, no dia 02 de outubro de 2009:

Acabo de participar da Cúpula do G-20, em Pittsburgh, na qual se desenhou, por consenso, um novo mapa econômico mundial. Esse mapa reconhece a importância de países emergentes como o Brasil no cenário global e, sobretudo, na superação da crise mundial. Tenho o orgulho, como brasileiro, de ter participado desse processo e de ver o Brasil como parte da solução. A parceria que a candidatura do Rio propõe à família olímpica leva em conta esse novo cenário, no qual nosso país conquistou o seu lugar (LULA DA SILVA, 2009c, p. 3).

A Cúpula do G-20 referida no discurso é o grupo dos 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Reino Unido e Turquia) mais União Europeia, que representam cerca de 85% do PIB, 75% do comércio e 67% da população mundial (G20, 2014). De acordo com Amorim (2010), o encontro em Pittsburgh (EUA) realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2009, definiu o G-20 como o fórum inicial para discussões macroeconômicas e financeiras, o que, na visão do ministro, substituiu o G-8 – grupo dos sete países anteriormente mais ricos, mais a Rússia, incluída pelo poder militar – que dava sinais de decadência na ordem internacional que se estabelecia. Para Flandes (2010, p. 145), a partir desse encontro ficou demonstrado que os “problemas transnacionais só podem ser resolvidos por meio da cooperação de muitos atores. Ignorar as economias emergentes, como muito foi feito no passado, já não é possível”.

Assim, nesse extrato do discurso, mais do que expor a presença do Brasil naquele fórum, o presidente Lula finalizou o discurso “convidando” o COI a considerar e adotar esse novo cenário e, também, “corrigir esse desequilíbrio”, superando o desafio de chegar em um novo continente (LULA DA SILVA, 2009c, p. 2). Sem dúvida, essa mobilização passa uma mensagem não só para o movimento olímpico, mas também para os outros fóruns multilaterais, levantando como bandeira a necessidade de estender a participação de países tidos como em desenvolvimento ou periféricos em qualquer instituição que se julgue internacional – postura muito pertinente aos esforços da política externa brasileira no período de sua presidência.

Se o argumento dos primeiros jogos na América do Sul possui considerável peso, ele sozinho não parece ter sido forte o suficiente para a decisão, sendo acompanhado por outros

argumentos “diferenciais” do país e da cidade, que incluem referências simbólicas e quantitativas, como vemos na sequência.

5.2.3 Uma experiência festiva

A segunda motivação – que talvez tenha mais uma característica oferecida como “diferencial” do Rio de Janeiro – é a possibilidade dos Jogos Olímpicos refletirem um clima ou uma experiência festiva, o que geraria um aprimoramento da marca olímpica.

A cidade e o país oferecem ao COI seu “*know how*” ou sua capacidade de divertimento *a la* carnaval, “incomparável”, para proporcionar novos níveis de celebração para as experiências esportivas dos espectadores, entendidos como um importante elemento explicativo do sucesso dos Jogos Olímpicos (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a). Uma união das belas paisagens com a hospitalidade dos cariocas seria o grande mote para “uma festa que irá atrair e empolgar o mundo inteiro” e reforçaria a imagem de um país “apaixonante, onde é bom viver, realizar negócios e fazer turismo”, bem como um cenário atrativo para as transmissões televisivas, patrocinadores e parceiros durante os quatro anos da Olimpíada (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 18).

Em outro extrato, a cultura é salientada na “paixão do Rio pela vida”, onde a “[c]elebração, festa e lazer são parte essencial da vida no Rio de Janeiro, a capital cultural do Brasil” (*Idem*, p. 38). Nessa linha, as cerimônias teriam “um ambiente tipicamente brasileiro – caloroso, colorido e empolgante” (*Idem*, p. 42).

A concepção dessas características se repete nos discursos de Lula: “Nós somos de uma região tropical, somos mais *calientes* que o restante do mundo.” (LULA DA SILVA, 2008b, p. 7) e um povo que, além de “hospitaleiro e afável”, é “esportista por natureza” (LULA DA SILVA, 2008c, p. 4) – e seguindo na linha do esporte, povo não só “apaixonado pelo esporte” mas também “apaixonado pela vida” (LULA DA SILVA, 2009a, p. 1).

Quanto ao país e a cidade, “maravilhosa” (LULA DA SILVA, 2008b, p. 4), “das mais belas e acolhedoras do mundo” (LULA DA SILVA, 2009a, p. 3), seria “a oportunidade de sentir o calor de nosso povo, a exuberância da nossa cultura, o sol da nossa alegria”, finalizando com a realização de Jogos singulares por estarem “cheios da paixão, da alegria e da criatividade do povo brasileiro” (LULA DA SILVA, 2009c, p. 1). Na excitação após a vitória, também não faltaram adjetivações ao país (“sempre foi um país grande, um país importante”) e ao seu povo (“povo extraordinário [...] de índole extraordinária” e ainda, na singularidade brasileira, que

“não tem no mundo povo mais feliz, mais criativo e mais alegre [...] pode ter igual... mais, não tem”) (LULA DA SILVA, 2009d, p. 2).

Também é destaque a iniciativa de valorizar na diversidade étnica as singularidades do país, sendo o que faria sua identidade. No discurso para o COI no dia da eleição, o presidente fala que o Brasil simboliza os cinco aros do movimento olímpico, porque está representado pelos diferentes continentes que compõem o país, com orgulho de serem brasileiros sem esquecerem suas origens; no conjunto, é um povo “que gosta muito de ser misturado” (LULA DA SILVA, 2009c, p. 1). Compondo o início do discurso, essas afirmações buscam apresentar o porta voz, representante desse povo desenhado como miscigenado – e isso sendo uma qualidade – supostamente num processo resultante de unidade, atualmente pacífica e harmoniosa.

Esse é o cenário típico para a leitura de Jessé de Souza e Marilena Chauí sobre a composição do mito da brasilidade apresentada no subcapítulo 4.1. Primeiro, mobiliza-se as perspectivas de uma cidade rica em suas belezas naturais, na ideia de “dádiva” mencionada por Marilena Chauí, como se as belezas daqui fossem exclusivas ou outros cenários não fossem tão atrativos quanto os nossos. Segundo, ignora-se o histórico, ainda atual, de disputas relacionadas à exclusão e aos preconceitos, que aparecem de formas mais ou menos evidentes na rotina social. Terceiro, coloca-se o Brasil como se fosse exceção entre os demais países no que diz respeito à diversidade cultural e étnica de sua composição. Quarto, generaliza-se para todos os nascidos nesse território – o que vale para cidade, país e região latino-americana – uma quase pressuposição genética de hospitalidade e alegria, entre outras características pretensamente positivas subentendidas na expressão em espanhol *caliente*.

Representar a América do Sul ou até a América Latina nesse contexto significaria trazer o conceito de “homem cordial” criticamente descrito por Sergio Buarque de Holanda, mas invertido para uma leitura positiva no campo discursivo, a “compensação fantasiosa” de que, se não somos racionais e meticolosos quanto europeus ou anglo-saxões, somos capazes de fazer belas e alegres festas, qualidade assumida nacionalmente e reconhecida internacionalmente. Essa característica poderia ser aproveitada para que o movimento olímpico restaurasse seu espírito festivo, diversão perdida em meio a adoção de formalidades e exigências. Esse elemento é especialmente interessante para se pensar em como o Rio oferecia ao COI a oportunidade de gerar uma imagem alternativa às críticas, já mencionadas, sobre a comercialização do evento, assumindo o papel estereotípico de cidade que remete mais à ludicidade que ao consumo.

Como elemento reincidente, salientamos a reprodução de ideias-força dos ensaístas do pensamento social brasileiro, individualmente identificáveis e reverberadas como retrato da nação e de um povo, que perpassa gerações e estratos para serem mobilizados nesse momento. Mesmo não sendo uma referência direta, essas noções se instauram de tal forma que parecem impossíveis de serem ignoradas na tentativa de identificação do nacional para diferenciação no internacional.

5.2.4 Alcance no número de jovens

Mobilizando argumentos também da ideia dos primeiros jogos na América do Sul, outra consequência da escolha do Rio seria o alcance de um grande número de jovens, que vivem no país e no subcontinente, declarados ali como sendo o público alvo do movimento olímpico.

Os Jogos aqui sediados beneficiariam e se beneficiariam do Rio de Janeiro, em argumentos bastante intangíveis. Com frequência, os textos da candidatura faziam referência ao “poder do esporte”, que através dos Jogos seria capaz de “inspirar” os jovens brasileiros e sul-americanos, ao mesmo tempo em que a “jovialidade” do país e do continente dariam um “valor adicional [...] às marcas Olímpica e Paraolímpica” (COMITÊ DE CANDIDATURA, 2009a, p. 18).

A mobilização dos jovens é abordada como um dos itens da motivação e legado para promoção dos Jogos e é retomada na descrição da população e na opinião pública, especificamente se referindo à disposição dos mais jovens para se tornarem voluntários, sendo a participação desse grupo populacional o primeiro eixo da visão estratégica da candidatura (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a, 2009a). O foco nos jovens também se dá no segundo eixo, que indica que as “transformações sociais através do esporte” – infraestrutura esportiva e urbana – teriam como objetivo a integração de jovens “de comunidades carentes” (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 20). Esse “poder extraordinário do esporte” também é mobilizado por Lula, afirmando que o compromisso do governo federal se dá baseado nesse entendimento, cuja possível transformação é “especialmente das [pessoas] mais jovens e das mais humildes” (LULA DA SILVA, 2009b, p. 1). Em outra ocasião, o presidente afirmou que a candidatura bem sucedida aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos deveria ser dedicada para a juventude brasileira, “que durante muito tempo foi esquecida e que agora nós queremos deixar para ela um futuro muito mais extraordinário” (LULA DA SILVA, 2009d, p. 7).

O mote do esporte para jovens é trazido repetidamente nos documentos oficiais, com a candidatura indicando que atuaria em comunidades carentes e que estratégias de aproximação com os jovens do mundo inteiro, através de tecnologias diversas e criação de espaços para assistir aos jogos em várias cidades, estaria no cerne do plano de comunicação e valorização das marcas, com atuação conjunta ao COI, Comitê Paralímpico Internacional, parceiros e patrocinadores (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a).

A estratégia de trazer os patrocinadores para esse mercado jovem e emergente parece uma sinalização para o potencial econômico que o país e a região possuem, sendo esse público alvo de nítido interesse para as empresas e conseqüentemente para o próprio COI, que tem do patrocínio uma fonte de significativo retorno financeiro. Também vale considerar o uso do discurso de atração desse público pelo COI como instituição, numa possibilidade de renovar ou atrair o interesse de novas gerações, que vem se distanciando do movimento olímpico desde o início dos anos 2000 e, por isso, são objeto de preocupação da instituição desde então (THORPE; WHEATON, 2011). No caso da candidatura, além das ações já mencionadas, a região de Deodoro – dita como a de maior concentração de jovens da área metropolitana do Rio de Janeiro – seria a referência para esse público, abrigando o “Parque Radical” e os principais “esportes de aventura” nos Jogos, como canoagem, ciclismo (BMX e *mountain bike*), além de hipismo, tipo esportivo, esgrima e pentatlo moderno (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, 2009b).

Sobre o planejamento de longo prazo para legados proposto pela candidatura, quatro itens são apontados: transformação da cidade, inserção social, juventude e educação e esporte. Para nosso interesse no momento, o item “da juventude e educação” indica que a candidatura seria parceira do governo federal em projetos esportivos, visando aumentar o número de crianças atendidas pelo Segundo Tempo, o número de participantes dos Jogos Escolares e Universitários, e também o investimento em estruturas esportivas nas escolas, com capacitação desses programas relacionados à Educação Física (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a).

Especificamente, a candidatura defendeu que as ações esportivas que utilizam como base os valores olímpicos para jovens já mostravam no país um “impacto dramático, demonstrando o poder tangível do esporte como ferramenta de inclusão social e educação” (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a, p. 11, tradução nossa). Uma observação necessária sobre esse argumento é o questionamento de pesquisadores sobre a efetividade de um dos programas ditos como de Educação Olímpica – o Programa Segundo Tempo, do governo federal – que é anunciado durante a candidatura do Rio de Janeiro, que se baseia no

princípio que a mera participação esportiva geraria a incorporação de valores olímpicos (KNIJNIK; TAVARES, 2012), numa crítica que pode ser abordada dentro da proposta funcionalista do esporte, na qual este teria um “efeito evangelizador” (COALTER, 2007). Esses estudos são críticos à perspectiva que somente a exposição das pessoas ao esporte seja a solução de questões sociais mais amplas, não devendo o esporte ser visto como uma prática de “salvação” das mazelas sociais – acrescentamos que, menos ainda, os megaeventos esportivos serviriam a esse fim.

Nessas leituras, é preciso perceber a existência de diferentes compreensões sobre quem é esse jovem que os Jogos Rio 2016 poderiam alcançar. Do ponto de vista dos discursos do presidente Lula, existe um especial interesse no jovem pobre, que poderia se beneficiar das ações relacionadas aos Jogos, mas também na juventude como um grupo mais amplo, de todas as classes, que veria em seu país um motivo de orgulho pela conquista dessa disputa internacional, numa leitura sobre o Brasil mais apropriada a sua grandeza, conforme o próprio presidente prega, dentro da ideia que “não é um paizinho [*sic*] qualquer” (LULA DA SILVA, 2008a, p. 6). Nos documentos oficiais do comitê de candidatura, existe a referência tanto aos jovens brasileiros pobres, que se beneficiariam de ações nas comunidades, mas também aos jovens latino-americanos. Deste grupo, supomos que existe especial interesse nos jovens das classes econômicas consumidoras ou potencialmente consumidoras do esporte e dos produtos a ele relacionados, especialmente dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, bem como de seus patrocinadores, pois seriam aqueles a serem alcançados pelas estratégias de comunicação dos Jogos.

Entendemos que essas estratégias – aqui, no nível discursivo, mas que parecem se materializar no período de preparação para o evento – de atingir a população jovem é a mais povoada por crenças do campo esportivo que foram mobilizadas nessa candidatura. Não temos subsídios para afirmar que tal estratégia seja conscientemente dissimulada, mas existe uma perspectiva no sentido do jogo no campo esportivo que tende a ignorar todos os indícios contrários à essa crença, especialmente por parte dos agentes da ortodoxia tais como aqueles alinhados aos Jogos Olímpicos. É muito útil, nesse cenário, assumir posições ou prometer ações que leem o esporte como evangelizador ou salvacionista – mesmo que já haja uma distância estabelecida entre o evento em si e as ações relacionadas para promover o esporte para as “populações carentes”. A própria utilização de termos intangíveis ou simbólicos para tentar justificar as ações (poder extraordinário, inspirar, transformar, provocar reflexos) são indícios dessas crenças. Ao mesmo tempo, são bastante sutis as menções das potencialidades de alcançar o grupo consumidor, quando se diz que o evento no Rio de Janeiro poderia “agregar valor” às

marcas – o que interpretamos tanto no nível simbólico quanto relacionado ao mercado propriamente dito.

5.2.5 Uma transformação em progresso

Ao mesmo tempo em que os elementos simbólicos se colocavam como diferenciais, os fatores econômicos e estruturais também se faziam presentes, buscando evidenciar a posição investidora do Brasil e os avanços em setores chave para os Jogos. Nesse sentido, o sumário executivo instaurou como motivação e legado que os Jogos Olímpicos seriam catalizadores das transformações, que por sua vez já estavam sendo desenvolvidas, no Rio de Janeiro. Como forma de reforçar esse marco, na apresentação dos temas orçamento, segurança, transporte e meio ambiente foram recuperados dados de investimentos anteriores e em progresso, especialmente aqueles relacionados ao Rio 2007, ao que estava previsto para a Copa do Mundo FIFA 2014 e outros que faziam parte dos planos mais amplos de investimento do governo federal (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a).

Essa estratégia de apontar para o desenvolvimento, assinalando que ele já estava sendo colocado em prática, pode ser visto sob duas perspectivas. Primeiro, ela retira dos Jogos Olímpicos toda a responsabilidade pelas melhorias, tentando prevenir que o evento não se trata de uma panaceia para a cidade nem seu único motor (HORNE, 2007). Isso é positivo para o COI, a partir do momento que é possível continuar reforçando o papel dos Jogos Olímpicos como catalizador de transformações nas cidades, sem trazer somente para si toda a responsabilidade de gerar o desenvolvimento urbano e seu possível legado (HILLER, 2000). Segundo, ela aponta para a existência de obras e iniciativas que vêm sendo realizadas em áreas chaves, diminuindo o volume de trabalhos necessários no relativamente curto intervalo de tempo entre a escolha e a realização do evento, podendo colher os louros de uma ação de mais longo prazo caso se apresente um cenário favorável de tais obras à cidade e os Jogos se apresentem como um marco temporal positivo.

Como “pano de fundo”, que permite a viabilidade desses investimentos, estava o crescimento econômico brasileiro que colocava o país, naquele momento, como a sétima maior economia mundial. Este dado, ou uma referência a ele, aparece na motivação, que justifica a intenção de promover o progresso do “Brasil moderno” no cenário internacional, no orçamento dos Jogos Olímpicos e na garantia governamental para sua realização, no investimento para transporte e no potencial de geração de renda através de patrocínio e licenciamento para o comitê organizador (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a).

Por modernização, indicava-se a construção e reforma em diferentes aspectos, em que o evento seria catalisador do “progresso esportivo” e do “progresso social”. Sendo a transformação da cidade um dos elementos elencados no item “principal legado olímpico”, previa-se a melhoria nos seguintes campos: qualidade do ar, transportes públicos, segurança, zona portuária, centros residenciais nas áreas dos Jogos, preservação da floresta da Tijuca e infraestrutura esportiva e de lazer. Os projetos, alguns em progresso, outros a serem criados, seriam majoritariamente continuados independente da aceitação ou não da candidatura, sendo coordenados por comitês que pensavam os Jogos em consonância com o planejamento estratégico da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, defendia-se que as melhorias seriam para todos e de maior duração, garantindo assim um legado “sustentável de longo prazo” (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 20).

Esses investimentos seriam majoritariamente realizados pelos poderes públicos. Em resumo, foram indicadas como responsabilidades dos governos: instalações, infraestrutura e desenvolvimento urbano, sustentabilidade, legado, segurança, respostas em casos de emergência, transporte, finanças (inclusive cobertura de necessidades dos Jogos e do comitê organizador), proteção de propriedade legal e intelectual, telecomunicações e demais serviços públicos (água, gás e tratamento de esgoto) (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a).

Numa perspectiva mais ampla, por transformação também se descrevia os momentos econômicos e sociais do país. O documento defendia que o Brasil estava em crescimento, com o aumento e diversificação dos setores econômicos e redução dos níveis de pobreza e desigualdade. Naquele momento, percebemos ainda uma preocupação em defender que mesmo nos momentos de “incertezas econômicas”, o significativo mercado brasileiro continuava “robusto”, com crescimento das demandas internas, controle da inflação e estabilidade financeira (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, pp. 56-58).

De maneira ainda mais evidente e repetida, dados econômicos e sociais eram levantados pelo presidente Lula em seus discursos. Ele salientou os investimentos realizados e previstos em infraestrutura, especialmente pelo Programa de Aceleração do Crescimento, repetindo nas entrevistas coletivas em 2009 que buscava propor ainda naquele ano a aprovação para inclusão no orçamento para os anos seguintes (LULA DA SILVA, 2009a, 2009d). Marcou também sua polêmica posição que o Brasil não tinha sofrido os efeitos da crise econômica mundial, diferentemente de outros anos (LULA DA SILVA, 2009a). E no discurso no dia da votação do COI, salientou que milhões de brasileiros ascenderam socialmente, numa melhoria da situação econômica graças à estabilidade política e democrática (LULA DA SILVA, 2009c).

Embora essas informações sejam relevantes, outro discurso reforça nossa hipótese que eles não eram tão primordiais como uma visão economicista pode prever. Na apresentação da candidatura, dados econômicos, de investimentos já realizados e a realizar, estão escritos e são lidos durante a cerimônia. Quando o presidente diz que deixaria de ler o discurso para “falar umas palavras sobre os objetivos concretos do que estamos fazendo aqui” (LULA DA SILVA, 2008c, p. 4), ele passa a discutir sobre como a escolha da cidade-sede é política, como terceiros, dentro e fora do país, colocam dificuldades na organização de grandes eventos esportivos (faz-se referência à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007), enquanto deveriam ser mais otimistas sobre o país. Embora os dados apresentados fossem, *a priori*, o que há de “concreto” em sua fala, a virada no discurso, representada pela citação, indica que os elementos seguintes são os que têm mais importância.

O momento em que esse discurso é proferido o torna especialmente útil para nossos propósitos, pois é a primeira manifestação pública do presidente em que se fala o porquê do governo brasileiro apoiar a candidatura, quando não houve um maior tempo, comparado aos discursos seguintes, para refinar as motivações, incluir novos elementos ou excluir, por exemplo, as críticas à centralização das sedes nos “países ricos” de forma tão aberta. Isso não significa que as ideias emitidas no discurso não tenham sido objeto de avaliação ou que esse tenha sido um discurso “puro” ou “transparente”, mas a análise do mercado linguístico para essa fala aponta para uma situação menos controlada que o discurso frente ao COI ou as respostas à mídia chinesa enviadas por escrito.

Nesse sentido, é nítido o senso do oportuno por parte do presidente Lula, em que para além do conteúdo de sua fala, seu *habitus* permite perceber no mercado e na ocasião os riscos e lucros advindos de sua manifestação pública ao externalizar o que está “por trás” daquele investimento. No momento do discurso, o presidente se coloca publicamente como informado do real jogo que se manifesta, cujas informações “objetivas” de investimentos financeiros não se tornam tão objetivas assim para decidir sobre a eleição da cidade-sede, especialmente quando se leva em consideração a dependência da votação e da inclinação dos votantes. Por isso, dentro do conceito de *habitus*, esse discurso evidencia a percepção e apreciação do presidente sobre a candidatura, o que coloca sua disposição para ação reconhecendo e aceitando os “reais desafios” da empreitada olímpica. O anúncio de “medidas de apoio à candidatura”, então, é o enlace para inserção do Brasil, como governo, nas disputas a partir da compreensão do sentido de jogo e do interesse sobre esse objeto, possibilitada pela concordância de seu porta-voz.

Da mesma maneira, ciente que essa lógica do jogo não é a única em evidência em outros mercados, durante as entrevistas coletivas parece existir uma predisposição a rebater algumas

das críticas sobre os investimentos nos Jogos. Uma oportunidade em que isso aparece foi quando um jornalista questiona sobre como garantir que não haverá desvios financeiros nos investimentos, bem como a preservação das infraestruturas esportivas para aproveitamentos futuros. Como resposta, o presidente argumenta que o Brasil não deve focar nos aspectos negativos, mas nas capacidades de realização. Nesse sentido, ele cita Joãozinho Trinta, famoso carnavalesco carioca, que segundo ele disse “Quem gosta de miséria é intelectual. Pobre gosta de coisa boa”. Nessa linha, o Brasil “merece” sediar o evento. Na sequência, argumenta: “Então, é verdade que o Brasil tem um lado ainda de muita pobreza, mas é verdade que este país tem um lado comparado a qualquer país rico do mundo.” (LULA DA SILVA, 2009a, pp. 7-8).

Essas sentenças são bastante provocativas, ao mesmo que demonstram uma habilidade singular em inverter posicionamentos para conquistar alianças ou ressignificar pontos críticos. Sem cair na tentação de taxar a fala na linha de “ópio do povo” – já que, em conjunto com o carnaval, os megaeventos esportivos seriam produtos aptos a esse fim – são inegáveis a simplificação e a superficialidade adotada nessa interpretação, altamente convenientes para aquele momento.

5.2.6 A promoção do Brasil no exterior

A promoção global do Brasil também compunha a visão estratégica do Rio 2016, em conjunto com os outros argumentos já mencionados, na perspectiva de destacar tanto o crescimento econômico como o perfil de destino turístico. Repetidamente, o documento indicava que esses benefícios seriam de longo prazo, sustentáveis ou duradouros, não restritos à cidade, mas também ao país. Também se destacava que os Jogos seriam a oportunidade de “acelerar a transformação do Rio de Janeiro em uma verdadeira cidade internacional” a ponto de “concretizar [suas] aspirações globais” (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 18). Da noção de “cidade internacional”, trouxemos o debate da literatura científica acerca da tentativa de posicionamento de algumas cidades para esse perfil, em que os megaeventos esportivos podem auxiliar para esse reconhecimento, buscado especialmente pelas cidades que também tinham como intenção se tornar referências regionais.

Nesse sentido, percebemos que essa promoção seria concomitante e possível mobilizando também outros aspectos, como o fato de serem os primeiros Jogos na América do Sul (e o Brasil posicionar-se como líder regional), o destaque do “diferencial” festivo do país, as transformações em progresso quanto à infraestrutura e incentivo aos investimentos internacionais, como também os programas de inserção social e esportiva dos jovens.

O presidente adotou posições semelhantes em outro discurso quando disse que não se tratava de uma candidatura de “[...] um país terceiro-mundista na busca de um espaço junto aos chamados países desenvolvidos”, reiterando que o Brasil “não é um paizinho [*sic*] qualquer”, já que “em qualquer quesito [...] está entre os 10 maiores países do mundo” (LULA DA SILVA, 2008a, pp. 2-6). Assim, percebemos a consonância na leitura do presidente Lula e seu ministro, conforme apresentamos no capítulo 4, mesmo quando os programas são bastante distintos na sua finalidade, mas tem em comum o cenário internacional e a postura do Brasil nele.

O envolvimento do Itamaraty na candidatura olímpica também é evidenciado nesse extrato do discurso:

Não apenas nas reuniões que eu faço com outros chefes de Estado ou chefes de Governo, [mas] nas notas de conversações que eu recebo tem um item lá: Olimpíadas de 2016. E mesmo quando eu não estou presente, nas viagens que ele faz o Celso Amorim tem como prioridade lembrar às pessoas que o Brasil é candidato a 2016, porque isso virou um compromisso do governo brasileiro (LULA DA SILVA, 2009a, p. 3).

Por essa fala, é possível inferir que esse engajamento corresponde a uma efetiva inserção da candidatura na agenda da política externa brasileira, sendo que a noção de “compromisso do governo brasileiro” reforça o envolvimento como uma questão de governo. Na sequência do discurso, o presidente menciona que, diferentemente de ocasiões passadas, o governo brasileiro teve efetivo envolvimento, não delegando as responsabilidades apenas para a cidade candidata. Com isso, pela perspectiva do governo, a candidatura olímpica é uma causa nacional e não apenas municipal, estadual ou restrita ao universo esportivo.

Tornada uma causa nacional, inevitavelmente a autoafirmação perpassa a comparação com outros países. Nesse sentido, o simbolismo da disputa entre países através de um projeto de candidatura possibilita mobilizar uma série de sentimentos nacionais e, no caso da vitória, um bem-estar coletivo significativo. O fato do Rio de Janeiro ter vencido a eleição contra cidades de países considerados potências internacionais potencializou o sentimento de que o Brasil não poderia mais fazer parte da “periferia” do mundo. Na entrevista coletiva após a eleição, o presidente Lula, em referência aos líderes de Estado de Estados Unidos, Espanha e Japão, disse

[...] eu queria dizer ao companheiro Obama, dizer ao companheiro Zapatero e dizer ao Hatoyama que me desculpem de eu estar feliz e vocês tristes, mas vocês já foram felizes muitas vezes e nós tristes muitas vezes e nós temos o direito de estarmos felizes hoje e vocês valorizaram a nossa disputa (LULA DA SILVA, 2009d, p. 3-4).

Em parte, entendemos que este extrato resume uma condição política a respeito da forma na qual o presidente enxergava o histórico de posição do Brasil internacionalmente, baseado nas predisposições expressadas na política externa brasileira, e como essa eleição olímpica possibilitou a inversão dessa lógica. Simbolicamente, essa inversão é muito significativa, mesmo que não necessariamente duradoura ou passível de incorporação em outros setores sociais e políticos, tanto para uma leitura doméstica, em que os brasileiros deveriam perceber seu valor, tal como mencionado nas mensagens para a juventude brasileira, como internacional, em que os países “deveriam ter” uma percepção mais atenta sobre o papel do Brasil. Ou, na sequência do discurso: “Essa vitória para mim é: o Brasil ganhou, definitivamente, a sua cidadania internacional. Nós não somos de segunda classe, somos de primeira classe [...]” (LULA DA SILVA, 2009d, p. 9).

A causa sendo tornada uma questão de Estado se torna especialmente útil para o comitê de candidatura. Quando o porta-voz do governo brasileiro se compromete discursivamente e através da articulação política para gerar as garantias necessárias para a realização do evento, o comitê de candidatura utiliza de todas as formas possíveis esse apoio para demonstrar a sustentação financeira e logística garantida pelo então sétimo país de maior PIB do mundo. Por isso, esse comprometimento se repete na apresentação dos documentos como também nos setores financeiros e organizacionais para os diferentes setores de infraestrutura e logística necessários na preparação para os Jogos (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a).

Na comparação entre as formas como as posições estão descritas no documento emitido pelo comitê de candidatura e através do discurso pelo governo brasileiro, podemos inferir que a “promoção do Brasil” ia além da cidade do Rio de Janeiro e além da noção de potencializar o turismo ou negócios. Tratava-se de uma iniciativa com variados graus simbólicos e políticos de promoção, em que a leitura do governo brasileiro sobre as potencialidades da candidatura era mais ampla que aquela descritas pelo comitê de candidatura, sendo mais do que um reforço do “status de economia importante e em pleno crescimento, e de destino turístico inigualável” (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009a, p. 20).

A partir de como algumas políticas e resultados do governo Lula são mobilizados, percebemos de que forma o engajamento do governo federal ia além da perspectiva de mostrar o Brasil na televisão, aparecendo em momentos diferentes e “mais sutis” dos documentos de candidatura. Por exemplo, fala-se do comprometimento do governo brasileiro com outros

grandes eventos esportivos, o uso de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento²⁹ para investimento em infraestrutura e o comando em segurança unificado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2008a, 2009c). Nos discursos da presidência, em especial é reforçado o peso financeiro do investimento previsto pelo Programa de Aceleração do Crescimento (LULA DA SILVA, 2008c, 2008d, 2009a). Entendemos que a inserção desses itens reforça o argumento da “transformação em andamento”, para além da promoção do país no exterior, ao mesmo tempo em que busca legitimar as políticas de governo implementadas, gerando impacto no mercado internacional e nacional.

Agregadas essas informações, nosso entendimento é que o projeto de candidatura Rio 2016 estava totalmente alinhado com a política externa brasileira a partir da perspectiva do governo brasileiro, em que se colocava uma oportunidade de significativa visibilidade e conquista, especialmente no caso dos avanços, tanto domésticos em economia e sociais como das pretensões no sistema internacional, serem referendados com a eleição para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Com isso queremos dizer que os benefícios para o governo não seriam apenas nos Jogos em si, mas que importantes conquistas já foram conseguidas no próprio processo de candidatura e no fato do Rio de Janeiro ter sido eleito.

Do lado do comitê de candidatura, as pretensões do governo brasileiro naquele período são úteis para conquistar o endosso financeiro e mobilizar os argumentos que sustentam a realização dos Jogos nas exigências relacionadas à infraestrutura e logística. Também parece existir um esforço de mostrar ao COI que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos seriam importantes para o país, numa condição de valorizar o evento como um elemento necessário para potencializar as conquistas que já vinham sendo alcançadas. Porém, parece existir um cuidado para não hipervalorizar ou tornar uma panaceia, que poderia ser danosa ao projeto. Notamos ainda que esse reforço vem num sentido de reproduzir o discurso, querido e exigido, de legados que, na mesma lógica dos itens mencionados acerca da “transformação em progresso”, demonstram que os Jogos poderiam se beneficiar ou potencializar seus efeitos ou resultados a partir dos investimentos anteriores em imagem ou *soft power* que já vinham sendo realizados.

²⁹ O Programa de Aceleração do Crescimento foi um programa de significativo investimento em infraestrutura, criado no governo Lula e gerido pela Casa Civil, por longo período liderado por Dilma Rousseff, que viria a suceder Lula na presidência da república. No dia da eleição do Rio de Janeiro, ela era a principal porta voz do governo federal no Brasil, já que outros representantes estavam em Copenhague, possibilitando com isso conquistar visibilidade (RODRIGUES, 2009).

5.3 AS AVALIAÇÕES DO COI E AS DEMAIS CANDIDATURAS

Como parte do processo de seleção da cidade-sede aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o comitê de avaliação do COI emitiu dois documentos com análise das candidatas, que seriam encaminhados aos grupos pertinentes para referência. O primeiro deles, lançado em 14 de março de 2008, versa sobre as sete cidades aspirantes e foi encaminhado para o Comitê Executivo do COI (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008a) e o segundo sobre as quatro cidades candidatas sendo encaminhado para os membros votantes da instituição (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009a).

Em ambos os casos, os documentos servem como informação de suporte para a decisão dos membros votantes, não sendo critérios definitivos para a escolha. Esse fato é de extrema relevância para esse subcapítulo porque, se por um lado os documentos possibilitam uma análise baseada em critérios técnicos mais evidentes e declarados, por outro lado tem extensão limitada por não se tratar da efetiva razão para escolha de uma ou outra cidade como sede. De toda maneira, por serem produzidos por uma comissão do próprio COI, entendemos que os documentos refletem significativamente parte das preocupações ou questões que são consideradas nas candidaturas, sendo por isso capazes de dar indícios acerca dos posicionamentos da instituição.

Na primeira fase, para eleger entre as cidades aspirantes aquelas que se tornariam cidades candidatas, a escolha passa pelo Comitê Executivo do COI, que é composto por quinze membros: o presidente, quatro vice-presidentes e dez membros eleitos para um período de quatro anos (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2014d). Na segunda fase, para escolha da cidade-sede entre as cidades candidatas, são aptos a votar todos os membros do COI que não estejam envolvidos como países candidatos, nem presidentes vitalícios, honorários e demais membros honorários. Na primeira rodada de votação para a eleição da cidade-sede de 2016, eram 95 membros votantes, sendo que nas rodadas seguintes os membros dos países eliminados poderiam votar. Estados Unidos, Japão e Brasil tinham dois membros cada, enquanto a Espanha tinha um. Todos esses membros estavam impossibilitados de participar da primeira rodada de votação, mas nas rodadas seguintes os membros dos Estados Unidos e Japão puderam votar, na ordem de suas eliminações (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009b).

A comissão de avaliação foi composta por membros e consultores do COI em diferentes áreas como meio ambiente, transporte, segurança, tecnologia, finanças e administração, além de membros de federações internacionais, comitês de organização de Jogos Olímpicos

anteriores e ex-atletas. Como presidente da comissão, esteve a ex-atleta olímpica marroquina Nawal El Moutawakel, que teve a mesma função nas candidaturas dos Jogos de 2012 e também é membro do comitê executivo do COI. Também fizeram parte da comissão: Ching-Kuo Wo (Membro do COI, presidente da Federação Internacional de Boxe, de Taipei), Sir Craig Reedie (Membro do COI, integrante da candidatura de Londres para 2012, da Grã-Bretanha), Guy Drut (Membro do COI, ex-atleta olímpico, da França), General Mounir Sabet (Membro do COI, presidente do Comitê Olímpico do Egito), Andrès Botero Phillipsbourne (Membro do COI, vice-presidente da Organização Desportiva Sul-Americana, da Colômbia), Alexander Popov (Membro do COI, ex-atleta olímpico, da Rússia), Göran Petersson (Presidente da Federação Internacional de Vela, da Suécia), Gregory Hartung (membro do Comitê Paralímpico Internacional e presidente do Comitê Paralímpico da Austrália), Gilbert Felli (Diretor executivo dos Jogos Olímpicos do COI, da Suíça), Simon Balderstone (consultor do COI em meio ambiente, da Austrália), Philippe Bovy (consultor do COI em transporte, da Suíça) e Etienne Thobois (consultor do COI, da França) (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008c).

Dessa apresentação, podemos ver que dos treze membros da comissão de avaliação, sete são de países europeus, dois da África, dois da Oceania, um da América do Sul e um da Ásia. Mais ainda, torna-se significativo salientar que França, Suíça e Austrália tiveram dois representantes. Apesar do COI recorrentemente alegar que seus comitês não se tratam de representações de países, mas do conhecimento das pessoas que os compõem, aqui é possível observar um desequilíbrio geográfico dessas representações.

Para a primeira fase, das chamadas cidades aspirantes, após o envio da documentação do sumário executivo, esse grupo fez a análise técnica das propostas a partir de onze critérios, aos quais foram atribuídos pesos de 2 a 5 (sendo 5 o mais alto): apoio governamental, questões legais e opinião pública (peso 2); infraestrutura geral (peso 5); instalações esportivas (peso 4); vila(s) olímpica(s) (peso 3); condição e impacto ambiental (peso 2); acomodação (peso 5); conceito em transporte (peso 3); segurança (peso 3); experiência a partir de eventos anteriores (peso 2); finanças (peso 3) e projeto geral e legado (peso 3) (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008a, p. 9, tradução nossa).

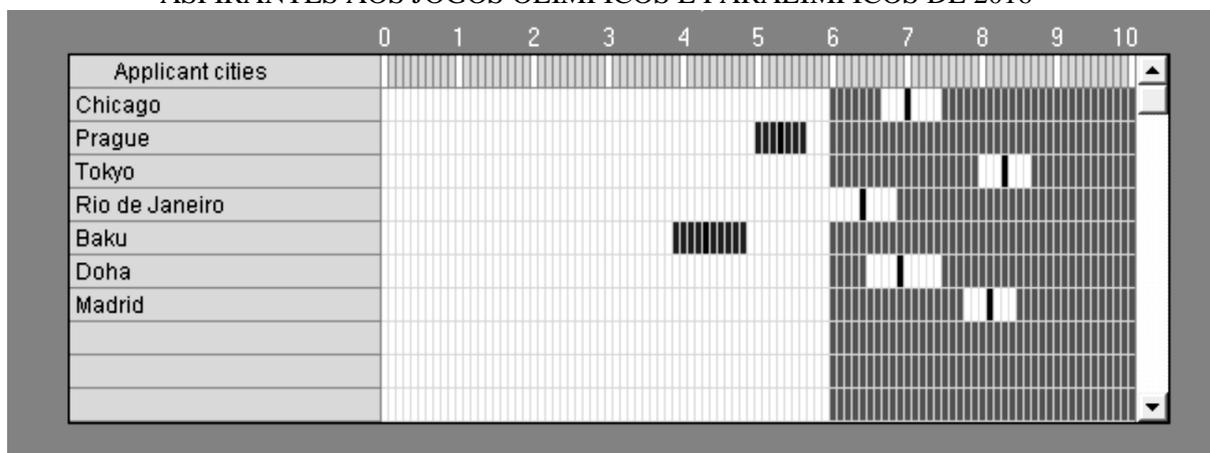
Ainda para essa fase, o COI adotou um software para tomadas de decisão, utilizado em áreas organizacionais como recrutamento de recursos humanos, compras e aquisições, entre outras decisões estratégicas e de planejamento, para auxiliar no processo de avaliação. Nas necessidades desse processo, criou-se o “OlympLogic”, um software que leva em consideração a melhor opção a partir de um número de opções, conforme critérios pré-definidos pelo COI – no caso, os onze critérios e seus respectivos pesos. Sua utilização se iniciou para a escolha da

cidade-sede para os Jogos da Juventude em 2010, tendo sido aplicado nos Jogos Olímpicos de inverno em 2010 e de verão em 2012.

O cálculo é feito a partir da lógica matemática “fuzzy”, em que toma como base o intervalo mínimo e máximo de notas, entendendo que quanto maior for esse intervalo, maior é a incerteza a respeito do item em questão, servindo assim como um parâmetro mais efetivo do que a média aritmética simples, que poderia esconder significativas fraquezas em determinados aspectos avaliados e colocar em risco a realização do evento. Dessa forma, o entendimento é que as “boas” cidades aspirantes são aquelas que apresentam resultados mais “estáveis”, já que grandes variações entre as notas e avaliações não passam confiança da candidatura (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008a).

O software estabeleceu os intervalos de notas para todas as cidades aspirantes (Chicago, Praga, Tóquio, Rio de Janeiro, Baku, Doha e Madri) em cada um dos onze critérios estabelecidos em seus respectivos pesos. Ao final, no apanhado dessas avaliações, a seguinte imagem foi criada como resultado que consolida todas as variações nos critérios citados.

FIGURA 9 – RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO “OLYMPLOGIC” SOBRE AS CIDADES ASPIRANTES AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016



FONTE: International Olympic Committee (2008a, p. 107).

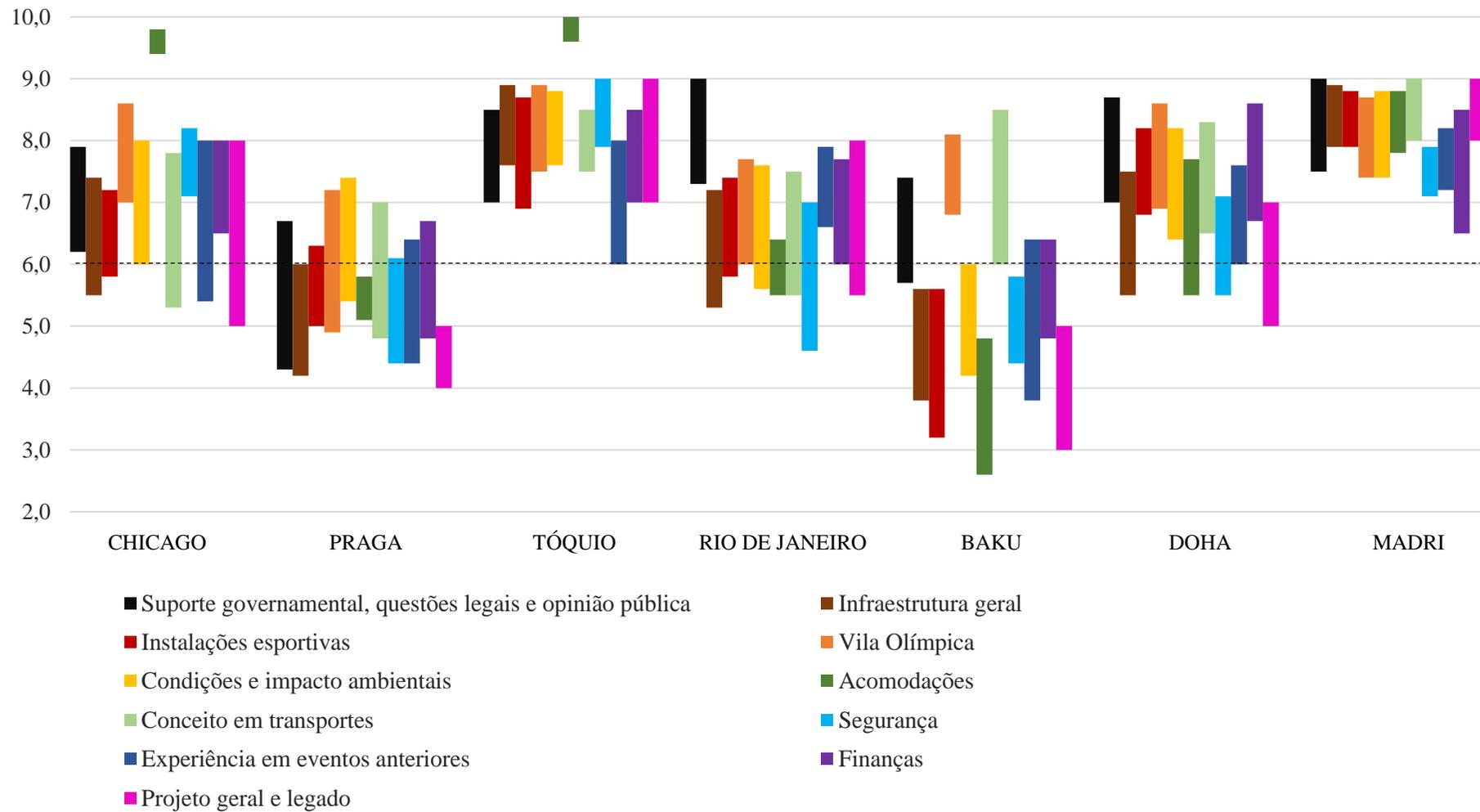
Essa imagem resume a aplicação de todos os critérios técnicos e matemáticos na avaliação das cidades aspirantes, sendo que a nota 6 foi aquela designada como linha de referência pelo COI. Na interpretação da comissão a partir da utilização do OlympLogic, as cidades acima dessa linha estariam recomendadas para se tornarem cidades candidatas, em oposição àquelas abaixo dessa linha. daquelas que transitam acima e abaixo, existe uma condição de risco, porém de possibilidade caso a cidade consiga operar em acordo com seu planejamento. Por essa leitura, estariam aptas a se tornarem cidades candidatas, pela ordem da avaliação da maior para a menor, Tóquio, Madri, Chicago, Doha e Rio de Janeiro.

A partir desses critérios de avaliação, o Rio de Janeiro conseguiria se qualificar para a segunda fase de candidatura, porém com a menor nota entre as cidades candidatas, sendo significativa sua distância na pontuação para Tóquio e Madri.

A indicação da cidade de Doha teve uma observação pelo comitê de avaliação, porque a cidade sugeriu uma data para realização que estava fora do intervalo proposto pelo COI, em virtude das condições meteorológicas daquela cidade. Na impossibilidade de avaliar as consequências da realização do evento fora do intervalo especificado, esse comitê repassou a responsabilidade pela decisão ao comitê executivo do COI (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008a), que posteriormente acabou rejeitando a cidade para a segunda fase de candidatura em reunião no dia 04 de junho de 2008 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009a). Vale mencionar que essa questão da data de realização do evento tem sido significativa no debate a respeito da Copa do Mundo FIFA em 2022 no Catar, em que as condições meteorológicas indicam para uma mudança de data de realização do evento que coincidiria com o calendário tradicional das ligas europeias, resultando num conflito entre interesses médicos-fisiológicos e mercadológicos.

Para visualizar mais detalhadamente os pontos fortes e fracos das candidaturas a partir dos critérios estabelecidos, consolidamos um gráfico que não reflete os diferentes pesos, mas permite visualizar as variações, além dos alcances máximos, para permitir uma avaliação comparativa entre as cidades e uma melhor compreensão do resultado consolidado na figura anterior.

FIGURA 10 – INTERVALO DE NOTAS MÍNIMAS E MÁXIMAS DOS ONZE CRITÉRIOS DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO PARA AS CIDADES ASPIRANTES À SEDE DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016



FONTE: International Olympic Committee (2008a)
 NOTA: Figura elaborada pela autora, tradução nossa.

Como se nota na representação gráfica, as cidades tiveram uma variada resposta aos onze critérios, em que nenhuma cidade consegue manter um padrão de nota. Em especial, podemos perceber que Baku tem a maior variação, com poucos critérios cruzando a linha de referência da nota 6, mas significativa variação entre critérios acima e abaixo dessa linha, o que explica seu baixo desempenho no resultado final. A outra cidade eliminada, Praga, teve maior consistência nas notas, mas a maior parte delas esteve abaixo da linha de corte. Por outro lado, a cidade de Madri possui uma avaliação mais consistente entre os onze critérios, tanto na paridade entre eles como também na variação entre notas mínimas e máximas. Porém, mesmo essa consistência não foi suficiente para superar a nota final de Tóquio, que provavelmente teve um desempenho superior em critérios com maior peso. Desta cidade, destacamos a avaliação dada ao quesito acomodação, critério em que obteve a única nota 10 dentre todas as cidades. Também a cidade de Chicago teve um desempenho destacado neste critério.

Sobre o Rio de Janeiro, podemos perceber que sua posição como última colocada entre as cidades aptas à fase de cidades candidatas se explica pela significativa variação entre as notas, além de alcançar notas máximas e mínimas mais baixas que das suas concorrentes. Somente nos critérios “suporte governamental, questões legais e opinião pública” (peso 2), “vila olímpica” (peso 3), “finanças” (peso 3) e “experiências em eventos anteriores” (peso 2) que a nota mínima esteve maior ou igual a 6. Como era de se esperar, o quesito segurança (peso 3) teve a menor nota entre as cidades aspirantes. Como destaque positivo de desempenho, é bastante significativa a dissonância entre o critério de suporte governamental com os demais, sendo que sua nota máxima nesse critério, junto com Madri, foi a maior entre as cidades aspirantes. Na descrição feita pela comissão de avaliação, houve o destaque que o conselho honorário do comitê de candidatura era composto pelos mais importantes representantes governamentais, que por isso tinham a permissão e o poder para compromisso com a candidatura (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2008a).

Deste fator, destacamos a possibilidade de reforçar a nossa hipótese e informações já fornecidas, sobre o significativo envolvimento dos entes governamentais com a candidatura, com o suporte financeiro, logístico e organizacional. Neste critério, também pesa positivamente para o Rio de Janeiro as questões legais, em que não haveriam grandes impedimentos legislativos para realização do evento e as pesquisas de opinião, em que os entrevistados na cidade e no país se posicionavam majoritariamente favoráveis à realização dos Jogos – 78 e 60%, respectivamente (*Idem*).

No quadro abaixo, resumimos a avaliação da candidatura Rio 2016 enquanto cidade aspirante, na perspectiva de aclarar as principais fraquezas e méritos do projeto naquele momento.

QUADRO 11 – AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DO COI SOBRE A PROPOSTA DO RIO DE JANEIRO COMO CIDADE ASPIRANTE AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016

Critério (com peso)	Avaliação da cidade do Rio de Janeiro
Apoio governamental, questões legais e opinião pública (peso 2)	<ul style="list-style-type: none"> - A candidatura é apresentada pelos três níveis de governo, a partir de suas autoridades máximas, juntamente com o Comitê Olímpico Nacional e as quatro garantias foram enviadas; - Não há existência de obstáculos legais para o evento; - A pesquisa de opinião da candidatura mostra apoio de 78% da cidade e estado do RJ e 60% do país. A pesquisa do COI mostrou 77% de apoio na cidade e região.
Infraestrutura geral (peso 5)	<ul style="list-style-type: none"> - A situação topográfica da cidade é complicadora do transporte urbano; - A proposta de grande investimento em corredores para ônibus de rápido trânsito, com sucesso já aplicado no Brasil, pode ser eficiente, desde que com grande número de ônibus com alta capacidade de passageiros; - O aeroporto deve passar por melhorias, já em progresso, assim como o transporte entre aeroporto e cidade, para conseguir corresponder à demanda; - Os centros de transmissão e imprensa correspondem às necessidades, mas o transporte pode ser um complicador; - Nas telecomunicações, o planejamento de modernização deve ser implementado para atender às necessidades.
Instalações esportivas (peso 4)	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos nessa área foram feitos para o Rio 2007, mas outras 12 infraestruturas teriam que ser construídas entre 2009-2015, exigindo gestão de custos, tempo e recursos; - O plano de legados compreende a criação de um centro de treinamento olímpico e o uso comunitário do Parque Radical.
Vila(s) olímpica(s) (peso 3)	<ul style="list-style-type: none"> - A distância média para as instalações é de 20km; - A construção seria a partir de uma parceria público-privada, tornando-se um residencial após o evento, semelhante aos Jogos Pan e Parapan-americanos 2007.
Condição e impacto ambiental (peso 2)	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças estão em progresso, mas ainda existem desafios sobre a qualidade do ar e da água, gestão de resíduos e invasão de terras; - As condições meteorológicas no período seriam aceitáveis; - Os jogos poderiam catalisar as ações relacionadas à sustentabilidade, sendo o uso de instalações existentes um amenizador de impactos ambientais.
Acomodação (peso 5)	<ul style="list-style-type: none"> - Existe uma lacuna no número de quartos em hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, por isso a cidade propõe o uso de cruzeiros e apartamentos condominiais como solução; - Para a imprensa, acomodações seriam construídas e posteriormente tornadas residenciais; - Os custos das diárias já são altos, o que exigiria um contrato para manter o controle sobre as taxas cobradas.
Conceito em transporte (peso 3)	<ul style="list-style-type: none"> - Pela topografia e distâncias, a conexão por corredores para ônibus de rápido trânsito seria essencial; - As distâncias entre as quatro zonas de competições são grandes, mas a centralidade da Barra da Tijuca permite tempos e distâncias razoáveis.

QUADRO 11 – AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DO COI SOBRE A PROPOSTA DO RIO DE JANEIRO COMO CIDADE ASPIRANTE AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016 (continuação)

Segurança (peso 3)	- A experiência recente do Rio 2007 proporcionou melhoria em operação e recursos, experiência que também pode se repetir para a Copa do Mundo FIFA 2014; - A violência e crimes em partes do Rio de Janeiro podem ser problemáticas para as pessoas relacionadas aos Jogos, por isso maiores garantias são necessárias.
Experiência em eventos anteriores (peso 2)	- A cidade tem experiência em eventos como de Voleibol e Judô, bem como multiesportivos como os Jogos Pan e Parapan-americanos 2007 e os Jogos Sul Americanos (2002).
Finanças (peso 3)	- O orçamento é baseado em fontes públicas e privadas, sendo que das fontes públicas houveram garantias do país, estado e cidade em qualquer prejuízo do comitê organizador; - As garantias governamentais cobrem a provisão de serviços, custos e publicidade do comitê organizador de forma gratuita ou por custos sujeitos à aprovação prévia do COI; - O Brasil é um país listado como A4 em risco, apenas acima de Azerbaijão (classificação C) entre os países candidatos; - As projeções de rendimentos comerciais são entendidas como factíveis.
Projeto geral e legado (peso 3)	- A nota mínima foi 5,5 e máxima 8,0.

FONTE: International Olympic Committee (2008a), tradução nossa.

NOTA: Quadro elaborado pela autora com informações compiladas.

Nessa descrição, é possível identificar que as maiores fragilidades estavam justamente naqueles critérios com peso 4 e 5 – infraestrutura, acomodação e instalações esportivas. Já o que aparentemente seriam os pontos mais positivos, como a experiência em eventos anteriores (com a realização recente dos eventos multiesportivos regionais possíveis), bem como o suporte governamental, aspectos legais e opinião pública, têm somente peso 2. Por sua vez, os itens com peso 3 apresentam tanto potencialidades como riscos. Ao final, esses elementos justificam a média, que foi apenas o “suficiente para passar” à próxima fase. Mas antes de maiores conclusões, seguimos para as avaliações realizadas na fase 2, de cidades candidatas.

Diferentemente do primeiro documento, essa avaliação não passou por uma análise técnica ou quantitativa, mas uma análise qualitativa descritiva dos itens submetidos no dossiê. Enquanto o documento 1 comparava as cidades em cada critério, o documento 2 analisava as respostas das cidades para todos os temas na ordem: Chicago, Tóquio, Rio de Janeiro e Madri. Os conteúdos já foram apresentados e, da mesma forma que naquele momento, interessa-nos os comentários acerca de “visão, legado e comunicação”, “conceito geral dos Jogos Olímpicos” e “clima e estrutura da política e da economia”.

Sobre o primeiro tema, a avaliação destaca que “A candidatura Rio 2016 forma parte da visão do governo brasileiro de investir no esporte como catalisador para integração social”, apontando como ações as seguintes: “inclusão social pelo esporte e lazer, esporte de

rendimento, expansão das infraestruturas esportivas e sediar grandes eventos esportivos” (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009a, p. 46, tradução nossa). Considerando a abordagem realizada sobre a proposta do Rio de Janeiro, essa informação de abertura da avaliação, na compreensão de que o primeiro parágrafo resumiria a proposta da candidatura, parece uma leitura conveniente ao COI, porque seleciona dentre todos os argumentos aquele que mais tem relação com o esporte e mais parece benéfico à perspectiva dos Jogos como positivo para a sede.

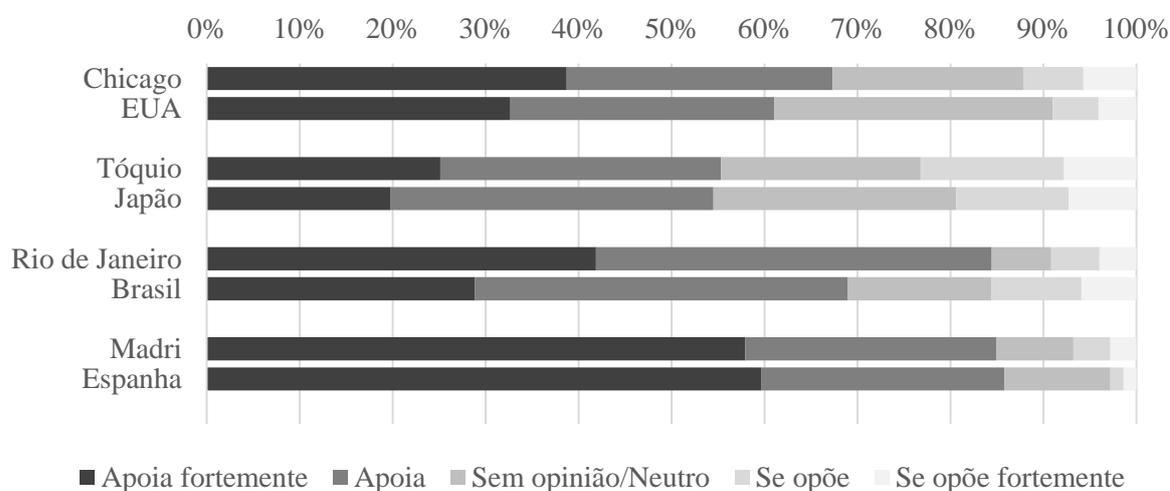
Na continuação, essa perspectiva é reforçada no argumento que a visão está baseada na ideia de celebração e transformação, tanto a partir da noção já mencionada como pela “compreensão do poder potencial dos Jogos transformar uma cidade, uma região e um país” (*Ibidem*). Outro elemento que nos chama a atenção é a afirmação que “As autoridades brasileiras acreditam que a candidatura do Rio de Janeiro é a ‘autoafirmação’ dos brasileiros e consideram um ponto de honra trazer os Jogos ao país e a América do Sul [...]” (*Ibidem*), considerando que os investimentos valeriam a pena para o futuro do país.

Outros pontos positivos de destaque foram a experiência com os Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007 em conhecimento e recursos humanos, o envolvimento do COB na candidatura e ainda o alinhamento com outras estratégias brasileiras para o esporte e educação. Na estratégia de comunicação, a proposta seria de captar “a singularidade do Brasil, a paixão de seu povo e a crença nos Jogos como o elemento dinâmico para ajudar a provocar mudanças sociais” (*Idem*, p. 47).

A respeito do “clima e estrutura da política e da economia”, as informações iniciais são mais descritivas a respeito dos números populacionais, da estrutura política e da situação econômica em 2009 e prevista para 2016. Ali, a comissão também destaca o apoio dos três níveis de governo, bem como dos partidos políticos e do setor privado, sendo que a candidatura teria afirmado que “o risco de greves afetando os Jogos seriam baixo graças ao bom relacionamento do governo atual com os sindicatos” (*Idem*, p. 48), uma situação que se tornou diferente desde o ano de 2013, considerando os protestos durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo FIFA.

Além dessas informações, tomamos como fato relevante as diferenças entre as opiniões públicas entre as quatro cidades candidatas. Essa informação é relevante quando realizamos um comparativo tanto entre as cidades quanto entre o apoio e oposição da cidade em seu país, conforme exposição na figura abaixo.

FIGURA 11 – COMPARATIVO DA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA CONDUZIDA PELO COI SOBRE ACEITAÇÃO DA CANDIDATURA OLÍMPICA DE CHICAGO, TÓQUIO, RIO DE JANEIRO E MADRI NESSAS CIDADES E RESPECTIVOS PAÍSES – 2009



FONTE: International Olympic Committee (2009a)

NOTA: Figura elaborada pela autora.

Primeiro, no comparativo de opinião entre os habitantes das cidades, os segmentos em cinza escuro representam o apoio, forte ou moderado. Nesse quesito, Chicago e Tóquio estavam abaixo de 70%, enquanto Madri e Rio de Janeiro estavam acima de 80%. Quando consideramos a oposição, os números em Tóquio ultrapassavam os 20%, enquanto em Chicago era bem menor, semelhante aos índices de Madri e Rio de Janeiro. Apesar das semelhanças, em números absolutos Madri se destacava pelo alto índice de apoio e baixo índice de rejeição, seguido do Rio de Janeiro nesses dados tidos como positivos para a candidatura e para o COI.

Segundo, a comparação dos dados entre o apoio da cidade e do país tem algumas diferenças significativas, especialmente no caso do Rio de Janeiro. Enquanto a cidade conta com uma resistência mínima, a pesquisa realizada em outras regiões do país indica que não há uma aceitação tão grande assim. Existe um percentual significativo de pessoas indiferentes, mas o apoio efetivo está semelhante à comparação com Chicago. De fato, esses números não são avassaladores ou preocupantes, mas provavelmente indicam que a percepção dos benefícios seja maior pelos habitantes da cidade do Rio de Janeiro do que do país, talvez tendo como referência a realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007. Esta interpretação é uma hipótese, dada a proximidade dessas pesquisas com esse evento, o que justificaria a significativa diferença que não foi observada nas demais cidades e países concorrentes.

Ainda assim, essas pesquisas de opinião refletem um apoio público significativo para o Rio de Janeiro e Madri, enquanto refletem uma resistência, que em Chicago já se tornava organizada (ver como exemplo No Games Chicago, 2014), das outras concorrentes. Como um

elemento a se considerar, a eleição de Tóquio para sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2020 teve um incremento percentual significativo de apoiadores e diminuição da resistência – o apoio cresceu de 55 para 70% na cidade e de 54 para 67% no país, enquanto a resistência diminuiu de 20 para 16% na cidade e de 19 para 12% no país (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2013a).

No documento de avaliação para os Jogos de 2016, as interpretações da candidatura brasileira são eminentemente positivas, destacando como desafios apenas o tempo de deslocamento e a promoção dos jogos considerando a “concorrência” da Copa do Mundo FIFA. O destaque de pontos positivos não foi exclusivo para a candidatura do Rio. Ao que parece, essa estratégia foi utilizada com todas as candidatas, talvez como um meio de reforçar a “satisfação” do COI pelas candidaturas e pelo interesse de cidades e países em sediar o evento.

Podemos levantar ainda a possibilidade de que essa estratégia auxilia a desviar a ação da comissão, saindo da perspectiva de avaliação para uma ação de relações públicas com as candidatas, considerando que nesse ponto uma avaliação técnica poderia ser totalmente contrária ao resultado da votação pelos membros. De fato, a própria forma como o documento é produzido mostra essa inclinação, porque não parte de avaliações quantitativas ou critérios estabelecidos e se torna um resumo descritivo com foco nos méritos dos projetos. Afinal, quaisquer dados ou valoração quantitativa não seria levada em consideração pela votação final, que nessa fase é estendida a um grupo muito maior que aquele da primeira etapa. A emissão desse relatório poderia ser utilizada pelas cidades para destacar suas fortalezas no cenário nacional, em um reconhecimento que se torna significativo quando parte de uma comissão de avaliação de instituição internacional tal como o COI.

A análise dos dois documentos indica duas dinâmicas bastante distintas que acontecem no processo de seleção da cidade candidata. A primeira fase tem uma função técnica, buscando meios quantitativos – ainda que reconhecidamente subjetivos no propósito mais amplo – para avaliar e garantir uma segurança mínima a respeito da possibilidade de escolhas. Já a segunda fase, da perspectiva da comissão de avaliação, parece proforma: existe um destaque dos riscos e possibilidades de cada cidade-sede, mas a decisão final é efetivamente a partir da vontade dos membros votantes. Essa lógica é tão presente que, na segunda fase, o documento apresenta uma descrição qualitativa que não compromete nenhuma possível eleita, já que aparentemente as cidades que ofereciam maiores riscos foram eliminadas na primeira fase. Na retomada do problema de pesquisa, refletimos sobre essa e outras questões na conclusão que se segue.

6 CONCLUSÃO: *ALTIUS, CITIUS, FORTIUS... DITIUS?*

Nossa possibilidade de leitura do processo de candidatura e eleição do Rio de Janeiro se dá a partir da compreensão das lógicas de funcionamento dos campos aos quais as instituições em pauta estão vinculadas – principalmente o campo esportivo e político. Por lógicas de funcionamento, utilizamos como referencial teórico a perspectiva de Pierre Bourdieu, que nos auxilia na compreensão dos posicionamentos dos agentes que formam essas instituições a partir de suas posições (dominantes ou dominados), visando a conquista das, ou manutenção nas, posições dominantes. Por esse embasamento, as estratégias relacionadas à candidatura (por parte do comitê de candidatura e do governo brasileiro) e a eleição (pelo COI) são em partes compreensíveis quando observamos suas inserções e posições nos respectivos campos.

Contemplando os objetivos específicos, os capítulos da tese apresentaram o cenário, a constituição ou composição desses campos, com as posições e posicionamentos desses agentes, bem como as dinâmicas de outros campos que interferiram nessa constituição durante o período em análise. Procuramos mobilizar um número significativo de fontes e interpretações de diferentes áreas de conhecimento para observação dessas dinâmicas de forma mais ampla possível, para com isso agregar informação que permitisse uma leitura embasada e auxiliasse na compreensão dos documentos, percebendo possíveis intencionalidades ou fatores intervenientes que justificassem a mobilização daqueles argumentos e não outros quando relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Acreditamos ter “costurado” um número significativo de argumentos para compreensão desse cenário, compilando as contribuições de diferentes áreas e interpretações para a mobilização dos dados que se expressam nessas conclusões. Não temos a pretensão de uma resposta definitiva, mas acreditamos que a articulação da hipótese com a inclusão ou destaque de informações colhidas na pesquisa permite uma reflexão significativa sobre esse marco para o movimento olímpico internacional e para o esporte brasileiro.

Consolidamos essas conclusões a partir da utilização do lema dos Jogos Olímpicos – *altius, citius, fortius* (mais alto, mais rápido, mais forte) – para instigar outra perspectiva, para além dos aspectos esportivos, de sua incorporação nas estratégias das três instituições. Assim, a partir de nossa hipótese, apresentamos a estratégia do COI como o *altius* (mais alto), quando, através da expansão territorial, conquistaria uma posição mais alta no campo esportivo e no campo de poder. Já a estratégia do comitê de candidatura seria o *citius* (mais rápido), ao utilizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos para buscar uma evidência no campo esportivo e de poder

no Brasil, que seria muito mais lenta, se viável, através de outras estratégias. E finalmente o governo brasileiro teria como estratégia o *fortius* (mais forte), fortalecendo-se no cenário internacional e na política interna. Incluímos ainda um quarto elemento, *ditius* (mais rico), questionando se ele seria também um objetivo das instituições, que povoa especialmente o discurso do senso comum e de parte da mídia quando reflete sobre o assunto.

6.1 *ALTIUS*: O COI E A SUPERACÃO DE UMA “BARREIRA”

Como hipótese, argumentamos que o interesse do COI seria na expansão do movimento olímpico para novos territórios, em que sediar os Jogos na América do Sul pela primeira vez poderia trazer benefícios à organização. Esse mote foi significativamente retomado pelo comitê de candidatura e nos discursos do presidente Lula, mas não teve reverberação mais perceptível nos documentos de avaliação do COI, até porque esse elemento não aparecia como um critério a ser quantificado. Em outras palavras, podemos dizer que esse elemento não compõe os princípios objetivados, porém fazem parte do cenário mais amplo em que a instituição está inserida, considerando em especial que a presença internacional para determinar as definições e as funções legítimas da prática esportiva é o principal objeto de disputa do campo. Quando observamos as dinâmicas do campo esportivo internacional e mesmo o sistema político internacional de uma maneira mais ampla, podemos identificar pontos de benefício para o COI ao se inserir de maneira mais efetiva na América do Sul, mas isso não aparece de forma evidente nos documentos. Sendo assim, outras variáveis precisam ser consideradas.

Inicialmente, não havíamos atentado para a importância que o fato deste continente abrigar um número significativo de jovens poderia ser um diferencial relevante para o COI. Passamos a incorporar a leitura de que nos anos 2000 houve uma diminuição do interesse dos jovens, em que inúmeras razões são colocadas como hipótese, como a diversidade de práticas contra hegemônicas ou a resistência à visão tradicional de esporte, além das maiores ofertas de práticas de lazer afastadas das práticas esportivas. Buscando superar essa perda, o COI passou a adotar novas estratégias, como acrescentar modalidades ditas de aventura e atrativas a esse público, tanto nos jogos de verão quanto de inverno (THORPE; WHEATON, 2011). Se a atração desse público ainda é um desafio, a candidatura Rio 2016 ofereceu uma oportunidade na contínua repetição dos documentos que reforçavam a jovialidade do Brasil e da América do Sul. Novamente, esse fator não compõe os princípios objetivados, mas está presente nas dinâmicas de disputa pela posição dominante do campo esportivo do qual o COI está diretamente envolvido.

Ao indicar que o público jovem é o alvo do movimento olímpico, por um lado o COI pretensamente atende suas necessidades de renovação dos atletas participantes e do público espectador. Por outro lado, pensando com Bourdieu, quando existe um afastamento entre espectadores – leigos e passivos – e praticantes – dotados do conhecimento técnico da modalidade – decorrente do esporte espetáculo, com especial influência da televisão, a apreciação da plástica dos movimentos e dos resultados espetaculares, acima dos padrões normais, tendem a atrair um público mais velho, enquanto os jovens podem buscar atividades que tenham desafios mais realistas e tragam outras formas de interação. Obviamente, demais fatores devem ser levados em consideração sobre o afastamento dos jovens das práticas esportivas hegemônicas, conforme as hipóteses apresentadas por Thorpe e Wheaton (2011), mas acrescentamos nessas possibilidades a leitura a partir de Bourdieu que pode evidenciar como a espetacularização dos Jogos Olímpicos podem ter efeito distanciador do seu principal público-alvo, os jovens.

Nas análises dos documentos de avaliação, outros elementos que vão além da hipótese inicial chamaram nossa atenção. Por exemplo, a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil aparecia como a oportunidade de incrementar a infraestrutura do país em preparação também aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos nos documentos do comitê de candidatura e na avaliação do COI, mas para este também era vista como risco aos planos de comunicação (leia-se também conquista de patrocinadores e ativação de patrocínios) durante os quatro anos de Olimpíada. Como as cidades-sede e as instituições esportivas mobilizam as atenções entre o fim de um evento até o próximo – no caso do COI, entre o fim dos Jogos de Londres 2012 até 2016 – existiria no meio desse intervalo um outro evento de significativa importância que tiraria o foco dos Jogos, tanto domesticamente como na mídia internacional, restringindo o tempo dos “holofotes” para o evento do COI. Na atenção a esse aspecto, também devemos somar a possibilidade do COI estar em “concorrência” com a FIFA pelo mercado esportivo sul-americano e latino-americano. Sabido que o futebol é o principal esporte na região (ALMEIDA; BRAVO, 2014), a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos poderia buscar esse mercado sul e latino-americano não só quanto às perspectivas econômicas, mas também da prática esportiva para tentativa de superação ou no mínimo aproximação da presença sobre a posição dominante da FIFA. Essa disputa, identificada no cenário internacional por Sérgio Giglio (2013), reflete ainda as tentativas de determinação sobre a prática e os praticantes legítimos dessas instituições em períodos de discussão sobre o amadorismo no decorrer do século XX. Sendo uma dinâmica recorrente no campo esportivo, a disputa ganha novos contornos na era dos megaeventos esportivos.

Outro ponto relevante não contemplado na hipótese foi o índice de rejeição entre as candidatas nas pesquisas de opinião realizadas pelo COI na cidade e no país. Comparativamente, houve quase uma unanimidade no apoio à candidatura de Madri pelos seus cidadãos e pelos espanhóis, em oposição a uma significativa resistência por parte dos moradores de Tóquio e de Chicago. Aprofundar esses argumentos exigiria maior conhecimento específico daquelas realidades, mas é possível que os números tenham impressionado negativamente os votantes ao precisar lidar com considerável resistência caso os jogos fossem organizados nessas cidades. Um dado que reforça essa hipótese é que, nas pesquisas realizadas pelo COI para a candidatura de Tóquio 2020, posteriormente confirmada como cidade-sede, o apoio havia aumentado em quase 15 pontos percentuais, tanto na cidade quanto no país, enquanto a candidatura de Madri perdeu apoio em quase 10 pontos percentuais (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2013a). Já para o Rio de Janeiro, embora o apoio não tenha sido tão grande quanto era em Madri, a aprovação era majoritária, o que não apresentaria um quadro problemático ao COI.

A opinião pública de cidades e países resistente à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos normalmente tem como argumentos os altos custos do evento pela iniciativa pública, cuja infraestrutura nem sempre é apropriadamente aproveitada no futuro e o retorno financeiro é altamente questionável. Essas resistências se tornaram evidentes depois que Estocolmo (Suécia), Lviv (Ucrânia), Cracóvia (Polônia) e Oslo (Noruega) desistiram de suas candidaturas, reverberando nas principais mídias a “crise” envolvendo a escolha da cidade-sede para os Jogos Olímpicos de Inverno em 2022 (ABEND, 2014). Dessa forma, existe um cuidado crescente sobre a não aceitação do evento entre a população local, o que pode criar uma imagem negativa bastante significativa para o movimento olímpico de maneira mais ampla. Embora seja possível que, após as manifestações de junho de 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, a opinião pública tão favorável aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio tenha diminuído, no momento da candidatura existia uma aprovação significativa. Também neste caso, a variável de apoio público pode não ter sido definitiva para a escolha do COI da cidade-sede, mas não deixa de ser importante.

Quando observamos que nos critérios técnicos avaliados na primeira fase, o Rio de Janeiro se mostrou como a cidade menos apta, mas num segundo momento foi eleita, abrimos a perspectiva de interpretação sobre a dinâmica das duas fases dos processos da eleição. Se a partir dessa lógica não somos capazes de justificar a escolha da cidade-sede de 2016, ela nos permite comprovar a perspectiva de que os critérios eminentemente técnicos não são decisivos na eleição, mas o são na primeira fase de seleção, o que permite uma relativa segurança para a

votação conforme os critérios individuais dos membros votantes na segunda fase, da eleição propriamente dita. Nesta fase, o COI valoriza seus membros, dando poder individual e tornando a decisão uma representação internacional, ao mesmo tempo em que o mínimo critério técnico na seleção anterior das cidades finalistas garante as condições básicas de realização do evento – ou ao menos essa é a expectativa.

Essa formatação, no nosso entendimento, é a mais óbvia representação do poder simbólico exercido pelo COI nessa realidade relacionada à eleição da cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Existe o reconhecimento do poder, ignorando sua arbitrariedade, daqueles membros votantes que perpetuam a *doxa*, como se a partir de seus votos houvesse a determinação ou o julgamento ideal sobre o que é o melhor para o movimento olímpico, simplesmente porque aquelas pessoas possuem determinados capitais que os tornam aptos a pertencerem à “oligarquia olímpica” e suas capacidades de avaliação objetiva sobre as necessidades dos Jogos não são questionadas.

O processo simbólico da votação, com representação de membros mais ou menos experientes e representativos de diferentes países, compõe o sistema de crença sobre a internacionalidade do movimento e a reprodução de rituais tidos como parte da tradição do movimento olímpico. Ainda que a utilização de critérios quantitativos funcione como um enfrentamento a essa *doxa*, talvez por membros com uma leitura mais técnica do processo e heterodoxos na instituição, mantém-se o ritual de votação e de legitimação de poder dos ortodoxos, que não necessariamente utilizam seus votos de maneira consistente à lógica e às necessidades modernas de grandiosa infraestrutura e adaptabilidade das cidades aos megaeventos esportivos.

Como parte componente desse processo de legitimação estão os agentes que se mobilizam graças às suas disposições compatíveis referentes tanto à incorporação do sentido de jogo como as escolhas codificadas que permitem o alcance de objetivos singulares, numa cumplicidade à *doxa* e aceitação da violência simbólica que compõe o cenário de dominação do COI na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos como megaeventos esportivos. Entre esses agentes, poderíamos agregar as demais instituições do movimento olímpico (federações, comitês olímpicos nacionais e atletas) e do movimento paralímpico, mídia, patrocinadores e empresas fornecedoras, indústrias relacionadas ao turismo, relações públicas, construtoras, etc., e até mesmo a academia. Esse corpo de agentes, que em conjunto corroboram na construção de um universo simbólico dos valores olímpicos baseados na denegação do econômico, atualmente passam por consideráveis dificuldades em sustentar seus discursos face à grandiosidade e à complexidade dos megaeventos esportivos. Sendo o desinteresse uma possibilidade excluída

pela obviedade das cifras que giram ao redor do evento, a denegação é a consequência decorrente, especialmente quando se trata dos sistemas simbólicos que mobilizam emoções em grande escala.

No caso em pauta, referimo-nos ao comitê de candidatura Rio 2016 e ao governo brasileiro, buscando evidenciar suas estratégias particulares e conformações às *doxas* olímpicas estabelecidas conforme posicionamentos observados, de maior ou menor denegação do econômico, conforme discussão na sequência.

6.2 *CITIUS*: O COMITÊ DE CANDIDATURA “CORRENDO CONTRA O TEMPO”

Nossa hipótese a respeito do comitê de candidatura girava em torno de que os membros que não faziam parte das instituições públicas tinham relações estreitas com o COB e percebiam na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos a oportunidade para evidenciar suas próprias posições no campo esportivo nacional e internacional, bem como colocar o holofote no esporte olímpico dentro da mídia e das políticas governamentais (nacional, estadual e municipal). Nessa conjunção, haveria a possibilidade de conquista de capitais e reconhecimento.

Ao fazermos o levantamento dos membros do comitê de candidatura, pudemos perceber que entre as dez posições de liderança, apenas dois membros não faziam parte da organização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007. Além disso, posições chave de presidência, secretaria geral e direção de marketing e comunicação estariam a cargo desses membros também do COB. Porém, quando observamos o perfil mais amplo das pessoas envolvidas na formulação do caderno de candidatura, especialmente sobre os orçamentos, notamos que apenas seis nomes tinham relação com o COB e 38% dos nomes estiveram envolvidos com o Rio 2007. Este percentual se torna mais significativo quando excluímos os nomes das empresas de consultoria e consideramos somente a equipe Rio 2016 (86%).

De fato, esses números não são tão significativos, no sentido quantitativo, porque é um número percentualmente baixo de pessoas do COB. Entretanto, qualitativamente, esses nomes tomam relevância por serem as lideranças em áreas técnicas como serviços médicos, advocacia e marketing e comunicação. Reiteramos nosso entendimento que essa tendência a autopropetuação nos cargos entre as instituições advoga sobre uma justificativa baseada na meritocracia e desvia a atenção para as estratégias de manutenção na posição de poder, utilizando-se de seus capitais sociais ou esportivos para presumirem-se como essenciais ou os melhores que estão no mercado com base na experiência em eventos anteriores.

Para dois membros do núcleo central decisório do comitê de candidatura, suas posições parecem ter sido uma ponte para o envolvimento em cargos políticos alguns anos depois, tanto por indicação como por eleição. Não queremos com esses dados simplificar ou tornar determinista a condição de que a participação no comitê geraria acúmulo de capital suficiente para inserção na vida política. Um conhecimento mais aprofundado da vida desses representantes pode levar a percepção que, num momento anterior, a própria inserção nesse grupo exige o acúmulo de capitais que atravessam diversos campos e permitem esse trânsito entre posições de liderança em diferentes áreas. Se por um lado percebemos a inserção de ex-atletas nas posições de gestão do esporte olímpico, por outro vemos que existem pessoas de outras áreas, como mídia e comunicação, aceitas nesse campo pela sua capacidade de lidar com a indústria do espetáculo, tal qual o esporte dos megaeventos se insere. Esse trânsito entre os campos exige a posse de capitais que não são apenas institucionalizados, mas incorporados conforme os diferentes *habitus* necessários em cada campo, especialmente na perspectiva cultural de títulos e formação acadêmica, bem como uma facilidade de circulação que prescreve acesso provavelmente permitido pelo capital social.

Sendo assim, é preciso perceber que existe um trânsito entre pessoas de altos cargos no esporte, na política e nos negócios, que não dependem apenas do *habitus* do campo esportivo, mas que nesse campo precisam se adaptar à *doxa* e incorporação do sentido de jogo. No caso do esporte olímpico, Carlos Arthur Nuzman consegue administrar sua posição de liderança e seu poder simbólico de maneira quase soberana, tendo a capacidade de manter na ortodoxia pessoas em cargos chave que também buscam a manutenção nessas posições dominantes. O trânsito na presidência ou em posições de relevância em todas as organizações relacionadas ao esporte olímpico nas últimas décadas evidencia que a continuação ou a ocupação de múltiplos cargos é permissível dentro do movimento olímpico.

Um exemplo da possibilidade de trânsito e ascensão aconteceu no ano de 2013. Com a completude de 70 anos, Carlos Arthur Nuzman se tornou membro honorário do COI e Bernard Rajzman, que representava o COB na instituição, foi eleito pelos membros votantes internacionais. Como parte da lógica de perpetuação de uma oligarquia esportiva olímpica, Rajzman também esteve envolvido na candidatura Rio 2016 e – vale lembrar – sua relação com Nuzman data seus períodos de atuação no voleibol³⁰. Considerando a saída de João Havelange

³⁰ Além do relacionamento com Bernard Rajzman, a formação como gestor esportivo no voleibol de Nuzman também é referência nas relações com Leonardo Gryner, que administrava a empresa responsável pela organização dos eventos da Confederação Brasileira de Vôlei. Especialmente na década de 1980, houve uma inclinação pela realização de eventos esportivos internacionais de grande porte, como foram o mundial de voleibol feminino em 1981, o mundialito de 1982 e o jogo-exibição

do COI em 2011, essa eleição parece ter sido um reconhecimento (ou complacência) dos membros internacionais para que o Brasil continuasse com dois representantes.

A permissibilidade na perpetuação em cargos de liderança no movimento olímpico internacional encontra um ambiente fértil na realidade brasileira, já que institucionalmente existe um impedimento na influência governamental nas organizações esportivas desde a Constituição Federal de 1988 e socialmente, sendo aqui difícil não ver respaldo desse caso em Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 146): “[n]o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal”. Dos *habitus* políticos e organizacionais no esporte, embora notável mudança seja observada em outros campos, como no movimento paralímpico, que restringe a possibilidade de reeleições dos presidentes, no movimento olímpico brasileiro ainda se vê o modelo patrimonialista sendo mantido.

Um elemento que não fez parte de nossos propósitos e discussões, mas que nos chama a atenção, é que dos cargos apontados no organograma, havia apenas uma mulher. Esse cenário se coloca aberto para abordagem e aprofundamento, já que parece se manter no comitê organizador e segue um percentual de 10% de participação, semelhante às demais organizações esportivas nacionais, enquanto nos países nórdicos esse número pode chegar a 40% (ver Sidney Scoreboard, 2014). Do grupo mais amplo que participou da criação do caderno de candidatura, dos 50 nomes da Equipe Rio 2016 eram 13 mulheres (26%) e dos doze nomes do comitê especial de finanças 2 eram mulheres (16%). Embora exista uma perspectiva de aumento da participação de atletas mulheres nos Jogos Olímpicos, quase equiparadas ao número de atletas homens, para a organização do evento – ou ao menos nos cargos de maior liderança – não se percebe a mesma preocupação. Não se trata de um clamor por “cotas”, mas de questionamento sobre os paradoxos discursivos e práticos, em que uma suposta adoção de valores tal qual a igualdade de gênero nos Jogos Olímpicos não encontra terreno fértil numa organização patrimonialista como tem se mostrado o comitê de candidatura e continuou sendo o comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Os documentos oficiais analisados indicavam que o comitê de candidatura havia incorporado argumentos propícios para o público ao qual eram direcionados, atendendo tanto expectativas do governo brasileiro, quando exaltavam as potencialidades do país e os avanços obtidos no período político-partidário no poder, bem como atendiam certas expectativas

Brasil e União Soviética no estádio do Maracanã em 1983 (ver Marchi Júnior, 2001), iniciando uma tendência que o gestor mantém até hoje via movimento olímpico.

objetivas e subjetivas do COI, levantando as vantagens da candidatura que iam além dos critérios técnicos. Passou-se uma imagem de país festivo, jovem, em transformação e num território inédito, ao qual os Jogos Olímpicos e Paralímpicos poderia beneficiar e ser beneficiado. Do comitê de candidatura, mostrou-se a facilidade de trânsito com as esferas públicas e experiência em eventos anteriores, modelo a ser seguido que facilitaria a transição caso viesse a se tornar comitê organizador. Esses “produtos linguísticos” vão ao encontro das expectativas daquele mercado, cuja antecipação do lucro dessas investidas provavelmente foi prevista pela própria experiência brasileira em candidaturas anteriores como também adquirida pela consultoria recebida por empresas internacionais especializadas. Apesar de não oferecer as melhores condições técnicas para sediar o evento, conforme a avaliação atestou na primeira fase da candidatura, o comitê conseguiu construir discursivamente um cenário positivo para sua eleição.

À parte da composição do quadro organizacional do comitê de candidatura, precisamos ler a condição de poder do comitê de candidatura como posição conquistada historicamente a partir de disputas do campo esportivo brasileiro e sua relação com o campo político. De forma resumida, recuperamos aqui as respostas para as perguntas balizadoras do subcapítulo 4.3, em que buscávamos compreender as contingências de criação e relação do COB com o governo brasileiro a partir da leitura que o esporte voltado ao internacional aferiria vantagens para ambas instituições, culminando na candidatura Rio 2016.

Um destaque deve ser feito sobre a dificuldade de sobreposição do poder hegemônico do futebol, cuja relevância evidencia a posição de suas instituições na hierarquia das práticas esportivas no Brasil, sendo um fator que relega as outras práticas, como as modalidades olímpicas. Essa condição era óbvia nas primeiras décadas de existência do então Comitê Olímpico Nacional, quando nem mesmo o envolvimento do membro brasileiro no COI garantiu o status representativo da instituição, sendo a delegação brasileira nos Jogos Olímpicos responsabilidade da CBD.

Somente em 1935, quando da suposta reorganização – que na prática pareceu a real criação – do COB, liderada por dirigentes esportivos de expressão na época, um espaço mais substancial passou a ser buscado nesse campo. No decorrer das décadas, o crescimento do movimento olímpico internacionalmente passou a dar mais peso ao COB. Considerando que esse “ritual de celebração dos valores universais [tinha] se tornado um meio para o nacionalismo” (BOURDIEU; DAUNCEY; HARE, 1998, p. 17) e essa mobilização era um tema relevante aos governos ditatoriais, também no Brasil o movimento olímpico passou a ter respaldo para investimentos durante o governo Vargas. Em sendo um governo centralizador e

na sequência de governos que pouca importância deram aos Jogos Olímpicos, a institucionalização – via legislação nacional – como instituição representante do movimento olímpico no Brasil só veio a acontecer durante a ditadura militar, em legislação do ano de 1975. Nas décadas seguintes, o desafio se tornava financeiro, sendo que pontuais apoios públicos e o desinteresse em patrocínios privados não garantiam uma sustentação organizacional e uma perenidade de ações.

Esses embates históricos apontam para uma caracterização importante no campo esportivo, pois auxiliam na compreensão das disposições que os agentes componentes dessa instituição possuem para torná-la cada vez mais presente como dominante ou entre os dominantes. Nessa linha, as décadas de 1990 e 2000 chegam com a possibilidade de aproximação dos entes públicos, culminando no trabalho em projetos conjuntos para realização de eventos multiesportivos. Essas ações representavam uma conquista de notoriedade, que devem ser percebidas em conjunto com os interesses mais amplos de visibilidade internacional do Brasil e a capacidade econômica que permitiria maiores investimentos públicos e privados nessas ações.

Ainda que essa mobilização provavelmente tenha sido possibilitada justamente pelo trânsito das lideranças esportivas nos diferentes campos e posse dos capitais necessários para esse fim, existiu uma preparação significativa para acumular precedentes que qualificassem a candidatura. Essa estratégia não era inédita no Brasil, quando recuperamos as mobilizações para realização dos chamados Jogos Latino-americanos de 1922, mas, diferentemente de um resultado da influência de instituições internacionais, nas décadas recentes as aspirações para sediar grandes eventos esportivos passaram a ter contornos majoritariamente nacionais. Conforme a revisão das candidaturas e realização de eventos anteriores pôde atestar, o projeto olímpico se constituiu a partir de investimentos por décadas de articulações políticas e esportivas.

As sucessivas candidaturas nas décadas de 1990 e 2000 indicam aspirações que não foram abaladas pelos insucessos anteriores, mas foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que as ações conseguiram o suporte financeiro mais sólido, possibilitando a realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007. Nessa altura, os agentes olímpicos nacionais já haviam ganhado significativo espaço e evidência na mídia e no governo, gerando uma inclinação majoritária de esforços e recursos relacionados ao esporte para os projetos de eventos multiesportivos. Também se torna notável o alinhamento a outros interesses, privados, quando os projetos tomam estratégias urbanísticas de reordenamento social. Sobre esses aspectos, confirmamos nossa hipótese de que o comitê de candidatura e seus representantes conquistam

capitais e reconhecimento, mas essas resultantes fazem parte de um processo que já prescrevia uma condição favorável dessa acumulação anterior à candidatura.

6.3 *FORTIUS*: O BRASIL EM BUSCA DA “HIPERTROFIA” INTERNACIONAL

Nossa hipótese sobre o envolvimento do governo brasileiro no apoio à candidatura Rio 2016 versava sobre a expectativa de proporcionar visibilidade e um posicionamento compatível com a visão do papel que o país deveria ocupar no sistema internacional, consonante assim com as estratégias do governo em relação à sua política externa. A revisão das ações específicas da política externa, especialmente a respeito dos seus princípios ou pontos de partida, auxiliou na identificação de conexões das pretensões brasileiras com potencialidades dos megaeventos esportivos.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, incorporados na agenda da política externa brasileira, possibilitam reforçar e estabelecer novas relações multilaterais, refletir as conquistas econômicas e políticas a partir de uma plataforma internacional e apresentar o Brasil como referência em liderança na América do Sul. Mais ainda, vencer a eleição para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 frente a candidatas de países ditos desenvolvidos foi uma forma de se posicionar para uma audiência local e internacional, nas esferas simbólicas e discursivas, como um país que deve ser visto entre os líderes internacionais. Se a metáfora, baseada em *hard power* utilizada por Tomlinson e Sugden (2002) sobre a noção de “guerra de candidaturas” (*bidding wars*) pode ser aplicada como forma de acumulação de *soft power*, o resultado da candidatura Rio 2016 pode ser considerada como um caso bem sucedido da estratégia brasileira.

Assim como nas conclusões alcançadas sobre o comitê de candidatura, aqui também não devemos tomar uma linha determinista na interpretação desses resultados. O posicionamento no sistema internacional é dependente de um número de variáveis muito superior a uma estratégia única como sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Da mesma forma, uma ação ou “vitória” não é capaz de modificar todo um histórico produzido de poder acumulado por um país, bem como sua influência em outros, seguindo na linha do conceito de *soft power*. Ao mesmo tempo, não podemos nos furtar da observação que o envolvimento do governo brasileiro na candidatura Rio 2016 compõe esse cenário estratégico, capaz de mobilizar as lideranças do Estado e as representações consulares internacionais para conquista desse propósito.

Ter sido aceito nesse seleto clube de países receptores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos tem uma carga simbólica, especialmente nas décadas mais recentes desde quando se tornou um megaevento de fato, que foi tomado pelo presidente Lula como uma barreira a ser vencida pelo Brasil se quisesse efetivamente se posicionar como referência internacional – ou em suas palavras, “conquistar a cidadania internacional”. Obviamente que ainda restavam tentativas de conquistar espaço institucional em outros fóruns multilaterais de mais significativo poder político, mas especialmente na perspectiva simbólica o movimento olímpico representa uma conformação internacional transformada pelo Brasil.

Nessa conjuntura, o país buscou se representar como liderança sul-americana “natural”, consonante com nossa autocompreensão baseada em aspectos econômicos absolutos, população e tamanho do território, bem como caracterizações estereotípicas de um país mestiço, de belezas naturais e com um povo apaixonado, criativo e alegre como base de sua identidade. Esses elementos identitários não foram nosso foco principal, pois entendíamos que mesmo relevantes não compunham o cerne do envolvimento governamental.

De fato, o presidente Lula em um discurso reforça essa hipótese inicial quando afirmou em entrevista que “[...] eu acho que não é um discurso de paixão que vai ganhar. É uma mistura de falar um pouco com o coração e falar um pouco com a razão” (LULA DA SILVA, 2009a, p. 3). Quando falamos “um pouco com o coração”, entendemos que a interpretação a partir do pensamento social brasileiro permitiu fomentar um debate relevante, percebendo na perpetuação de alguns discursos sobre as representações do Brasil os subsídios para compreender a identidade nacional e as tentativas de diferenciação externas. Dos discursos, evidenciamos a mobilização de ideias-força que remetem aos conceitos inaugurados especialmente por Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, em que a mistura de raças teria dado ao brasileiro características únicas sobre ser caloroso, alegre, apaixonado e receptivo. Já sobre a cidade, ressaltou suas belezas naturais e, assim, confirmou os padrões identificados por Jessé de Souza e Marilena Chauí sobre os padrões estereotípicos das descrições sobre o Brasil e sobre os brasileiros.

Também para a “fala com a razão”, a partir noção de “modernidade brasileira”, trouxemos os argumentos econômicos e políticos que tiveram significativo peso nos discursos e nos documentos oficiais. Em especial, salientamos as estratégias de relacionar as “transformações em progresso”, investimentos econômicos e mudanças sociais postas em prática durante o governo Lula, como um convite ao COI para fazer parte desse momento, potencializando e se beneficiando desses resultados, o que proporciona um lucro simbólico aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos como fomentadores de mudanças positivas para uma cidade e

um país. Nesse sentido, o Brasil não deixaria a desejar para outros países do mundo, porque era uma potência e em qualquer critério estaria entre os melhores do mundo.

Além disso, precisa ser reforçada a condição e o envolvimento do governo brasileiro durante os momentos chave da candidatura. Existe uma mútua dependência entre governo e comitê de candidatura, sustentada a partir da representatividade brasileira que ambos adquirem nessa circunstância internacional. Não é difícil imaginar que existem confrontos nessa relação. Porém, nas situações de risco tais quais as exposições discursivas em momentos formais e documentos oficiais, em que as ações precisam ser mais codificadas, essa parceria aparece perfeitamente alinhada para alcançar o objetivo comum, mesmo que além dele outras intenções individuais estejam na pauta. Exemplos disso são a inclusão do objetivo de “promoção do Brasil no exterior” e a inserção de resultados daquele governo como evidência da “transformação em progresso”. Mesmo quando os discursos assumiram um tom mais realista, como quando o presidente externalizou que o grande desafio era conseguir os votos dos membros do COI, não existia improvisação, mas uma percepção bastante racional sobre o que, de fato, “estava em jogo”.

Dotado da “procuração” concedida a um porta-voz, o presidente Lula utilizou de sua legitimidade e seu poder para articular em seus discursos tanto os interesses do país como os interesses da candidatura e os possíveis benefícios do COI. Ele foi provocativo em alguns momentos, quando temos em consideração o quadro mais amplo de inserção das instituições, mas também mostrou subordinação, especialmente ao se submeter as lógicas de dominação e de violência simbólica postas em prática pelo COI. Percebendo o sentido do jogo do processo de eleição, ele como porta-voz aceitou entrar nesse campo e com isso reforçar sua *doxa*, legitimando-a ainda mais por trazer o peso institucional do Estado brasileiro. Essa legitimação não é totalmente inocente nem “maquiavélica”, mas indica a existência de percepção de vantagens que justificam a cumplicidade de entrar no campo, logo, validar seus objetos de disputa. Da mesma maneira, os demais países concorrentes também enviaram seus representantes máximos como porta-vozes, mostrando que essa legitimação não era exclusiva por parte do Brasil.

Assim, para o governo brasileiro, a candidatura aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 estava alinhada com suas estratégias mais amplas de política externa que visava impulsionar sua imagem internacionalmente, por vezes questionando a ordem vigente e demandando participação de outros países. Discursivamente, o Brasil oscilava entre uma potência que precisava ser reconhecida e um emergente que representava os países em desenvolvimento, convidando o movimento olímpico a inovar partindo da compreensão que as

novas ordens mundiais precisavam contemplar uma nova região em seu histórico, como era o caso da América do Sul.

6.4 *DITIUS?* SOBRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA PESQUISA

Com a proposta inicial dessa pesquisa de compreender os interesses na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2016, deparamo-nos com dificuldades inerentes ao trabalho sociológico quando se trata de compreender os interesses obscuros, como propõe Bourdieu, mas que demanda também transcender o que é visível e, portanto, quantificável ou, no mínimo, aceito academicamente como metodologia de pesquisa. A experiência de jornalistas, destacadamente Andrew Jennings, ou mesmo pesquisadores como Alan Tomlinson e John Sugden, da Universidade de Brighton na Inglaterra, que têm acesso às informações sigilosas das organizações esportivas mostrou que os interesses por eles investigados fogem aos discursos oficiais ou exteriorizados e que dificilmente são passíveis de confirmação. Tais dados são indubitavelmente reveladores e expandem consideravelmente as possibilidades de compreensão e análise dos fatos esportivos, a ponto de comprometerem editoriais de periódicos e livros que ficam suscetíveis a processos judiciais, num constante embate entre liberdade de expressão e difamação ou mesmo calúnia, conforme discutido em um periódico científico internacional (*INTERNATIONAL REVIEW FOR THE SOCIOLOGY OF SPORT*, 2011).

Como pesquisadores e pelos relacionamentos que temos, dificilmente teríamos acesso ou possibilidade de “nos infiltrar” nas organizações aqui abordadas para compreender as “verdadeiras” motivações a partir de contatos “de bastidores”. Entretanto, a função científica, ainda embasados em Bourdieu, pode ser de mostrar a violência, ainda mais complexa, que é aquela que é legitimada pelos que a sofrem e passa amorfa a maioria das análises.

Podem até terem sido decisivos outros fatores, como conluios políticos, trocas de favores e até a corrupção envolvendo oficiais, brasileiros e estrangeiros, que culminaram na escolha do Rio de Janeiro; mas são os discursos que efetivamente sustentam publicamente a candidatura e a escolha de uma cidade-sede de Jogos Olímpicos, portadores de tamanha força que são capazes de superar outros tipos de desconfiças ou reflexões mais profundas sobre a relação econômica mais básica de custo-benefício. E por mais que apeteça aos críticos e aos curiosos o que haveria “por trás”, não se deve deixar de compreender como se deu a construção daquilo que, de tão evidente, escapa à nossa atenção. Se existem interesses de políticos e empresários que mobilizam uma candidatura olímpica, eles parecem estar transvestidos em uma

retórica capaz de mobilizar e conquistar o apoio de uma considerável massa que se torna espectadora, telespectadora e consumidora de bens olímpicos, sem necessariamente conhecer quem são os seus principais vencedores e, sobretudo, seus principais perdedores, para além das competições esportivas, emprestando a metáfora utilizada por Tavares (2005).

Nossa provocação quanto ao *ditius* (mais rico) não encontra reverberação proveniente nos dados de pesquisa. Obviamente, é um elemento presente e que perpassa de maneira significativa a mobilização das instituições, mas que dificilmente estaria evidente em documentos oficiais para além dos orçamentos e das expectativas de “impacto” e “legado” do evento. Somente a consideração dos dados de investimentos na candidatura, tanto por parte do comitê de candidatura quanto pelas taxas de inscrição das cidades aspirantes e candidatas colhidas pelo COI, quanto à expectativa de investimentos do governo brasileiro e de arrecadação do COI e do comitê organizador, já se torna um argumento forte o suficiente para considerar a relevância financeira de uma candidatura e da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Existem também significativos indícios de enriquecimento lícito e ilícito, corrupção, favorecimentos e lavagem de dinheiro que perpassam essas fases em praticamente todas as cidades candidatas aos Jogos Olímpicos, cujas denúncias e investigações ultrapassam fronteiras e períodos históricos, tendo sido objetos de atenção jornalísticos e policiais.

Em seu livro mais recente, *Omertà* (2014), Andrew Jennings intitula seu último capítulo como “O Rio pagou propina pelos Jogos Olímpicos?” (tradução livre), no qual afirma que João Havelange acertava a vitória do Rio de Janeiro para ter sua imagem associada a uma conquista positiva, já que sua culpa no caso de corrupção da empresa de marketing ISL seria revelada meses depois. De acordo com o jornalista, com o auxílio de Jean-Marie Weber, Havelange persuadiria as pessoas a votarem no Rio e Weber as pagaria: “Ele [Weber] conhecia todos eles, especialmente os membros antigos dos dias em que ser membro era um ingresso para receber propina de cidades candidatas. Isso nunca terminou; a única mudança é que o negócio agora era feito mais discretamente” (JENNINGS, 2014, cap. 21, tradução nossa). Na sequência, o autor traça o perfil de diversos membros votantes naquela eleição, expondo diversos casos de corrupção, troca de favores e aproximação de regimes totalitários, indicando que esses históricos permitiriam a recepção de propina, embora nenhuma relação mais direta com a candidatura Rio 2016 seja estabelecida.

Para além das possibilidades ilícitas, do caso do Rio de Janeiro vale salientar o envolvimento de Eike Batista com o projeto de candidatura do Rio de Janeiro, conforme menção de investimento na candidatura olímpica no capítulo 5. Eleito como o oitavo homem mais rico do mundo pela revista Forbes entre 2010 e 2012 e o número 1 do Brasil, o empresário

controlava o grupo EBX, que atuava em diversos segmentos como mineração, logística, energia e entretenimento, cujo promissor crescimento no mercado brasileiro aproveitava o ritmo da própria economia nacional (FORBES, 2011; CURY; ALVARENGA, 2013). A confirmação da eleição do Rio de Janeiro beneficiaria seus negócios de entretenimento e turismo, que ficariam a poucos quilômetros de algumas das áreas que receberiam melhorias públicas (MONTEIRO; BATISTA, 2009). Nos anos iniciais após a eleição, o empresário montou uma equipe de voleibol que participava do campeonato nacional e notícias na época indicavam seu interesse em adquirir a concessão do complexo esportivo em que se encontra o estádio do Maracanã, que estava prevista acontecer após a Copa do Mundo FIFA 2014 e antes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Seu envolvimento na área esportiva se deu com a criação da empresa IMX, em associação com a americana IMG (MONTEIRO, 2011).

O alinhamento da candidatura com seus negócios se dava pela possibilidade de incremento na demanda de matéria-prima para as obras de infraestrutura, como também pelas áreas eleitas pela candidatura Rio 2016 como futuros patrocinadores do evento, das quais destacamos mineração, petróleo e energia, justamente áreas passíveis de serem patrocinadas pelo grupo EBX. Essas possibilidades acabaram não se efetivando, já que o empresário viu sua fortuna baseada no mercado de ações despencar e suas empresas perderem bilhões em valor de mercado em um ano (CURY; ALVARENGA, 2013). Até dezembro de 2014, as cotas nas áreas acima citadas de patrocínio ainda não haviam sido fechadas pelo comitê organizador, embora uma entrevista com o responsável pela venda de patrocínios para o site oficial do comitê organizador indicasse que havia a previsão para fechamento com empresas do ramo de mineração ainda em 2012 (RIO 2016, 2014).

Sem retirar a importância deste e de outros dados que poderiam subsidiar a discussão acerca dos interesses econômicos, vemos que a contribuição teórica de Bourdieu supera uma leitura exclusivamente economicista e, nessa linha, nossa pesquisa também busca superar essa simplificação do processo para perceber que outras vantagens, não econômicas, por vezes pela sua denegação ou mesmo desinteresse, são intervenientes extremamente significativos em todas essas mobilizações institucionais e pessoais. Os interesses que movem os agentes das instituições para fazerem parte do jogo, encararem os objetos de disputa como legítimos e verem em suas vitórias elementos que colaboram para o acúmulo de capitais não se restringem ao econômico. Como tentamos evidenciar, existem muitas dúvidas sobre vantagens financeiras às cidades-sedes, considerando os altos investimentos demandados, mas existem outros tipos de benefícios, chamados de simbólicos ou intangíveis, que podem mobilizar o interesse e o investimento financeiro de cidades e países, bem como de instituições privadas – incluindo as

esportivas. Não se trata de ingenuidade sobre o quesito financeiro que, reforçamos, sem dúvida transpassa as instituições envolvidas. Mas entendemos a necessidade de analisar também outros potenciais benefícios ou consequências que incentivam tais mobilizações a partir dos capitais social, político e simbólico.

Em resumo, demonstramos no decorrer da tese que, ao tornar objetivas as lógicas de funcionamento dos campos esportivo e político, é possível compreender onde se situam as estratégias do envolvimento do governo brasileiro e do comitê de candidatura no processo de eleição do Rio de Janeiro, bem como da posterior eleição dessa cidade como sede por parte do COI. Nesse sentido, tanto a candidatura quanto a eleição encontram reflexos a partir da leitura das inserções dessas instituições em seus campos, dotados de suas lógicas históricas e condicionantes temporais. Foi nessa linha em que confirmamos e agregamos análises em nossa hipótese de pesquisa, apontando para uma possível interpretação desse marco histórico do esporte brasileiro e do movimento olímpico.

Finalmente, cabe a consideração da possibilidade de continuação dessa investigação para além do período da eleição, acompanhando como essas e outras instituições acabaram por modificar seus discursos, suas práticas e posicionamentos até a realização efetiva do evento, bem como nos anos seguintes. Nessa perspectiva, acrescenta-se um envolvimento social mais efetivo que não se viu na fase aqui analisada, já que foi após a escolha que muitas pessoas – e uma parte mais significativa da mídia – passou a dar real atenção ao projeto olímpico. Além disso, novos atores entram em cena, como as chamadas autoridades públicas olímpicas (federal e municipal), que foram constituídas após o dia 02 de outubro de 2009, e no envolvimento de outras secretarias e ministérios de forma mais ativa. Não seria muito arriscado supor que a modificação dos agentes envolvidos, posicionamentos e discursos provavelmente passaram por significativas variações nos sete anos de preparação – em especial considerando que esse interstício temporal contou com a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012, as manifestações populares durante a Copa das Confederações FIFA em junho de 2013 e a Copa do Mundo FIFA em 2014.

Sendo assim, a contribuição desta tese se limita temporalmente, mas entendemos que ela alcança relevância ao abordar um cenário de disputas e coligações localizado historicamente que, em tendência, virá influenciar sobremaneira o campo esportivo e sua relação com o campo político brasileiro.

REFERÊNCIAS

- 1956 OLYMPIC games may be held in Melbourne. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 1, 24 jan. 1948.
- AB'SABER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hendra, 2011.
- ABEND, Lisa. Why nobody wants to host the 2022 Winter Olympics. *Time*, 3 out. 2014. Disponível em: <<http://time.com/3462070/olympics-winter-2022/>>. Acesso em: 03 dez. 2014.
- ABREU, Neíse; HECKSHER, Raul; FRANCESCHI, Márcia; RAJMAN, Bernard. Comitê Olímpico Brasileiro – COB. In: DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
- AGHA, Nola; FAIRLEY, Sheranne; GIBSON, Heather. Considering legacy as a multi-dimensional construct: the legacy of the Olympic Games. *Sport Management Review*, v. 15, n. 1, p. 125-139, fev. 2012.
- ALEGI, Peter. 'A Nation to be Reckoned With': The Politics of World Cup Stadium Construction in Cape Town and Durban, South Africa. *African Studies*, v. 67, n. 3, p. 397-422, out. 2008.
- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. *O Patrocínio Esportivo nos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 – um estudo de caso*. 2007. 51 f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- _____. *O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil*. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- _____; BRAVO, Gonzalo. Sports Marketing in South America. In: BÜHLER, André; NUFER, Gerd. *International Sports Marketing: principles and perspectives*. Berlim: Erich Schmidt Verlag, 2014.
- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; COAKLEY, Jay; MARCHI JÚNIOR, Wanderley; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Federal government funding and sport: the case of Brazil, 2004-2009. *International Journal of Sport Policy and Politics*, v. 4, n. 3, p. 411-426, nov. 2012.
- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A relação governo federal e Comitê Olímpico Brasileiro com base na análise da Lei 10.264/2001 (Agnelo-Piva) no período de 2005 a 2008. *Pensar a Prática*, v. 15, n. 3, p. 575-595, 2012.
- _____. Movimento olímpico: uma leitura sociológica sobre desenvolvimento, cenários de crises e futuras possibilidades de mudanças. In: RUBIO, Katia (org.). *Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos*. São Paulo: Képos, 2014, p. 29-46.
- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 1, n. 32/33, p. 178-192, jun./dez. 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never before seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 160–177, 2010.

AMORIM, Celso. *A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

_____. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. esp., p. 214–240, 2010.

ANDRANOVICH, Greg; BURBANK, Matthew J; HEYING, Charles H. Olympic Cities: Lessons Learned from Mega-Event Politics. *Journal of Urban Affairs*, v. 23, n. 2, p. 113-131, abr. 2001.

ANDREWS, David; SILK, Michael L.. *Sport and Neoliberalism: politics, consumption and culture*. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

ARBENA, Joseph. Nationalism and Sport in Latin America, 1850-1990: the paradox of promoting and performing 'European' sports. In: MANGAN, J. A.. *Tribal Identities: nationalism, Europe, sport*. London: Frank Cass, 1996.

_____. Meaning and joy in Latin American Sports. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 35, n. 1, p. 83-91, mar. 2000.

_____. Hosting the Summer Olympic Games: Mexico City, 1968. In: ARBENA, Joseph; LAFRANCE, David. *Sport in Latin America and the Caribbean*. Wilmington: Scholarly Resources, 2002.

ARGENT, Elesá. Sport in Europe. In: LI, Ming; MACINTOSH, Eric W.; BRAVO, Gonzalo A. (eds.) *International Sport Management*. Champaign, IL: Human Kinetics, 2012.

ASO, Noriko. Sumptuous Re-past: The 1964 Tokyo Olympics Arts Festival. *Positions: East Asia Cultures Critiques*, v. 10, n. 1, p. 7–38, 2002.

AUSTRALIAN Olympiad? *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 2, 12 mar. 1948.

BAADE, Robert A.; BAUMANN, Robert; MATHESON, Victor A.. Selling the game: estimating the economic impact of professional sports through taxable sales. *Southern Economic Journal*, v. 74, n. 3, p. 794-810, jan. 2008.

BAIM, Dean; MISCH, Marilyn. Beijing 2008 What Kind of Games Do You Want to Play? *Review of Business Research*, v. 8, n. 6, p. 177–184, nov. 2008.

BAIRNER, Alan. Sportive nationalism and nationalist politics: a comparative analysis of Scotland, the Republic of Ireland, and Sweden. *Journal of Sport and Social Issues*, v.20, n. 3, p. 314-334, ago. 1996.

BAKER, Norman. Whose hegemony? The origins of the amateur ethos in nineteenth century English Society. *Sport in History*, v. 24, n. 1, p. 1-16, 2004.

BALLOU, Brian; KING, Richard. Olympic soccer comes to Birmingham: managing a nonprofit organization's accounting and finance in a public setting. *Journal of Accounting Education*, v. 17, p. 443-472, inverno de 2000.

BARNEY, Robert K.; WENN, Stephen R.; MARTYN, Scott G.. Family Feud: Olympic Revenue and IOC/USOC relations. *Olympika: The International Journal of Olympic Studies*, v. 9, p. 49-90, 2000.

BASS, Amy. *Not the Triumph but the Struggle: The 1968 Olympics and the Making of the Black Athlete*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

BATISTA, Liz. Brasil queria Jogos para celebrar independência. *Estadão*, São Paulo, 26 de julho de 2012. Acervo – Notícias. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,brasil-queria-jogos-para-celebrar-independencia,6978,0.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BAUMANN, Robert W.; MATHESON, Victor A.; MUROI, Chihiro. Bowling in Hawaii Examining the effectiveness of sports-based tourism strategies. *Journal of Sports Economics*, v. 10, n. 1, p. 107-123, jul. 2008.

BEACOM, Aaron. Sport in International Relations: a case for cross-disciplinary investigation. *The Sports Historian*, v. 20, n. 2, p. 1-23, nov. 2000.

BEDER, Sharon. Media self-censorship in Australia's Olympics Bid. *PR Watch*, v. 6, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.prwatch.org/prwissues/1999Q2/olympic2.html>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

BELL, Barbara. *Sport studies*. Exeter: Learning Matters, 2009.

BENEDICTO, Danielle. Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. *Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 1-29, nov. 2008/fev. 2009.

BETTI, Mauro. Copa do mundo e jogos olímpicos: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física escolar. *Motrivivência*, v. 21, n. 32-33, p. 16-27, jun./dez. 2009.

BIRLEY, Derek. *Sport and the making of Britain*. Manchester: Manchester University Press, 1993.

BLACK, David. The Symbolic Politics of Sport Mega-Events: 2010 in Comparative Perspective. *Politikon*, v. 34, n. 3, p. 261-276, dez. 2007.

_____. Dreaming big: The pursuit of “second order” games as a strategic response to globalization. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 467-480, jul. 2008.

_____; VAN DER WESTHUIZEN, Janis. The allure of global games for ‘semi-peripheral’ polities and spaces: a research agenda. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 7, p. 1195-1214, 2004.

BOITO JÚNIOR, Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Crítica Marxista*, n. 37, pp. 171-181, 2013.

BOOTH, Douglas. Olympic city bidding: An exegesis of power. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 46, n. 4, p. 367-386, dez. 2011.

_____; TATZ, Colin. The Successful Sydney Olympic Bid: A Debate Swimming with the Big Boys? The Politics of Sydney's 2000 Olympic Bid. *Sporting Traditions*, v. 11, n. 1, p. 3-23, 1994.

BORTOLUCI, José Henrique. Modernidade periférica e descolonização epistêmica – a contribuição do marxismo paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, p. 167-241, out. 2013.

BOSCH, Alfred. La historia del proyecto olímpico. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB, 1992. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp001_cat.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

BOTELLA, Joan. Els jocs polítics: actors i estratègies entorn dels Jocs Olímpics de Barcelona 1992. In: MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (eds.). *Barcelona: l'herència dels Jocs (1992-2002)*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Editorial Planeta, 2002.

BOURDIEU, Pierre. The three forms of theoretical knowledge. *Social Science Information*, v. 12, n. 1, p. 53-80, fev. 1973.

_____. Sport and Social class. Trad. Richard Nice. *Social Science Information*, v. 17, n. 6, p. 819-840, mar. 1978.

_____. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, n. 1, p. 2-3, jan. 1980a.

_____. L'identité et la représentation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 35, n. 1, p. 63-72, jan. 1980b.

_____. EPS interroge un sociologue: Pierre Bourdieu. *Revue EPS*, n. 177, p. 4-8, set./out. 1982.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Sports et sociétés contemporaines. In: Symposium de l'ICSS, 8., 6-10 jul. 1983, Paris: *Anais...* Paris: INSEP/Société Française de Sociologie du Sport, 1984, p. 323-331.

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. *Handbook of theory and research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, 1986.

_____. Les Jeux Olympiques. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 103, p. 102-103, jun. 1994.

- _____. *As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Os Jogos Olímpicos. In: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. L'État, l'économie et le sport. *Sociétés et représentations*, n. 7, p. 13-19, dez. 1998.
- _____. O fetichismo político ou desvendar os motores do poder. In: LINS, Daniel (org.). *O campo econômico*. Campinas, SP: Papyrus, 2000a.
- _____. O que é falar. In: LINS, Daniel (org.). *O campo econômico*. Campinas, SP: Papyrus, 2000b.
- _____. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires, Argentina: Montessor, 2002.
- _____. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2003a.
- _____. (Coord.). *Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003b.
- _____. *Coisas Ditas*. 1ª reimpr. da 1. ed.. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Manantial, 2005.
- _____. *A produção da crença – contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3 ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007a.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b.
- _____. *O poder simbólico*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007c.
- _____. *A distinção – crítica social do julgamento*. São Paulo, SP: Edusp/Porto Alegre, RS: Zouk, 2008a.
- _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo, SP: Edusp, 2008b.
- _____. *Senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. *Razões práticas – Sobre a teoria da ação*. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre; DAUNCEY, Hugh; HARE, Geoff. The State, Economics and Sport. *Sport in Society*, Londres, v. 1, n. 2, p. 15-21, dez. 1998.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BRADY, Anne-Marie. The Beijing Olympics as a Campaign of Mass Distraction. *The China Quarterly*, v. 197, p. 1-24, mar. 2009.

BRAILSFORD, Dennis. *Sport and Society: Elizabeth to Anne*. London: Routledge, 1969.

_____. *British Sport: a social history*. 2ª reimpr. Cambridge: Lutterworth Press, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, p. 231-269, abr./jun. 2005.

BRANDS, Hal. *Dilemmas of Brazilian Grand Strategy*. Strategic Studies Institute, Army War College, 2010, 76 p.

BRASIL. Decreto n. 3.895 de 26 de novembro de 1919. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3895&tipo_norma=DEC&data=19191126&link=s>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Decreto n. 4.094 de 7 de agosto de 1920. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4094&tipo_norma=DEC&data=19200807&link=s>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Decreto n. 14.600 de 4 de janeiro de 1921. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=14600&tipo_norma=DEC&data=19210104&link=s>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Decreto n. 21.553 de 17 de junho de 1932. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=21553&tipo_norma=DEC&data=19320617&link=s>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Decreto n. 1.056 de 19 de janeiro de 1939. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, p. 29. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1056&tipo_norma=DEL&data=19390119&link=s>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Decreto-lei n. 1.212 de 17 de abril de 1939. CLBR de 1939, Rio de Janeiro, RJ.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1212.htm>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. Lei n.321, de 9 de agosto de 1948. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 06 dez. 1948.

Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=321&tipo_norma=LEI&ata=19480809&link=s>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Decreto n. 31.882, de 4 de dezembro de 1952. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 4 dez. 1952. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=31882&tipo_norma=DEC&data=19521204&link=s>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Lei n. 2.754, de 16 de abril de 1956. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 16 abr. 1956.

Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=2754&tipo_norma=LEI&data=19560416&link=s>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Decreto n. 49.131, de 20 de outubro de 1960. Brasília, 20 out. 1960. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=49131&tipo_norma=DEC&data=19601020&link=s>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. Lei n. 4.204, de 7 de fevereiro de 1963. Brasília, 4 mar. 1963. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4204.htm>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. Decreto-lei n. 594, de 27 de maio de 1969. Diário Oficial, Brasília, 28 mai. 1969.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0594.htm>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Decreto n. 68.703, de 03 de junho de 1971. Diário Oficial, Brasília, 04 jun. 1971.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68703.htm>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Lei n. 6.117, de 08 de outubro de 1974. Diário Oficial, Brasília, 9 out. 1974.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6117.htm>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Lei n. 6.251 de 8 de outubro de 1975. Diário Oficial, Brasília, 9 out. 1975.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6251.htm>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. Decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977. Diário Oficial, Brasília, 26 ago. 1977.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d80228.htm>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. Decreto-lei n. 1.924, de 20 de janeiro de 1982. Diário Oficial, Brasília, 21 jan. 1982.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1924.htm>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. Decreto n. 90.129, de 30 de agosto de 1984. Diário Oficial, Brasília, 30 ago. 1984. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=90129&tipo_norma=DEC&data=19840830&link=s>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. Decreto n. 99.542, de 21 de setembro de 1990. Diário Oficial, Brasília, 24 set. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99542.htm>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação*. Ano base 2005: Exercício 2006. Caderno 19 (Ministério do Esporte). Brasília: Ministério do Planejamento, 2006.

_____. *Relatório sobre os XV Jogos Pan-americanos e os III Jogos Parapan-americanos Rio 2007*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

_____. Receita Federal. Receita dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência. Brasília, 30 dez. 2008a. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/automaticoSRFSinot/2008/12/30/2008_12_30_20_10_48_348729401.html>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação*. Ano base 2007: Exercício 2008. Caderno 14 (Ministério das Relações Exteriores). Brasília: Ministério do Planejamento, 2008b.

_____. Prestação de contas do Presidente da República – 2008. Parte V, item 5.17 Ministério do Esporte. Brasília, 31 mar. 2009. Disponível em:

<<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/prestacaocontaspresidente/2008/ParteV/5.17.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Prestação de contas do Presidente da República – 2009. Parte V, item 5.1.18 Ministério do Esporte – Função Desporto e Lazer. Brasília, 30 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2009/Arquivos/5118.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Senado Federal. Manual de comunicação da Secom. Brasília, 15 ago. 2012a.

Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/paraolimpico-paralimpico>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. Controladoria Geral da União. Jogos Rio 2016 - Transparência em 1º lugar. Gastos da candidatura Rio 2016. Disponível em:

<<http://www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/paginas/gastos-candidatura.asp>>. Acesso em: 06 jan. 2012b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva CGCE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/organograma/coordenacao-geral-de-intercambio-e-cooperacao-esportiva-cgce>>. Acesso em: 25 jun. 2014a.

_____. Casa Civil. Portal da Legislação. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2014b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Pesquisa de projetos. Setor de Atividade: Esporte. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRASIL, Cristina Índio do. COB muda de nome e agora é Comitê Olímpico do Brasil. Empresa Brasil de Comunicação, 04 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2014/08/cob-muda-de-nome-e-agora-e-comite-olimpico-do-brasil>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASÍLIA DEIXA disputa pelos Jogos de 2000. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Especial, 13 de agosto de 1993, p. A-6.

BRASÍLIA TEM condições para poder sediar os jogos, diz Samaranch. *Folha de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1993, p. 3.10.

BREWSTER, Claire; BREWSTER, Keith. Mexico City 1968: Sombreros and Skyscrapers. In: TOMLINSON, Alan, YOUNG, Christopher. (eds.). *National Identity and Global Sports Events: Culture, Politics, and Spectacle in the Olympics and Football World Cup*. New York: State University of New York Press, 2006.

BREWSTER, Keith; BREWSTER, Claire. The Rank Outsider: Mexico City's Bid for the 1968 Olympic Games. *The International Journal of the History of Sport*, v. 26, n. 6, p. 748-763, mai. 2009.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the conspicuous consumption of an Olympics metropolis. *Journal of Urban Affairs*, v. 29, n. 4, p. 383-400, 2007

BROWN, Graham. Emerging issues in Olympic sponsorship: implications for host cities. *Sport management review*, v. 3, n. 1, p. 71-92, mai. 2000.

BRUNET, Ferran. An Economic Analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: Resources, Financing, and Impact. In: MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (eds.). *The Keys to Success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona '92*. Barcelona: Servei de Publicacions de la UAB, p. 7-8, 1995.

BUCHANAN, Ian; LYBERG, Wolf. The Biographies of all IOC Members – Part V. *Journal of Olympic History*, v. 18, n. 2, p. 56-65, jul. 2010a.

_____. The Biographies of all IOC Members – Part VI. *Journal of Olympic History*, v. 18, n. 3, p. 41-54, set. 2010b.

_____. The Biographies of all IOC Members – Part IX. *Journal of Olympic History*, v. 19, n. 3, p. 53-66, set. 2011.

_____. The Biographies of all IOC Members – Part XIII. *Journal of Olympic History*, v. 21, n. 1, p. 58-65, mar. 2013.

BURBANK, Matthew J.; ANDRANOVICH, Greg; HEYING, Charles H.. Mega-Events, Urban Development and Public Policy. *Review of Policy Research*, v. 19, n. 3, p. 170-202, set. 2002.

CALLÈDE, Jean-Paul. *La sociologie française et la pratique sportive (1875-2005)*. Essai sur le sport. Forme et raison de l'échange sportif dans les sociétés modernes. Pessac: MSHA, 2007.

CANADA Supports Olympic Bid. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 40, 26 mar. 1949.

CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

CAREY, Meaghan; MASON, Daniel S.; MISENER, Laura. Social Responsibility and the Competitive Bid Process for Major Sporting Events. *Journal of Sport & Social Issues*, v. 35, n. 3, p. 246–263, ago. 2011.

CASHMAN, Richard. *The bitter-sweet awakening: the legacy of the Sydney 2000 Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2006.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy J. Presidentialization, pluralization and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian Foreign Policy making in the Cardoso-Lula era. *International Political Science Review*, v. 30, n. 2, p. 117-140, mar. 2009.

CASTELLANI FILHO, Lino. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. *Motrivivência*, n. 26, n. 42, p. 98-114, jun. 2014.

CAVALCANTE, Fernando. Rendering peacekeeping instrumental? The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during the Lula da Silva years (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 142-159, 2010.

CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. esp., p. 7-32, 2010.

CHALIP, Laurence; LEYNS, Anna. Local business leveraging of a sport event: managing an event for economic benefit. *Journal of Sport Management*, v. 16, n. 2, p. 132-158, abr. 2002.

CHALKLEY, Brian; ESSEX, Stephen. Urban Development Through Hosting International Events: a History of the Olympic Games. *Planning Perspectives*, v. 14, p. 369–394, 1999.

CHAPELLET, Jean-Loup; KÜBLER-MABBOTT, Brenda. *The International Olympic Committee and the Olympic System: the governance of the world sport*. Global Institutions series. Oxon & New York: Routledge, 2008.

CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia; HENRY, Ian. *Discourses of Olympism: From the Sorbonne 1894 to London 2012*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 8. reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

CHOICE of showgrounds for Olympiad "is final". *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 3, 24 dez. 1948.

CHUDZISKA, Yasmine. Pierre Bourdieu, Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques. *Mots*, n. 7, p. 155-161, out. 1983.

CILENTI, Mario. Perfil. LinkedIn. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pub/mario-cilenti/1/2b1/61b>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CLASTRES, Patrick. La renaissance des Jeux Olympiques, une invention diplomatique. *Outre-terre*, v. 3, n. 8, p. 281-291, 2004.

CLOSE, Paul; ASKEW, David; XIN, Xu. *The Beijing Olympiad: the political economy of a sporting mega-event*. Oxon & New York: Routledge, 2007.

COAFFEE, Jon. Urban regeneration and Renewal. In: GOLD, John; GOLD, Margaret (eds.). *Olympic cities: city agendas, planning and the world's games, 1896-2012*. Oxfordshire: Routledge, 2007, p. 150-162.

COAKLEY, Jay; PIKE, Elizabeth. *Sport in Society: issues and controversies*. Berkshire, UK: McGraw Hill, 2009.

COALTER, Fred. *A wider social role for sport: who's keeping the score?* London: Routledge, 2007.

_____. Game Plan and The Spirit Level: the class ceiling and the limits of sports policy? *International Journal of Sport Policy and Politics*, v. 5, n. 1, p. 3-19, mar. 2012.

COATES, Dennis; HUMPHREYS, Brad R.. Do economists reach a conclusion on subsidies for sports franchises, stadiums, and mega-events? *Econ Journal Watch*, v. 5, n. 3, p. 294-315, set. 2008.

COATES, Dennis; MATHESON, Victor. Mega-events and housing costs: raising the rent while raising the roof? *The Annals of Regional Science*, v. 46, n. 1, p. 119-137, nov. 2011.

COB. Sobre o COB. Linha do Tempo. A retomada (1935). Disponível em: <<http://www.cob.org.br/comite-olimpico-brasileiro/linha-do-tempo/a-retomada>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Os presidentes do COB. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/100-anos/presidentes-cob>>. Acesso em: 06 nov. 2014b.

COCHRANE, Allan; PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Manchester Plays Games: Exploring the Local Politics of Globalisation. *Urban Studies*, v. 33, n. 8, p. 1319-1336, out. 1996.

COI ENCERRA inspeção em Brasília. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Especial, 01 de abril de 1993, p. 3.

COLLÈGE DE FRANCE. Le Collège. Disponível em: <http://www.college-de-france.fr/default/EN/all/ins_pre/>. Acesso em: 17 jan. 2012.

COLLINS, Robert M. *Transforming America: Politics and culture during the Reagan years*. New York: Columbia University, 2007.

COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. *Candidature Acceptance Application for Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic and Paralympic Games*. Rio de Janeiro, 2008a. 51 p.

_____. *Viva a sua paixão*. Rio de Janeiro, 2008b. 31 p. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/rio2016/dossie/rio2016_pt.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. *Sumário Executivo*. v. 1. Rio de Janeiro, 2009a. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. *Sumário Executivo*. v. 2. Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v2.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. *Sumário Executivo*. v. 3. Rio de Janeiro, 2009c. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v3.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. *Host city contract*. Lausanne, 2009d. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/sites/default/files/parceiros/hc_en.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. I – Rio 2016 Team. *Rio 2016 Finance Book Supervision*. Rio de Janeiro, 2009e, p. 218-229. Disponível em: <<https://i3gov.planejamento.gov.br/balanco/2%20-%20CIDADANIA%20E%20INCLUSAO%20SOCIAL/7%20-%20Esporte/1%20-%20Documentos/Candidatura%20Rio2016/BGF%20-%20Candidatura%20Rio2016%20-%20Dossi%EA%20de%20Candidatura/BFG-CA~1.PDF>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CORNELISSEN, Scarlett. “It’s Africa’s Turn!” The narratives and legitimations surrounding the Moroccan and South African bids for the 2006 and 2010 FIFA finals. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 7, p. 1293-1309, out. 2004.

_____. Scripting the nation: sport, mega-events, foreign policy and state-building in post-apartheid South Africa. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 481-493, jun. 2008.

_____. Scripting the nation: sport, mega-events, foreign policy and state-building in post-apartheid South Africa. In: JACKSON, Steve; HAIGH, S (eds.). *Sport and foreign policy in a globalizing world*. London and New York: Routledge, 2009.

COTTRELL, M. Patrick; NELSON, Travis. Not Just the Games? Power, Protest and Politics at the Olympics. *European Journal of International Relations*, v. 17, n. 4, p. 729–753, dez. 2010.

CROWTHER, Nigel. The state of the modern Olympics: *citius, altius, fortius?* *European Review*, v. 12, n. 3, p. 445-460, jul. 2004.

CRUZ, José de A.. Brazil's Foreign Policy under Luis Inacio “Lula” da Silva: an early assessment of a leftist president. *Politics & Policy*, v. 33, n. 1, p. 13-35, mar. 2005.

CULL, Nicholas. The public diplomacy of the modern Olympic Games and China’s soft power strategy. In: PRICE, Monroe; DAYAN, Daniel (eds.) *Owning the Olympics: narratives of the new China*. 4 ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2011.

CURY, Anay; ALVARENGA, Darlan. Ascensão e queda de Eike. *Globo.com*, Rio de Janeiro, out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/ascensao-e-queda-de-eike-batista/platb/>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

DALTOÉ, Andréia da Silva. Divulgação do discurso político: as metáforas de Lula e suas formas de interdição. *Linguagem em (dis)curso*, v. 11, n. 3, p. 585-606, set./dez. 2011.

DAUVERGNE, Peter; FARIAS, Déborah Barros Leal. The rise of Brazil as a global development power. *Third World Quarterly*, v. 33, n. 5, p. 903-917, 2012.

DAVIES, Fiona; TSIANTAS, Georgios. Selection of leveraging strategies by national Olympic sponsors: a proposed model. *International Journal of Sports Marketing & Sponsorship*, v. 9, n. 4, p. 271-289, jul. 2008.

DCMS. Department for Culture, Media and Sport. *Plans for the Legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games*. London: Department for Culture, Media and Sport, 2010. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/78105/201210_Legacy_Publication.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2013.

DE BOSSCHER, Veerle; DE KNOP, Paul; VAN BOTTENBURG, Marteen; SHIBLI, Simon; BINGHAM, Jerry. Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries. *Sport Management Review*, v. 12, n. 3, p. 113-136, 2009.

DE BOSSCHER, Veerle; STORIADOU, Popi; VAN BOTTENBURG, Marteen. Scrutinizing the sport pyramid metaphor: an examination of the relationship between elite success and mass participation in Flanders. *International Journal of Sport Policy and Politics*, v. 5, n. 3, p. 319-339, jun. 2013.

DECISION On Games Bid Today. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 20, 28 abr. 1949.

DEFRANCE, Jacques; CHAMOT, Jean Marc. The voice of Sport: Expressing a foreign policy through a silent cultural activity: the case of sport in French foreign policy after the Second World War. *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 395-413, jun. 2008.

DEHANAS, Daniel Nilsson; PIERI, Zacharias. Olympic Proportions: the expanding scalar politics of the London ‘Olympics Mega-Mosque’ controversy. *Sociology*, v. 45, n. 5, p. 798-814, out. 2011.

DELISLE, Jacques. After the Gold Rush: The Beijing Olympics and China's Evolving International Roles. *Orbis*, v. 53, n. 2, p. 179–204, jan. 2009.

DESAI, Ashwin; VAHED, Goolam. World Cup 2010: Africa's turn or the turn on Africa? *Soccer & Society*, v. 11, n. 1-2, p. 154-167, jan./mar. 2010.

DETROIT'S Strong Bid For Votes. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 12, 26 abr. 1949.

DOES THE Academy Matter? *Foreign Policy*, Washington (1970-), 14 mar. 2014. Disponível em:

<http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/03/14/does_the_academy_matter_do_policymakers_listen_should_you_get_a_phd_and_where_ar>. Acesso em: 12 jul. 2014.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a Modernidade Contemporânea – Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. *O Brasil entre o presente e o futuro – Conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DONNELLY, Peter; DONNELLY, Michele K.. *The London 2012 Olympics: a gender equality audit*. University of Toronto: CSPS Research Report, 2013.

DRUMOND, Mauricio. O esporte como política de estado: Vargas. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). *História do Esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap. 7, p. 213-244.

DUNNING, Eric. *Sport Matters: Sociological Studies of Sport, Violence and Civilisation*. Oxon: Routledge, 1999.

ELCOMBE, Tim; WENN, Stephen. A path to peace: thoughts on Olympic Revenue and the IOC/USOC divide. *SAIS Review*, v. 31, n. 1, p. 117-133, inverno-primavera de 2011.

ELTON, Lord. Introduction. In: HUGHES, Thomas. *Tom Brown's Schooldays*. London: Collins, 1957.

ESPORTE E SOCIEDADE. Rio de Janeiro: UFF, v. 4, n. 12, jul-out. 2009.

ESPY, Richard. *The Politics of the Olympic Games: with an epilogue, 1976-1980*. Berkeley: University of California Press, 1981.

EX-PRESIDENTE da Varig e ex-COO da Rio 2016 é nomeado subsecretário de estado de turismo do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Turismo. Rio de Janeiro, 02 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/setur/exibeconteudo?article-id=2056550>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

FALCOUS, Mark; SILK, Michael L. Olympic Bidding, Multicultural Nationalism, Terror, and the Epistemological Violence of 'Making Britain Proud'. *Studies in Ethnicity and Nationalism*, v. 10, n. 2, p. 167–186, out. 2010.

FERNANDES, Janaína de Mendonça. *O Planejamento Estratégico como Instrumento de Gestão em Cenários Complexos: Um Estudo Comparativo entre os Planos Estratégicos do Rio de Janeiro e Barcelona*. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FIFA. Rússia recebe Copa de 2018, e Catar, a de 2022. Media Release, Zurich, 2 dez. 2010. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/worldcup/russia2018/media/newsid=1345010/index.html>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

FINDLING, John E.; PALLE, Kimberly D.. *Historical dictionary of the Modern Olympic Movement*. Westport: Greenwood, 1996.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 1, p. 141-156, 2010.

FLORES, Christos. The impact of the Athens Olympic Games on the Athens Stock Exchange. *Journal of Economic Studies*, v. 37, n. 6, p. 647-657, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. Marca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Esporte, 18 de dezembro de 2007, p. D1.

FORBES. Profile: Eike Batista. Disponível em: <<http://www.forbes.com/profile/eike-batista/>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

FORNAZIERI, Aldo. "Lulismo", um conceito equívoco. *Estadão*, 29 set. 2012. Opinião. Disponível em: <<http://opinia.estado.com.br/noticias/geral,lulismo-um-conceito-equivoco-imp-,937560>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

FRANZINI, Fabio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). *História do Esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap. 4, p. 107-132.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FUSSEY, Pete; COAFFEE, Jon; ARMSTRONG, Gary; HOBBS, Dick. *Securing and Sustaining the Olympic City: reconfiguring London for 2012 and beyond*. Farnham: Ashgate, 2011.

FUSSEY, Pete; COAFFEE, Jon. Balancing Local and Global Security Leitmotifs: Counter-terrorism and the Spectacle of Sporting Mega-events. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 47, n. 3, p. 268–285, fev. 2012.

G20. About G20. Disponível em: <https://www.g20.org/about_G20> Acesso em: 16 jan. 2014.

GAFFNEY, Christopher. Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, v. 9, n. 1, p. 7-29, 2010.

GARCÍA, Beatriz. Enhancing Sport Marketing through Cultural and Arts Programs: Lessons from the Sydney 2000 Olympic Arts Festivals. *Sport Management Review*, v. 4, n. 2, p. 193-219, 2001.

_____. Sydney 2000. In: GOLD, John R.; GOLD, Margareth (eds.). *Olympic cities: Urban planning, city agendas and the World's Games, 1896-2012*. London: Routledge, 2007.

GARDINER, Greg. Running for Country: Australian print media representation of indigenous athletes in the 27th Olympiad. *Journal of Sport and Social issues*, v. 27, n. 3, p. 233-260, ago. 2003.

GEERAERT, Arnout; MRKONJIC, Michaël; CHAPPELET, Jean-Loup. A rationalist perspective on the autonomy of international sport governing bodies: towards a pragmatic autonomy in the steering of sports. *International Journal of Sports Policy and Politics*. Publicado online em 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19406940.2014.925953>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

GETZ, Donald. Event tourism: Definition, evolution and research. *Tourism Management*, v. 29, n. 3, p. 403-428, jun. 2008.

GIANNOULAKIS, Chrysostomos; STOTLAR, David; CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia. Olympic sponsorship: evolution, challenges and impact on the Olympic Movement. *International Journal of Sports Marketing & Sponsorship*, v. 9, n. 4, p. 256-270, jul. 2008

GIGLIO, Sérgio Settani. *COI x FIFA: a história política do futebol nos jogos olímpicos*. 2013. 518 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GIRGINOV, Vasil; PARRY, Jim. *The Olympic Games explained*. London: Routledge, 2005.

GLYNN, Mary Ann. Configuring the Field of Play: How Hosting the Olympic Games Impacts Civic Community. *Journal of Management Studies*, v. 45, n. 6, p. 1117-1146, set. 2008.

GOLD, Margaret M.. Athens 2004. In: GOLD, John; GOLD, Margaret (eds.). *Olympic cities: city agendas, planning and the world's games, 1896-2012*. Oxfordshire: Routledge, p. 265-285, 2007.

GOLD, John; GOLD, Margaret (eds.). *Olympic cities: city agendas, planning and the world's games, 1896-2012*. Oxfordshire: Routledge, 2007.

GOLDMAN SACHS. *BRICs and beyond*. Goldman Sachs Global Economics Group, 2007. 268 p.

GONÇALVES, Ricardo L.; VIANA, André R.. Inserção do Brasil no cenário internacional: a evolução da candidatura olímpica do Rio de Janeiro para 2012 e 2016. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 2, p. 55-60, abr./jun. 2010.

GORDON, Ian. Internationalisation and Urban Competition. *Urban Studies*, v. 36, n. 5-6, p. 1001–1016, 1999.

GREAT new Olympic arena planned for Showgrounds. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 1, 18 dez. 1948.

GREGORY, Anne. *Planning and managing public relations campaigns: a strategic approach*. 3. ed. London: Kogan, 2010.

GRUNEAU, Richard. Commercialism and the modern Olympics. In: TOMLINSON, Alan; WHANNEL, Gary (eds.) *Five Ring Circus: Money, power and politics at the Olympic Games*. London: Pluto, 1984, p. 1–15.

GUTHMAN, Julie. Accumulation by spectacle and other teachable moments from the 2008 Beijing Olympics. *Geoforum*, v. 39, p. 1799-1801, nov. 2008.

GUTTMANN, Allen. *The Games must go on: Avery Brundage and the Olympic Movement*. New York: Columbia University Press, 1984.

_____. *The Olympics: A History of the Modern Games*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1992.

_____. *From ritual to record: the nature of modern sports*. New York/Chichester: Columbia University Press, 2004.

HALL, Stuart. Who needs “identity”? In: GAY, Paul du; EVANS, Jessica; REDMAN, Peter. (eds.). *Identity: a reader*. London: Sage Publications, 2000, p. 15-30.

HALL, Michael. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. *The Sociological Review*, v. 54, n. 2, p. 59-70, dez. 2006.

HANSTAD, Dag Vidar; SKILLE, Eivind A.. Does elite sport develop mass sport? A Norwegian Case Study. *Scandinavian Sport Studies Forum*, v. 1, p. 51-68, 2010.

HARGREAVES, John. *Sport, Power and Culture: a social and historical analysis of popular sports in Britain*. Cambridge: Polity Press, 1986.

_____. *Freedom for Catalonia? Catalan nationalism, Spanish identity and the Barcelona Olympic Games*. Cambridge: University Press, 2000.

HARVEY, Neil. Globalisation and resistance in post-cold war Mexico: difference, citizenship and biodiversity conflicts in Chiapas. *Third World Quarterly*, v. 22, n. 6, p. 1045-1061, 2001.

HAYES, Graeme; HORNE, John. Sustainable Development, Shock and Awe? London 2012 and Civil Society. *Sociology*, v. 45, n. 5, p. 749–764, out. 2011.

HEGGIE, Vanessa. 'Only the British appear to be making a fuss': The Science of Success and the Myth of Amateurism at the Mexico Olympiad, 1968. *Sport in Society*, v. 28, n. 2, p. 213-235, mai. 2008.

HILL, Christopher R. *Olympic politics*. 2. ed. Manchester, UK: Manchester University Press, 1996.

_____. *The changing politics of foreign policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

HILLER, Harry H. Conventions as mega-events: a new model for convention-host city relationships. *Tourism management*, v. 16, n. 5, p. 375-379, ago. 1995.

_____. Mega-Events, Urban Boosterism and Growth Strategies: An Analysis of the Objectives and Legitimations of the Cape Town 2004 Olympic Bid. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 2, p. 439-458, jun. 2000.

_____; WANNER, Richard A. Public Opinion in Host Olympic Cities: The Case of the 2010 Vancouver Winter Games. *Sociology*, v.45, n. 5, p. 883-899, out. 2011.

HINDSON, Anne; GIDLOW, Bob; PEEBLES, Cath. The "trickle-down" effect of top-level sport: myth or reality? A case-study of the Olympics. *Australian Journal of Leisure and Recreation*, v. 4, n. 1, p. 16-31, 1994.

HOBERMAN, John. The Myth of Sport as a Peace-Promoting Political Force. *SAIS Review*, v. 31, n. 1, p. 17-29, inverno/primavera de 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOGAN, Jackie. Staging the nation: gendered and ethnized discourses of national identity in Olympic Opening Ceremonies. *Journal of Sport and Social issues*, v. 27, n. 2, p. 100-123, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLT, Richard. *Sport and the British: a modern history*. 2ª reimpr. Oxford: Clarendon Press, 1990.

HOOPER, Paul. Airline Competition and Deregulation in Developed and Developing Country Contexts – Australia and India. *Journal of Transport Geography*, v. 6, n. 2, p. 105-116, 1998.

HORNE, John. The Four 'Knowns' of Sports Mega-Events. *Leisure Studies*, v. 26, n. 1, p. 81-96, jan. 2007.

_____. From 1908 to 2012: continuity and change in London Olympic narratives. In: GIRGINOV, Vassil (ed.). *Handbook of the London 2012 Olympic and Paralympic Games*, v. 1. Oxon: Routledge, 2013.

_____; MANZENREITER, Wolfram. An introduction to the sociology of sports mega-events. *Sociological Review*, v. 54, n. 2, p. 1-24, dez. 2006a.

_____. (eds.). *Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon*. Oxford: Blackwell, 2006b.

HORNE, John; TOMLINSON, Alan; WHANNEL, Gary. *Understanding Sport: an introduction to the Sociological and Cultural analysis of sport*. London: E&FN SPON, 1999.

HORNE, John; WHANNEL, Gary. London, the Olympics and the road to 2012. In: *Understanding the Olympics*. Oxon: Routledge, 2012.

HOULIHAN, Barrie; GIULIANOTTI, Richard. Politics and the London 2012 Olympics : the (in) Security Games. *International Affairs*, v. 88, n. 4, p. 701–717, jul. 2012.

HUGGINS, Mike. *The Victorians and Sport*. London: Hambledon and London, 2004.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. 4. ed. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 1-19, jan. 2006.

_____. Lula's Brazil: A rising power, but going where? *Current History*, v. 107, n. 706, p. 51-57, 2008.

IBARRA LÓPEZ, Armando Martín. Apuntes para una historia de la telecomunicación en Mexico. *Comunicación y Sociedad*, v. 22-23, p. 103-146, jul./dez. 1994.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. The candidate cities for the Games of the XXVIII Olympiad in 2004. *Olympic Review*, v. 26, n. 14, abr./mai. 1997.

_____. Candidature acceptance procedure – Games of the XXXI Olympiad in 2016. IOC: Lausanne, 2007. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_1213.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Games of the XXXI Olympiad 2016 working group report. 14 mar. 2008a. Disponível em: <http://www.olympic.org/Assets/ImportedNews/Documents/en_report_1317.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. 2016 Candidature procedure and questionnaire. jun. 2008b. Disponível em: <http://www.olympic.org/documents/reports/en/en_report_1318.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. 2016 Evaluation commission members' biographies. 2008c. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_1426.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Report of the 2016 IOC Evaluation Commission – Games of the XXXI Olympiad. 02 set. 2009a. Disponível em:
<http://www.olympic.org/Documents/2016_election/en/en_report_1469.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Voting membership – 121st IOC Session. 02 out. 2009b. Disponível em:
<http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents/Factsheets/2009_Olympic_Congress/2016_Voting_membership.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Olympic Charter. In force as from 8 July 2011. Disponível em:
<http://www.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. Melbourne 1956 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/melbourne-stockholm-1956-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012a.

_____. Tokyo 1964 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/tokyo-1964-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012b.

_____. Mexico 1968 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/mexico-1968-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012c.

_____. Seoul 1988 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/seoul-1988-summer-olympics>>. Acesso em: 15 nov. 2012e.

_____. Barcelona 1992 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/barcelona-1992-summer-olympics>>. Acesso em: 22 nov. 2012f.

_____. Atlanta 1996 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/atlanta-1996-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012g.

_____. Sydney 2000 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/sydney-2000-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012h.

_____. Athens 2004 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/athens-2004-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012i.

_____. Beijing 2008 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/beijing-2008-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012j.

_____. London 2012 Summer Olympic Games. Disponível em:
<<http://www.olympic.org/london-2012-summer-olympics>>. Acesso em: 05 dez. 2012k.

_____. Report of the IOC 2020 Evaluation Commission – Games of the XXXII Olympiad. 19 abr. 2013a. Disponível em:
<http://www.olympic.org/Documents/Host_city_elections/2020_Evaluation_Commission_report.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. Factsheet – The Games of the Olympiad. October 2013b. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents/Factsheets/The_Olympic_Summer_Games.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. Olympic Agenda 2020 – 20+20 Recommendations. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20-20_Recommendations-ENG.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014a.

_____. Olympic Games. Disponível em: <<http://www.olympic.org/olympic-games>>. Acesso em: 02 set. 2014b.

_____. Olympic Marketing Fact File. 2014 Edition. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/OLYMPIC_MARKETING_FACT_%20FILE_2014.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014c.

_____. IOC Executive Board. Disponível em: <<http://www.olympic.org/executive-board?tab=role-and-history>>. Acesso em: 14 nov. 2014d.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. Paralympic Games. Disponível em: <<http://www.paralympic.org/ParalympicGames>>. Acesso em: 02 set. 2014.

INTERNATIONAL REVIEW FOR THE SOCIOLOGY OF SPORT. Londres: SAGE Publications, v. 46, n. 4, dez. 2011. 144 p.

INTERNATIONAL SOCIOLOGY OF SPORT ASSOCIATION. About ISSA. Disponível em: <<http://www.issa.otago.ac.nz/about.html>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

ITAMAR APÓIA a Olimpíada no Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 de janeiro de 1993, p. 3.

JAFARI, Jafar. Tourism mega-events. *Annals of Tourism Research*, v. 15, n. 2, p. 272-273, 1988.

JARVIE, Grant; HWANG Dong-Jhy; BRENNAN, Mel. *Sport, Revolution and the Beijing Olympics*. Oxford and New York: Berg, 2008.

JENNINGS, Andrew. *The new lord of the rings*. London: Pocket Books, 1996

_____. Investigating corruption in corporate sport: The IOC and FIFA. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 46, n. 4, p. 387-398, 2011.

_____. *Omertà: Sepp Blatter's FIFA organized crime family*. [s.l.]: Transparency Books, 2014.

JENNINGS, Will. *Olympic Risks*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Triunfo, desgraça e outros impostores: um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 25, n. 3, p. 417-430, dez. 2011.

JUDD, Dennis. Promoting tourism in US cities. *Tourism Management*, v. 16, n. 3, p. 175-187, mai. 1995.

KASIMATI, Evangelia. Economic aspects and the summer Olympics: a review of related research. *International Journal of Tourism Research*, v. 5, n. 6, p. 433-444, nov./dez. 2003.

KASPEROWSKI, Dick. Constructing Altitude Training Standards for the 1968 Mexico Olympics: The Impact of Ideals of Equality and Uncertainty. *The International Journal of the History of Sport*, v. 26, n. 9, p. 1263-1291, jun. 2009.

KASSENS-NOOR, Eva. *Planning Olympic Legacies: Transport dreams and urban realities*. Oxon: Routledge, 2012.

KAVETSOS, Georgios; SZYMANSKI, Stefan. National Well-being and International Sports Events. *Journal of Economic Psychology*, v. 31, n. 2, p. 158-171, abr. 2010.

KENNELLY, Jacqueline; WATT, Paul. Sanitizing Public Space in Olympic Host Cities: The Spatial Experiences of Marginalized Youth in 2010 Vancouver and 2012 London. *Sociology*, v. 45, n. 5, p. 765-781, out. 2011.

KIM, Myunghee; VOORHEES, Mychal. Government Effectiveness and Institutional Trust in Japan, South Korea, and China. *Asian Politics & Policy*, v. 3, n. 3, p. 413-432, jul. 2011.

KNIJNIK, Jorge; TAVARES, Otávio. Educating Copacabana: a critical analysis of the "Second Half", an Olympic education program of Rio 2016. *Educational Review*, v. 64, n. 3, p. 353-368, jun. 2012.

KUMAR, Krishan. *Prophecy and Progress: The Sociology of Industrial and Post-Industrial*. London, Allen Lane: The Penguin Press, 1978.

L'ETANG, Jacquie. Public relations and Sport in promotional culture. *Public Relations Review*, v. 32, n. 4, p. 386-394, nov. 2006.

_____; FALKHEIMER, Jesper; LUGO, Jairo. Public relations and tourism: critical reflections and a research agenda. *Public Relations Review*, v. 33, n. 1, p. 68-76, mar. 2007.

LAMBERTI, Lucio; NOCI, Giuliano; GUO, Jurong; ZHU, Shichang. Mega-events as Drivers of Community Participation in Developing Countries: The Case of Shanghai World Expo. *Tourism Management*, v. 32 n. 6, p. 1474-1483, dez. 2011.

LATHAM, Kevin. Media, the Olympics and the Search for the 'Real China'. *The China Quarterly*, v. 197, p. 25-43, mar. 2009.

LEE, Mike. *The race for the 2012 Olympics: the inside story of how London won the bid*. London: Virgin, 2006.

LEE, Choong-Ki; TAYLOR, Tracy. Critical reflections on the economic impact assessment of a mega-event: the case of 2002 FIFA World Cup. *Tourism Management*, v. 25, p. 595-603, nov. 2005.

LEEDS, Michael A; MIRIKITANI, John M; TANG, Danna. Rational Exuberance? An Event Analysis of the 2008 Olympics Announcement. *International Journal of Sport Finance*, v. 4, n. 1, p. 5–15, 2009.

LEMOS, Danilo Luis Rodrigues. *A história social do movimento olímpico brasileiro no início do século XX*. 2008. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LENSKYJ, Helen Jefferson. *Inside the Olympic industry: power, politics and activism*. Albany, NY: State University of New York Press, 2000.

_____. *The best Olympics ever? Social Impacts of Sydney 2000*. Albany, NY: SUNY Press, 2002.

LI, ShiNa; BLAKE, Adam. Estimating Olympic-related investment and expenditure. *International Journal of Tourism Research*, v. 11, n. 4, p. 337-356, jul./ago. 2009.

LIAO, Hanwen; PITTS, Adrian. A brief historical review of Olympic urbanization. *International Journal of the History of Sport*, v. 23, n. 7, p. 1232-1252, nov. 2006.

LLANOS, Manuel. The participation of the Spanish Olympic Committee in the success of 1992. In: In: MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (eds.). *The Keys to Success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona '92*. Barcelona: Servei de Publicacions de la UAB, p. 57-75, 1995.

LÓPEZ-ALVES, Fernando. The Latin American nation-state and the International. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L.. *Thinking International Relations Differently*. Oxon: Routledge, 2012, p. 161-180.

LORD, Jim. Hosting the World: Perception Management and the Beijing Olympics. *Southeast Review of Asian Studies*, v. 31, p. 272–281, jan. 2009.

LUCAS, John Apostol. *The Modern Olympic Games*. London: Thomas Yoseloff, 1980.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Discurso durante a solenidade de anúncio de medidas de apoio à candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016*. Rio de Janeiro-RJ, 23 jun. 2008a.

_____. *Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à agência Xinhua, da China*. Brasília-DF, 23 jun. 2008b.

_____. *Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à agência Xinhua, da China*. Brasília-DF, 04 ago. 2008c.

_____. *Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Diário do Povo, da China*. Brasília-DF, 08 ago. 2008d.

_____. Building on the B in BRIC. World in 2009. *The Economist*, 20 dez. 2008e.

_____. *Entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, após reunião com representantes do COI*. Rio de Janeiro-RJ, 30 abr. 2009a.

_____. *Mensagem do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, durante apresentação da candidatura Rio 2016*. Lausanne, Suíça, 17 jun. 2009b.

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI)*. Copenhagen, Dinamarca, 02 out. 2009c.

_____. *Entrevista coletiva pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, após o anúncio da escolha da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016*. Copenhagen, Dinamarca, 02 out. 2009d.

MACALOON, John J.. *This great symbol: Pierre de Coubertin and the origins of the Modern Olympic Games*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

MACKAY, Clare. 'Back the Bid': The London Olympic Bid Committee and the Sun Newspaper. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 36, n. 4, p. 410–421, nov. 2012.

MAENNIG, Wolfgang; ZIMBALIST, Andrew (eds.). *International Handbook on the Economics of Mega Sporting Events*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

MAGDALINSKI, Tara; NAURIGHT, John. Commercialization of the modern Olympics. In: SLACK, Trevor (ed.). *The commercialization of sport*. New York, NY: Routledge, 2005.

MAIA, João Marcelo. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-168, out. 2009.

MALAMUD, Andrés. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 3, outono de 2011.

MALCOLMSON, Robert. *Popular recreations in English Society, 1700-1850*. Reimpr. Cambridge: University Press, 2007.

MALFAS, Maximos, THEODORAKI, Eleni, HOULIHAN, Barrie. Impacts of the Olympic Games as mega-events. *Municipal Engineer*, v. 157, n. 3, p. 209-220, set. 2004.

MANGAN, James Anthony. *The Games Ethic and Imperialism: aspects of the diffusion of an ideal*. London: Frank Cass, 1998.

_____; MCKENZIE, Callum. The other side of the coin: Victorian masculinity, field sports and English elite education. In: MANGAN, James Anthony (ed.) *Making European Masculinities: Sport, Europe, Gender*. European Sports History Review, v. 2. London: Frank Cass, 2000.

MANZENREITER, Wolfram. The Beijing Games in the Western Imagination of China: The weak power of soft power. *Journal of Sport and Social issues*, v. 34 n. 1, p. 29-48, fev. 2010.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. “*Sacando*” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

_____; AFONSO, Gilmar Francisco. Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, Luiz Carlos (org.). *Futebol e Globalização*. 1 ed. Jundiaí: Fontoura, 2007, v. 1, p. 127-143.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai./ago. 2004.

MARZOCHI, Samira Feldman. Mundialização, modernidade, pós modernidade – Entrevista com Renato Ortiz. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 1, p. 103-105, jan./abr. 2007.

MASCARENHAS, Fernando; SILVA, Silvio Ricardo da; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente. *Movimento*, v. 20, n. 2, pp. 495-517, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? *Lecturas: EF y Deportes*, Buenos Aires, v. 10, n. 78, p. 1-7, nov. 2004. Disponível em: <www.efdeportes.com/efd78/geo.htm>. Acesso em: 26 dez. 2010.

_____. Barcelona y Rio de Janeiro: diálogo entre modelos y realidades del llamado *urbanismo olímpico*. *Biblio 3W*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 15, n. 895 (12), nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-12.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

MATHESON, Victor A. Economic multipliers and mega-event analysis. *International Journal of Sport Finance*, v. 4, n. 1, p. 63-70, fev. 2009.

MATTOS, Rafael da Silva. Conteúdos da Educação Física no Período Pré-Olimpíada de 2016: avanço? *Motrivivência*, v. 20, n. 31, p. 301-318, jun./dez. 2009.

MCINTOSH, Peter. *Fair Play: ethics in sport and education*. London: Heinemann, 1979.

MEETING to discuss 1956 Olympiad. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 5, 26 fev. 1948.

MELBOURNE celebrates victory. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 37, 20 jan. 1949a.

MELO, Marcelo de Paula. O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no Governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via. *Licere*, v. 10, n. 2, p. 1-35, ago. 2007.

MELO, Victor Andrade de. Jogos Olímpicos e Arte: Olympia. In: MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria (orgs.). *O Esporte vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005, p. 53-64.

_____. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). *História do Esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap. 2, p. 35-70.

MERKEL, Udo. The politics of sport diplomacy and reunification in divided Korea: one nation, two countries and three flags. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 43, n. 3, p. 289-311, set. 2008.

MIHALIK, Brian; SIMONETTA, Leo. A midterm assessment of the host population's perception of the 1996 Summer Olympics: support, attendance, benefits and liabilities. *Journal of Travel Research*, v. 37, p. 244-248, fev. 1999.

MILLER, David. *London 2012: The official history of the Olympic Games and the IOC, 1894-2012*. London: Mainstream, 2012.

MOLAS, Isidre. El Marc polític de Barcelona'92. In: ALCAIDE, Román Castro (org.) *Jocs Olímpics, comunicació i intercanvis culturals: l'experiència dels últims quatre Jocs Olímpics d'estiu*. Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport, p. 135-138, 1992.

MONCLÚS, Francisco-Javier. Barcelona 1992. In: GOLD, John; GOLD, Margaret (eds.). *Olympic cities: city agendas, planning and the world's games, 1896-2012*. Oxfordshire : Routledge, 2007, p. 218-236.

MONTEIRO, Ricardo Rego; BATISTA, Renata. Eike Batista aposta alto nos Jogos Olímpicos. *Brasil Econômico*, Rio de Janeiro, 08 out. 2009. Disponível em: <<http://www.brasileconomico.com.br/noticias/nprint/69705.html>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

MONTEIRO, Ricardo Rego. Eike Batista agora quer ser o rei do Maracanã. *Brasil Econômico*, Rio de Janeiro, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.brasileconomico.com.br/noticias/eike-batista-agora-quer-ser-o-rei-do-maracana_108665.html>. Acesso em: 28 jan. 2012.

MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (eds.). *Barcelona: l'herència dels Jocs (1992-2002)*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona, Editorial Planeta, 2002.

MÜLLER, Martin. What makes an event a mega-event? Definitions and sizes of major, mega- and giga-events. *Working paper*, Universität Zürich, Suíça, Julho 2014.

MUÑOZ, Francesc. Olympic urbanism and Olympic Villages: Planning strategies in Olympic host cities, London 1908 to London 2012. *Sociological Review*, v. 54, n. 2, p. 175-187, dez. 2006.

NAURIGHT, John. Global games: culture, political economy and sport in the globalized world of the 21st century. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 7, p. 1325-1336, 2004.

NEWMAN, Peter. 'Back the Bid': The 2012 Summer Olympics and the Governance of London. *Journal of Urban Affairs*, v. 29, n. 3, p. 255-267, ago. 2007.

NEGREIROS, Plínio Labriola. O Brasil no cenário internacional: Jogos Olímpicos e Copas do Mundo. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). *História do Esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap. 10, p. 293-330.

NO GAMES CHICAGO. Chicago citizens against the 2016 Olympic bid. Disponível em: <<http://nogames.wordpress.com/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

NYE, Joseph S.. *Soft power: the means to succeed in world politics*. New York: PublicAffairs, 2004.

_____. Public diplomacy and soft power. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 616, n. 1, p. 94-109, mar. 2008.

O'BRIEN, Danny. Event Business leveraging: the Sydney 2000 Olympic Games. *Annals of Tourism Research*, v. 33, n. 1, p. 240-261, 2006.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). *História do Esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap. 13, p. 387-416.

OLYMPIAD chances were dim, but Melbourne had close win. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 7, 20 jan. 1949.

OLYMPIC Stadium design. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 5, 28 fev. 1948.

OLYMPIC athletes favour showground. Premier slates critics. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 3, 22 dez. 1948c.

OLYMPIC rule says federation must control games. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 12, 23 dez. 1948d.

OLYMPIC delegation to further plans in London. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 1, 20 jan. 1949.

ONIS, Juan de. Brazil's big moment. *Foreign Affairs*, v. 87, n. 6, p. 110-122, nov./dez. 2008.

ORGANISATIONSKOMITEE FÜR DIE XI OLYMPIADE BERLIN 1936. *The XI Olympic Games Berlin, 1936 official report*. v. 1. Berlin: Wilhem Limpert, 1936.

ORTIZ, Renato (Org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2003.

_____. Cultura e Desenvolvimento. *Políticas culturais em revista*, v. 1, n. 1, p. 122-128, 2008.

PANAGIOTOPOULOU, Roy. The 28th Olympic Games in Athens 2004. In: POYNTER, Gavin; MACRURY, Iain (eds.). *Olympic cities: 2012 and the remaking of London*. London: Ashgate Publishing, 2009.

PAPE, Robert Anthony. Soft balancing against the United States. *International Security*, v. 30, n. 1, p. 7-45, verão de 2005.

PARADIS, Lia. Manly Displays: Exhibitions and the Revival of the Olympic Games, *The International Journal of the History of Sport*, v. 27, n. 16-18, p. 2710-2730, dez. 2010.

PARK, Jae-Woo; LIM, Seung-Yup; BRETHERTON, Paul. Exploring the Truth: A Critical Approach to the Success of Korean Elite Sport. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 36, n. 3, p. 245–267, jan. 2012.

PAYNE, Michael. *A virada olímpica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.

_____. A Política Externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008b.

PENROSE, Sefryn. London 1948: the Sites and After-lives of the Austerity Olympics. *World Archaeology*, v. 44, n. 2, p. 306–325, abr. 2012.

PERSSON, Christer. The Olympic Games site decision. *Tourism Management*, v. 23, p. 27-36, fev. 2002.

PICCINI, Angela A. Materialities, Moving Images and the Vancouver 2010 Winter Olympic Games. *World Archaeology*, v. 44, n. 2, p. 291–305, abr. 2012.

PILLAY, Udesh; BASS, Orli. Mega-events as a Response to Poverty Reduction: The 2010 FIFA World Cup and its Urban Development Implications. *Urban Forum*, v. 19, n. 3, p. 329-346, jun. 2008.

PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco*. 2 ed. 10 reimpr. Cidade do México: Ediciones Era, 2007.

POYNTER, Gavin. The evolution of the Olympic and Paralympic Games, 1948-2012. In: POYNTER, Gavin; MACRURY, Iain (eds.). *Olympic cities: 2012 and the remaking of London*. London: Ashgate Publishing, 2009.

_____; ROBERTS, Emma. Atlanta (1996): the centennial Games. In: POYNTER, Gavin; MACRURY, Iain (eds.). *Olympic cities: 2012 and the remaking of London*. London: Ashgate Publishing, 2009.

PRAYAG, Girish; HOSANY, Sameer; NUNKOO, Robin; ALDERS, Taila. London residents' support for the 2012 Olympic Games: The mediating effect of overall attitude. *Tourism Management*, v. 36, p. 629-640, 2013.

PREUSS, Holger. *Economics of staging the Olympics: a comparison of the Games, 1972-2008*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2004.

PRINCE Axel likes Melbourne as games site. *The Argus*, Melbourne (1848 - 1956), p. 6, 16 dez. 1948.

PRONI, Marcelo W.; ARAUJO, Lucas Speranza; AMORIM, Ricardo L.. *Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados*. Texto para discussão nº 1356. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008.

PUNTER, John. Urban design in central Sydney 1945-2002: laissez-faire and discretionary traditions in the accidental city. *Progress in planning*, v. 63, n. 1, p. 11-160, 2005.

RANA, Eva. Contingent Democrats: Industrialists, Labor, and Democratization in Late-Developing Countries. *World Politics*, v. 52, n. 2, p. 175-205, jan. 2000.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010.

RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir? *Meridiano 47*, v. 11, n. 122, p. 35-41, nov./dez. 2010.

REVISTA BIBLIO 3W. Barcelona 1992-Rio de Janeiro 2016: Juegos Olímpicos y movimientos populares. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 15, n. 895, nov. 2010.

REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. Dossiê 2007-2016 - A Década dos Megaeventos Esportivos no Brasil. Florianópolis: UFSC, v. 21, n. 32-33, jun-dez. 2009. 412 p.

RHEE, Foon. Vanguard and Violence: A Comparison of the U.S. and Korean Student Movements. *Korean Studies*, v. 17, n. 1, p. 17-38, 1993.

RIO 2016. Perguntas frequentes – Quanto custou e quem financiou a candidatura do Rio de Janeiro? Disponível em: <<http://rio2016.com.br/comite-organizador/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. Entrevistas – Rodrigo Frazão. Disponível em: <<http://www.rio2016.com/noticias/entrevistas/rodrigo-fraza>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

RIO DE JANEIRO OLYMPICS BID COMMITTEE RIO 2004. *Candidature applicance file*. Rio de Janeiro, 1996.

RIORDAN, James. The URSS and Olympic boycotts. *The International Journal of the History of Sport*, v. 5, n. 3, p. 349-359, 1988.

_____. State and sport in developing societies. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 21, n. 4, p. 287-303, dez. 1986.

ROCHE, Maurice. Mega-events and micro-modernization: on the Sociology of new urban tourism. *British Journal of Sociology*, v. 43, n. 4, p. 563-600, dez. 1992.

_____. Mega-events and urban-policy. *Annals of Tourism Research*, v. 21, n. 1, p. 1-19, 1994.

_____. *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. New York: Routledge, 2000.

_____. Mega-events, time and modernity: On time structures in global society. *Time & Society*, v. 12, n. 1, p. 99-126, mar. 2003.

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais – crônicas de futebol*. 6. reimpr. Seleção e notas de Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Fernando. Lula tem sorte, mas estratégia é planejada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 oct. 2009. Especial Rio 2016, 6.

ROSE, Andrew K.; SPIEGEL, Mark M.. Do Mega Sporting Events Promote International Trade? *SAIS Review*, v. 31, n. 1, p. 77–85, inverno/primavera de 2011a.

_____. The Olympic Effect. *The Economic Journal*, v. 121, p. 652–677, abr. 2011b.

ROVAI, Mauro L. Imagem e técnica como itinerários das ciências sociais: considerações sobre o cinema de Leni Riefenstahl. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 95-103, out. 2009.

ROWE, David. The Bid, the Lead-up, the Event and the Legacy: Global Cultural Politics and Hosting the Olympics. *The British Journal of Sociology*, v. 63, n. 2, p. 285–305, jun. 2012.

RUBIO, Katia. Postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e Movimento Olímpico. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 15, n. 895 (10), nov. 2010a. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-10.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

_____. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Revista brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 1, pp.55-68, jan./mar. 2010b.

SAMARANCH, Joan Antoni. Closing speech of the Games of the XXV Olympiad. In: MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (eds.). *The Keys to Success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona '92*. Barcelona: Servei de Publicacions de la UAB, p. 7-8, 1995.

_____; MARAGALLI, Pasqual; ABAD, Josep Miquel. Preàmbul. In: MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (eds.). *Barcelona: l'herència dels Jocs (1992-2002)*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona, Editorial Planeta, 2002.

SAMUELS, David. As bases do petismo. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, pp. 221-241, 2004.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. Tensões na consolidação do futebol nacional. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Ed UNESP, 2009. Cap. 6, p. 179-212.

SANTOS, João Manuel Casquina Malaia. “Diplomacia do pé”: o Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922. *Tempo e Argumento*, v. 3, n. 2, p. 43-76, 2011.

SATOH, Haruko. Legitimacy Deficit in Japan: The Road to True Popular Sovereignty. *Politics & Policy*, v. 38, n. 3, p. 571–588, jun. 2010.

- SAURÍ, David; PARÉS, Marc; DOMENE, Elena. Changing Conceptions of Sustainability in Barcelona's Public Parks. *The Geographical Review*, v. 99, n. 1, p. 23–36, jan. 2009.
- SCHERER, Jay. Olympic Villages and Large-scale Urban Development: Crises of Capitalism, Deficits of Democracy? *Sociology*, v. 45, n. 5, p. 782–797, out. 2011.
- SEH-JIK, Park. *The Seoul Olympics: the inside story*. London: Bellew Publishing, 1991.
- SENN, Alfred Erich. *Power, politics and the Olympic Games*. Champaign, IL: Human Kinetics, 1999.
- SHORT, John R.. Globalization, cities and the Summer Olympics. *Cities*, v. 12, n. 3, p. 321-340, dez. 2008.
- SHOVAL, Noam. A new phase in the competition for the Olympic gold: the London and New York bids for the 2012 Games. *Journal of Urban Affairs*, v. 24, n. 5, p. 583-599, inverno de 2002.
- SIDNEY SCOREBOARD. Brazil – % of Women Board Directors. Disponível em: <<http://www.sydney scoreboard.com/>>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- SILK, Michael. Towards a Sociological Analysis of London 2012. *Sociology*, v. 45, n. 5, p. 733–748, out. 2011.
- SILVA, Itamar. Morro Santa Marta: Itamar Silva. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 141-194, fev. 2003.
- SILVESTRE, Gabriel. *An Olympic City in the making: Rio de Janeiro mega-event strategy 1993-2016*. Lausanne: IOC Olympic Studies Centre, 2013.
- SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. *Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas modernas*. São Paulo: Nova Cultural/Best Seller, 1992.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SMYTH, Rosaleen. From the empire's 'Second Greatest White City' to multicultural metropolis: the marketing of Sydney on film in the 20th century. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 18, n. 2, p. 237-262, jun. 1998.
- SOARES, Carmen Lúcia. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Ed UNESP, 2009. Cap. 5, p. 133-178.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48 n. 1, p. 24-59, jan/jun. 2005.

_____; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: Action, choice and responsibilities. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 21-40, jan. 2006.

SOUZA, Amaury de. *A Agenda Internacional do Brasil: um estudo sobre a comunidade brasileira de política externa*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Juliano. *O 'esporte das multidões' no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais*. 2014. 432 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SOTERO, Paulo. Brazil's rising ambition in a shifting global balance of power. *Politics*, v. 30, n. S1, p. 71-81, dez. 2010.

SPEKTOR, Matias. O projeto autonomista na Política Externa Brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides (org.) *Política externa, espaço e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014.

SPYROPOULOS, Evangelos. Sports and politics: Goodbye Sydney 2000, hello Athens 2004. *East European Quarterly*, v. 38, n. 1, p. 65-84, primavera de 2004.

SUGDEN, John; TOMLINSON, Alan. *FIFA and the contest for world football: who rules the people's game?* Cambridge: Polity Press, 1998.

SUPPO, Hugo. Reflexões sobre o lugar do esporte nas Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, v. 34, n. 2, p. 397-433, dez. 2012.

SWART, Kamilla; BOB, Urmilla. The Seductive Discourse of Development: The Cape Town 2004 Olympic Bid. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 7, p. 1311-1324, 2004.

SZYMANSKI, Stefan. About Winning: The Political Economy of Awarding the World Cup and the Olympic Games. *SAIS Review*, v. 31, n. 1, p. 87-97, inverno/primavera de 2011.

TAGSOLD, Christian. Modernity, Space and National Representation at the Tokyo Olympics 1964. *Urban History*, v. 37, n. 02, p. 289-300, ago. 2010.

TAVARES, Otávio. Quem são os vencedores e perdedores dos Jogos Olímpicos? *Pensar a prática*, v. 8, n. 1, p. 69-84, 2005.

_____. Megaeventos esportivos. *Movimento*, v. 17, n. 3, p. 11-35, 2011.

TAVOLARO, Sérgio B. F.. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 5-22, out. 2005.

_____. Para além de uma “cidadania à brasileira”: uma consideração crítica da produção sociológica nacional. *Revista Sociologia e Política*, v. 17, n. 32, p. 95-120, fev. 2009.

_____. Freyre, DaMatta e o lugar da natureza na “singularidade brasileira”. *Lua Nova*, v. 83, p. 217-157, 2011.

_____; TAVOLARO, Lília G. M.. A cidadania sob o signo do desvio: para uma crítica da “tese da excepcionalidade brasileira”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 331-368, mai./ago. 2010.

THAMNOPOULOS, Yanni; GARGALIANOS, Dimitris. Ticketing of large scale events: the case of Sydney 2000 Olympic Games. *Facilities*, v. 20, n. 1-2, p. 22-33, 2002.

THEODORAKI, Eleni. Expressions of national identity through impact assessments of the Athens 2004 Olympic Games. In: DINE, Philip; CROSSON, Seán. *Sport, representation and evolving identities in Europe*. Bern: International Academic Publishers, 2010.

THORPE, Holly; WHEATON, Belinda. ‘Generation X Games’, action sports and the Olympic Movement: understanding the cultural politics of incorporation. *Sociology*, v. 45, n. 5, p. 830-847, out. 2011.

TIEN, Chengli; LO, Huai-Chun; LIN, Hsiou-Wei. The economic benefits of mega events: a myth or reality? A longitudinal study on the Olympic Games. *Journal of Sport Management*, v. 25, p. 11-23, jan. 2011.

TOMLINSON, Alan. De Coubertin and the modern Olympics. In: TOMLINSON, Alan; WHANNEL, Garry. *Five-ring circus: money, power and politics in the Olympic Games*. London: Pluto Press, 1984.

_____. Lording it: London and the getting of the Games. In: TOMLINSON, Alan; SUGDEN, John (eds.). *Watching the Olympics: Politics, power and representation*. Oxon: Routledge, 2012.

_____; SUGDEN, John. International power struggles in the governance of world football: the 2002 and 2006 World Cup bidding wars. In: HORNE, John; Manzenreiter, Wolfram (eds). *Japan, Korea and the 2002 World Cup*. London: Routledge, 2002.

TOOHEY, Kristine; TAYLOR, Tracy. Surveillance and securization: a forgotten Sydney Olympic legacy. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 47, n. 3, p. 324-337, jun. 2012.

TOOHEY, Kristine; VEAL, Anthony James. *The Olympic Games: a social science perspective*. 2. ed. Wallingford, Oxfordshire, UK; Cambridge, MA: CABI, 2007.

TORRES, Cesar R. The Latin American ‘Olympic explosion’ of the 1920s: Causes and consequences. *The International Journal of the History of Sport*, v. 23, n. 7, p. 1088-1111, 2006.

_____. Stymied Expectations: Buenos Aires’ Persistent Efforts to Host Olympic Games. *Olympika*, v. 16, p. 43–76, 2007.

TRAGANOOU, Jilly. Shades of blue: debating Greek identity through Santiago Calatrava’s design for the Athens Olympic Stadium. *Journal of Modern Greek Studies*, v. 26, n. 1, p. 185-214, 2008.

TRANTER, Paul J.; LOWES, Mark. Life in the fast lane: environmental, economic, and public health outcomes of motorsport spectacles in Australia. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 33, n. 2, p. 150-168, mai. 2009.

TUFS, Steven. Bulding the ‘competitive city’: labour and Toronto’s bid to host the Olympic Games. *Geoforum*, v. 35, p. 47-58, 2004.

TZANELLI, Rodanthi. *The politics of cultural reciprocity: Greek counter-hegemony in Athens 2004*. Canterbury: School of Social Policy, Sociology and Social Research, University of Kent, 2003.

UNITED NATIONS. About UN membership. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/about.shtml>>. Acesso em: 04 ago. 2011.

_____. World Population Prospects: The 2012 Revision. File POP/7-1: Total population (both sexes combined) by five-year age group, major area, region and country, 1950-2100 (thousands). Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/Excel-Data/population.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. LCD criteria. Development Policy and Analysis Division, out. 2014. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/ldc/ldc_criteria.shtml>. Acesso em: 09 dez. 2014.

UNITED STATES. Department of Labor. Bureau of Labor Statistics. CPI Inflation Calculator. Disponível em: <http://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm>. Acesso em: 17 mar. 2015.

VANOLO, Alberto. The image of the creative city: some reflections on urban branding in Turin. *Cities*, v. 25, n. 6, p. 370-382, 2008.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. *Esporte, poder e relações internacionais*. 3. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VEAL, Anthony J. Tracking Change: Leisure participation and policy in Australia, 1985-2002. *Annals of Leisure Research*, v. 6, n. 3, p. 245-277, 2003.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional*, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.

- VIGEVANI, Tullo; FAVARON, Gustavo de Mauro; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; CORREIA, Rodrigo Alves. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008.
- VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003.
- VIGEVANI, Tullo; ROMANZINI JÚNIOR, Haroldo. The impact of domestic politics and international changes on the Brazilian perception of regional integration. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 1, p. 125-155, primavera de 2011.
- VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso de dois presidentes. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 2, p. 70-95, 2011.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes; SILVA, André Luiz Reis da. Brazil and the economic, political and environmental multilateralism: The Lula years (2003–2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. esp., p. 54-72, 2010.
- WACQUANT, Loïc (Org.). *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- WAITT, Gordon. Playing games with Sydney: Marketing Sydney for the 2000 Olympics. *Urban Studies*, v. 36, n. 7, p. 1055-1077, jun. 1999.
- _____. Social Impacts of the Sydney Olympics. *Annals of Tourism Research*, v. 30, n. 1, p. 194–215, 2003.
- WANG, Hongying. National Image Building and Chinese Foreign Policy. *China: An International Journal*, v. 1, n. 1, p. 46–72, 2003.
- WEBER, Max. The Origins of Industrial Capitalism in Europe. In: GRUNCIMAN, W. G.. *Max Weber: selections in translation*. Trad. Eric Matthews. Cambridge: University Press, p. 331-340, 1978.
- WEED, Mike; COREN, Esther; FIORE, Jo; WELLARD, Ian; MANSFIELD, Louise; CHATZIEFSTATHIOU, Dikaia; DOWSE, Suzanne. Developing a physical activity legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games: a policy-led systematic review *Perspectives in Public Health*, v. 132, n. 2, p. 75-80, 2012.
- WHANNEL, Garry. Television and the transformation of sport. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 625, p. 205-218, set. 2009.
- WHITSON, David. Bringing the world to Canada: ‘the periphery of the centre’. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 7, p. 1215-1232, 2004.
- _____; HORNE, John. Underestimated costs and overestimated benefits? Comparing the outcomes of sports mega-events in Canada and Japan. *The Sociological Review*, v. 54, n. s2, p. 73-89, dez. 2006.

WHITELEGG, Drew. Going for Gold: Atlanta's bid for fame. *International journal of urban and regional research*, v. 24, n. 4, p. 801-817, dez. 2000.

WIGGLESWORTH, Neil. *The evolution of English sport*. London: Frank Cass, 1996.

WILSON, Ernest. Hard power, soft power, smart power. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 616, p. 110-124, mar. 2008.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. *Dreaming with BRICs: the path to 2050*. Global Economics, n. 99. Goldman Sachs, 2003.

WILSON, Dominic; KELSTON, Alex L.; AHMED, Swarnali. Is this the 'BRICs decade'? *BRICs Monthly*, v. 10, n. 3, Goldman Sachs Global Economics, Commodities and Strategy Research. 20 mai. 2010.

WORLD BANK. Data – Internet users (per 100 people). World Development Estimations. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2/countries?display=graph>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. Data – GDP (current US\$). World Development Indicators. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD> Acesso em: 09 jan. 2014.

WRYNN, Alison M. 'A Debt Was Paid Off in Tears': Science, IOC Politics and the Debate about High Altitude in the 1968 Mexico City Olympics. *The International Journal of the History of Sport*, v. 23, n. 7, p. 1152-1172, out. 2006.

WU, Fulong; WEBBER, Klaire. The Rise of 'Foreign Gated Communities' in Beijing: Between Economic Globalization and Local Institutions. *Cities*, v. 21, n. 3, p. 203–213, jun. 2004.

XING, Xiaoyan; CHURCH, Anthony G.; O'REILLY, Norm; PEGORARO, Ann; NADEAU, John; SCHWEINBENZ, Amanda; HESLOP, Louise; SÉGUIN, Benoit. Olympic Games host and bid city marketing: exploring issue management in the relationships among event stakeholder groups. *International Journal of Sports Marketing & Sponsorship*, v. 9, n. 4, p. 321–335, 2008.

XU, Xin. Modernizing China in the Olympic Spotlight: China's National Identity and the 2008 Beijing Olympiad. *The Sociological Review*, v. 54, n. 2, p. 90–107, dez. 2006.

YOUNG, David. *The Olympic myth of Greek amateur athletics*. Chicago: Ares, 1985.

YU, Helen. Just Compensation: Ideal or Compromise? A Comparison of the Implementation of the Just Compensation Clause and Forced Urban Evictions in China and South Korea. *Transnational Law & Contemporary Problems*, v. 16, n. 3, p. 189-220, outono de 2006.

ZOLOV, Eric. Showcasing the 'Land of Tomorrow': Mexico and the 1968 Olympics. *The Americas*, v. 61, n. 2, p. 159-188, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Textos de Pierre Bourdieu sobre a temática esporte

Nº	Título	Idioma	Tradução do título	Ano	Contexto de produção	Local de publicação
1a	<i>Pratiques sportives et pratiques sociales</i>	Francês	Práticas esportivas e práticas sociais.	1978	VII Congresso Internacional da Associação Internacional de História da Educação Física e Esporte	
1b	<i>Sport and Social class</i>	Inglês	Esporte e classe social.	1978	Tradução por Richard Nice para conversão em artigo de periódico	<i>Social Science Information</i> (v. 17, n. 6, p. 819-840)
1c	<i>Comment peut-on être sportif ?</i>	Francês	Como se pode ser esportivo?	1981	Capítulo de livro	<i>Questions de sociologie</i> (Paris: <i>Les Éditions de Minuit</i>)
1d	Como se pode ser esportivo?	Português	-	1983	Capítulo de livro	Questões de Sociologia (Rio de Janeiro: Marco Zero)
2	<i>EPS interroge un sociologue: Pierre Bourdieu</i>	Francês	EPS questiona um sociólogo: Pierre Bourdieu.	1982	Entrevista para periódico	<i>Revue EPS</i> (n. 177, set/out, p. 4-8)
3a	n/d	Francês	n/d	1980	Intervenção com o grupo de estudos “Vida física e jogos” dos Centros de treinamento para os métodos de educação ativa	n/d
3b	<i>Sports et sociétés contemporaines</i>	Francês	Esportes e sociedades contemporâneas.	1984	Conferência no VIII Simpósio do Comitê Internacional para a Sociologia do Esporte	VIII Simpósio da ICSS. Paris: INSEP/ <i>Société Française de Sociologie du sport</i> (pp. 323-331)
3c	<i>Programme pour une Sociologie du Sport</i>	Francês	Programa para uma Sociologia do Esporte.	1987	Capítulo de livro	<i>Choses Dites</i> (Paris: <i>Les Éditions de Minuit</i>)
3d	Programa para uma Sociologia do Esporte	Português	-	1990	Capítulo de livro	Coisas ditas (São Paulo: Editora Brasiliense)

APÊNDICE A – Textos de Pierre Bourdieu sobre a temática esporte (continuação)

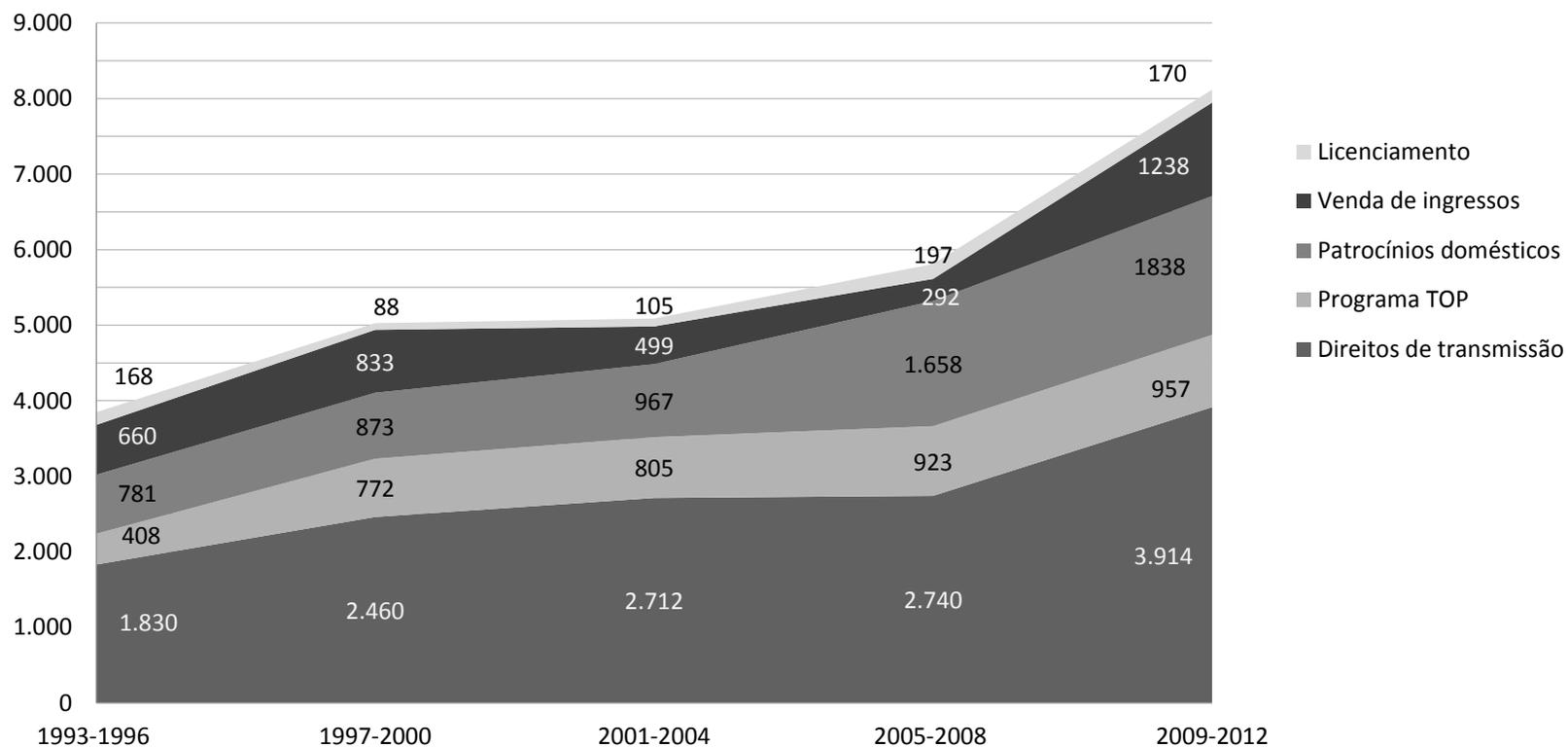
Nº	Título	Idioma	Tradução do título	Ano	Contexto de produção	Local de publicação
4a	<i>Les Jeux Olympiques</i>	Francês	Os Jogos Olímpicos.	1992	Conferência para Encontro Anual da Sociedade Filosófica para o Estudo do Esporte	n/d
4b	<i>Les Jeux Olympiques</i>	Francês	Os Jogos Olímpicos.	1994	Artigo estendido a partir de 4a	<i>Actes de la recherche en sciences sociales</i> (v. 103, jun, p. 102-103)
4c	Os Jogos Olímpicos	Português	-	1997	Capítulo de livro	Sobre a Televisão (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor)
5a.1	<i>L'État, l'économie et le sport</i>	Francês	O Estado, a economia e o esporte.	1998	Anais de congresso	<i>Colloque Football et Culture</i> (CNRS, Paris)
5a.2	<i>L'État, l'économie et le sport</i>	Francês	O Estado, a economia e o esporte.	1998	Artigo em periódico	<i>Atlantica</i> (jul, n. 54, p. 9-14)
5a.3	<i>L'État, l'économie et le sport</i>	Francês	O Estado, a economia e o esporte.	1998	Artigo em periódico	<i>Sociétés & Représentations</i> , (n. 7, mar)
5b	<i>The state, economy and sport</i>	Inglês	O Estado, economia e esporte.	1998	Tradução por Hugh Dauncey e Geoff Hare para conversão em artigo de periódico	<i>Sport in Society</i> (v. 1, n. 2, p. 15-21)

FONTE: Bourdieu (1983, 1994, 1997, 2004); Bourdieu, Dauncey e Hare (1998); Callède (2007).

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

APÊNDICE B – GRÁFICO DE RECEITAS DO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, POR CICLO OLÍMPICO, COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO DÓLAR PARA O ANO DE 2012 – 1993-2012

Em milhões de dólares



FONTE: Adaptado de International Olympic Committee (2014c).

NOTA: Figura elaborada pela autora, tradução nossa. Atualização monetária a partir do índice de preços ao consumidor dos Estados Unidos para 2012 (UNITED STATES, 2015).

APÊNDICE C - Sedes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de verão e inverno

Ano	Jogos Olímpicos de verão	Jogos Olímpicos de inverno	Jogos Paralímpicos de verão	Jogos Paralímpicos de inverno
1896	Atenas			
1900	Paris			
1904	St. Louis			
1908	Londres			
1912	Estocolmo			
1920	Antuérpia (Bélgica)			
1924	Paris (França)	Charmonix (França)		
1928	Amsterdã (Holanda)	St. Morritz (Suíça)		
1932	Los Angeles (EUA)	Lake Placid (EUA)		
1936	Berlim (Alemanha)	Garmich-Partenkirchen (Alemanha)		
1948	Londres (Inglaterra)	St. Morritz (Suíça)		
1952	Helsinki (Finlândia)	Oslo (Noruega)		
1956	Melbourne (Austrália)	Cortina d'Ampezo (Itália)		
1960	Roma (Itália)	Squaw Valley (EUA)	Roma (Itália)	
1964	Tóquio (Japão)	Innsbruck (Áustria)	Tóquio (Japão)	
1968	Cidade do México (México)	Grenoble (França)	Tel Aviv (Israel)	
1972	Munique (Alemanha)	Sapporo (Japão)	Heidelberg (Alemanha)	
1976	Montreal (Canadá)	Innsbruck (Áustria)	Toronto (Canadá)	Ornskoldsvik (Suécia)
1980	Moscou (Rússia)	Lake Placid (EUA)	Arnhem (Holanda)	Geilo (Noruega)

APÊNDICE C – Sedes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de verão e inverno (continuação)

Ano	Jogos Olímpicos de verão	Jogos Olímpicos de inverno	Jogos Paralímpicos de verão	Jogos Paralímpicos de inverno
1984	Los Angeles (EUA)	Sarajevo (Iugoslávia)	Stoke Mandeville (Inglaterra) & Nova Iorque (EUA)	Innsbruck (Áustria)
1988	Seul (Coreia do Sul)	Calgary (Canadá)	Seul (Coreia do Sul)	Innsbruck (Áustria)
1992	Barcelona (Espanha)	Albertville (França)	Barcelona (Espanha)	Tignes-Albertville (França)
1994		Lillehammer (Noruega)		Lillehammer (Noruega)
1996	Atlanta (EUA)		Atlanta (EUA)	
1998		Nagano (Japão)		Nagano (Japão)
2000	Sidney (Austrália)		Sidney (Austrália)	
2002		Salt Lake (EUA)		Salt Lake (EUA)
2004	Atenas (Grécia)		Atenas (Grécia)	
2006		Turim (Itália)		Turim (Itália)
2008	Pequim (China)		Pequim (China)	
2010		Vancouver (Canadá)		Vancouver (Canadá)
2012	Londres (Inglaterra)		Londres (Inglaterra)	
2014		Sochi (Rússia)		Sochi (Rússia)
2016	Rio de Janeiro (Brasil)		Rio de Janeiro (Brasil)	
2018		PyeongChang (Coreia do Sul)		PyeongChang (Coreia do Sul)
2020	Tóquio (Japão)		Tóquio (Japão)	

FONTE: International Olympic Committee (2014b); International Paralympic Committee (2014), tradução nossa.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

APÊNDICE D – Informações gerais sobre os Jogos Olímpicos

Cidade	País	Ano	Ano e local de eleição	Cidades concorrentes	Número de delegações participantes	Atletas homens	Atletas mulheres	Territórios com transmissão televisiva	Patrocinadores mundiais e arrecadação (milhões)¹
Atenas	Grécia	1896	Paris, 1894	Londres	14	241	0	0	-
Paris	França	1900	Paris, 1894	Nenhuma	24	975	22	0	-
St. Louis	EUA	1904	Paris, 1894	Chicago	12	645	6	0	-
Londres	Inglaterra	1908	Atenas, 1906	Berlim, Milão e Roma.	22	1.971	37	0	-
Estocolmo	Suécia	1912	Berlim, 1909	Amsterdã e Berlim.	28	2.359	48	0	-
Antuérpia	Bélgica	1920	Lausanne, 1919	Amsterdã, Atlanta, Bruxelas, Budapeste, Cleveland, Lyon, Havana e Filadélfia.	29	2.561	65	0	-
Paris	França	1924	Lausanne, 1921	Amsterdã, Barcelona, Chicago, Los Angeles, Praga e Roma.	44	2.954	135	0	-
Amsterdã	Holanda	1928	Praga, 1921	Los Angeles	46	2.606	277	0	-
Los Angeles	EUA	1932	Roma, 1923	Nenhuma	37	1.206	126	0	-
Berlim	Alemanha	1936	Barcelona, 1931	Barcelona	49	3.632	331	1	-
Londres	Inglaterra	1948	Londres, 1945	Atenas, Baltimore, Lausanne, Los Angeles, Minneapolis e Filadélfia.	59	3.714	390	1	-

APÊNDICE D – Informações gerais sobre os Jogos Olímpicos (continuação)

Cidade	País	Ano	Ano e local de eleição	Cidades concorrentes	Número de delegações participantes	Atletas homens	Atletas mulheres	Territórios com transmissão televisiva	Patrocinadores mundiais e arrecadação (milhões)¹
Helsinki	Finlândia	1952	Stocolmo, 1947	Amsterdã, Chicago, Detroit, Los Angeles, Minneapolis e Filadélfia.	69	4.436	519	2	-
Melbourne	Austrália	1956	Roma, 1949	Buenos Aires, Chicago, Detroit, Los Angeles, Cidade do México, Minneapolis, Montreal e Filadélfia.	67	2.791	364	1	-
Roma	Itália	1960	Paris, 1955	Budapeste, Bruxelas, Detroit, Lausanne, Cidade do México e Tóquio.	83	4.727	611	21	-
Tóquio	Japão	1964	Munique, 1959	Bruxelas, Viena e Detroit.	93	4.473	678	40	-
Cidade do México	México	1968	Baden-Baden, 1963	Buenos Aires, Lyon e Detroit.	112	4.735	781	n/d	-
Munique	Alemanha	1972	Roma, 1966	Detroit, Madri e Montreal.	121	6.075	1.059	98	-
Montreal	Canadá	1976	Amsterdã, 1970	Moscou e Los Angeles.	92	4.824	1.260	124	-
Moscou	URSS	1980	Vienna, 1974	Los Angeles	80	4.064	1.115	111	-
Los Angeles	EUA	1984	Atenas, 1978	Teerã ²	140	5.263	1.566	156	-
Seul	Coreia do Sul	1988	Baden-Baden, 1981	Nagoya	159	6.197	2.194	160	9 – US\$96

APÊNDICE D – Informações gerais sobre os Jogos Olímpicos (continuação)

Cidade	País	Ano	Ano e local de eleição	Cidades concorrentes	Número de delegações participantes	Atletas homens	Atletas mulheres	Territórios com transmissão televisiva	Patrocinadores mundiais e arrecadação (milhões)¹
Barcelona	Espanha	1992	Lausanne, 1986	Paris, Brisbane, Belgrado, Birmingham e Amsterdã.	169	6.652	2.704	193	12 – US\$172
Atlanta	EUA	1996	Tóquio, 1990	Atenas, Toronto, Melbourne, Manchester e Belgrado.	197	6.806	3.512	214	10 – US\$279
Sidney	Austrália	2000	Monte Carlo, 1993	Brasília ² , Milão ² , Tashkent ² , Pequim, Manchester, Berlim e Istambul.	199	6.582	4.069	220	11 – US\$579
Atenas	Grécia	2004	Lausanne, 1997	Buenos Aires ³ , Cidade do Cabo ³ , Roma ³ , Estocolmo ³ , Istambul, Lille, Rio de Janeiro, San Juan, São Petersburgo e Sevilha.	201	6.296	4.329	220	11 – US\$663
Pequim	China	2008	Moscú, 2001	Toronto ³ , Paris ³ , Istambul ³ , Osaka ³ , Bangkok, Cairo, Havana, Kuala Lumpur e Sevilha	204	6.305	4.637	220	12 – US\$866
Londres	Inglaterra	2012	Singapura, 2005	Havana, Istambul, Leipzig, Rio de Janeiro, Paris ³ , Madri ³ , Nova Iorque ³ e Moscou ³ .	204 (mais 4 atletas individuais)	5.892	4.675	220	11 – US\$950
Rio de Janeiro	Brasil	2016	Copenhague, 2009	Baku, Doha, Praga, Madri ³ , Tóquio ³ e Chicago ³ .	-	-	-	-	-
Tóquio	Japão	2020	Buenos Aires, 2013	Madri ³ , Istambul ³ , Roma, Baku e Doha.	-	-	-	-	-

FONTE: Booth (2011); Gold e Gold (2007); International Olympic Committee (2013b); International Olympic Committee (2014c); Miller (2012), tradução nossa.

NOTA: Tabela elaborada pela autora.

¹ Patrocinadores mundiais do programa *The Olympic Partner* para o ciclo olímpico (Jogos de verão e inverno).

² Cidades que desistiram da candidatura antes da votação.

³ Cidades que progrediram à votação final, em concorrência com as eleitas.

APÊNDICE E – Legislação brasileira relacionada ao Comitê Olímpico Brasileiro e aos Jogos Olímpicos

Identificação	Data	Situação	Ementa
DEC 14.290/1920	07/08/1920	Revogado	Abre, pelo Ministerio das Relacoes Exteriores, o credito de 150:000\$ (cento e cinquenta contos de reis), destinado a expediente, material, viagem e estadia dos representantes das sociedades desportivas brasileiras que tenham de com
DPL 4.094/1920	07/08/1920	Não consta revogação expressa	Autoriza o governo a auxiliar com a quantia, nao excedente de 150:000\$,,; destinada a expediente, material, viagem e estadia dos representantes; das sociedades desportivas brasileiras que tenham de comparecer a; oli
DPL 4.237/1921	04/01/1921	Não consta revogação expressa	Autoriza o governo a abrir, o credito necessario para pagar a confederacao bra sileira de desportos a quantia de 40:616\$, pela mesma adiantada a comissao bra sileira, que, a convite do Comite Olimpico Internacional, tomou parte nas
DEC 14.600/1921	04/01/1921	Revogado	Abre, ao Ministerio das Relacoes Exteriores, o credito de reis 40:616\$,,; para pagar a confederacao brasileira de desportos a referida quantia; pela mesma adiantada a comissao brasileira que tomou parte nas; olimpi
DEC 21.553/1932	17/06/1932	Revogado	Dispoe sobre a representacao desportiva do Brasil a x Olimpiada mundial, a; realizar-se em los angeles.; jogos olimpicos. Olimpiadas. Competicao desportiva. Desportos. Esporte.; afastamento do pais. Viagem ao exterior.; – art. 1. A
DEC 25.086/1948	09/06/1948	Revogado	Reconhece o documento olimpico de identidade e da outras providencias.
LEI 321/1948	09/08/1948	Não consta revogação expressa	Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Educacao e Saude, do credito especial para contribuicao do governo a representacao do Brasil na olimpiada de londres . Jogos olimpicos. Olimpiadas. Competicao desportiva.
DEC 25.940/1948	03/12/1948	Revogado	Abre, pelo Ministerio da Educacao e Saude, o credito especial de cr\$ 4.800.000 ,00, para o fim que especifica. (Comite Olimpico Brasileiro – Olimpiada de Lon dres) Jogos Olimpicos. Olimpiadas. Competicao desportiva. Desportos. Espo
LEI 2.754/1956	16/04/1956	Não consta revogação expressa	Autoriza o poder executivo a abrir, pelo Ministerio da Educacao e Cultura, o c redito especial de cr 7.000.000,00 destinado ao custeio de despesas com o comp arecimento do Brasil a XV Olimpiada, em Helsinqui. Jogos olimpicos. Olimp
DEC 40.156/1956	16/10/1956	Revogado	Abre, ao Ministerio da Educacao e Cultura, o credito especial de cr\$ 7.000.000 ,00 para atender as despesas com o comparecimento do Brasile a XV Olimpiada em Helsinki. (Helsinqui) Jogos olimpicos. Olimpiadas. Competicao desportiva.

APÊNDICE E – Legislação brasileira relacionada ao Comitê Olímpico Brasileiro e aos Jogos Olímpicos (continuação)

Identificação	Data	Situação	Ementa
DEC 49.131/1960	20/10/1960	Revogado	Cria a comissão de preparação pré olímpica.
LEI 4.204/1963	07/02/1963	Não consta revogação expressa	Isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV jogos pan-americanos.
DEC 51.914- B/1963	26/04/1963	Revogado	Regulamenta a lei 4.204, de 07/02/1963, que isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV jogos pan-americanos.
DEL 594/1969	27/05/1969	Não consta revogação expressa	Institui a loteria esportiva federal e dá outras providências.
LEI 6.251/1975	08/10/1975	Revogada	Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.
DEL 1.796/1980	09/07/1980	Não consta revogação expressa	Estabelece alíquotas para a incidência do imposto de renda sobre remessas em pagamentos de transmissão dos jogos olímpicos do corrente ano, em Moscou. Tributos. Jogos olímpicos. Olimpíadas. Competição desportiva. Desportos. Esportes.
DLG 116/1980	18/11/1980	Não consta revogação expressa	Aprova o texto do decreto-lei 1776, de 9 de julho de 1980, que estabelece alíquota para a incidência do imposto de renda sobre remessas em pagamento de transmissão dos jogos olímpicos do corrente ano, em Moscou.
DEL 1.924/1982	20/01/1982	Revogado	Destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados jogos olímpicos ou jogos pan-americanos.
DLG 77/1982	11/08/1982	Não consta revogação expressa	Aprova o texto do decreto-lei 1924, de 20 de janeiro de 1982, que destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados.
DLG 21/1984	04/06/1984	Não consta revogação expressa	Aprova o texto do tratado de Nairobi sobre proteção do símbolo olímpico, concluído em Nairobi, a 26 de setembro de 1981.
DEC 90.129/1984	30/08/1984	Não consta revogação expressa	Promulga o tratado de Nairobi sobre proteção do símbolo olímpico.
DEL 2.252/1985	04/03/1985	Não consta revogação expressa	Revoga o artigo 4º e seus parágrafos do decreto-lei 1.924, de 20 de janeiro de 1982, que destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados jogos.
DEC 99.542/1990	21/09/1990	Não consta revogação expressa	Cria a comissão pró-olimpíada 2000, com a finalidade de coordenar e supervisionar os trabalhos relativos a eleição da cidade de Brasília para sede dos Jogos Olímpicos do ano 2000.

APÊNDICE E – Legislação brasileira relacionada ao Comitê Olímpico Brasileiro e aos Jogos Olímpicos (continuação)

Identificação	Data	Situação	Ementa
DEC 2.574/1998	29/04/1998	Revogado	Regulamenta a lei nº 9.615, de 24/03/1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.
LEI 9.981/2000	14/07/2000	Não consta revogação expressa	Altera dispositivos da lei nº 9.615, de 24/03/1998, e dá outras providências.
LEI 10.264/2001	16/07/2001	Não consta revogação expressa	Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.
DSN	18/07/2003	Não consta revogação expressa	Institui o comitê de gestão das ações governamentais nos XV jogos pan-americanos de 2007 – pan2007, estabelece diretrizes para seu funcionamento e dá outras providências.
LEI 10.891/2004	09/07/2004	Não consta revogação expressa	Institui a bolsa-atleta
DEC 5.139/2004	12/07/2004	Revogado	Dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros referentes ao art. 9º e o inciso vi do art. 56 da lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998
DEC 5.342/2005	14/01/2005	Não consta revogação expressa	Regulamenta a lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a bolsa-atleta.
DSN	14/07/2008	Não consta revogação expressa	Cria o comitê de gestão da candidatura Rio 2016 e dá outras providências; casa civil – mebro.
LEI 12.035/2009	01/10/2009	Não consta revogação expressa	Institui o ato olímpico, no âmbito da administração pública federal com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras espe
DEC 7.033/2009	15/12/2009	Não consta revogação expressa	Dispõe sobre a divulgação, por meio do portal da transparência do poder executivo federal, de dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
MPV 489/2010	12/05/2010	Sem eficácia	Autoriza a união a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica – APO, e dá outras providências.
MPV 488/2010	12/05/2010	Sem eficácia	Autoriza a criação da empresa brasileira de legado esportivo S.A. – Brasil 2016 e dá outras providências.
MPV 496/2010	19/07/2010	Convertida	Dispõe sobre o limite de endividamento de municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis

APÊNDICE E – Legislação brasileira relacionada ao Comitê Olímpico Brasileiro e aos Jogos Olímpicos (continuação)

Identificação	Data	Situação	Ementa
RSF 45/2010	01/09/2010	Não consta revogação expressa	Altera os arts. 7º e 15 da resolução nº 43, de 2001, do senado federal, para aprimorar procedimentos de instrução de operações de crédito e financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos
MPV 502/2010	20/09/2010	Convertida	Dá nova redação às leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a bolsa-atleta; cria os programas atleta pódio e cidade esportiva, e dá outras providências
MPV 503/2010	22/09/2010	Convertida	Ratifica o protocolo de intenções firmado entre a união, o estado do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.
LEI 12.348/2010	15/12/2010	Não consta revogação expressa	Dispõe sobre o limite de endividamento de municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis
LEI 12.396/2011	21/03/2011	Não consta revogação expressa	Ratifica o protocolo de intenções firmado entre a união, o estado do rio de janeiro e o município do rio de janeiro, com a finalidade de construir consórcio público, denominado autoridade pública olímpica – APO.
DEC 7.560/2011	08/09/2011	Não consta revogação expressa	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da administração pública federal quanto às ações do poder executivo federal no âmbito da autoridade pública olímpica – APO.
DEC 7.615/2011	17/11/2011	Não consta revogação expressa	Altera o art. 2º do decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da administração pública federal quanto às ações do poder executivo federal no âmbito da autoridade pública olímpica
DSN	13/09/2012	Não consta revogação expressa	Institui o comitê gestor dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016.
DEC 7.802/2012	13/09/2012	Não consta revogação expressa	Altera o decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a bolsa-atleta.
DEC 7.823/2012	09/10/2012	Não consta revogação expressa	Regulamenta a lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, quanto às instalações relacionadas aos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016.
MPV 584/2012	10/10/2012	Convertida	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos jogos olímpicos de 2016 e dos jogos paraolímpicos de 2016.

APÊNDICE E – Legislação brasileira relacionada ao Comitê Olímpico Brasileiro e aos Jogos Olímpicos (continuação)

Identificação	Data	Situação	Ementa
LEI 12.780/2013	09/01/2013	Não consta revogação expressa	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos jogos olímpicos de 2016 e dos jogos paraolímpicos de 2016.

FONTE: Brasil (2014b)

LEGENDA: DEC: Decreto do Executivo; DEL: Decreto-Lei; DLG: Decreto Legislativo; DPL: Decreto do Poder Legislativo; DSN: Decreto Não Numerado; LEI: Lei ordinária; MPV: Medida Provisória; RSF: Resolução do Senado Federal.

NOTA: Ausência de acentuação gráfica, erros de grafia e sentenças incompletas conforme original.

APÊNDICE F – Equipe envolvida na elaboração dos orçamentos para os cadernos de candidatura Rio 2016

LIVRO DE FINANÇAS RIO 2016 – SUPERVISÃO	
Carlos Arthur Nuzman	Presidente
Carlos Roberto Osório	Secretário geral
Carlos Luiz Martins	Superintendente de operações
I – EQUIPE RIO 2016	
FINANÇAS	
Vitorio Mendes de Moraes	Gestor geral de administração e finanças para marketing e cerimônias Rio 2007
Renata Andrade	Assistente administrativa e de finanças para cerimônias Rio 2007
Rodrigo Barbosa	
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Mario Cilenti	Subsecretário geral de operações Rio 2007
Ana Mariza Ribeiro	Gestor geral de relações internacionais Rio 2007
Andres Cardenas	Gestor de planejamento estratégico Rio 2007
RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	
Leslie Kikoler	Relações institucionais Rio 2007
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	
Fabio Starling	Planejamento e administração da força de trabalho Rio 2007
RECEITA	
Leonardo Gryner	Chefe de marketing e comunicação do Comitê Olímpico Brasileiro e Gestor geral de marketing Rio 2007
Wagner Coelho	Gestor de patrocínios Rio 2007
Gabriela Purri	Gestora administrativa – Purri Arraes Associados
Ingressos	
Roberto Siviero	Gestor de integração operacional Rio 2007
SERVIÇOS DOS JOGOS	
Ricardo Trade	Gestor geral de serviço dos jogos Rio 2007
Marcello Cordeiro	Supervisor de logística aeroportuária Rio 2007
Serviços médicos	
Renata Simões	Supervisora em serviços médicos Rio 2007
João Granjeiro	Diretor médico do Comitê Olímpico Brasileiro e Chefe médico da delegação para os Jogos Olímpicos de verão de Pequim 2008, Atenas 2004 e Sidney 2000, e de inverno em Turim 2006 e Salt Lake City 2002, e Gestor Médico Rio 2007
Eduardo Henrique De Rose	Membro da comissão médica do COI, Presidente da comissão médica da Organização Desportiva Pan-Americana, membro conselheiro da Agência Mundial de Antidoping e diretor do departamento de antidoping do Comitê Olímpico Brasileiro
Catering	
Michelle Tápias	Gestora de catering Rio 2007
Acomodação	
Ernesto Gubert	Parceiro, Today Tours Operadora de Turismo Ltda.
Carlos Hollanda	Administração e finanças de recepção de transmissores Rio 2007
Segurança	
Luiz Ernesto Krau	Gestor de controle e comando Rio 2007
Logística	
Fernando Pacheco	Gestor de logística Rio 2007
Operações de mídia	
Alexandre Castelo Branco	Gestor de operações de mídia Rio 2007

APÊNDICE F – Equipe envolvida na elaboração dos orçamentos para os cadernos de candidatura Rio 2016 (continuação)

INFRAESTRUTURA	
Alexandre Techima	Gestor geral de tecnologia Rio 2007
Elly Resende	Gestor de telecomunicações Rio 2007
Tecnologia e energia	
Alexandre Luna	Supervisor de vídeo e telecomunicações Rio 2007
Ricardo Bancovsky	Gestor de tecnologias das instalações Rio 2007
Flavio Gimenez	Supervisor de internet Rio 2007
Operação de instalações	
Rodrigo Garcia	Gestor de operações das instalações Rio 2007
Tiago Paes	Gestor de serviços de evento Rio 2007
Angela Ferreira	Designer de instalações Rio 2007
Transporte	
Elaine Felske	Gestora de operações em planejamento de tráfego e transporte Rio 2007
Paulo Cavalcanti	Gestor de coordenação central em transporte Rio 2007
Diego Sartie	Gestor do sistema de ônibus dos jogos Rio 2007
Meio ambiente	
Marcio Santa Rosa	Gestor de projetos, União Internacional para Conservação da Natureza
CERIMÔNIAS E CULTURA	
Leonardo Gryner	Diretor de cerimônias Rio 2007
DEPARTAMENTO LEGAL	
Ana Luiza Pinheiro	Gestora legal do Comitê Olímpico Brasileiro e Rio 2007
COMUNICAÇÕES	
Ingo Ostrovsky	Gestor de comunicação, Unidade de negócios da Confederação Brasileira de Futebol na Nike
Rafael Gonçalves	Supervisor de relações institucionais Rio 2007
PROPAGANDA E PROMOÇÃO	
Beth Lula	Gestora de comunicações e marketing para Comitê Olímpico Brasileiro, Rio 2007 e VII Jogos Sul-americanos Brasil 2002
Carlos Jorge Santos	Coordenador de Marketing do Comitê Olímpico Brasileiro e Rio 2007
ADMINISTRAÇÃO	
Paulo Sergio Rocha	Gestor de administração e recursos humanos Rio 2007
ESPORTE	
Agberto Guimarães	Gestor geral de esportes Rio 2007
Frederico Nantes	Gestor de oficiais técnicos Rio 2007
Sonia Almeida	Gestora de serviços esportivos Rio 2007
Christiane Fanzeres	Gestora de competições Rio 2007
Jogos Paralímpicos	
Edilson Alves da Rocha	Diretor Técnico, Comitê Paralímpico Brasileiro
Mariana Vieira de Mello	Gestora de resultados Rio 2007
LEGADOS	
Caio Grynberg	Coordenador de Administração Esportiva, Olympo Marketing

APÊNDICE F – Equipe envolvida na elaboração dos orçamentos para os cadernos de candidatura Rio 2016 (continuação)

II – COMITÊ ESPECIAL DE FINANÇAS	
Vitorio Mendes de Moraes	Rio 2016
Renata Andrade	Rio 2016
Rui Reis	Ministério do Esporte / Governo Federal
Sérgio Murashima	Fundação Instituto de Administração
André Brandão	Fundação Getulio Vargas
Josélia Albuquerque	Secretaria Estadual de Finanças / Governo Estadual
Bruno Mantuano	Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer / Governo Estadual
Artur Felipe Távora	Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer / Governo Estadual
Antonio Chatack	Secretaria Estadual de Administração e Planejamento / Governo Estadual
Luciano Souza	Secretaria Especial 2014 -16 / Governo Municipal
Silvio César Araújo	Secretaria Especial 2014 -16 / Governo Municipal
Luiz Antônio Miranda Reis	Secretaria Especial 2014 -16 / Governo Municipal
III – CONSELHEIROS E CONSULTORIAS	
FINANÇAS	
Brad Kenworthy	Gestor comercial e de finanças Sidney 2000
Vincent Girardin	Gestor de projeto em finanças candidatura Paris 2012
Orçamento	
Fundação Getulio Vargas (FGV Projetos)	
Cesar Campos e Ricardo Simonsen	Diretores
André Brandão e José Eduardo Quintella	Coordenadores
Luis Carlos Duque, Pedro Santos Miranda, Marcus Ferrentini Sampaio e Luiz Felipe Fonseca	Consultores sênior
Mauro Raposo, Flavio Martin, Marcus Springer e João Luiz Martins	Consultores
Andréa Mororó e Tarso Santos	Assistentes
Validação	
PricewaterhouseCoopers	Consultores financeiros
Richard Dubois, Otavio Maia e Hongbin Cong	Parceiros
Robin Xu	Gestor sênior
Renata Fernandes	Gestor
Pedro Medeiros, Danilo Correa e Juliana Fabrizioo	Consultores
Consultoria em impostos	
Jaime Andrade	Parceiro
Guilherme Cadar	Gestor
Project Gestors	
Antonio Torquato	Gestor sênior
Felipe Gomes	Supervisor

APÊNDICE F – Equipe envolvida na elaboração dos orçamentos para os cadernos de candidatura Rio 2016 (continuação)

Revisão em finanças	
Brett Hopkins	Diretor financeiro das candidaturas de Salt Lake City 2002 e Paris 2012
CERIMÔNIAS E CULTURA	
Vega Projetos: Educação, Ciência e Cultura Ltda.	Centro Fiocruz de Floresta Atlântica, 4º Congresso mundial de museus de ciência, Expo de ciência interativa e Seminário internacional para estabelecimento de museus e centros de ciência
Isabel Cristina Alencar de Azevedo, Gilson Antunes da Silva, Sergio Augusto Bocayuva Senna, Eleonora Gabriel, Maria de Fátima Brito Pereira, Fernando Antônio Sampaio de Amorim e Waldyr Mendes Ramos.	Consultores
SERVIÇOS MÉDICOS	
PMT Consulting	Gestão médica geral de Doha 2006 e Sidney 2000, Consultor Médico Atenas 2004, Representante do Comitê Paralímpico Internacional em Beijing 2008
Patsy Threthowan	CEO
Nick Vance Consulting	Autor do Manual Antidoping do COI, profissional no controle de doping em Londres 2012, Vancouver 2010 e Sidney 2000
Nick Vance	CEO
CATERING	
Adriana Pinto	Fornecedora de catering Rio 2007
ACOMODAÇÃO	
Pfer Mauá	Concessionária do Terminal de passageiros do Porto do Rio
Luiz Antonio Cerqueira	Presidente
Cia. Docas – Rio de Janeiro	Porto do Rio de Janeiro
Jorge Luiz de Mello	Presidente
Kostas Veloudatkis	Gestor do Porto Piraeus em Atenas 2004
SEGURANÇA	
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sydney Borges Fidalgo	Diretor de Orçamento e Finanças
José Rubens Valentim Souza	Orçamento em segurança Rio 2007
Miriam Cabral	Orçamento em segurança Rio 2007
José Hilário Medeiros	Coordenador de segurança Rio 2007
Adriano Klafke	Coordenador de planejamento Rio 2007
IR (Intelligent Risks)	Consultoria em segurança para Londres 2012, Pequim 2008, Rio 2007, Doha 2006, Atenas 2004 e Sydney 2000 e autor do manual técnico de segurança dos Jogos da Comunidade Britânica
Neil Fergus	Gestor geral
Norm Nelligan	Gestor de projetos
LOGÍSTICA	
Wagner Xavier	Supervisor de logística em portos e aeroportos Rio 2007
Ari Bernardes	Coordenador de operações Correios Log (Serviço postal federal)
OPERAÇÕES DE MÍDIA	
Lucia Montanarella	Operação e serviços de mídia para Vancouver 2010, Turim 2006, Atenas 2004 e Sydney 2000

APÊNDICE F – Equipe envolvida na elaboração dos orçamentos para os cadernos de candidatura Rio 2016 (continuação)

INGRESSOS	
Paul Williamson	Consultor para ingressos de Londres 2012, Pequim 2008, Turim 2006, Atenas 2004 e Salt Lake City 2002, e Consultor de ingressos do COI 2000/2007
OPERAÇÕES DE INSTALAÇÕES	
MCA Engenharia e Arquitetura Ltda.	Construção e design de instalações Rio 2007
Bruno Campos	Diretor
Marcelo Fontes	Diretor
RLB (Rider Levett Bucknall)	Construções temporárias e estimativa de custo de legados para Londres 2012, Atenas 2004 e Sidney 2000
Mark Chappé	Diretor
MEIO AMBIENTE	
George Kazantzopoulos	Gestor de meio ambiente Atenas 2004 e Sidney 2000
TRANSPORTE	
Planning S.A	
Panos Protopsaltis	CEO – Gestor geral de transporte Atenas 2004
Ioannis Minis	Consultor Sênior – Gestor geral de transporte Atenas 2004 e Especialista em transporte COI
Mania Kyrioglou	Consultor Sênior – Operações de transporte Londres 2012 e Atenas 2004
Oficina Consultores Associados	Avaliação de projetos em impactos na mobilidade Rio 2007
Felicio Sakamoto	Diretor
Logit Engenharia Consultiva Ltda	Plano diretor de transporte da cidade do Rio de Janeiro
Wagner Martins	Diretor
JOGOS PARALÍMPICOS	
Morris Disability Consulting	Consultor em acessibilidade para Déli 2010, Pequim 2008, Melbourne 2006 e Sidney 2000 e especialista membro do painel em acessibilidade do Comitê Paralímpico Internacional
Nicholas Morris	Diretor
LEGADOS	
McKinsey & Company	
Felipe Góes	Parceiro
Igor Meskelis	Gestor
REVISÃO	
EKS Knowledge Services S.A	
Craig McLatchey	CEO
Jamie Shaw, Jill Davies, Lisa Hindson, Christian Napier, Leonardo Cohen, Darren Hughes e John Baker	Consultores

FONTE: Comitê de Candidatura Rio 2016 (2009e).